



DOIS MILÉNIOS DE
COMUNIDADE JUDAICA DO PORTO
CRONOLOGIA 1923-2023



**DOIS MILÉNIOS DE
COMUNIDADE JUDAICA DO PORTO
CRONOLOGIA 1923-2023**

I – Doze pinturas.....	5
II – Os Judeus no Porto	11
No início.....	11
Depois de D. Afonso Henriques.....	14
A Expulsão do Judaísmo.....	19
Século XIX.....	25
Século XX	26
Século XXI.....	30
“Operação Porta Aberta”: uma velha história	42
III – Centenário na Modernidade (1923-2023)	51
IV – A Comunidade em Imagens.....	137
V – Notícias.....	167
VI – Artigos de Opinião	223
VII – Documentos.....	239



A chegada dos judeus.

A presença judaica no Porto tem pelo menos dois milénios e antecede quaisquer recordações ou monumentos existentes na cidade.

Natalia Procopovich Bagur / 2021
acrílico sobre tela



O “Povo do livro” não descurava as suas origens e a sua religiosidade.

Todos os elementos da comunidade eram religiosos, não havia excepções. Os espaços de oração funcionavam em residências privadas e edificações discretas.

Helen DOC / 2022
óleo sobre tela

Judeus rezam junto de uma muralha da cidade do Porto.

Orgulhosas da sua pertença à tribo de Judá, as famílias judias portuenses jamais se esqueceram da sua pátria espiritual em Jerusalém.



Natalia Procopovich Bagur / 2022
acrílico sobre tela



Eruditos judeus estudam num beit midrash.

Depois da fundação de Portugal em 1143, a comunidade judaica do Porto tornou-se muito letrada e forte economicamente.

Analice Campos / 2022
acrílico sobre tela



*Barco cheio de gente
abandona o Porto.*

O Édito de D. Manuel e a Inquisição provocaram a fuga de dezenas de milhares judeus do Porto e de todo o país.

Jorge Marinho / 2022
óleo sobre tela



*Batismo forçado de um
judeu adulto.*

Os judeus foram arrastados à força pelos cabelos para as pias baptismais e os símbolos judaicos foram erradicados.

Jorge Marinho / 2021
óleo sobre tela



Jorge Marinho / 2021
óleo sobre tela

*Auto-de-fé inquisitorial
no Porto.*

O Tribunal do Santo Ofício realizou dois autos-de-fé na cidade. Cerca de uma centena de “cristãos-novos” foram penitenciados.



Analice Campos / 2022
técnica mista sobre tela

*Mapa com destinos da
diáspora judaica portuguesa.*

As perseguições ocorridas em Portugal levaram os judeus a fugir, com lágrimas de sangue, para todos os continentes, empobrecendo o país de partida.

O regresso dos judeus.

No século XIX, judeus sefarditas do Norte de África foram os primeiros a voltar a viver no Porto, mas no dobrar do século a comunidade judaica já era essencialmente ashkenazita.



Helen DOC / 2021
técnica mista sobre tela

Imagem exterior da sinagoga Kadoorie Mekor Haim.

A construção no Porto da maior sinagoga da Península Ibérica fez com que uma das mais pequenas comunidades da Europa ficasse com uma das sinagogas maiores.



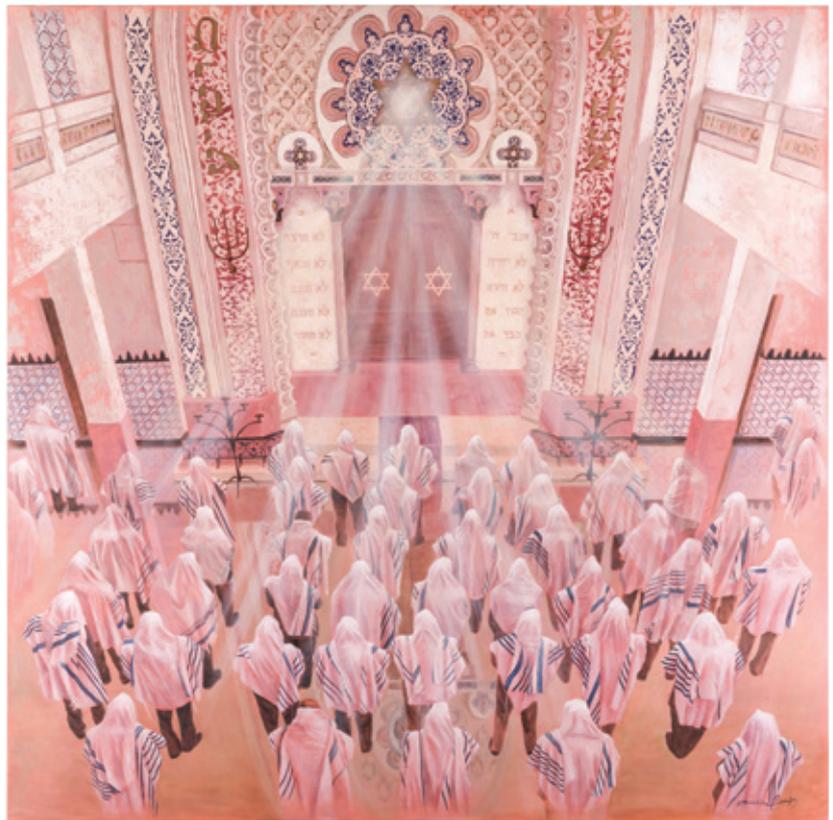
Analice Campos / 2021
acrílico sobre tela



Refugiados do Holocausto no Porto.

A Comunidade Judaica do Porto recebeu e acolheu milhares de refugiados do nazismo, com as suas vidas desfeitas.

Jorge Marinho / 2022
óleo sobre tela



Judeus rezam na sinagoga com talits.

No século XXI, a comunidade do Porto prosperou em termos numéricos, religiosos e culturais, mas logo foi perseguida por elites portuguesas que repetiram a história.

Analice Campos / 2022
acrílico e óleo sobre tela

No início

No antigo povoado celta, três vezes milenar, outrora chamado Cale, onde o Império romano construiu um porto que batizou de Portus Cale, a tradição judaica remonta a tempos imemoriais. Escavações arqueológicas futuras talvez possam lançar alguma luz sobre tão antiga presença. Por agora, o Douro, na sua pureza ondulante, é a única testemunha da existência, desde longa data, de elementos de um povo com instinto de irmandade de tribo, espírito de família pronunciado, ânimo esforçado, predisposição para a compra e venda, e visão para além-fronteiras.

O orçamento das qualidades hebraicas acima elencadas, à mistura com a resistência à adversidade própria de quem experimentara grandes perseguições, desde muito cedo deu ares da sua graça por terras de Sefarad.

Mais antigos na Península que os romanos, os godos e os muçulmanos, os judeus iam buscar às épocas longínquas da Bíblia a origem do seu assento no país. Ora alegavam que os primeiros da sua estirpe tinham vindo, trazidos da Babilónia, por Nabucodonosor, ora pretendiam que já antes, no tempo de Salomão, fora a Hispânia vassala e tributária desse grande Rei.¹

A influência do pequeno povo proveniente de Judá deu à cidade parte do selo que a caracteriza. O espírito judaico do Porto revela-se em aspectos diversos, como a capital do trabalho, a veia comercial e industrial de cunho globalista, a forte iniciativa para criação de novos horizontes, as “contas certas” à moda da cidade, o bairrismo associado ao cosmopolitismo, e o sentido de independência e não subalternização. O que vulgarmente se chama portuense em muito se equipara ao sefardita israelense.

A historiografia baseia-se não somente em monumentos, pedras, papéis e objetos materiais, mas em elementos outros, como a concatenação lógica de tudo quanto, por três milénios, envolveu a história de uma cidade como o Porto e da civilização cultural e religiosa tida em mira nestes apontamentos. A seu tempo a História completará a documentação em falta, mas, entretanto, uma pluralidade de factos-base permite afirmar, com um raciocínio lógico-dedutivo, que *“uma colónia judaica existia há muito nesta cidade antiga, como em tantos outros lugares da Península Ibérica, embora a história da maioria delas seja pouco e às vezes nada conhecida por nós.”*²

De facto, apesar de perda nas nuvens escuras do tempo, a presença judaica no Porto antecede quaisquer recordações ou monumentos existentes na cidade, podendo datar das expedições comerciais fenícias (dada até a similitude dos idiomas) ou dos períodos posteriores à destruição do Primeiro Templo de Jerusalém pelos Babilónios (586 AEC) e à queda de Cartago (146 AEC).

A conquista do Porto pelas legiões romanas, como a conquista de todas as grandes cidades portuárias de Sefarad, trouxe consigo muitos judeus – genuínos, escravos ou quantos se passaram

¹ José Lúcio de Azevedo, “História dos Cristãos-Novos Portugueses”, Livraria Clássica Editora, 1921, p. 1.

² David Gonzalo Maeso, “La Juderia (“Comuna”) de Oporto”, Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais, Porto, 1968, pp. 175-176.

deliberadamente para o lado do mais forte –, num tempo em que as comunidades judaicas prosperavam por todo um Império que percorria as regiões banhadas pelo Mediterrâneo.

Viviam-se tempos de *Pax Romana*. Durante o período pagão do Império romano, os moradores podiam ser, ao mesmo tempo, cidadãos romanos e cidadãos com costumes religiosos próprios. Ainda que em terras estranhas, devido a um desterro forçado, os israelitas acreditavam que Jerusalém voltaria a ser, nas palavras dos profetas, o centro moral do orbe.

O “Povo do livro” não descurava as suas origens e a sua religiosidade. Todos os elementos da comunidade eram religiosos, não havia exceções. Como em todo o lado onde houve pequenos assentamentos judaicos, o Porto terá visto desde muito cedo os espaços de oração, reunião e estudo judaicos, que funcionavam em residências privadas e edificações discretas, pequenos templos muito familiares em tudo não ostensivos, senão mesmo ocultos dos olhares das maiorias não-judias.

Os judeus estiveram ligados à construção do “velho Porto”, que então via as margens do rio serem unidas por pequenas barcaças, quando o caudal das águas o permitia. Orgulhosos da sua pertença à tribo de Judá, tinham viajado milhares de quilómetros a pé, em frágeis carroças ou em barcos mal aparelhados.

As casas comunicantes entre si, como numa pequena judiaria, faziam parte da vida do pequeno povo em todos os lugares, no Oriente e no Ocidente, não tanto por exigência das populações circundantes, mas mercê do próprio instinto de defesa e de um inelutável desejo de independência.

Os casamentos precoces que então se promoviam por todo o mundo judaico, aliados a uma vida sóbria, permitiam uma assinalável fecundidade de uma colónia essencialmente composta por pequenos comerciantes de bens essenciais, médicos e homens de leis que sempre se robusteceu nos próprios sofrimentos e dificuldades.

A comunidade judaica do Porto era uma comunidade individualizada que possuía a sua religião normativa, a sua cultura, a sua língua, a sua poesia e os seus livros, para além de ligações internacionais as mais diferentes, que não se cingiam à Europa. O número de judeus que migravam para África sempre foi assinalável, desde a sua chegada a Sefarad e em todas as épocas posteriores.

Com efeito, o alastrar da presença do povo judeu por todo o mundo conhecido, ficando cada comunidade judaica em contacto com as outras por vínculos de fé e família, deu a cada um dos seus elementos um cunho internacionalista – o judeu internacional – que nenhum outro indivíduo, povo ou rede de comerciantes poderia deter naquela época.

O primeiro milénio da era comum ficou marcado, no Porto, pelas trocas do poder dominante, e por lutas de classes, sempre acompanhadas da mudança de condições de vida da gente hebraica, de muralhas de grande altitude, incertezas relativas ao futuro, aflições medonhas, despovoamentos e povoamentos: germanos contra romanos, germanos entre si, cristãos arianos contra cristãos católicos, ambos contra judeus, cristãos contra muçulmanos, muçulmanos contra visigodos católicos, classes contra classes e grandes contra pequenos.

Depois de lutas e divisões entre forças tão opostas entre si, haveria sempre momentos de acalmia para operar acordos, uniões nacionais e religiosas. O elemento diferente – o judeu –, por muito que se explicasse, decerto não raro levava com as culpas de todos os anteriores conflitos.

É possível que tanto os israelitas como os outros habitantes tenham feito tentativas de assimilação entre si, mas o destino condenou-os a uma inelutável heterogeneidade. Os próprios costumes populares, levados em grande conta naqueles tempos distantes,

quando não mesmo assemelhados a leis civis ou divinas, facilmente podiam colocar o vizinho oriental na pele de sacrílego.

A história judaica no Porto trouxe consigo diferentes períodos de cristianismo – na forma de catolicismo ou arianismo – sempre associados à mácula persecutória, mais ou menos exacerbada, “Os judeus mataram Cristo”, como se um eventual erro judiciário, que nunca aconteceu, do antigo Sinédrio pudesse produzir a condenação eterna de um povo inocente.

Sempre o cristianismo, nas suas diversas facetas, proibiu as conversões pela violência, mas não considerava violento, antes de cariz sagrado, o arrastamento de pessoas para o baptismo ou a atitude de quantos, aterrorizados, para salvar a pele, diziam querer batizar-se. No rigor dos factos, amiudadas vezes os infiéis tomavam o lugar de heréticos.

No século IV, com a cristianização do Império Romano, grassou o pensamento anti-judaico que deu lugar, na Ibéria, às primeiras formas de criptojudaísmo e de ocultação da identidade religiosa. Diferentemente do marranismo, um fenómeno bem posterior, secreto também pela própria natureza dos marranos (que não eram judeus nem cristãos), o criptojudaísmo era conhecido dos judeus desde que estes se confrontaram com os fortes impérios helénico, assírio e babilónio e teve como expoente máximo o caso da rainha Esther, da Pérsia.

Quando a Ibéria foi invadida por povos germanos, que copiaram para si a cultura romana e a religião cristã, a luta feroz entre alanos e suevos empurrou estes últimos para a margem direita do rio Douro, e particularmente para o Porto, onde o Rei suevo construiu um esplendoroso castelo, no morro da Pena Ventosa, edificando muitas casas à sua volta. Este burgo tomou o nome de Castelo Novo de Cale e teve seguramente uma história muito animada.

Os visigodos guerrearam os suevos no século seguinte, capturaram o seu Rei e proclamaram uma nova era. Cedo o arianismo substituiu o catolicismo em toda a Ibéria. Se até então, com mais ou menos dificuldades, a colónia judaica ainda pôde viver de acordo com os preceitos religiosos fundamentais, depois viu-se impedida de o fazer e foi brutalmente expropriada dos seus bens, dos seus aforros, dos seus planos comerciais e, em algumas épocas, das suas crianças.

Os judeus não tiveram razões para lastimar a copiosa derrota dos visigodos perante os muçulmanos no início do século VIII e podem ter contribuído para esse desiderato por via dos seus irmãos de fé que há muito povoavam as Áfricas. Iniciava-se assim a “Idade do Ouro” da comunidade judaica de Sefarad e um período de lutas encarniçadas entre muçulmanos e cristãos, e destes últimos entre si, do que foi espelho a cidade do Porto, inicialmente despovoada e transformada em “deserto estratégico” para servir de zona tampão entre mouros e cristãos, e fortemente repovoada, já por estes últimos, de origem visigoda, uma centúria depois.

Por hábito muito poupados nos seus gastos, os israelitas não ignoravam ser essa a sua maior valia num quadro social pouco garantístico. No Porto e em todo o mundo nunca lhes faltaram “amigos” com dívidas por pagar, sonhos por cumprir e necessidades de revitalização das algibeiras.

Parte importante, quando não decisiva, do comércio de bens essenciais, os judeus foram também ajudantes primorosos das autoridades de cada época na cobrança de tributos à população.

A indiscutível importância que a colónia judaica do Porto veio a atingir permitenos assumir uma influência progressiva e marcante durante seis séculos consecutivos, desde a reocupação da cidade pelos cristãos (868) até à data da expulsão (1497).³

³ La Juderia (“Comuna”) de Oporto, p. 180.

Em 1096, o Rei Afonso VI de Leão casou a sua filha Teresa com Henrique de Borgonha e concedeu-lhes um condado: o “Condado Portucalense”, com capital no Porto. O filho de ambos – D. Afonso Henriques – haveria de tornar Portugal um Reino independente (1143), separando os israelitas portugueses dos seus irmãos das terras a que se viria a chamar Espanha, cujas origens, famílias e histórias eram essencialmente as mesmas.

Não faltou ajuda hebraica a D. Afonso Henriques. Um descendente da Casa Real de David, Yahya Ben Yaish, que já se notabilizara junto do Emirado de Córdoba devido às suas qualidades militares, torna-se aliado do jovem Rei. Fluente em diversos idiomas e sabedor da arte da guerra, da matemática e da geografia, Yaish colabora com o Rei na tomada de Santarém e no povoamento do Reino com populações judaicas fugidas dos almóadas. D. Afonso Henriques concede-lhe o brasão de armas e faz dele Almojarife-Mor do Reino e Rabino-Mor de Portugal.

Para organizar uma administração eficiente, o Rabino-Mor passou a eleger, para cada uma das sete províncias do Reino naquela época, um atento Ouvidor, magistrado que superintendia as questões de justiça. Cada Ouvidor estabelecia a sua sede na respectiva capital, sendo o Porto a que funcionava entre o Douro e o Minho.

As primeiras referências documentais relativas à presença de uma comunidade judaica na cidade do Porto, muito posteriores à sua presença efectiva, estão datadas do século XII – já com a Reconquista Cristã a ganhar metros em direcção ao Algarve. Há registos de pequenas judiarias, que se foram desenvolvendo e mudando de lugar.

As Sinagogas continuavam a funcionar apenas em espaços descaracterizados e a aprendizagem impunha a existência de um Beit Midrash e provavelmente também de um Kolel de estudantes profissionais que estudavam a Torá e que eram sustentados pelos membros mais abastados e filantropos da comunidade.

Religiosamente, a minoria judaica portuense constituía um organismo compacto baseado numa tradição que remontava a Abraão, ao Egito e ao Monte Sinai; politicamente, era trabalhadora, influente e ligada à governança do Reino, que em nada prejudicava e, pelo contrário, favorecia; economicamente, fazia parte da administração da renda pública e promovia o conforto material da nobreza e da prosperidade da cidade; e, comercialmente, aliava à sua capacidade empreendedora o domínio das línguas faladas por possíveis interlocutores de todo o mundo. Todos falavam português e castelhano, muitos dominavam o hebraico e havia quem fosse fluente em outros idiomas europeus, magrebino e árabe.

A jurisprudência aplicada aos judeus estava compilada nas Ordenações Afonsinas, mas eles praticamente formavam uma nação à parte, com uma filosofia de base talmúdica e muito assente no Tanach. O Talmude da Babilónia e o recente Mishné Torá de Maimónides (que compilara as normas de inúmeros códigos de conduta judaica) esclareciam todas as questões morais e estratégicas de que a população judaica necessitava para viver.

Prova flagrante da importância alcançada na segunda metade do século XIII pela comunidade judaica portuense foi uma ordem do Bispo, em 1297, proibindo com rigorosa censura qualquer dano à propriedade daquela e colocando os seus membros sob a protecção e tutela do Prelado local.

Assistiu-se em toda a parte a uma inter-relação religiosa entre populações católicas e judias, sofrendo cada grupo um mínimo de influência do outro. Casos de violência terão

tido lugar apenas quando, episodicamente, a pretexto de praticarem uma religião diferente, na verdade uma religião terrestre, os judeus eram cunhados de estrangeiros e, por inerência, especuladores, espiões e inimigos.

Jacob Judeu (médico no tempo de D. Dinis), Jusaf Ben Abassis e Salomão Negro (filantropos e ricos negociantes no tempo de D. Fernando), Josef Ben Arieh (Rabino do Porto no final do século XIV), Judá Negro (cortesão cujo pai, David, salvou D. João de Castela de um atentado perpetrado por D. Leonor Teles) são alguns dos nomes mais ilustres de israelitas portuenses.

Os desentendimentos entre o Rei D. João I e sua sogra D. Leonor Teles surgiram devido ao preenchimento do cargo do Rabinato-Mor de Castela. O rico D. Judá Aben Menir era o favorito de D. Leonor, mas o genro optou por D. David Negro. Despeitada, a mulher contratou um conhecido Conde para matar D. João, o que chegou ao conhecimento de D. David, que *“transmitiu imediatamente as informações ao Rei, que logo tomou as providências necessárias para salvar-se. Ordenou que prendessem, nessa mesma noite, D. Judá, assim como uma das suas camareiras que também sabia da trama. D. Leonor, prisioneira, foi também conduzida diante do monarca e interrogada. Com queixas contra o Rei e ultraje aos judeus, procurou justificar-se.”*⁴

O século XIV trouxe consigo, pela primeira vez, uma Sinagoga-monumento no Porto, bem diferente das precedentes. A famosa Sinagoga de Monchique foi erguida fora das muralhas da cidade, reluzindo do texto da epígrafe, em hebraico, que o ambiente da Corte era familiar à comunidade judaica e que ela se sentia muito protegida. A inscrição pode traduzir-se da seguinte forma:

1. *Alguém poderá dizer: Como não foi resguardada uma casa de tanta nomeada no interior de uma muralha?*
2. *Mas esse bem sabe que tenho um conhecido que é reconhecido da alta estirpe.*
3. *Ele é que me guarda, pois me declara sem sobra de dúvida: Eu sou muralha.*
4. *O maior entre os judeus, o mais forte dos heróis, e que se levantam os chefes ali está ele de pé.*
5. *Benfeitor do seu povo, servo de Deus na sua integridade, edificou uma casa ao seu nome de pedras de talha.*
6. *Para o Rei ele é segundo, à cabeça é controlado, pela sua grandeza e na presença de reis ele se ergue.*
7. *Ele é o Rabi Don Yehudah ben Maner, luz de Judá e a ele compete autoridade.*
8. *Por ordem do Rabino, que ele viva, Don Joseph ibn Arieh, encarregado e chefe para a tarefa.*⁵

O texto da epígrafe, encontrada, no Século XIX, na parede ocidental da capela do Convento da Madre de Deus de Monchique, então em ruínas, alude ao Rabi-Mor do Rei D. Fernando – Don Yehudah ben Maner (ou Don Yehudah ben Moise Navarro) – e ao responsável pela obra, possivelmente o Rabino do Porto – Don Joseph ibn Arieh (ou Don Joseph ben Abasis).

Entre os apelidos dos judeus portugueses nessa época, a maioria de origem hebraica e os restantes de origem ibérica figuram os Abeatar, Aberrocas, Abibe, Aboav, Abulafia, Adida,

⁴ Meyer Kayserling, “A História dos Judeus em Portugal”, Editora Pioneira, 1971, p. 28-29.

⁵ CIP – Comunidade israelita do Porto, “A Sinagoga do Porto, Da Judiaria Velha a Barros Basto”, Fronteira do Caos Editores, 2014, p. 23-25.

Alcalay, Alfarim, Aragones, Azecri, Barchilan, Baruc, Barzilai, Beja, Ben Haim, Ben Hayun, Benatar, Ben Hassan, Ben Sasson, Calderon, Camhi, Caro, Cassute, Cohen, Dahan, Danam, Davila, Elmaleh, Fadida, Faray, Franco, Funes, Gabay, Garson, Habib, Hadida, Haim, Harari, Leon, Levy, Machorro, Maimon, Matalon, Medina, Naaman, Nahmias, Navarro, Negrim, Obadia, Saba, Safran, Saltiel, Sarfati, Sequerra, Shalom, Sasson, Toledano, Torigo, Tuvi, Veniste, Verdugo, Vilhedigo, Zarco e outros.

As profissões no seio da pequena colónia israelita multiplicavam-se: médicos, advogados, ourives, comerciantes, algibebees, alfaiates, sirigueiros, sapateiros, tendeiros e almocreves, a que acresciam os armadores e especialistas no comércio com o estrangeiro que habitavam em Vila Nova de Gaia, do outro lado do rio Douro. A arrecadação de impostos fazia com que aquela colónia fosse identificada pelo baixo povo como a facção mais detestável da opressão real.

Os médicos judeus eram tantos na cidade que o apelido Rapaport, ainda hoje muito disseminado no mundo judaico, terá advindo da palavra hebraica Rofé (médico) do Porto. O excesso de médicos de origem judaica não raro lhes causou dissabores por toda a Europa e presume-se que na cidade portuense também, quando o alastrar de doenças e de epidemias era imediatamente atribuído aos estranhos vizinhos do Oriente.

Não é de olvidar que, nessa época, como anteriormente, muitas das perseguições aos hebreus tenham partido de lutas e denúncias de elementos da própria comunidade judaica, sempre fértil em conflitos internos e em divisões fratricidas nos períodos de paz, em regra encetadas pela sua própria escória, quando não mesmo por elites dirigentes, do que foi exemplo maior, em Sefarad, o Rabino-Chefe Shlomo-Ha Levi, mais tarde convertido ao catolicismo com o nome de Pablo de Santa Maria, um dos grandes desenhadores daquilo que viria a ser a devastadora e implacável Inquisição de Castela.

As matanças de israelitas verificadas em Sevilha, Toledo, Barcelona e outras cidades originaram uma grande migração para Portugal, cujas judiarias não tinham estrutura espacial e organizativa para absorver tanta gente. O Porto foi das cidades que mais refugiados acolheu, enfrentando os problemas daí derivados e incrementando algo que vinha de longe: os casamentos entre os judeus ibéricos dos dois lados da fronteira.

Os elementos da comunidade judaica casavam exclusivamente entre si, salvo excepcionalmente, como aconteceu com pais que casaram as filhas com a mais alta nobreza, donde resultaram netos judeus e influência social, o que, porém, mesmo neste caso, não logrou obter a conveniente tolerância e compreensão no seio da colónia judaica, que por natureza detestava os casamentos mistos.

D. Duarte proibiu os hebreus de entrarem em casas de mulheres solteiras, viúvas ou virgens que vivessem sós ou cujos maridos estivessem ausentes. Caso quisessem negociar com essas mulheres, poderiam fazê-lo, apenas, no Porto, Lisboa, Santarém, Évora, e poucas cidades mais, sempre na via pública ou diante das portas de suas residências. O judaísmo via com bons olhos as exigências reais. Os Rabinos, então todos ortodoxos, tudo faziam para assegurar a pureza do povo judeu e da família judia.

Ao longo da Idade Média, o Porto foi-se tornando uma importante cidade no concerto das nações. A belíssima Ribeira era uma marina caótica sobrecarregada de barquinhos e barcos de grande porte, boa parte deles de propriedade judaica. Os judeus dominavam o comércio interno e o comércio marítimo com vários países.

O desenvolvimento económico-social do Porto, nos séculos XIV e XV, é demonstrado pela Bolsa de Mercadores, uma das mais antigas da Europa, sendo que, ao mesmo tempo,

israelitas originários do Porto associados a correligionários de outras nações já dão importantes cartas no comércio mundial.

O historiador Amador de Los Rios sublinha o crescimento imparável da “*rica e florescente grei israelita na cidade do Porto*”⁶, o que seguramente lhe valia a inveja, a cobiça, o ódio e a maledicência da maioria dos medíocres, sempre animados do desejo de ser o que não são e de ter o que não têm.

Também o judeu mais miúdo protestava contra os ricos, próximos do poder real e das autoridades da cidade, que viviam fora da judiaria e nem sempre doavam a tzedaká esperada pela comunidade. Alguns ostentavam títulos nobiliárquicos e, quando menos, passeavam em bonitos cavalos vestindo roupas de seda e transportando espadas douradas.

Os hebreus eram uma minoria sobre a qual recaiam desconfianças na cidade e, como em todo o lado, é provável que os mais abastados não encontrassem melhor maneira de defender a população judaica senão mostrando-se distantes dela e da rodilha dos seus problemas, mas influenciando a seu favor sempre que podiam.

O investigador Amílcar Paulo, elemento distinto da Comunidade Israelita do Porto na segunda metade do século XX, observa que os judeus “*viviam apartados nas judiarias, constituindo aí uma espécie de concelhos, chamados comunas, donde não podiam sair de noite, depois do toque do sino da oração. As comunas regiam-se por vereadores e por arrabis, juizes municipais privativos e por outros oficiais judeus. Acima dos magistrados locais figurava o Arrabi-Mor, alto funcionário da Coroa e magistrado supremo para os negócios hebraicos. Havia dentro das judiarias uma hierarquia rigorosa de funcionários que desempenhavam funções religiosas de jurisdição e ensino.*”⁷

A prosperidade da comunidade judaica portuense e de muitos dos seus elementos não agradou a toda a gente. As personalidades antisemitas da época (no sentido de serem anti-judeus e anti-judaísmo) mostraram-se iguais a si próprias. Muitos homens e mulheres foram acusados, quantas vezes falsamente, de comprar ouro e prata para fundir, o que lhes valia a perda de todos os seus bens e penas corporais graves. A terrífica e injusta situação foi denunciada ao Rei, em 1421, por Judá Negro, filho de David Negro sobre o qual já falamos acima.

De todas as Judiarias que foram existindo na cidade e arredores ao longo dos séculos em apreciação, a mais famosa foi a Judiaria Nova do Olival. O Rei D. João I, com vista a proteger “*os seus judeus*”, determinou a concentração de todos num único local. “*A razão, alegada pelo soberano, residiu em manter aqueles apartados e defesos, em virtude da guerra com Castela, provavelmente com receio de levantamentos antijudaicos ou de um ataque marítimo*”.⁸

A Câmara cedeu às autoridades judaicas da época um espaço de 1,8 hectares para agrupar a comunidade judaica, que, todavia, continuou a estender-se muito para lá do Olival, desde logo na vizinha Vila Nova de Gaia. A modernidade presente nos novos edifícios e arruamentos da Judiaria recém-inaugurada contrastava em absoluto com as sombrias ruelas da antiga cidade. Demarcada por altos muros, e somente acessível através de duas portas de ferro maciço adornadas com alegorias hebraicas, a Judiaria possuía os seus oficiais próprios e um certo grau de autonomia em relação à cidade, detendo seguramente inúmeros espaços de oração e uma Sinagoga monumental, cuja localização se desconhece, bem como um tribunal

⁶ Amador de Los Rios, “História Social Política e Religiosa de los Judios de España y Portugal”, Madrid, 1960, pp. 523-524.

⁷ Amílcar Paulo, “A Comuna Judaica do Porto - Apontamentos para a sua História”, Tripeiro, 1965, p. 2.

⁸ Maria José Ferro Tavares, “Os Judeus em Portugal no Século XV”, Lisboa, 1982, p. 62.

para dirimir as questões judaicas. Ali residia o Ouvidor de “Entre o Douro e Minho”, o oficial encarregado da justiça das comunas judaicas.

Em 1487, D. João II expulsou do Porto, como hereges, vários judeus que tinham chegado de Espanha, fugidos dos horrores das fogueiras, com a aparência de católicos. Os pretensos prevaricadores religiosos foram descobertos por uma pequena Inquisição que se montara, entretanto, com a permissão do Papa, que integrava teólogos e juristas.

Cinco anos volvidos, aquando da expulsão dos judeus de Espanha, uma grande repercussão foi sentida no Porto e em todo o país. Abraham Zacuto conta que cerca de 120 mil almas desaguaram em Portugal⁹, um número absolutamente extraordinário, tendo em conta que a população total do reino pouco superaria as 800 mil pessoas, das quais cerca de 75 mil faziam parte da colónia israelita genuinamente portuguesa que vivia e prosperava em terras lusitanas há muitas centúrias¹⁰. Em duas palavras: no ano de 1492, a comunidade judaica passou a representar ¼ da população portuguesa.

As primeiras trinta famílias castelhanas que chegaram à cidade do Porto, por ordem régia de D. João II, foram lideradas pelo Rabino Don Isaac Aboab, a maior autoridade religiosa no mundo judaico da época, para grande honra da cidade, que também acolheu outras caravanas em fuga, acrescentando à comunidade judaica local, em poucos meses, mais de uma milena de almas. Imagina-se quão relevante terá sido o impacto sentimental provocado pela chegada do Rabino e da sua comitiva à cidade.

D. João II recebeu amavelmente o venerando e quase cego ancião, estimado pelos soberanos espanhóis, atendendo às suas solicitações, e oferecendo-lhe condições relativamente vantajosas. Aos hebreus que acompanhavam Aboab [entre eles o Rabbi Abraham Zacuto] indicou a aprazível cidade do Porto para seu estabelecimento e ordenou ao magistrado que lhes fornecesse habitações na rua de S. Miguel. (...) A gentil acolhida e a garantia que o Rei ofereceu ao velho Aboab trouxeram novas esperanças aos expatriados espanhóis. Todos aqueles que temiam uma longa viagem marítima – ou que, por motivos de saúde não a podiam empreender, os que nutriam a esperança de poder, a partir do Porto, visitar mais facilmente a velha pátria e rever os túmulos abandonados de seus pais e irmãos, ou os que só cogitavam uma estadia temporária para depois, mais cedo ou mais tarde, continuar viagem para a África [o que, por razões de força maior, Zacuto e outros viriam a fazer a partir de dezembro de 1496], países europeus ou asiáticos – sentiam-se mais felizes de serem acolhidos num país tão próximo da sua terra natal e tão similar em língua e costumes.¹¹

Tudo parecia encaminhar-se para tempos de glória da comunidade judaica do Porto, mas uma sucessão de eventos terríveis deitou tudo a perder. Antes mesmo de a peste bubónica regressar violentamente, sendo a culpa logo atribuída aos recém-chegados hebreus de Castela, o Chefe Rabino adoeceu gravemente e faleceu em março de 1493, tendo o discurso fúnebre cabido ao seu discípulo Abraham Zacuto:

Rabbi Isaac Aboab, meu senhor e meu mestre, de abençoada memória, faleceu em Portugal no ano de 5253 da Criação, sete meses depois da expulsão, viveu sessenta anos, e eu fiz um sermão sobre ele, com base no versículo ‘eis que eu vos mando um anjo’.¹²

⁹ Abraham Zacuto, “Sefer Yohassin”, Zacuto Foundation, 2006, p. 227.

¹⁰ “História dos Cristãos-Novos Portugueses”, p. 43.

¹¹ “A História dos Judeus em Portugal”, pp. 95-96.

¹² “A História dos Judeus em Portugal”, p. 106.

Na mesma época, D. João II enviou para São Tomé cerca de 2000 crianças judias menores de 14 anos, filhos e filhas de judeus castelhanos chegados a Portugal e incapazes de pagar a renda fixada. Do Porto certamente partiram muitas crianças também. O drama na comunidade é inimaginável. Muitas imprecações desesperadas foram dirigidas ao monarca pelos grandes cabalistas da época. Conta-se que, quando morreu, o Rei sofria de alucinações e gritava: “*Tirem-me daqui estes meninos!*”.

Muitos israelitas provenientes de Castela, não tendo os 8 cruzados que a sua permanência impunha que pagassem, eram reduzidos a escravos sem mais. Com todas estas desgraças, e outras mais, acumuladas, o êxodo, a migração para o estrangeiro, do Porto e outras cidades, começou muito antes do Édito manuelino e nunca mais cessou, em vagas sucessivas.

A Expulsão do Judaísmo

No ano de 1495, o Reinado de D. Manuel começou por libertar os judeus castelhanos da sua condição de escravos, aconselhado por Abraham Zacuto, que prestava ajuda à Corte e ao próprio Rei nos campos da medicina, da ciência e da astrologia, tendo-lhe vaticinado riqueza e a chegada à Índia. No entanto, rompendo com um passado sadio de comunhão entre a grei israelita e os católicos, particularmente na cidade do Porto, no dia 5 de Dezembro de 1496 foi assinado em Muge, no Distrito de Santarém, por D. Manuel, um Édito que espriava as seguintes normaões.

Que Judeus e Mouros se saiam destes Reynos, e nom morem, nem estem nelles. Porque todo fiel Christão sobre todas as cousas he obriguado fazer aquellas que sam serviço de Nosso Senhor, acrecentamento de sua Sancta Fee Catholica, e a estas nom soamente devem pospoer todos os ganhos e perdas deste mundo, mas ainda as próprias vidas, o que os Reys muito mais inteiramente fazer devem, e sam obriguados, porque per Jesu Christo Nosso Senhor sam, e regem, e delle recebem neste mundo maiores merces, que outra algua pessoa, polo qual sendo Nós muito certo, que os Judeus e Mouros obstinados no ódio da Nossa Sancta Fee Catholica de Christo Nosso Senhor, que por sua morte nos remio, tem cometido, e continuadamente contra Elle cometem grandes males, e blasfêmias em estes Nossos Reynos, as quaes nom tam soamente a elles, que sam filhos de maldiçam, em quamto na dureza de seus corações estiverem, sam causa de mais condenaçam, mas ainda a muitos Christãos fazem apartar da verdadeira carreira que he a Sancta Fee Catholica; por estas, e outras mui grandes e necessarias razões, que Nos a esto movem, que a todo Christão sam notorias e manifestas, avida madura deliberaçam com os do Nosso Conselho, e Letrados, Determinamos, e Mandamos, que da pubricaçam desta Nossa Ley, e Determinaçam até per todo o mez d’Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor de mil e quatrocentos e noventa e sete, todos os Judeus, e Mouros forros, que em Nossos Reynos ouver, se saiam fóra delles, sob pena de morte natural, e perder as fazendas, pera quem os acusar. E qualquer pessoa que passado o dito tempo tiver escondido alguu Judeu, ou Mouro forro, per este mesmo feito Queremos que perca toda sua fazenda, e bens, pera quem o acusar, e Roguamos, e Encomendamos, e Mandamos por nossa bençam, e sob pena de maldiçam aos Reys Nossos Socessores, que nunca em tempo aluu leixem morar, nem estar em estes Nossos Reynos, e Senhorios d’elles, ninhuu Judeu, nem Mouro forro, por ninhua cousa, nem razam que seja, os quaes Judeus, e Mouros Leixaremos hir livremente com todas suas

fazendas, e lhe Mandaremos pagar quaesquer dividas, que lhe em Nossos Reynos forem devidas, e assi pera sua hida lhe Daremos todo aviamento, e despacho que cumprir. E por quanto todas as rendas, e dereitos das Judarias, e Mourarias Temos dadas, Mandamos aas pessoas que as de Nós tem, que Nos venham requerer sobre ello, porque a Nós Praz de lhe mandar dar outro tanto, quanto as ditas Judarias, e Mourarias rendem.

Ainda a tinta deste Édito estava fresquinha quando o Rei começou a dar sinais de que, ao contrário de Castela, não desejava expulsar o povo israelita dos seus territórios, mas sim o judaísmo religioso e cultural. Pretendia que todos os elementos integrantes daquele antigo povo se convertessem ao catolicismo, continuando, como católicos, a servir o então muito poderoso Reino de Portugal, presente em diversos continentes.

Com a falta de judeus plenos, o poderio ibérico, que em Tordesilhas dividira o mundo em dois, entraria a breve trecho em acentuada decadência. O Porto e Portugal no seu conjunto eram já potentados no concerto das nações e tiveram uma oportunidade flagrante para se desenvolverem mais e mais. No entanto, os seus escóis não apenas rejeitaram tal ensejo como eliminaram civicamente os seus melhores médicos, mercadores, cientistas, astrólogos e financeiros.

Um triste dia, véspera de Shabat, em março de 1497, D. Manuel ordenou que todas as crianças judias dos 4 aos 14 anos de idade fossem batizadas no domingo seguinte. Dessa forma inaudita, o Rei atingia o coração dos pais através dos filhos, de acordo com um plano elaborado pelo desprezível apóstata Levi Ben Shem-Tov.

Reinou o terror. Cientes de que algo muito grave estava a preparar-se para acontecer em breve, muitas famílias israelitas saltaram a fronteira e embarcaram de todas as formas que conseguiram, rumo a Marrocos, Tunísia e muitos outros lugares de refúgio, mais ou menos distantes. Não é fácil imaginar, aos olhos de homens da actualidade, como é que se viajava tanto e tão rápido nessa época. Nas palavras de Cecil Roth, *“a este período pertence provavelmente a fundação das comunidades portuguesas em Salónica, Esmirna e noutros pontos do Levante”*.¹³

Aproximava-se o mês de outubro e com ele a data final estabelecida para a saída do Reino. Dos três portos de embarcação prometidos – Porto, Lisboa e Algarve –, só o da capital se manteve, despojado da maioria dos barcos, para que poucos pudessem encetar viagem. Rabinos, ricos, pobres, eruditos e indiferentes, todos eles à mistura com os mais nobres bastiões do judaísmo ibérico, foram tratados como se não fossem seres humanos.

Dezenas de milhares de pessoas foram arrastadas à força pelos cabelos para as pias baptismas. No Porto, os muros da Judiaria do Olival foram deitados abaixo com estrépito e os símbolos judaicos apagados, incluindo o cemitério que já contava séculos de existência e acolhia Isaac Aboab, o último “Gaon” de Castela. Toda a zona da Judiaria passou a ser designada, até aos dias de hoje, por “Vitória”, uma possível alusão à vitória do catolicismo sobre o judaísmo.

No interior do Mosteiro de S. Bento da Vitória (construído sobre casas demolidas da Judiaria) encontra-se uma inscrição em latim representativa desta ideia. A mesma poderá ser traduzida da seguinte forma: *“Aquela que fora sede das trevas, é o palácio do sol. Expulsas as trevas, triunfa o sol bento”*.

Hoje praticamente não há registos históricos da presença milenar dos hebreus no Porto devido à ferocidade que envolveu o Édito de expulsão. O Porto de então, com cerca de 15

¹³ Cecil Roth, “A História dos Marranos”, Civilização Editora, 2001, p. 60.

mil residentes, para além da população do Grande Porto, em pelo menos igual número, que ali sempre acorria, assistiu à destruição de tudo o que pudesse lembrar o judaísmo: Sinagogas, escolas, epígrafes, livros, documentos, alfaías religiosas, o campo-santo do enterramento dos mortos e, em rigor, a própria palavra judeu desapareceu.

A comunidade judaica que vivia em Portugal, e no Porto, em 1496, era das mais cultas e letradas do mundo. Ao Édito de “expulsão do judaísmo” de Portugal seguiu-se o confisco de toda a propriedade judaica, de que não foram excepção, bem pelo contrário, foram prioridade, os livros, sob pena de morte dos seus proprietários.

Viveram-se tempos de imensa tristeza e comoção. O Rabino Abraham Sabba foi obrigado a entregar a sua colecção de centenas de livros no Porto, de onde saiu a chorar. Houve casos similares por todo o país. Muitos dos livros judaicos foram queimados e outros foram vendidos pelas autoridades a colecionadores de todo o mundo.

Muitos judeus portuenses – verdadeiros judeus diga-se, porque filhos de mãe judia, pese embora a pele de cristãos-novos que o Reino esforçadamente lhes pôs em cima – terão conseguido abandonar a cidade e rumar para outras paragens, mormente para o estrangeiro e para os meios rurais do Norte e das Beiras do país, onde, sujeitos a menor vigilância, poderiam perpetuar as suas tradições com mais facilidade. Uma boa parte permaneceu, porém, na “Cidade Invicta”, lado a lado com a maioria cristã-velha, e vestindo os mesmos trajes dela, tal como outrora se havia vestido como os muçulmanos, os germanos e os romanos.

O idioma hebraico, o ensino do Tanach, os Rabinos, as mikvaot, os rituais do nascimento, da vida e da morte, tudo isso foi apagado em poucos anos, por força das cruéis circunstâncias. O sentimentalismo dos apaixonados, que sempre tende a ver um judaísmo secreto durante séculos, não leva em conta o aculturamento pelo fogo a que o povo visado foi sujeito. Nem mesmo o calendário hebraico, que marca datas relevantes a celebrar, existia em qualquer lugar.

Apesar de tudo, o Édito de D. Manuel não se fez sentir no Porto de forma idêntica ao que ocorreu noutras latitudes. Muitos fugiram, mas não houve uma debandada geral. Os israelitas, em regra, aceitaram a sua conversão ao catolicismo, embora secretamente mantivessem a sua fé no Deus de Israel que procuravam encontrar no “Novo Testamento” católico e já não no *Tanach* judaico.

Agora que o judaísmo era oficialmente proibido, os antigos moradores do Olival estabeleceram residências noutros pontos da cidade, sobretudo na zona da Ribeira.

As suas Sinagogas abandonadas – escreveu Arthur Carlos Barros Basto – foram-se arruinando com o tempo e as orações e salmos que ali eram recitadas e cantados passaram a ser murmurados em oratórios improvisados nas residências dos falsos cristãos, dando assim origem ao criptojudaísmo praticado por aqueles que não puderam fugir ou que por amor intenso estavam presos à bela terra portuguesa, onde repousavam desde há séculos os seus antepassados.¹⁴

Em 1536, foi implantado em Portugal o Tribunal do Santo Ofício, destinado a julgar os crimes contra a fé e a pôr cobro às heresias e apostasias. A negação dos factos por parte do suspeito implicava meses ou anos de prisão e torturas horríveis até uma nova audiência. O preso suportava todas as despesas do ergástulo, do processo, da tortura sobre si próprio e, se condenado, perdia todos os seus bens. A maioria dos absolvidos chegava ao final completamente arruinada.

¹⁴ Barros Basto, “Os Judeus do Velho Porto”, Separata da Revista de Estudos Hebraicos, Lisboa, 1929, p. 106.

O sistema inquisitorial, que se prestava a denúncias sem um único fundamento que não o ódio e a inveja, durou cerca de três séculos, um tempo interminável numa sociedade de base fundamentalmente rural.

Desde o princípio da História – aponta Cecil Roth –, provavelmente não houve ponto da Terra em que uma perseguição tão sistemática e tão longa tenha sido perpetrada por causa tão inocente.¹⁵

Cobradores de impostos, nobres, cavaleiros de ordens militares, políticos, livreiros, professores, advogados, artesãos, mercadores, pasteleiros, padres, frades, freiras, estudantes e até crianças de escola foram perseguidos, em processos passados a escrito por funcionários em condições do máximo segredo. Os nomes dos denunciadores eram suprimidos.

O historiador judeu acabado de citar conta que um fidalgo português, para libertar o seu médico católico (de família com uma longa história católica, de observância impecável) das garras da Inquisição, que o obrigara, sob tortura, a confessar falsamente o seu judaísmo, capturou o inquisidor e, sob igual método, extraiu dele idêntica confissão.

De facto, a Inquisição, para além dos males a que votou os israelitas, muitas vezes acusou e condenou pela prática de heresias judaizantes cristãos-velhos genuínos, para se locupletar com os seus bens. A única forma de os acusados salvarem as suas vidas e porem fim a torturas infinitas era confessarem culpas imaginárias e práticas judaicas falsas, expondo, então, como “heréticas”, as suas famílias que na realidade não eram judias, mas sim impecavelmente católicas. Desta forma, o número de “judeus” falsos estava permanentemente a crescer.

Em 1543, o Porto assistiu ao seu primeiro espectáculo inquisitorial. A instauração de um Tribunal da Fé na cidade deveu-se ao Bispo, um carmelita enraivecido, de carácter impetuoso e inflexível, a quem os cristãos-novos portuenses tinham apontado algumas ilegalidades no processo de construção de uma igreja na Rua de S. Miguel.

Nas palavras de outro historiador judeu, Meyer Kayserling:

Os piores criminosos e as mais depravadas mulheres foram utilizados para testemunhar em falso contra os criptojudeus. Tudo isto foi obra de um Bispo, do mesmo homem que, poucos anos depois, teve a coragem de esbravejar no Vaticano contra a decadência dos costumes em Roma.¹⁶

Quando se estabeleceu a Inquisição no Porto, a Câmara Municipal criou tão elevado número de entraves ao Inquisidor, que este dirigiu uma queixa ao Rei, acusando a edilidade de tudo fazer para proteger os cristãos-novos, numa cidade onde começava a haver muitas notícias de casamentos mistos, entre aqueles e os cristãos-velhos.

O Tribunal da Inquisição do Porto só esteve activo entre 1542 e 1544, com dois autos-de-fé junto à Porta do Olival, onde umas dezenas de cristãos-novos foram penitenciados por alegadamente manterem práticas judaicas. Foi dado como provado contra alguns dos acusados que não haviam comido carne de porco, nem caça, e nem peixe sem escamas, haviam festejado o Sábado, Pessach e outras festas judaicas e que, durante vários dias do ano, haviam jejuado amiudadas vezes até ao anoitecer.

Conta-se a respeito de ambos os autos-de-fé que aqueles que foram para a fogueira terão dito que morriam com gosto para se livrarem da tortura e do suplício inquisitoriais. É muito

¹⁵ “A História dos Marranos”, p. 103.

¹⁶ “A História dos Judeus em Portugal”, pp. 204-205.

duvidoso que tal tenha acontecido. Certo é que eram todos muito ricos e que os seus bens foram perdidos para o Tribunal que os julgou.

Findo o Tribunal da Fé no Porto, e após um breve período sob o jugo do Tribunal de Lisboa, coube ao Tribunal da Inquisição de Coimbra tutelar os demais processos atinentes à cidade portuense. Até ao fim oficial da Inquisição em 1821, foram perseguidos cerca de 900 cristãos-novos da cidade portuense, tendo o mais novo 10 anos de idade e o mais velho 110.

As primeiras gerações de cristãos-novos, até ao final do século XVI, ainda conheciam perfeitamente a sua genealogia matrilinear. Eram ainda judeus, cada vez mais incultos, mas sem dúvida partes integrantes do Povo do Livro. O pouco que praticavam da religião talmúdica, nos mais privados esconderijos, podia ser considerado judaísmo, sendo que só posteriormente surgiu outro tipo, bem diferente, de religião e de ser religioso: o marranismo e o marrano.

Muitos cristãos-novos obtinham licença régia para deixar Portugal numa certa direcção, quantas vezes para uma peregrinação a Roma, mas assim que podiam tomavam rota diferente, para bem longe da terra pátria, nas Áfricas ou na Flandres, para daí viajarem para o Império Otomano e se livrarem do crucifixo.

À chegada do século XVII, Gabriel da Costa, destinado ao estudo da advocacia, teve um assomo de sangue judaico, trocou o catolicismo obrigatório pelo judaísmo, convenceu mãe e irmãos a viajarem para Amesterdão e ali reingressaram todos no Povo de Israel. Tomou o nome hebraico de Uriel – Uriel da Costa – mas não tardou a pôr em causa o rabinismo e os excessivos rigores do Rabinato de Amesterdão. Acabou alvo de um chérem, que pode ser traduzido como uma excomunhão judaica, episódio que viria a repetir-se com o conterrâneo, também de origem portuguesa, Baruch Espinosa.

Na capital do Norte de Portugal, nada mudara.

O zelo inquisitorial não diminuía. Em 1618, toda a cidade do Porto entrou em grande alvoroço depois da prisão de quase todos os mercadores “cristãos-novos” que controlavam o comércio com as colónias.¹⁷

De facto, nesse ano, uma Visitação levou à detenção de 128 supostos cristãos-novos de grande relevância social. Tinha passado pouco mais de um século desde o Édito Manuelino. Ainda se sabia minimamente quem era quem. É provável que a maioria dos perseguidos fosse ainda realmente judia, até devido às posições sociais que ocupavam.

Seja como for, no ano em questão verificou-se um caso único no mundo de resistência à Inquisição por parte das autoridades municipais, judiciárias e religiosas da cidade. A importância dos hebreus portuenses ao longo dos séculos levou as autoridades locais, em sua defesa, a fazer frente ao Visitador, ao ponto de o tribunal da Relação ter mandado cercar o tribunal eclesiástico para evitar que alguns prisioneiros fossem levados para Coimbra. Agastado, o Visitador Sebastião Noronha viajou para Madrid para fazer queixa ao Rei D. Filipe.

Aquela Visitação logrou dilacerar o sistema social, económico e financeiro da cidade. Esmagados os “homens de negócios”, assistiu-se, então sim, a uma grande onda migratória de cristãos-novos, que disseram adeus à terra dos seus antepassados, levando saudades para os quatro cantos do mundo. O momento foi marcante.

Num escrito de 1623, o Município portuense lamentou a perda da sua muito empreendedora e bem-sucedida comunidade cristã-nova, que foi arrancada à cidade,

¹⁷ “A História dos Marranos”, p. 77.

roubada mesmo, pelo fanatismo religioso: *“A gente de negócios, se alguma existiu nalgum tempo nesta cidade, cessou com as prisões que houve pelo Santo Ofício.”*¹⁸

Nesta época era quase impossível distinguir o que era judeu, o que era marrano e o que era católico. O infiel, longe de praticar um judaísmo clandestino minimamente correspondente ao original, já não sabia a genealogia de sua mãe e cantava rituais mais semelhantes ao catolicismo do que ao judaísmo. Muitas gerações haviam crescido imersas num quadro de catolicismo estrito que rejeitava como crime tudo o que fosse judaico.

Os cristãos-novos em geral, obrigados a marcar presença na igreja e que rezavam o “terço” bem alto para os vizinhos ouvirem, acreditavam que a salvação só era possível na Lei de Moisés, respeitavam o Shabat no pensamento, casavam entre si, ajustavam os casamentos de seus filhos e faziam por ser enterrados em solo virgem e no meio dos seus familiares. Não faziam muito mais do que isso. Supor que em algum momento existiu uma Sinagoga secreta onde se reuniam fiéis é supor o absurdo.

O romantismo da maioria dos historiadores não tem razão de ser. Certa vez, perguntado sobre que conhecimentos de judaísmo tinham os portugueses chegados a Amesterdão ou a Londres nessa época, Cecil Roth não hesitou em responder aberta e claramente com uma só palavra: nada.

Os cristãos-novos, na sua grande maioria, foram tão assimilados durante tanto tempo na terra pátria, que se perderam totalmente para o judaísmo, abraçando muitas vezes a diáspora como bons cristãos. Também Espinosa, no seu *Tractatus Theologico-Politicus*, escreveu a respeito do judaísmo dos cristão-novos, dizendo que *“nada restava dele, nem mesmo a memória”*.

Voltando ao Porto e às consequências da Visitação de 1618, apesar de alguns cristãos-novos terem ficado diluídos entre a população, um muro de silêncio caiu pesadamente sobre eles, que fugiram e que se integraram, e estiveram integrados, durante trezentos anos, noutras comunidades judaicas ao redor do mundo, sobretudo no mundo hoje tido por ocidental, no Norte de África e por todo o antigo Império Otomano.

As famílias judias que, há pelo menos dois milénios, habitavam Sefarad, haveriam de permanecer juntas.

*Na linha das conexões entre o judaísmo português e espanhol, é interessante acrescentar que a associação fraterna entre um e outro continuou após a expulsão: um e outro constituíram a grande família sefardita.*¹⁹

A Inquisição, que permaneceu viva até ao início do século XIX, haveria de deixar mais de 40.000 processos para a posteridade analisar. O fim da Inquisição deixou também uma pergunta no ar. Quem era realmente judeu entre a multidão de perseguidos e condenados? A questão, sobre a qual já deixamos duas notas atrás, nunca se coloca.

É importante sublinhar que a esmagadora maioria das vítimas inquisitoriais, durante três séculos, não beneficiava da qualidade de judeu à luz da Halachá, único critério admissível na determinação daquela qualidade. Trata-se de uma questão importante. Durante as primeiras gerações de conversos, a comunidade cristã-nova, e só ela, ainda sabia quem era judeu ou

¹⁸ Arquivo histórico da Câmara Municipal do Porto, Livro V, n.º 44, fl. 34, citado por Elvira Mea em “Os Portuenses Perante o Santo Ofício - Século XVI”, I Congresso sobre a Diocese do Porto, Tempos e Lugares de Memória, Vol. III, Porto/Arouca, 2002, p. 430.

¹⁹ “La Juderia (“Comuna”) de Oporto”, p. 167.

não, por guardar na memória quem era fruto, ou não, de uma linha matrilinear de mães judias. Ao contrário, para o Santo Ofício, a qualificação de alguém como judeu (“cristão-novo”) era realizada ao arrepio da lei judaica e estava apenas ligada a pretensas, supostas e nebulosas heresias judaizantes.

A Inquisição não tinha Rabinos, descruzava a Halachá e é forçoso afirmar que era uma “*fábrica de judeus*”, não de verdadeiros judeus, mas de judeus fictícios.

*Multiplicavam-se, sim, os judeus, desde que se entenda por judeu todo o indivíduo que o processo do Santo Ofício declarava como tal, mais os seus descendentes e parentes até um grau bem longínquo. (...) Já o célebre Frade Domingos de São Tomás, da Ordem dos Pregadores e Deputado da Inquisição, costumava dizer que, assim como na Calcetaria havia uma casa em que se fabricava moeda, assim havia outra no Rossio onde se faziam judeus, ou cristãos-novos, porque sabia como eram processados os que tiveram a desgraça de ser presos.*²⁰

Nos séculos XVII e XVIII, descendentes de cristãos-novos do Porto, reconvertidos ao judaísmo, haveriam de ocupar destacadas posições nos meios judaicos de África, do antigo Império Otomano, na Itália, Holanda, Inglaterra, Ásia e outros lugares, cabendo lembrar, à cabeça, o papel dos familiares do último “Gaon” de Castela, desde logo o seu bisneto, o sábio Emanuel Aboab.

Século XIX

Devido ao Édito Manuelino e à actuação inquisitorial que durou 285 anos, o Douro pôde testemunhar quão doloroso e marcante foi o sumiço dos primitivos habitantes da cidade do Porto a que se dava o nome de judeus. Só após a abolição oficial da Inquisição alguns israelitas denominados “sefarditas”, por terem antigas raízes em Sefarad, começaram paulatinamente a regressar a Portugal, estabelecendo-se em Faro, Açores, Lisboa e no Porto, a segunda maior cidade do país e grande capital da indústria.

Estes homens e mulheres eram provenientes não apenas de Marrocos e Gibraltar, mas também de Veneza, Londres, Marselha e de outras latitudes. Ostentavam os apelidos Abudarham, Amzalak, Abohbot, Anahory, Azavey, Azulay, Benhanon, Benchimol, Bensabat, Cohen, Danino, Ezaguy, Ohayon, Serfaty e outros.

A existência da comunidade sefardita portuense foi confirmada, em 1867, pelo Rabino e historiador judeu alemão Meyer Kayserling, já antes citado. Após visitar Portugal, este grande conhecedor da história e da literatura do judaísmo da Península Ibérica publicou o livro “Geschichte Der Juden in Portugal”, onde pode ler-se que, após a abolição da Inquisição, uma comunidade judaica de centenas de pessoas estabeleceu-se em Lisboa e “*uma comunidade menor fundou-se no Porto*”.²¹

Sir Moses Montefiore (1784-1885), um filantropo britânico nascido em Livorno no seio de uma família judia sefardita, durante mais de cinquenta anos bebeu vinho do Porto. Conta-se que, nas horas que antecederam a sua morte, bebeu três taças de Porto. É sabido que Montefiore era um judeu estritamente religioso, donde se segue que o vinho do Porto

²⁰ António José Saraiva, “Inquisição e Cristãos-Novos”, 1969, pp. 175, 183, 184.

²¹ “A História dos Judeus em Portugal”, p. 292.

que ele consumia tinha de ser *kosher*, i.e., controlado por judeus ortodoxos desde a vindima até ao engarrafamento. A explicação mais razoável é que o vinho por ele consumido tenha sido produzido por, ou com a ajuda de sefarditas residentes no Porto.

São pouquíssimos os registos objectivos de sefarditas no Porto naquela época. Existem referências a pequenas firmas e negócios das famílias Buzaglo, Anahory e Aflalo. O caso mais sonante, singular embora, até agora descoberto, de um judeu sefardita portuense, é o de Jacob Bensabat (1823-1898), um poliglota nascido em Gibraltar no seio de uma família judia, que tutelou o ensino de língua inglesa do Liceu Central do Porto e foi autor de uma vastíssima obra que ainda hoje é uma referência no ensino em Portugal. Neto da maior autoridade rabínica de Marrocos, Bensabat ensinava que o Inglês era o idioma dos negócios e o Francês, o das relações diplomáticas.²²

A família Anahory, hoje dispersa por Portugal em múltiplos ramos, retém na memória que alguns dos seus membros viviam no Porto no século XIX e que existia uma Sinagoga numa estreitíssima rua da cidade²³. De qualquer forma, o esquecimento tragou os exactos lugares onde, no Porto, durante o século XIX, para uso de sefarditas, e quiçá de ashkenazitas também, terão funcionado, porventura por períodos de tempo muito curtos, pequenas Sinagogas privadas, ou seja, salas de oração em residências particulares. Mesmo no início do século XX, em 7 de março de 1905, um jornal açoriano – a “Persuasão” – publicou uma notícia relativa a sefarditas com ligações ao arquipélago, dizendo que os mesmos iriam abrir uma Sinagoga no Porto, tal como tinham inaugurado outra em Lisboa.

Em poucas palavras, é certo que a comunidade sefardita do Porto existiu no século XIX, mas não se desenvolveu e não se solidificou em associações religiosas e culturais ou diferentes centros judaicos que houvessem deixado a sua marca, provavelmente porque essas famílias judias tinham como âncoras as comunidades e organizações instaladas previamente em Lisboa, Faro e Açores. Face à inexistência de um cemitério judaico na cidade, as pessoas, quando falecidas, eram seguramente sepultadas nos talhões não-católicos dos cemitérios municipais, nos cemitérios britânicos de Porto, Lisboa e Figueira da Foz e nos cemitérios judaicos daquelas outras comunidades.

Certo é que, no final do século XIX, a comunidade judaica da cidade era já essencialmente ashkenazita, sobretudo alemã. O primeiro registo de um nascimento refere-se a Carlos Cudell Goetz, nascido a 13 de Maio de 1897, filho do judeu industrial alemão António Goetz, que viveu na freguesia de Cedofeita ainda no século XIX. Carlos viria a tornar-se empresário, inventor e fotógrafo de renome internacional.

Século XX

Antes, durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, com a chegada ao Porto de judeus da Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Polónia e Lituânia, a comunidade ashkenazita já então existente rapidamente se desenvolveu. Dela fizeram parte famílias com os apelidos Cohen, Goldschmidt, Reisman, Goetz, Kimpel, Rosenthal, Kieper, Feldmann, Gotscher, Kolitzus, Naup-ton, Hitzmann, Rothgang, Feist, Zoller, Karlheinz, Wigder, Neumann, Friedman, Yanovsky, Sorin, Stern, Halpern, Roskin, Knikinsky (muitas vezes escrito Kniszinsky), Schuman, Bronstein, Levy, Goold, Levithin, Lieberman e outros.

²² Arquivos da Comunidade Judaica do Porto e Arquivo da investigadora e jornalista Miriam Assor.

²³ Testemunho de Rui Anahory.

Por volta de 1920, a comunidade judaica do Porto era constituída por cerca de trinta famílias de pequenos comerciantes da Europa de Leste, todas elas à procura de uma vida melhor, que costumavam reunir-se em casas particulares. Intimamente relacionadas entre si, pelo casamento, as famílias daquela colónia judaica dividiam a sua vida entre o Porto, a sua base empresarial, e a capital do país, onde existia uma infra-estrutura judaica muito desenvolvida ligada à comunidade sefardita local.

Os mais conhecidos elementos da comunidade ashkenazita eram Chaim Sorin, Leon Sorin, Yitchok Yanovsky, Shepsl Yanovsky, Herschel Yanovsky, Tobias Stern, Armand Halpern, David Halpern, Hoshea Roskin, Menasseh Knikinsky, Meir Knikinsky, Abicin Schuman, Haim Bronstein, Ezra Bronstein, Ber Levithin, Abraham Lieberman, Giuseppe Levy e Gregoy Goold, aos quais se dedicam algumas linhas caracterizadoras a seguir, com base nos arquivos da Comunidade Judaica do Porto e da investigadora Miriam Assor, filha do lendário Rabino da Comunidade Israelita de Lisboa, Abraham Assor.

Yitchok Yanovsky, casado com Nusia Terlo, ambos de Lunna, na Bielorrússia, montou no Porto um lucrativo negócio de pedras preciosas. O seu irmão, Shepsl Yanovsky, casado com Rachel Kaplan, ajudou-o nas suas actividades durante quatro anos e posteriormente regressou a Lunna, donde partiu para a Palestina, levando consigo uma carta de Yitchok para se apresentar como “capitalista” no consulado britânico.

Ber Levithin e Herschel Yanovsky, também de Lunna, faziam parte da comunidade judaica da cidade do Porto. O último era casado com Leah Sorin e primo dos mencionados Yitchok e Shepsl. Foi a conselho deles que viajou para Portugal e colocou anúncios nos jornais judaicos de Varsóvia “Der Moment” e “The Heint” incentivando outros correligionários a fazerem o mesmo. Os primeiros a seguir tais conselhos foram a irmã e os irmãos de Leah: Chaim, Leon e Rivka.

Rivka Sorin, casada com Tobias Stern, e Leon Sorin, casado com Helen Klain, instalaram-se na Rua do Bonjardim n.º 120. Quanto a Chaim Sorin, que havia sido ordenado Rabino e considerado pelos seus correligionários um importante especialista em diamantes, era casado com Hanna Halpern, que se fazia acompanhar de parentes, David e Armand Halpern, que tinham negócios, no Porto, com Abicin Schuman, aliás Abraham Schuman, casado com Régine Reisman (nascida no Porto, a 12 de Dezembro de 1897), filha do industrial ashkenazita alemão Nachman Reisman.

Abraham era um químico industrial de Smolensk, na Rússia, embora nascido em Varsóvia, tal como outros “polacos” da comunidade, assim como Abraham Lieberman, Nathan Beigel e outros que foram chegando ao Porto ao longo de toda a década de 20, juntamente com Haim Bronstein (de ascendência russa e romena) e os irmãos Meir e Menasseh Knikinsky (Bendov) da Lituânia.

Branca Roskin, sobrinha de Meir por casamento, desde nova noiva de Menasseh, trouxe consigo o pai, Hoshea, que também vinha da Lituânia. A empresa familiar gravitava em torno de duas lojas de peles na Rua de Santa Catarina, n.º 355, e na Rua Brito Capelo, n.º 226, em Matosinhos.

Os *ashkenazim* não paravam de chegar ao Porto. Ezra Bronstein, sua esposa Manye e sua filha Hanna nasceram em Odessa, local de perseguições brutais nos primeiros anos de 1900 e com o advento do comunismo em 1917. Todos fugiram com destino a Portugal, uma viagem trágica. Na floresta, o filho do casal e irmão de Hanna perdeu a vida.

Mesmo assim, aquela família destrozada não desistiu da ideia de vir para Portugal, dado que a irmã de Ezra, Regina Bronstein, e seu cunhado, Moises Liberman, já se haviam estabelecido no país, uns anos antes, em 1913. Era um conforto possível, uma rede de apoio familiar.

Chegado ao Porto, moído de sofrimento, Ezra tornou-se proprietário de uma pequena fábrica de malhas e tecidos, e a sua família fixou-se na Travessa das Condominhas, num antigo edifício de dois pisos. A filha do casal, Hanna Sabina Bronstein, acabou por se tornar madrinha de Samuel Yanovsky, que ainda hoje, nonagenário, é um distinto associado da Comunidade Judaica do Porto.

Os “cinzentos” ashkenazitas, muito poucos, todos estrangeiros, eram demasiado cautelosos para se envolverem em políticas associativas que implicassem desnecessárias burocracias e, muito menos, quotizações e responsabilidades para com o Estado, pelo que nunca deram um cunho oficial e legal à comunidade que, de facto, constituíam.

A inexistência de uma direcção central, a irreligiosidade da maioria dos seus membros e a natureza discreta destes, outrora vítimas de perseguições nos seus países de origem, explica a falta de registos de quaisquer actividades religiosas e culturais. A pequena comunidade judaica portuense vivia na clandestinidade.

Ficou exposta, em traços muito gerais, a comunidade judaica do Porto *ashkenazi* que, em 1921, recebeu no seu seio uma família judia portuguesa, encabeçada por um militar de grande vigor e intelectualidade. O nome dele era Arthur Carlos de Barros Basto e convertera-se ao judaísmo no ano de 1920 em Tânger. A sua mulher, Lea Azancot, filha de um judeu marroquino e de uma senhora católica, também se convertera ao judaísmo, em Lisboa, aproveitando a passagem na cidade de um importante Rabino da Palestina.²⁴

Superando a natureza introvertida de dezassete irmãos de fé da Europa Central e de Leste – Yitchok Yanovsky, Shepsl Yanovsky, Herschel Yanovsky, Leon Sorin, Haim Sorin, Tobias Stern, Armand Halpern, David Halpern, Hoshea Roskin, Menasseh Knikinsky, Meir Knikinsky, Abicin Schuman, Haim Bronstein, Ezra Bronstein, Ber Levithin, Abraham Lieberman e Gregoy Goold –, no ano de 1923 o Capitão Barros Basto convenceu-os a constituir uma associação chamada Comunidade Israelita do Porto (CIP) semelhante à “Comunidade Israelita de Lisboa” (CIL), constituída duas décadas antes.

À sombra da comunidade judaica estrangeira da cidade “Invicta”, nasce a associação CIP presidida pela única pessoa que, em boa verdade, era realmente apta a fazê-lo: o português, oficial do Exército. Para o exercício dos fins estatutários da nova associação, são criadas cinco secções: “Signo Vermelho” para ajudar hospitais, “Instrução Israelita” para a criação de escolas, “Culto Israelita” para o ensino religioso, “Patronato dos Trabalhadores” para a assistência pelo trabalho e “Repouso Eterno” para cuidar dos mortos.

O Capitão, um idealista com horizontes imensos, muitas “vidas”, que fora teísta de diversas índoles, escritor, maçom, revolucionário e participara com bravura na I Guerra Mundial, logo pensou em religar Portugal com as comunidades de rito português do mundo inteiro e restabelecer o antigo Rabinato-Mor de Portugal. No entanto, para isso ele necessitava de meios financeiros.

Para obter tais meios, o Capitão lembrou-se de juntar ao descrito plano um outro que tinha em vista atrair e resgatar para o judaísmo oficial a população marrana que vivia em zonas de Trás-os-Montes e das Beiras. A tentativa de resgate dos marranos, descendentes

²⁴ Inácio Steinhardt e Elvira Mea, “Ben-Rosh – Biografia do Capitão Barros Basto, O Apóstolo dos Marranos”, Afrontamento, 1997, p. 35.

de cristãos-novos que praticavam ainda alguns rituais judaicos descaracterizados, visava causar, como realmente causou, um grande impacto sentimental na comunidade sefardita de origem portuguesa em muitos países.²⁵

Uma aventura estava prestes a iniciar-se. Desde que, no decorrer do ano de 1926, o Capitão recebeu na CIP três indivíduos marranos, de genealogia matrilinear desconhecida, que comiam carne de porco e estavam imersos em práticas cristãs à mistura com rituais judaicos falados em idioma português, aquele militar, voluntarioso em extremo, encabeçou um projecto pessoal, com a ajuda da comunidade sefardita de Londres, para tentar converter ao judaísmo os marranos em geral, então milhares em todo o país.

Do desafiador projecto de Barros Basto resultou um Instituto Teológico a funcionar como escola para jovens marranos, um jornal denominado “Ha-Lapid”, uma rede de contactos permanentes com organizações judaicas internacionais, bem como, a partir de 1929, a construção da grande Sinagoga Kadoorie Mekor Haim. A Comunidade Israelita do Porto tornou-se a sede de todas as operações atinentes à tentativa de resgate do marranismo português.

O Capitão era um homem culto e letrado, na área militar e na história judaica, com inúmeras investigações, publicações e conferências realizadas a respeito. O nome escolhido para a Sinagoga – Mekor Haim, que significa Fonte de Vida – inspirou-se na famosa obra filosófica do “Platão-judeu”, Shlomo Ibn GabiroI.

Independentemente da beleza da Sinagoga que estava a ser construída no Porto, e cuja inauguração só ocorreu em 1938, *“Os marranos queriam manter-se à parte do “mainstream” judaico, como grupo ‘mudeu’ [mistura de marrano com judeu], de velhas crenças já fortemente temperadas por 500 anos de cristianismo e sem ligações com o judaísmo tradicional, por mais liberal que este fosse. E isto o judaísmo não podia aceitar.”*²⁶

A “Obra do Resgate” foi uma obra gigantesca, imensa, que jamais tinha sido tentada em lugar algum, muito menos por um homem sozinho, por vezes montado a cavalo, em serras e montes, sem acompanhamento de Rabinos ou quaisquer outras condições para realizar educação judaica em massa e até “conversões” ao judaísmo. O resultado adivinhava-se desde o início. Os marranos não abandonaram a sua religião particular (o marranismo) e o Capitão, para cúmulo, viu-se abatido pela maior das injustiças que um homem bom, trabalhador e generoso pode enfrentar.

Ao fim de mais de uma década de trabalho em prol da Comunidade Judaica do Porto, e quase oito anos de “Obra do Resgate”, Barros Basto foi alvo de denúncias anónimas caluniosas que lhe imputavam falsamente os então crimes da moda, de cariz sexual, concretamente a pederastia e a homossexualidade. Inspiradas e instigadas por duas famílias de Hamburgo e Odessa que pretendiam gerir os donativos vindos do estrangeiro para o resgate dos marranos, as denúncias partiram de quatro jovens marranos, sobretudo três deles, que eram alunos do Capitão no Instituto Teológico Israelita do Porto e que tinham rivalidades com outros pares.

Apesar de a Polícia de Segurança Pública, após um breve inquérito, ter concluído que aquelas denúncias eram caluniosas e tinham na sua base rivalidades internas no seio da organização CIP (na verdade, mediocridades, invejas assassinas e falsas acusações de comportamento violento e de desvio de donativos do estrangeiro), o Estado português aproveitou a oportunidade para destruir o bom-nome do visado, os equilíbrios que ele mantinha na Comunidade e o seu papel de garante da legalidade regulamentar e de principal motor de todos os departamentos.

²⁵ Arquivos da CIP e arquivos da neta do Capitão, Isabel Lopes.

²⁶ Arnold Diesendruck, “Os Marranos, 1920-1950”, 2000, p. 52.

Das denúncias anónimas caluniosas resultou um processo criminal e um processo disciplinar que tiveram o objetivo de arrastar o visado para os tribunais durante anos, destruir a sua vida e abater uma Comunidade judaica muito activa em termos de vida religiosa (tudo o que dizia respeito ao judaísmo) e cultural (tudo o que dizia respeito ao marranismo). Assim nasceu o caso “Dreyfus português”.

Em 1937, o tribunal reconheceu que as denúncias contra o Capitão eram falsas, mas ainda assim o Estado, que significativamente havia investigado a vida dele até ao último detalhe, deu como provado que ele havia participado em operações de circuncisão dos seus alunos, considerou imoral esse comportamento, improvisou a sua separação do Exército e destruiu a então pujante Comunidade Judaica do Porto, que só renasceu, já no século XXI, concretamente em 2012.

Durante e depois da sua construção, o edifício da Sinagoga ficou entregue às famílias *ashkenazi* da cidade – Yanovsky, Knikinsky, Roskin, Beigel, Rabinovich, Finkelstein, Cymerman, Pressman, Oppenheim e outras – e acabou por desempenhar um papel importante no acolhimento de refugiados durante a Segunda Guerra Mundial, seguindo-se, todavia, décadas de grande vazio e desolação, pese embora sempre existissem na cidade judeus em número mais do que suficiente para constituir um *minyan*.

Certo é que, por muito tempo, a CIP/CJP nunca preencheu função alguma de quantas se poderiam esperar de uma organização judaica reconhecida juridicamente por um Estado, tal como a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim não desempenhou a missão que se poderia esperar de um edifício enorme com todas as condições para ser um centro judaico regional.

Século XXI

No dobrar do milénio, no seio da Comunidade existia um sentimento generalizado de que a sua história estava impregnada de vazio, tal como a da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, um prédio imenso povoado de fantasmas. Tudo fazia pressupor uma centúria bem pior do que a antecedente. As palmeiras do jardim tinham falecido, o edifício majestoso foi-se cobrindo de musgo e do seu interior ouviam-se sons de brigas terríveis, com uma organização proselitista israelita metida ao barulho, desejosa de afastar da Comunidade os judeus de nascimento e de provocar conversões em massa de indivíduos que falsamente se diziam marranos.

Somente a partir de 2012 foi possível colocar ordem regulamentar na Comunidade e operar um amplo processo de reabilitação do Capitão Barros Basto, da Sinagoga e da congregação que finalmente religou a colónia judaica portuense a todo o mundo judaico e ao judaísmo internacional e que fez da CIP/CJP (novo nome da CIP) uma das organizações judaicas singulares mais fortes do mundo no conjunto religião, cultura, educação e utilidade social.

Em poucos anos assistiu-se ao crescimento numérico de 1000% da comunidade e uma intensa obra teve lugar: a reabilitação incrível da vida judaica na Sinagoga Kadoorie e a construção de centros para jovens judeus, de estabelecimentos *kosher*, do cemitério judaico da cidade (que tinha sido destruído em 1497), dos Museus Judaico e do Holocausto do Porto, do Cinema Judaico, a produção de três longas metragens sobre uma história de séculos, o tratamento dos processos inquisitoriais em perigo de apodrecimento na Torre do Tombo, a elaboração da maior biblioteca judaica de Portugal e Espanha, o combate ao

antisemitismo e as muitas doações para pobres, doentes, idosos, hospitais, bem como para kolelin e sinagogas de todo o mundo, para refeições de *Shabbat* em comunidades judaicas de 14 países, para o maior Chabad Center da Europa (em Cascais), para mikvaot centers, escolas e cemitérios em Jerusalém, Ashdod, Moscovo e Bangkok, para Bancos Alimentares de países vários, para acudir a catástrofes em África e na Ásia, para todos os projectos da Keren Hayesod em Israel, para as acções sociais da Diocese do Porto e para a iniciativa mundial Mukhayriq, que visa juntar novamente judeus e muçulmanos hoje tão distantes devido a incompreensões mútuas.

Uma viajante judia que conheceu comunidades em 55 países, escreveu sobre o Yom Kipur de 2021 que viveu na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim:

Gostaria de agradecer por me deixarem assistir aos cultos do Yom Kipur. Escrevi a vários amigos e familiares a contar o quão comovida eu fiquei emocionalmente. Nunca antes eu tinha ouvido uma oração tão apaixonada e cantada numa Sinagoga. Não foi somente o poder das vozes orando em uníssono que me comoveu tão profundamente, foi também o simbolismo de tantos judeus reunidos numa Sinagoga de um país que foi fortemente abalado pela Inquisição.²⁷

No ano de 2022, com cerca de 1000 membros entre famílias residentes e estudantes estrangeiros, a Comunidade exibia orgulhosamente três diferentes Sinagogas, Museu do Holocausto (que chegou a ser, no ano anterior, o espaço museológico mais visitado de Portugal), Museu Judaico, restaurantes, lojas, hotel *kosher*, escola para ensino à distância, dois jornais online, cemitério, coro masculino, galeria de pintura e até filmes sobre a sua história, designadamente as longas metragens “Sefarad”, sobre a história de um século da Comunidade Israelita do Porto, e “1618”, relativo à última Visitação Inquisitorial à cidade do Porto. Esta última produção cinematográfica, a mais internacionalmente premiada de sempre do cinema português, deu a volta ao mundo e os seus direitos foram mesmo vendidos para companhias aéreas de países árabes e muçulmanos. A Comunidade mostrava estar disposta a apressar o advento de um mundo melhor, mais tolerante, mais justo, mais divino, um verdadeiro “Malchut Shaddai” (Reino de Deus).

O espantoso e meteórico desenvolvimento da Comunidade Judaica do Porto a partir de 2012 deveu-se a um grande mazal no sentido de boas constelações cósmicas, à reabilitação do edifício da Sinagoga, à criação de um hotel *kosher*, um restaurante *kosher*, um departamento de turismo, lideranças religiosas e seculares consistentes, muito trabalho em equipa, alto nível de profissionalismo e despromoção de vaidades, maledicências e invejas. Este trabalho foi reforçado a partir de 2015 com a legislação portuguesa que devolveu a nacionalidade aos judeus de origem sefardita, voltou a ligar Portugal à sua diáspora judaica, engrossou grandemente o número de judeus portuenses e, com as receitas dos emolumentos cobrados no processo de certificação de sefardismo dos requerentes, permitiu a realização de enormes empreendimentos que de outro modo não teriam tido lugar, entre os quais os espaços museológicos, os centros de achdut, os estabelecimentos *kosher*, um campo santo para os mortos e até o Chabad Center em Cascais, propriedade da Chabad-Portugal, que assegurará o futuro do judaísmo em Portugal e que já dispõe de Rabinos em Lisboa e no Porto, neste caso numa das Sinagogas da CIP/CJP: a Kadoorie Mekor Simcha.

A chamada “lei dos sefarditas” (na verdade dois diplomas complementares: Lei Orgânica n.º 1/2013, de 29 de Julho, e Decreto-Lei n.º 30-A/2015, de 27 de Fevereiro de 2015)

²⁷ Arquivos da Comunidade Judaica do Porto.

foi um factor relevante para o desenvolvimento do judaísmo integral e da cultura judaica, no Porto e em todo o país, numa base de portugalidade. Foi com esse espírito que, em 2019, o Presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, visitou a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, conversando com judeus de múltiplas nacionalidades e dizendo que contava com eles para remarem a favor do país. Não se enganava neste ponto o experiente estadista, pois essa era a vontade de todos. Mas Rebelo de Sousa desconhecia que, nos anos imediatamente seguintes, um punhado de agentes de Estado, misturados, conscientemente ou não, com falastrões e delinquentes, iria deitar tudo a perder de uma forma escandalosa, na tentativa de destruir a “lei dos sefarditas” a qualquer custo, com graves danos para a reputação do Estado português que estão ainda muito longe de estar contabilizados.

Na verdade, o que começou por ser, nas palavras do Presidente da República, uma “*questão-Palestina do Ministro dos Negócios Estrangeiros*”²⁸, provavelmente com demasiados interesses por trás, deu lugar, com o passar do tempo, a uma impensável associação de forças diferentes (umas ligadas a elites políticas, económicas, mediáticas e judiciárias e outras ligadas à alta criminalidade) que confluíram para a perseguição total e implacável de todas as realidades judaicas significativas conectadas com Portugal: a comunidade judaica nacional mais forte, os dirigentes mais capazes, os judeus mais abastados, a B’nai B’rith Internacional Portugal e, claro, a “lei dos sefarditas”, que foi uma grande oportunidade perdida (e jamais recuperável) para o país fundado por D. Afonso Henriques, que se afunda, ano após ano, no concerto das nações.

Voltemos, porém, a 2015, porque um longo parêntesis é necessário, para analisar a forma como a nova legislação foi sentida e interpretada pela classe política, pelas comunidades judaicas portuguesas e pelo mundo judaico em geral. A única coisa que todos davam como certa era que nenhum judeu vivo tinha uma genealogia ou qualquer outro documento que remontasse até Portugal há séculos, nem a lei o exigia, bastando-se com a “*tradição de pertença a comunidades sefarditas de origem portuguesa*”.

Os legisladores optaram por duas técnicas:

- Primeira: não puseram a tónica na palavra Portugal, mas sim nas “*comunidades sefarditas de origem portuguesa*”, exemplificando as latitudes onde aquelas se fixaram: “*algumas regiões do Mediterrâneo (Gibraltar, Marrocos, Sul de França, Itália, Croácia, Grécia, Turquia, Síria, Líbano, Israel, Jordânia, Egito, Líbia, Tunísia e Argélia), norte da Europa (Londres, Nantes, Paris, Antuérpia, Bruxelas, Roterdão e Amesterdão), Brasil, Antilhas e EUA, entre outras*”.
- Segunda: fixaram exemplificativamente alguns critérios objectivos para atestar essa “*tradição de pertença a Portugal*”, tais como apelidos de família, idiomas falados ao longo da história e memória familiar atestada por meios fidedignos.

A Comunidade Judaica do Porto sugeriu ao Governo de Portugal, do PSD/CDS, que constituísse uma Comissão internacional para apreciar o sefardismo dos candidatos à nacionalidade portuguesa. O Governo desconsiderou essa ideia e, em 2015, optou por entregar às Comunidades israelitas do Porto e de Lisboa a certificação do sefardismo dos candidatos, de modo a religar Portugal com a diáspora sefardita de origem portuguesa e, de igual modo, promover a religião judaica e a cultura judaica no país.

Acrescente-se que os legisladores declararam publicamente e genuinamente que tinham por objectivos religar Portugal com os judeus de origem portuguesa espalhados por todos os

²⁸ Acta n.º 86 da CIP/CJP, 22 de setembro de 2020.

continentes (mesmo que vissem no estrangeiro e não falassem português), promover o crescimento da comunidade judaica nacional (uma das mais exíguas e insignificantes da Europa) e dar um sinal contra o antissemitismo através do assinalado acto de reparação histórica.

No seio do mundo judaico, muitos argumentaram sempre que, no rigor dos factos, o número real de judeus descendentes de judeus portugueses provavelmente correspondia aos 14 milhões de judeus existentes na Terra²⁹, atentas as 18 ou 19 gerações decorridas, num povo que sempre casou exclusivamente entre si e cujas famílias andaram permanentemente a migrar por razões de segurança, comércio e matrimónio. Descontando os raros casamentos entre primos, os números genealógicos, para cada judeu vivo no ano de 2015, eram forçosamente de centenas de milhares de ancestrais em apenas quinhentos anos: 2 progenitores, uma mãe e um pai; 4 avós, duas avós e dois avôs; 8 bisavós, 4 bisavós e 4 bisavôs; 16 trisavós, 8 trisavós e 8 trisavôs; 32 tetravós, 16 tetravós e 16 tetravôs; 64 pentavós, 32 pentavós e 32 pentavôs; 128 hexavós, 64 hexavós e 64 hexavôs; 256 heptavós, 128 heptavós e 128 heptavôs; 512 octavós, 256 octavós e 256 octavôs; 1.024 enevós, 512 enevós e 512 enevôs; 2.048 decavós, 1.024 decavós e 1.024 decavôs; 4.096 hendecavós, 2.048 hendecavós e 2.048 hendecavôs; 8.192 dodecavós, 4.096 dodecavós e 4.096 dodecavôs; 16.384 tridecavós, 8.192 tridecavós e 8.192 tridecavôs; 32.768 tetradecavós, 16.384 tetradecavós e 16.384 tetradecavôs; 65.536 pentadecavós, 32.768 pentadecavós e 32.768 pentadecavôs; 131.072 hexadecavós, 65.536 hexadecavós e 65.536 hexadecavôs; 262.144 heptadecavós, 131.072 heptadecavós e 131.072 heptadecavôs; e finalmente 524.288 octadecavós, 262.144 octadecavós e 262.144 octadecavôs. Contas feitas para 19 gerações: 1048574 ancestrais, números que reforçam a conclusão de que todo o judeu vivo na actualidade tem fatalmente origem portuguesa e castelhana à mistura com muitas outras origens, tanto mais que, no final do século XV, existiriam, em todo o mundo, pouco mais de 1 milhão de judeus³⁰.

As comunidades judaicas portuguesas do Porto e de Lisboa tinham entendimentos diferentes relativamente à expressão legal “tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa”. Enquanto a Comunidade Israelita de Lisboa interpretou esta expressão no sentido de permitir a certificação de qualquer mero “descendente” de judeus portugueses (praticamente toda a América Latina, 300 milhões de pessoas não-júdias) e contratou para esse trabalho duas senhoras não-júdias portuguesas; a CIP/CJP cingiu o número dos candidatos passíveis de certificação aos judeus descendentes das famílias tradicionais das fortes comunidades sefarditas do Norte de África, do Império Otomano e de certas cidades da Europa (pouco mais de 1 milhão de pessoas) e entregou esse trabalho ao Rabinato do Porto, cujo Rabino-Chefe era reconhecido pelo Grão Rabinato de Israel e graduado em estudos judaicos e história judaica.

Os diferentes critérios foram aceites formalmente pela Conservatória dos Registos Centrais de Portugal e validados pelo Ministério da Justiça ao longo dos anos, pese embora a CIP/CJP sempre tenha argumentado, em desabono da interpretação da CIL, que já existia uma norma para os meros descendentes de portugueses (artigo 6.º n.º 6 da Lei da Nacionalidade) e que o Estado português não teria precisado das comunidades judaicas se o objectivo fosse o de certificar não-judeus. A tradição judaica apenas revela quem é judeu e de que famílias e latitudes, não revela se um não-judeu teve um parente judeu há muitas gerações.

Face a tão diferentes critérios e departamentos de certificação, o grande número de certificações diárias tenderia obviamente a ser realizado pela Comunidade Judaica do Porto,

²⁹ Joshua Weitz, “Let My People Go (Home) to Spain: A Genealogical Model of Jewish Identities since 1492”, JW 2014.

³⁰ Joseph Jacobs, <https://www.jewishencyclopedia.com/articles/13992-statistics>

porque as grandes famílias judias sefarditas tradicionais, como os Biton e os Habib, de Marrocos e da Turquia, poderiam obter, imediatamente, certificação de sefardismo, ou mesmo membresia da CIP/CJP, ao passo que um único caso singular de um não-judeu, como o católico Nilton Coelho, do Brasil (enredado num desenho genealógico falsificável, de 15 gerações, até uma vítima da Inquisição pressupostamente judia sem qualquer evidência desse facto) teria de esperar dias, semanas ou meses até merecer uma resposta da CIL e jamais poderia ser membro desta organização visto não ser judeu.

Conforme se lê numa acta de Direcção da CIP/CJP outrora partilhada com a Comunidade Israelita de Lisboa e com a Embaixada de Israel em Portugal:

A CIL acabou por ficar com uma Comissão frágil, a trabalhar tão-só nas horas do expediente, composta por duas pessoas não-judias (apoiadas por “voluntários” não remunerados da CIL, o que, apesar de romântico, é impróprio de uma grande organização), que não actuavam sob a tutela de um Rabino ortodoxo, não dominavam o hebraico, não recebiam processos em hebraico, não pediam provas de judaísmo (que, aliás, não conseguiriam avaliar), requerendo tão-somente provas de ascendência sefardita, assim se enredando em casos complicadíssimos de não-judeus ou de ashkenazim e em árvores genealógicas de falsificação extremamente fácil, com todos os riscos associados, de tudo isto resultando um atraso imenso nos trabalhos, a fama negativa daí resultante e a conseqüente corrida dos requerentes e dos seus familiares e amigos para o Porto, onde obtinham uma resposta no próprio dia.³¹

Em março de 2022, sete anos depois da publicação do regulamento da Lei da Nacionalidade, a CIP/CJP tinha certificado cerca de 100 mil judeus de origem sefardita, na verdade menos de um décimo dos candidatos possíveis. No entanto, à entrada de Shabat, o Rabino-Chefe do Porto foi preso e a maior Sinagoga de Sefarad foi invadida por polícias armados, porque a CIP/CJP certificava mais do que a CIL e porque, no entendimento das autoridades que presidiam tais diligências, ser judeu era uma “crença religiosa” e não uma genealogia matrilinear conhecida pela tradição judaica. A estas aberrações e maluqueiras somaram-se muitas outras que a História vai registar. Enunciaremos algumas mais abaixo.

O processo criminal que levou à prisão do Rabino (que foi restituído à liberdade logo após ser ouvido por uma juíza de direito) foi montado por estruturas sociais diversas, já atrás referidas, desde logo alguns agentes de Estado, poucos diga-se, mas com real poder ao tempo em que actuaram, que apenas desejavam, desde 2015, uma “lei de conveniência” para granjear elogios internacionais a Portugal e aos seus políticos, nunca para trazer vida judaica plena para o país. Judeus em Portugal, para mais milhares e milhares, e maioritariamente israelitas, era coisa que não admitiam. Já bastava a “herança judaica”, e, portanto, há muito existia em Portugal, com Sinagogas vazias (muitas vezes para uso quase exclusivo de turistas), memoriais sobre perseguições inquisitoriais, gritos de morte ao salazarismo, cerimónias de homenagem a Aristides de Sousa Mendes e celebrações de datas especiais com direito a fotografia e tomada de declarações.

De facto, entre as elites dominantes, lamentáveis indivíduos temiam a pretensa força dos judeus nos negócios mundiais e rejeitavam a filosofia de vida do judeu tradicional assente na lealdade a Israel e numa cultura religiosa e normativa que consideravam obscurantista. Adoravam, sim, que o país recebesse muitos migrantes, mas não os judeus de sangue português, os judeus de Sinagoga, os judeus de negócios, os judeus israelitas, enfim, os

³¹ Acta da CIP/CJP n.º 57, de 25 de outubro de 2018.

judeus, uma “minoría” que, no seu entendimento, era composta de plutocratas com o seu próprio Estado terrorista em Israel. Brandiam loas à liberdade religiosa, sim, mas detestavam o judaísmo, que viam como uma religião reacionária, uma confraria secreta mundial nas mãos de pregadores sionistas (leia-se: os Rabinos ortodoxos) que instiga os judeus à fidelidade a uma pátria espiritual em Jerusalém. Insistiam na necessidade do ensino do Holocausto, sim, para serem figurões do “mundo livre” e apontarem o dedo à cara de todos os seus inimigos políticos, mas nem lhes passava pela cabeça que o equipamento museológico mais visitado de Portugal pudesse ser o Museu do Holocausto do Porto, entregue a uma comunidade judaica organizada, a CIP/CJP, que praticamente monopolizou a educação sobre o tema em Portugal, com dezenas de milhares de alunos de escolas todos os anos.

Neste quadro antissemita, nada exagerado, que antes peca por defeito, no ano de 2020 foi decretada, como nos circos da Roma antiga, uma perseguição obstinada do Estado português e de jornalistas de confiança à “lei dos sefarditas”. Por via de uma campanha de difamação dirigida a partir do Parlamento, foi totalmente omitido qualquer efeito positivo da legislação tida em mira e esta foi definida escandalosamente como um feudo de interesses materiais, negócios, dinheiro, passaportes de conveniência e má publicidade para Portugal.

O debate parlamentar sobre os “judeus sefarditas” durou quatro meses e foi liderado por uma deputada do Partido Socialista de curriculum político medíocre que, a mando do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Ministra da Justiça, apresentou uma proposta que pretendia inutilizar a lei a partir de janeiro de 2022, obrigando os requerentes a residir previamente no país durante dois anos. Para demonstrar aos deputados dos outros partidos que a sua proposta não era antissemita, a deputada garantiu-lhes que soubera (?) junto de fontes (?) da Comunidade Israelita de Lisboa (?) que a Comunidade Judaica do Porto emitia certificados para qualquer pessoa independentemente das suas raízes sefarditas (?) e que por isso a lei só podia manter-se activa por mais dois anos (?). Uma falsidade repugnante e um raciocínio ininteligível!

O passar dos milénios ensinou que uma das estratégias favoritas dos antissemitas foi sempre dividir a comunidade judaica em judeus bons e judeus maus. Aconteceu algo similar em Portugal. Os judeus bons moravam em Lisboa, tinham uma Sinagoga vazia, há trinta anos que falavam em montar um museu judaico e faziam uso da “lei dos sefarditas” para certificar essencialmente não-judeus. Os judeus maus residiam no Porto, obedeciam à lei judaica, só certificavam judeus, enchiam Sinagogas e criavam museus, filmes de história, livros, jornais e restaurantes em poucos meses.

A lei, gritava-se no Parlamento e nos jornais, tinha de ser alterada, pois dava direito à nacionalidade a “dezenas de milhões de pessoas”, mas significativamente excluía-se desse imenso número os milhares de judeus certificados pela CIP/CJP, que eram tidos como ilegais. Neste contexto, chegou ao Parlamento, dirigida a todos os partidos, uma extraordinariamente conveniente denúncia anónima que acusava a Comunidade Judaica do Porto de ter redigido a lei de 2013 e o regulamento de 2015 para arrecadar e branquear milhões de euros. Quem falou com quem?, quem pediu o quê a quem?, e em troca de quê?

Aquela denúncia caluniosa foi imediatamente partilhada com gazeteiros da corda e com a Ministra da Justiça, numa folia que nunca mais findou e que, em poucas semanas, juntou elementos dos poderes executivo, legislativo, judiciário e da comunicação social. Preparava-se uma acção persecutória em grande escala contra os representantes religiosos e institucionais da comunidade judaica mais forte do país, a qual, por saber que a história sempre se repete e que, onde há muitos judeus hoje, pode não haver

nenhum amanhã, tomou medidas legais para garantir que, caso algum dia se dissolvesse, os seus bens deveriam ser entregues à Agência Judaica para Israel.

Não existia qualquer “questão judaica” em Portugal, por parte de agentes do Estado, enquanto não existiam judeus em número suficiente, as Sinagogas eram templos adormecidos e as realizações culturais não passavam de palestras esporádicas realizadas por septuagenários para uma assistência menor. O problema surgiu quando o quadro judaico português se reconfigurou completamente e a presença judaica se tornou acentuada. *“A questão judaica existe onde quer que existam judeus em número perceptível. Uma vez ali, a sua presença provoca perseguições.”*³²

No final de 2021, a Federação da Rússia deu mostras de pretender invadir a Ucrânia, o que concretizou volvidos alguns meses, e os “oligarcas” tidos como próximos de Putin logo caíram em desgraça em todo o mundo. Em Portugal, tais acontecimentos constituíram uma oportunidade de ouro para os opositores da legislação detestada lançarem os seus dados, pois eles sabiam que o bilionário russo Roman Abramovich, de renome mundial, havia obtido a nacionalidade portuguesa após um processo de certificação que mereceu a aprovação da CIP/CJP, logo levada ao conhecimento do Governo e da Conservatória dos Registos Centrais, à qual foi pedida urgência no tratamento do processo por razões de interesse nacional, que o membro do Governo para a área da Justiça concedeu de imediato.

De facto, o referido caso permitiu ao grupo de opositores da lei, da CIP/CJP, da religião judaica tradicional, dos judeus economicamente mais favorecidos e dos israelitas em geral desenvolver o seu esquema devastador a partir do dia 18 de dezembro, quando um jovem jornalista de desporto, de um jornal de referência, bem armado, por agentes políticos, com informações oficiais, ele e o seu Director, este já com currículo de tiradas contra as comunidades judaicas nacionais, noticiou que o famoso “oligarca” era cidadão português e que obtivera a nacionalidade portuguesa com truques de Wikipédia, donativos previamente concedidos à CIP/CJP e intervenção de uma maçonaria judaica, nome com que foi apresentada a B’nai B’rith International.

O debate sobre a necessidade de imediatas alterações à “lei dos sefarditas” (ou melhor, a sua destruição material) foi relançado deliberadamente em cima de um nome “tóxico” de um país “tóxico”. A notícia medonha, passo n.º 1 da conspiração, publicada sem que a Comunidade Judaica do Porto fosse ouvida para se poder pronunciar, espalhou por todo o mundo a ideia de um caso de corrupção e criou muito alarme social em Portugal, onde se podia ler nos jornais diariamente, com a maior das naturalidades, que a CIP/CJP “prostituiu a lei dos sefarditas”. À mistura com novas e sempre convenientes denúncias a coberto do anonimato (para garantir a impunidade dos seus autores), seguiram-se jogos políticos intensos, trocas de favores entre amigos em todos os sectores do Estado, confusão entre poderes que tinham de estar separados, reuniões entre denunciadores “anónimos” e caluniadores profissionais associados a lutas pela “transparência” e entrada em jogo de assaltantes nocturnos de escritórios de advogados e residências particulares.

É inacreditável que, num país europeu, no século XXI, tenha existido uma associação criminosa de ladrões profissionais associada ao jogo das elites. Gatunos de alto gabarito e profissionalismo iniciaram a sua actividade em janeiro de 2022, com a realização, num escritório de advocacia no Porto que lidava com a Lei da Nacionalidade e com a CIP/CJP, de um crime de furto qualificado punível até 8 anos de prisão. A acção criminosa teve por objectivo procurar “informações” para incriminar pessoas e abrir um inquérito criminal. Porquê? Porque

³² Theodor Herzl, “O Estado Judeu”, Consulado Geral de Israel em São Paulo, 1998, p. 4.

a denúncia anónima enviada aos deputados dois anos antes fora liminarmente recusada, num processo de averiguações, concluído em outubro de 2021, pela Polícia Judiciária do Porto, com o argumento de que era demasiado vaga e que não continha elementos suficientes para constituir uma “notícia de crime”, sem a qual não poderia haver inquérito.

Da acção criminosa da ladroagem, que permitiu roubar o servidor daquele escritório, nada de útil resultou, para além da “descoberta” de que uma colaboradora do exterior (que fazia certificações de traduções relativas a processos administrativos de cidadãos chineses e árabes) tinha um apelido idêntico ao de um membro da Direcção da CIP/CJP. Aquela colaboradora nem sequer sabia o que era um judeu sefardita, mas os conspiradores festejaram a boa-nova completamente pífia, partilharam-na imediatamente – grande promiscuidade! – com o jovem jornalista (que logo contactou a Comunidade a pedir um “comentário”), produziram novas denúncias anónimas em cooperação com doentes mentais e condenados por difamação e, dessa forma, em 16 de janeiro de 2022, lograram pôr o Departamento Central de Investigação e Ação Penal a abrir o inquérito que desejavam, numa inacreditável união, sem precedentes, entre elementos dos quatro maiores poderes da sociedade, agarrados a flagíciosos, conscientemente ou não, sendo certo que todos puseram em marcha, com uma fé inabalável, um plano conspirativo para arrasar todas as realidades judaicas relevantes conectadas com o país e, desde logo, a elite religiosa (ortodoxa e rígida) e secular (intelectualizada e enérgica) da Comunidade Judaica do Porto.

Em 10 de março, quando se preparava para viajar para Israel, o que sempre fazia pelo menos bimensalmente, o Rabino-Chefe da CIP/CJP, Daniel Litvak foi detido, de forma ilegal, no aeroporto, como se fosse Osama Bin Laden, por uma dezena de aguerridos e bem armados polícias. Informado da operação em tempo real, um jornal apurou que o líder religioso supostamente iria *“fugir do país com 3 milhões de euros nas malas”*, montante que, verificou-se mais tarde, não existia, mas sim roupa, livros e alguns produtos comestíveis. Transportado como gado para as instalações da polícia, foi o líder religioso tratado como um violador, fotografado e sujeito a impressões digitais, uma vez mais de forma totalmente ilegal. Tiraram-lhe o Sidur, o talit e os tefilin necessários para o culto, meteram-no numa cela na companhia de um assassino, não permitiram a entrada de comida *kosher*, mantiveram-no sem comer durante 36 horas e, não satisfeitos, obrigaram-no a violar o Shabat de forma desprezível. Depois de permanecer detido por quase dois dias inteiros e de ter sido exposto como um troféu para o mundo apreciar e calcar, o Rabino foi libertado numa noite fria de Shabat, nas ruas de Lisboa, com a obrigação de permanecer em Portugal e caminhar vários quilómetros, três vezes por semana, para humilhanamente se apresentar num posto policial para provar que não fugiu, uma vez que era suspeito de ter praticado crimes de corrupção, falsificação, tráfico de influências, branqueamento de capitais e muitos outros ilícitos previstos e punidos no código penal.

Todas aquelas indiciacões foram levadas muito a sério pela sociedade, ao ponto de o “arguido” logo ter sido agredido e cuspido num supermercado da cidade portuense por patriotas enraivecidos. Até que um dia, meio ano depois, o Tribunal da Relação de Lisboa veio afirmar que o processo estava “assente em nada”. Ninguém pediu desculpas ao Rabino, nem à Sinagoga, nem à Comunidade. As “investigações” prosseguiram tranquilamente, como outrora na pátria do socialismo, a União Soviética, donde os avós do Rabino Litvak eram naturais. *“Para que seja mais fácil aos cidadãos identificar os judeus, nada mais fácil do que colocá-los, de vez em quando, na berlinda, como especuladores, parasitas e como Rabinos vigaristas e corruptos.”*³³

³³ Ari Benami, “Entre a Foice e o Martelo”, Edições Bloch, 1968, p. 268.

O Rabino não foi a única vítima. Não há palavras suficientemente cruas para descrever a sagacidade com que jovens inspectores de polícia, tão enraivecidos quanto incultos, procuraram malas de dinheiro e facturas falsas na casa da Vice-Presidente da CIP/CJP, Isabel Lopes, neta do Capitão Barros Basto, sem sequer saberem quem era este último, e destruindo a paz e a reputação da distinta economista, septuagenária doente, de honestidade irrefragável, bem como o seu marido, cuja empresa de construção civil estava indiciada – rezava o mandado de busca! – por emitir os certificados de sefardismo da Comunidade Judaica do Porto. A última acção policial deste tipo, ocorrida na casa da visada, no longínquo ano de 1960, então por causa de seu avô, tinha sido executada pela PIDE (polícia política do regime nacionalista), mas então só três polícias participaram na diligência, não quinze como desta vez em pleno regime que se diz democrático.

O maior alvo da operação policial entusiasticamente denominada de “Porta Aberta” foi, porém, o membro da Direção da CIP/CJP, jurista e escritor, David Garrett, em cujas mãos estiveram, por mais de uma década, em primeira linha, os processos de reabilitação do Capitão, da Sinagoga e da Congregação, bem como a legalidade regulamentar da organização, os equilíbrios entre os seus membros e a seiva de vida em todos os departamentos. Visto como o portador da visão e da capacidade para regenerar a vida judaica onde ela, poucos anos antes, estava em ruínas, foi indiciado por ter montado uma “associação criminosa” com outros dirigentes comunitários, o Rabino-Chefe e funcionários das Conservatórias a fim de traficar a nacionalidade portuguesa por elevadas quantias de dinheiro que eram desviadas da Comunidade e ocultadas à Fazenda Pública. Estas imputações, do domínio da loucura, não foram inventadas pela polícia e pelos procuradores, mas sim por quem lhes ordenou que agissem, a toque de caixa.

As principais famílias judias do Porto – que o povo agora associava à corrupção com Conservatórias e com bilionários que sorriam com um super-valioso passaporte português na mão! – viveram uma verdadeira agonia, tendo sido expostas na praça pública, com fotografias de seus rostos, números de telefone e moradas, o que constituiu, para além do escárnio da sociedade, grave perigo para a sua segurança física. O clamor social que se ergueu contra a Comunidade Judaica do Porto foi de tal ordem que os mais simples membros da instituição e todos os colaboradores e funcionários, sem esquecer a empregada de limpeza, foram perguntados, nos mais diferentes contextos, quando é que seriam detidos.

Nas notícias corrompidas não foram sequer poupados o porteiro e o museólogo da CIP/CJP, tornados figuras públicas, sendo o último visitado, numa manhã, às 7h00, pela polícia (ao todo cinco inspectores, os bons e os maus, a velha técnica), que alucinadamente procurava uma inacreditável “pen drive secreta”. O museólogo acabou despojado das economias que guardava no cofre e indiciado por todos os crimes imputados ao Rabino-Chefe, sem mais, o que serviu para convencer definitivamente todos os membros da Comunidade que estava em curso um caso de corrupção de Estado e que os envolvidos tinham de ser denunciados perante o mundo, ano após ano, agora e depois de mortos. Foram tempos de dor oculta e de pranto amargo para centenas de judeus portuenses cujo orgulho de portarem um cartão de cidadão português se transformou de súbito em medo paralisante. A luta era desigual. De um lado estava uma comunidade religiosa organizada composta por 0,01% da população portuguesa, do outro um Estado fazendo uso de todos os seus meios e poderes e intoxicando deliberadamente a imprensa nacional e internacional com a brutal situação de guerra que a Federação da Rússia impôs à Ucrânia.

Para além do envolvimento de personalidades do Governo, da Assembleia da República, da Procuradoria, da Polícia, de arrombadores de portas muito interventivos pela calada da noite, de caluniadores profissionais, de clientes do hospital psiquiátrico de Magalhães Lemos, de difamadores sentenciados e de um extorsionista que queria ser famoso, os voluntariosos profissionais da comunicação social aos quais foi entregue a miserável tarefa de denegrir a colónia judaica portuense apostaram todas as energias em cuspir na cara dos dirigentes da CIP/CJP, somar o valor dos emolumentos de 250,00 euros que aquela cobrava no processo de certificação e especular sobre pretensos e inexistentes "negócios de advocacia", esquecendo convenientemente o investimento de cerca de mil milhões de euros realizado por membros da Comunidade na cidade do Porto e a criação, por aquela, de uma excelente infraestrutura religiosa, cultural, educativa, filantrópica e social. Os mil milhões saíram da bolsa judaica e a infraestrutura estava associada a receitas do mundo judaico para o mundo judaico. Nada disto interessava a títeres que tinham sido mandados noticiar rios de ouro a entrar indevidamente para cofres hebraicos, o que fizeram, com uso de denúncias anónimas e fontes anónimas do mundo da marginalidade e dos mais diversos sectores do Estado. A corrupção jornalística somou-se à corrupção de Estado.

No ano em que, em escassos meses, a Comunidade Israelita de Lisboa obteve receitas mais elevadas do que a Comunidade Judaica do Porto em sete anos de trabalho esmagador, as classes falantes pregavam sem cessar que a lei era um negócio para esta última, o que deu mais alento às autoridades judiciais para congelarem a conta bancária que o Rabino-Chefe detinha em Portugal, para onde a organização transferira os seus honorários e despesas durante mais de uma década, a mando de sucessivas Direcções respeitáveis. Eis o “mapa-múndi” com os nomes e proveniências dos dirigentes comunitários durante tão longo período: Dale Jeffries (judeu estadunidense), Michael Rothwell (judeu inglês), Sam Elijah (judeu indiano), Isabel Lopes (judia portuguesa), Gabriel Senderowicz (judeu brasileiro), Dara Flitterman (judia espanhola), Eliezer Beigel (judeu polaco), Yigal Benzion (judeu uzbeque), Deborah Walfrid (judia britânica), Eliran Graedge (judeu israelita), Alain Piccioto (judeu egípcio), Vivian Groisman (judia sueca), David Garrett (judeu português) e Rose Tacuchian (judia brasileira).

O Rabino-Chefe, associado a cifrões, era acusado de ter emitido certificados de sefardismo, ciente de que não o poderia fazer, para os dois maiores filantropos portugueses, que diversos órgãos de informação falidos de Portugal caracterizavam, aliás correctamente, como os homens mais ricos do país: Patrick Drahi e Roman Abramovich.

Drahi é um judeu marroquino, francês e israelita (que fora certificado, e bem, pela Comunidade Israelita de Lisboa e não pela Comunidade Judaica do Porto) cujas origens portuguesas são atestadas por apelidos de família tais como Adrehi e Sicsu e pela sua memória familiar atestada pela tradição judaica, ou seja, é claramente um descendente de megurashim (expulsados), tal como Jorge Sampaio, antigo Presidente da República português, ambos de famílias que, após a Inquisição, regressaram a Portugal (e que por isso são referidas como “retornadas” no preâmbulo do regulamento legal), num caso de desinteresse material, dado que o visado tinha nacionalidade francesa.

Abramovich é um judeu russo, lituano e israelita (que fora certificado previamente, e bem, pelo Rabinato de Moscovo, reconhecido pelo Grão Rabinato de Israel) cujas origens portuguesas são atestadas por apelidos de família, designadamente Leibo/Leão (que está consignado no preâmbulo do regulamento legal), pelo apoio durante 20 anos a uma organização judaica de origem portuguesa (a Chabad Lubavitch, fundada por Schneur

Zalmane, descendente do Rabino Baruch Portugali) e memória familiar em Poznan e Hamburgo confirmada por aquele Rabinato, num caso, também ele, de desinteresse material, dado que o visado, com avós lituanos, tinha direito à cidadania da Lituânia, que os seus filhos possuem. Ele pagou o emolumento de 250 euros.

A “Operação Porta Aberta”, uma encomenda, não parou por aí. As suspeitas estenderam-se a outros abastados homens, como Michael Kadoorie de Hong Kong (descendente da filantropa Laura Mocatta) e Andrey Rapaport da Ucrânia (cujo apelido de família significa médico do Porto), também eles possuidores da nacionalidade portuguesa. Foram assim agrupados, de uma palhetada, os quatro mais ricos e abnegados beneméritos com a nacionalidade de um país pobre e mal-agradecido, que desta forma traiu os seus melhores para salvaguardar os interesses materiais de elites parasitas que tendem a ver nos judeus uma rivalidade muito perigosa, especialmente nos campos da economia e da cultura, como um polvo que tece as suas intrigas internacionais em Brooklyn, Paris, Moscovo e Jerusalém.

O projecto concretizado de tentativa de eliminação de todas as forças judaicas vivas de Portugal pôs ao seu serviço um grande número de funcionários públicos (mais de cinquenta homens e mulheres participaram nas primeiras “buscas”) e procurou destruir a Comunidade Judaica do Porto não apenas na sua credibilidade social, mas também internamente, pois gritou-se ao mundo, através das televisões e da Polícia, que os dirigentes sacavam e desviavam grandes somas de dinheiro. Tais falsidades, tecnicamente impossíveis na organização tida em mira pelos prevaricadores, mostraram o rosto de uma nação grandemente influenciada por elites que só pensam em dinheiro e que estão totalmente apartadas da alta cultura, dos bons sentimentos, do transcendente e de qualquer realidade imaterial. “Corrupção!”, berraram os figurantes de um caso de corrupção de Estado que a Europa não via desde a década de 1940.

Em 16 de março, as autoridades tiveram a resposta que mereciam. Mais de meio milhar de pessoas juntou-se no interior da Sinagoga para celebrar Purim e houve audíveis promessas de que, como Haman, os antissemitas iriam acabar enforcados com as cordas que prepararam para os outros. As imagens da festa de Purim e da multidão presente foram enviadas para o processo tenebroso que magistrados qualificados tinham sido obrigados pelas chefias a levar a cabo.

Em 18 de maio, a Comunidade Judaica do Porto celebrou a tradicional festa de *Lag BaOmer*, que lembra a tentativa dos romanos de exterminarem o povo judeu, bem como os esforços dos líderes israelitas para lutarem contra um gigantesco exército de homens possuídos de vaidade, soberba, má-língua e inveja. Nesse dia, nas conversas dos membros da Sinagoga, o nome de Portugal foi equiparado ao de Roma. Foi dito que os judeus continuarão a assistir à ruína dos países e dos impérios perseguidores, uns atrás dos outros.

Em 22 de junho, o Parlamento enviou um email à CIP/CJP pedindo a emissão de um Parecer a respeito de novas possíveis alterações da “lei dos sefarditas”. O regulamento do Governo já matara aquela lei na prática, mas o Partido Comunista queria também matá-la em teoria, fazendo jus à sua bandeira (a da União Soviética) e ao facto de, há mais de uma década, possuir no seu jornal oficial online – “O Avante!” – artigos que afiançam a veracidade dos “Protocolos dos Sábios de Sião”. O pedido de parecer à Comunidade pretendeu apenas cumprir um formalismo, pois todos pensavam que aquela já estava destruída. Demorou 50 minutos a resposta ao Parlamento do Presidente da CIP/CJP Gabriel Senderowicz, de família polaca com uma longa trajetória de perseguições e humilhações. Dessa resposta colhem-se as seguintes passagens:

A Comunidade perdeu qualquer interesse em cooperar com o Estado e, por ordem da Assembleia Geral, inaugurou uma nova sala no Museu Judaico do Porto. Centenas de alunos de escolas e turistas foram os primeiros a visitar a nova sala, que apresenta a cronologia do antissemitismo em Portugal entre 2015-2022 e uma explicação da génese do presente processo penal. Em breve haverá também uma vitrine bem iluminada contendo todas as denúncias que levaram a este processo e fotografias de todas as personagens que fizeram, divulgaram e aproveitaram tais denúncias com propósitos malignos.

A polícia invadiu a sinagoga Kadoorie como se fosse um prostíbulo e foi a correr para a casa da Vice-Presidente, neta do Capitão Barros Basto, fundador da Comunidade Judaica do Porto, à procura de malas cheias de dinheiro. O membro da direcção responsável pelos assuntos jurídicos foi o nome mais repetido, porque durante mais de uma década comandou os processos de reabilitação do capitão Barros Basto, da Sinagoga Kadoorie e da própria Comunidade, sem nunca desempenhar um lugar de representação institucional, sem nunca receber um visitante ilustre, sem nunca dar uma entrevista, sem nunca fazer um discurso à congregação. Como escreveu a senhora mais idosa da CIP/CJP, aos 94 anos, ‘Nada mudou muito para a Sinagoga nos trinta ou quarenta anos seguintes – até que um dia alguém apareceu para dar nova vida à velha e vazia Sinagoga. A congregação cresceu e cresceu e hoje estou muito feliz por ver que, finalmente, a Sinagoga mais do que cumpriu o seu destino.’

O Tribunal restituiu o Chefe Rabino à liberdade e não o impediu de continuar a emitir certificados de sefardismo. Porém, o Conselho de Administração da Comunidade judaica do Porto decidiu suspender completamente esta actividade, pois recusa-se a cooperar com um Estado que enceta uma acção antissemita e terrorista contra uma comunidade judaica organizada com base em denúncias anónimas inverosímeis perpetradas pela ralé da sociedade.

A acção persecutória cruel, indecentemente abraçadora, contra a colónia judaica do Porto, mereceu uma queixa, efectuada pela CIP/CJP, em Agosto, na Procuradoria Europeia. A peça processual realizada, com 200 pontos, foi impressa num livro intitulado “A Primeira Grande Conspiração Antissemita do Século XXI”, o qual foi oferecido a bibliotecas conceituadas dos países civilizados, às instituições internacionais mais relevantes (ONU, UE, UNESCO e outras) e aos governos dos países de maior nomeada, desde logo Israel, Estados Unidos da América, Federação da Rússia, China, Índia, Reino Unido, França, Canadá, Alemanha, Itália e Suécia.

A História registará este caso de grave corrupção de Estado que perseguiu a judiaria internacional e a única comunidade judaica forte de Portugal e que deu lugar à detenção ilegal de um Rabino-Chefe, ao espezinhamento ilegal de uma Sinagoga, à invasão ilegal de um Museu Judaico, a buscas ilegais em residências de dirigentes comunitários e à ilegal constituição de ridículos arguidos sem quaisquer provas indiciárias que permitissem tais diligências, isto é, tudo “assente em nada” nas palavras do Tribunal da Relação de Lisboa em 29 de setembro.

No início do mês de novembro de 2022, em Portugal, a Assembleia da República deixou um desafio aos jovens do país, pedindo-lhes para darem ideias interessantes para as comemorações dos 50 anos da Democracia. No Porto, 44 estudantes judeus franceses escreveram ao Parlamento sugerindo uma exposição dedicada à “Operação Porta Aberta” e instando o Estado a nunca mais cometer graves ilegalidades como prender e maltratar um

Rabino e invadir uma Sinagoga com fabricação de denúncias anónimas e uso de ladrões, doidos, difamadores e muito mais. Solicitaram também que fosse reintegrado no Exército o “Dreyfus Português”.

Em 29 de novembro, o “Jewish News Syndicate” publicou uma notícia sobre a petição dos estudantes. No mesmo dia, à noite, à porta de um restaurante *kosher* da cidade do Porto, um pneu do carro do primeiro subscritor da petição, Ilan Cohen, foi esfaqueado e deixado prestes a rebentar. A seguir ao jantar, o jovem tomou a autoestrada (onde atingiu cerca de 120 km/h) e *“milagrosamente o pneu não estourou”*, disse ele ao Portuguese Jewish News. *“Tomando a VCI, o meu carro teve problemas na direção e tive muita sorte, pois parei e vi o estado do pneu.”*

Lembrando que estudava no Porto há cinco anos e que foi a primeira vez que tal aconteceu, Cohen apresentou queixa na polícia e referiu àquele jornal que *“esta ocorrência é altamente suspeita”*, podendo ser obra de *“uma rede criminosa para me silenciar ou mesmo para me matar através de um acidente fatal, porque em 2022 uma conspiração antisemita contra a Comunidade do Porto fez uso de pessoas condenadas por vários crimes e de assaltantes profissionais para arrombar escritórios de advogados e casas particulares”*.

O Museu Judaico do Porto expõe agora um pneu de um automóvel com a explicação do que ocorreu.

No dia 25 de abril de 2024, a data que marca o cinquentenário da democracia em Portugal, a Comunidade vai exigir do Estado português algumas respostas:

- Quem ordenou a operação policial de março, “assente em nada” segundo a Relação?
- Quem tentou eliminar um jovem judeu francês e porquê?
- Quem assaltou a residência da ex-Presidente do SIRESP para furtar dois computadores?
- Quem assaltou o escritório de uma advogada portuense para roubar o servidor?
- Quem assaltou a residência de uma advogada de apelido “suspeito” e porquê?
- Quem orquestrou e usou denúncias de difamadores condenados?
- Quem orquestrou e usou indivíduos com passagens em hospitais psiquiátricos?
- Quem liderou a “estratégia de comunicação” contra a Comunidade judaica mais forte de Portugal e a “lei dos sefarditas”?
- Quais os nomes das personagens que “distribuíram o jogo” pela comunicação social?
- O que significa “uma questão-Palestina”?

“Operação Porta Aberta”: uma velha história

Os objetivos da conspiração chocante que desembocou na “Operação Porta Aberta” estão detalhados na queixa que a Comunidade Judaica do Porto dirigiu à Procuradoria Europeia e que cedo ou tarde terá de merecer uma investigação internacional.

Vejamos um breve sumário:

- Destruir a Comunidade Judaica do Porto (como em 1497), apreender os bens desta (como em 1497), expulsar os seus membros (como em 1497), invadir a grande Sinagoga (como em 1497), humilhar toda a nomenclatura comunitária (como em 1497), tirar proveito de salteadores notívagos e de

condenados para incriminar pessoas (como em 1542), arremessar os pretensos suspeitos para o fogo da praça pública (como em 1618), proteger religiosamente denúncias anónimas e denunciadores anónimos (como aconteceu com a Inquisição e, em 1936, com o “Dreyfus português”) e muito mais.

- Obter acesso indevido às comunicações da Comunidade Judaica do Porto com a comunidade judaica internacional, incluindo autoridades rabínicas, B’nai B’rith International, Anti Defamation League, European Jewish Association e CEJI, e as Embaixadas de Israel, EUA, Reino Unido, França, Suécia e dezenas de outros países.
- Destruir a “lei dos sefarditas” no meio de um cenário de terror, para que ninguém na comunidade judaica internacional e na sociedade portuguesa pudesse apresentar-se em sua defesa.
- Rejeitar a grande afluência de cidadãos de Israel interessados na nacionalidade portuguesa (dado que mais de 40.000 israelitas já dela beneficiavam e este número tenderia a crescer significativamente) e promover um distanciamento em relação àquele país, que compreende apenas 0,1% da população mundial e é o Estado mais odiado. Vale a pena repetir que, nas palavras do Presidente da República, a destruição da sobredita legislação *“foi uma questão-Palestina do Ministro dos Negócios Estrangeiros”*.
- Eliminar as elites judaicas do território português para que aquelas jamais pudessem importunar as elites que há muito parasitam no país e, para o efeito, retirar a nacionalidade aos detentores das maiores fortunas e a outros indivíduos contantes de uma “lista negra” (novamente, “listas de judeus” e “judeus expulsos”).³⁴

A 6000 quilómetros de distância, o Presidente de Israel, Isaac Herzog, leu “A Primeira Grande Conspiração Antissemita do Século XXI”, percebeu os jogos de poder escondidos atrás de tanto barulho e escreveu à Comunidade no dia 30 de novembro:

A realização e a partilha deste livro ilustram o quão significativo é o apego à herança judaica por parte dos membros da Comunidade, bem como o quão doloroso pode ser o sentimento de isolamento e vulnerabilidade para as comunidades judaicas ao redor do mundo. Não há dúvida de que o antissemitismo, em qualquer forma, é um fenómeno que nenhuma sociedade justa pode aceitar. Nós, no Estado de Israel, estamos totalmente comprometidos com a segurança e o bem-estar dos nossos irmãos judeus em todo o mundo, bem como com uma realidade global em que o ódio e o preconceito não têm lugar. Encorajo e aguardo com expectativa o diálogo permanente entre a Comunidade Judaica do Porto e o meu gabinete, como reflexo dos laços profundos que ligam o povo judeu de todo o mundo a Israel.

Quem conhece a história dos judeus em todos os tempos e latitudes sabe que a colónia judaica acaba sempre, colectiva ou individualmente, por ser associada a algum perigo para a pátria, à exploração de activos nacionais e ao aproveitamento indevido da confiança nela depositada, sofrendo conseqüentemente a perseguição das autoridades públicas, o vexame nacional e o desdém e o ódio por parte das massas populares. Não há palavras suficientemente cruas para descrever o que foi “conseguido”, em pouco tempo, por dois punhados de antissemitas sociais, num país que há séculos estava adormecido em relação à questão judaica.

³⁴ Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto, “The First Major Antisemitic Conspiracy of the 21st Century”, Porto, 2022.

Reuniram-se muitos dos condimentos que a história sempre revelou: união dos poderes do Estado e associados contra os altos dignitários da comunidade judaica, perseguição dos benfeitores do povo de Israel, difusão em massa de antigos mitos antisemitas, associação dos judeus ao dinheiro e a truques, tácticas inquisitoriais de um novo “clero” com meios para fazer caçadas em massa, campanha de difamação estendida incessantemente durante meses, mobilização da opinião pública por todos os meios, utilização de gatunos encartados e de desequilibrados para a incriminação de alvos pré-definidos e silenciamento absoluto de quaisquer obras positivas da comunidade judaica a abater, incluindo o melhor *Yom Kippur* da Europa, o museu mais visitado de Portugal e o filme mais internacionalmente premiado da história do cinema português.

Apesar de apenas 5% dos candidatos possíveis terem logrado obter a nacionalidade portuguesa por via das “lei dos sefarditas”, o nome da “Operação” sugere uma avalanche hebraica no país, a fazer lembrar a portugalíssima obra antisemita “A Invasão de Judeus” (1924). Também este dado funesto permite a caracterização de todos quantos declararam guerra à comunidade judaica.

Não existia qualquer perigo para a pátria. A Comunidade Judaica do Porto crescia religiosa e culturalmente conforme fora a vontade dos legisladores de 2013/2015, os judeus mais capitalizados tencionavam investir simbolicamente num país de que guardavam memórias emocionais e a esmagadora maioria dos requerentes que solicitaram a nacionalidade (israelitas de famílias do antigo Império Otomano e do Norte de África) não tinha por objectivo viver em Portugal, pelo menos a curto prazo, mas sim exercer um direito. Aquela legislação havia sido apresentada, pela Ministra da Justiça de então, como “a devolução de um direito” e não exigia aos interessados que falassem português ou que vivessem em território nacional. A conversa no meio político, judiciário e da comunicação social em torno dos “passaportes de conveniência” diz muito sobre os seus autores.

No meio do terror da “Operação Porta Aberta”, cujos nomes e rostos a CIP/CJP nunca expôs por existirem vítimas entre os servidores públicos usados para o efeito, foi deliberadamente assassinada a legislação que devolveu a nacionalidade aos judeus de origem sefardita e que, na expectativa dos seus fundadores, pretendia fortalecer a comunidade judaica nacional e recuperar a “costela judaica” do país e a sua força e prestígio ao redor da Terra. A destruição daquela legislação adveio de um Decreto do Governo, datado de 18 de março, que estipulou que, a partir de setembro seguinte, os requerentes teriam de possuir uma certidão comprovativa “*da titularidade, transmitida mortis causa, de direitos reais sobre imóveis sítos em Portugal, de outros direitos pessoais de gozo ou de participações sociais em sociedades comerciais ou cooperativas sediadas em Portugal*”, ou de “*deslocações regulares ao longo da vida do requerente a Portugal*”, contanto “*que tais factos demonstrem uma ligação efetiva e duradoura a Portugal*”.

Eis uma “tradução” personificada do novo regulamento, na sua parte mais chocante e que revela a maior falta de sentimentos:

Mostra-nos o testamento com cinco séculos que um dos teus 524.288 octadecavós deixou para a posteridade antes de morrer de desgosto por ter visto serem destruídos o edifício onde residia, a judiaria no seu todo e o sagrado cemitério judaico onde repousavam os seus ancestrais.

O Governo publicou o diploma regulamentar bem sabendo que os judeus outrora forçados a abandonar Portugal tiveram os seus bens destruídos ou confiscados e que, na

actualidade, nenhum judeu de origem sefardita pode ter certidões de que herdou tais bens ou participações em empresas, ou que viajou para Portugal ao longo da sua vida, salvo, neste último caso, aquele que há muito se estabeleceu no país e que, por isso, já obteve a sua nacionalidade por outros motivos que não a ascendência sefardita.

A legislação de 2013/2015 poderia ter continuado intocada se o problema fosse a Comunidade Judaica do Porto, dado que, em 18 de março, esta já tinha cessado a sua actividade certificadora, por se recusar a cooperar com um Estado que encetara uma acção terrorista contra uma comunidade judaica e uma Sinagoga com base em denúncias anónimas da ralé da sociedade. No entanto, essa destruição já estava definida há muito tempo. Dois anos antes, em abril de 2020, o Partido Socialista tinha apresentado uma proposta no Parlamento para esganar totalmente aquela lei em 2022.

Em duas palavras, a “Operação Porta Aberta”, que foi apresentada ao mundo, com pompa, como destinada a travar um caso de suposta venda de passaportes por parte de um Rabinato que atuava a troco de dinheiro e que fazia parte de uma associação criminosa que contava com o envolvimento de funcionários da Conservatória e que se dedicava à falsificação, à corrupção, ao desvio de dinheiro, à fraude fiscal e ao branqueamento de capitais, é afinal uma escandalosa “questão-Palestina” organizada por escóis decadentes que, movidos por interesses inconfessáveis, e chegando a comparar a reprodução dos sefarditas ao coronavírus, visaram acabar com a legislação que concedia a nacionalidade aos judeus de origem sefardita, atentar contra a Comunidade judaica mais forte de Portugal e prejudicar os judeus, os israelitas, os ricos e todas as realidades judaicas relevantes conectadas com o país.

Há indícios aviltantes de uso do aparelho judiciário para fins políticos, trocas de favores entre indivíduos de elites medíocres, teorias da conspiração mirabolantes, pelo menos três assaltos noturnos praticados por ladrões a escritórios de advogados e casas particulares (sendo o primeiro para tentar pôr em causa a conclusão da Polícia Judiciária do Porto, num processo de averiguações, de que não existia matéria para dar lugar a inquérito criminal; o segundo envolvendo uma advogada que apenas teve azar com o seu apelido; e o último abrangendo o concurso público internacional do SIRESP), falsas acusações de tráfico de droga e de esquemas com a Rússia, e uso de denúncias anónimas fabricadas por indivíduos com passagens por hospitais psiquiátricos, agentes do Estado, figuras públicas cujo único curriculum conhecido é a calúnia, condenados por crimes contra a honra de pessoas, ofensas corporais e corrupção, sem esquecer um condenado por defender que os não-judeus são “merda” e “pessoas porcas”, tudo isto articulado com uma campanha mediática assassina levada a cabo por meia-dúzia de jornalistas (d’*O Público*, *Expresso*, *SIC* e *RTP*) e de influencers que, durante longos meses, em comunhão de esforços, destruíram a credibilidade de uma lei e a imagem de respeitabilidade de dirigentes comunitários e de judeus cuja origem sefardita havia sido atestada em cumprimento dos critérios legais, cabendo ao Governo, depois, decidir se lhes concedia ou não a nacionalidade portuguesa.

Provavelmente, os principais autores deste complexo plano mantêm-se longe dos holofotes, mas a seu tempo serão identificados. Entretanto, a Comunidade conhece muito bem os nomes de agentes do Estado e da comunicação social que estiveram na fila da frente do comboio tresloucado, ainda que possivelmente utilizados por terceiros para a realização dos actos reprováveis que cada um praticou e que estão amplamente comprovados.

Não pode ser medida em palavras a magnitude da ofensa de alcance mundial que foi produzida contra a Comunidade Judaica do Porto e os dirigentes religiosos e seculares que

eram titulares dos respectivos órgãos ou nela exerciam funções. Nada, rigorosamente nada travou a vaga antisemita. Não existiram linhas vermelhas. Houve mesmo, o que se crê ter sido, a tentativa de assassinato de um jovem estudante francês que encabeçou uma petição estudantil para exortar a Assembleia da República a fazer uma exposição sobre a "Operação Porta Aberta" nas comemorações dos 50 anos da Democracia.

Ao longo de todo o ano de 2022, poupada do ataque demolidor foi, de forma inacreditavelmente ostensiva, e sem que em nenhum momento manifestasse solidariedade pela irmã perseguida, antes pelo contrário, a Comunidade Israelita de Lisboa, que certificava essencialmente não-judeus (alegados descendentes das vítimas pretensamente judias da Inquisição, de que foi mero e ridículo exemplo o Padre Jesus da Colômbia, com o certificado CIL n.º 1060/2016) e que continuava, como em 2014, praticamente morta, imobilizada, com dirigentes envelhecidos e apáticos, uma Sinagoga vazia, uma comunidade destituída de restaurantes *kosher*, de centros de achdut e até de equipamentos museológicos e culturais para operar com as turmas juvenis das escolas portuguesas. Nada justificaria a perseguição daquela honrada Comunidade, mas a forma como foi utilizada e apresentada ao público – o símbolo da pureza em contraste com a escuridão do Porto – foi burlesco, uma espécie de sátira entre aquele angélico Padre e os terríveis sefarditas.

Para se entender o cunho soviético do ódio que elites socialistas portuguesas dirigiram contra a Comunidade Judaica do Porto, interessa lembrar que a União Soviética, apesar do ateísmo de Estado e da rejeição do elemento cosmopolita judeu, nunca destruiu todas as Sinagogas e comunidades judaicas, para não atrair a má publicidade internacional. Manteve abertas e inatacadas mais de uma vintena de Sinagogas, parceiras habituais do regime político, como as grandes Sinagogas de Moscovo, Leningrado e Odessa, enquanto destruiu as demais e, sobretudo, as realidades judaicas significativas e os líderes mais capazes. Em Lvov, Jarkov, Tshernovitz, Bobruisk, Smolensk e centenas de outras cidades, as Sinagogas-comunidades com alguma força foram sendo fechadas, uma a uma, sempre da mesma forma: (i) uso da imprensa e de caluniadores para associarem as Sinagogas a negócios, (ii) descrição de tais negócios com um cunho de amoralidade ou não-legalidade, (iii) reações negativas de alguma opinião pública e de judeus de palha, e (iv) destruição total da respeitabilidade das organizações judaicas correspondentes enquanto promotoras da vida judaica.³⁵

Ari Benami, profundo conhecedor do judaísmo soviético, faz notar um ponto curioso a respeito da utilização pérfida, pelo regime comunista, dos conflitos no seio das diferentes comunidades judaicas, com disputas entre si, ou mesmo conflitos internos no seio de cada qual, como acontece em todas as sociedades humanas e em especial no mundo judaico, povoado de desacordos individuais e colectivos desde há milhares de anos:

Como de costume nas Sinagogas, surgiam rivalidades e disputas em torno de cargos e honras, o que as autoridades estimulavam, e convidando às vezes indivíduos ou grupos para 'contar-lhes tudo' sobre os rivais. Na imprensa soviética, a 'nota' é uma arma afiada e cruel nas mãos da autoridade local ou central. Frequentemente recorre-se a ela para desclassificar ou destruir pessoas ou grupos que, na opinião da autoridade, merecem ser extirpados. A 'nota' publica os nomes autênticos das pessoas visadas. Pobre do indivíduo ou da instituição se o autor lhes tiver aversão.³⁶

³⁵ "Entre a Foice e o Martelo", pp. 66-70.

³⁶ "Entre a Foice e o Martelo", pp. 67-68.

O autor continua:

Suscitados pela série de artigos sobre a Sinagoga, começaram a aparecer cartas dirigidas à redacção do jornal. De repente surgiam judeus, jovens e velhos, que haviam sido induzidos pelos artigos a expressar as suas opiniões negativas em voz alta. (...) Às vezes, a Sinagoga, com a sua actividade 'ilegal', é incorporada pela autoridade aos julgamentos espetaculares que terminam em castigos severíssimos, especialmente desde quando começaram os julgamentos por delitos económicos.³⁷

Voltando a Portugal e à perseguição contra a Comunidade Judaica do Porto e tudo o que ela representava em termos de força judaica, cabe sublinhar que as “notas” dos jornais e das televisões de referência, promovidas por conspirações no Parlamento e no Ministério da Justiça, rolaram sempre, de forma totalmente irresponsável, em torno de supostas fontes anónimas da Comunidade Israelita de Lisboa (o que a Direcção desta sempre negou, tendo exigido um pedido formal de desculpas ao Partido Socialista) e de três denunciante anónimos que haviam sido expulsos da CIP/CJP há muitos anos (todos “convertidos” ao judaísmo, entre eles um condenado por difamação e por defender que os não-judeus são “merda”, um indivíduo com passagens em hospitais psiquiátricos e um instrumento de uma organização proselitista ligada a conversões fraudulentas e à corrupção jornalística) e que repetiram a façanha sórdida dos marranos que denunciaram falsamente o Capitão Barros Basto. A história está cheia de caluniadores desprezíveis que os Estados utilizam quando é conveniente. Também a Inquisição o fazia a contento.

Existe outro aspecto que tocou profundamente o coração dos judeus portuenses. Foi significativa a forma como toda a sociedade assistiu impavidamente aos sucessivos “autos-de-fé” perpetrados contra a Comunidade Judaica do Porto e os judeus de origem sefardita por ela certificados. Ninguém se levantou em protestos. A Comunidade assistiu dolorosamente à fuga de muitos parceiros portugueses que com ela cooperavam há muitos anos, pessoas singulares e colectivas, que se acreditava serem fiéis, que não quiseram ser conotadas com as ilicitudes denunciadas nos jornais e nos indecentes comunicados das autoridades.

O antisemitismo não é sempre um processo activo, mas sobretudo, cada vez mais, em toda a Europa, uma omissão deliberada de protecção dos judeus quando eles, ou alguns deles, mais necessitam. Dentre as minorias a proteger com zelo estão gays, trans, negros, ciganos, migrantes, moradores de habitações sociais, reclusos, deficientes, mulheres, menores e outros similares, nunca os judeus, que são vistos como patrões tiranos. Os judeus não contam. (Se não contam, não podem tutelar um museu do Holocausto que ensina a verdade a dezenas de milhares de adolescentes, sem floreios, mensagens políticas e paleios sobre as minorias em geral.)

Nas palavras de David Baddiel,

Se se acredita, mesmo que só um bocadinho, que os judeus são ricos, privilegiados, poderosos e secretamente em controlo do mundo... bom, então não os podemos incluir no círculo sagrado dos oprimidos. Há até quem possa dizer que pertencem ao círculo maldito dos opressores. (...) A razão pela qual os activistas da extrema-direita e da esquerda progressista se podem unir em torno desta ideia de resistir contra governantes secretos, míticos e sacrossantos é que ambos gostam de se ver como rebeldes, lutando

³⁷ “Entre a Foice e o Martelo”, pp. 70-71.

*contra o poder. E os judeus, de modo único entre as minorias do Ocidente, estão associados ao poder.*³⁸

O ataque contra a Comunidade Judaica do Porto, especialmente nos primeiros seis meses de 2022, montado sobre um discurso tóxico associado a oligarquias da Rússia em pleno período de guerra, provocou e beneficiou da paralisia quase total do mundo judaico, infelizmente povoado por muitas organizações inúteis, paradas no tempo, que perseguem realidades extintas em 1945, de mãos dadas com os principais agentes do antissemitismo moderno, que é fundamentalmente o antissemitismo radicado em realidades como o anti-judaísmo tradicional, o anti-sucesso judaico e o anti-israelismo.

O Estado de Israel viu serem atacados, avacalhados mesmo, nos jornais portugueses, com “material” fornecido pelo Ministério da Justiça, alguns dos seus cidadãos mais proeminentes nos campos da inovação, empreendedorismo, espectáculo, segurança, desporto, serviço à causa pública e filantropia social. Honestas famílias de israelitas da Europa, Eurásia, Ásia e América foram brindadas diariamente, por meses, com graves insinuações de fraudes na obtenção da nacionalidade portuguesa, num discurso eivado de termos como criminalidade graúda, fortunas mal explicadas, subornos, canábis, escritórios de advogados ligados à CIP/CJP, truques de Wikipédia e outras ofensas similares. Não houve qualquer reacção da parte de Israel, que tem o dever moral de defender os seus irmãos judeus ao redor do mundo. A impunidade total pairou e ainda paira sobre os autores das notícias encomendadas e sobre os responsáveis pela acção suicida da polícia, que agiu sem quaisquer provas incriminatórias, sem quaisquer conhecimentos técnicos da civilização judaica tida em mira e sem qualquer investigação prévia da Comunidade Judaica do Porto, altamente organizada e com membros de trinta nações, uma verdadeira potência espiritual e cultural. O resultado final só pode ser o descalabro para Portugal.

A Embaixada de Israel em Lisboa manteve, ao longo do ano, relações diplomáticas e encontros amistosos com figuras públicas portuguesas que, na realidade, estavam envolvidas na acção destrutiva e que viram em tanta estima institucional um sinal verde para continuarem ao ataque, o que fizeram, elas, as amigas e os amigos, com calor, enquanto ao mesmo tempo prometiam que o Primeiro-Ministro português cedo visitaria Israel. Tudo falso. Essa visita não aconteceu. O que aconteceu, no final de 2022, foram dois votos de Portugal na ONU contra Israel: um para forçar o pequeno Estado a destruir as suas armas de dissuasão nuclear; outro para o tribunal de Haia emitir um parecer legal relativo à *“legislação, medidas discriminatórias e prolongada ocupação, colonização e anexação do território palestino por Israel”*, incluindo o Monte do Templo.

O *Jewish News Syndicate* (a agência de notícias que mais cresce na cobertura de Israel e do mundo judaico), a European Jewish Association (organização que representa comunidades judaicas desde Portugal à Ucrânia), a B'tsalmo (organização judaica de direitos humanos) e pessoas individuais como as corajosas jornalistas Miriam Assor e Gabriela Cantergi foram honrosas excepções na defesa intransigente da Comunidade Judaica do Porto, dos seus membros de dezenas de nações e do povo judeu em geral.

Uma pergunta é necessária. Como foi isto possível num país que era tido como o melhor exemplo da Europa em termos de (inexistência de) antissemitismo? A resposta é dura. Não havia antissemitismo enquanto não existiam judeus em número e visibilidade minimamente consideráveis. Vejamos alguns dados objectivos.

³⁸ David Baddiel, “Os Judeus Não Contam”, Vogais, Lisboa, 2022, pp. 25-28.

Em 2014, viveriam cerca de 300 judeus em Lisboa, 100 no Porto e talvez 200 no resto do país, todos, ou praticamente todos, com exceção dos Rabinos e pouco mais, assimilados e desinteressados. Uma comunidade invisível. Não havia manifestações de antissemitismo no sentido do anti-judaísmo, anti-israelismo e anti-sucesso judaico, mas não faltava no seio da população e das suas classes favorecidas um espírito anti-judaico pronunciado, como ficou comprovado numa sondagem de opinião realizado pela Liga Anti-Difamação (ADL) em território português, que concluiu que havia pelo menos 1,8 milhões de portugueses com os seguintes sentimentos antissemitas: os judeus só se preocupam consigo mesmos (26%), os judeus consideram-se melhores do que os outros (21%), os judeus são odiados devido ao seu comportamento (25%), os judeus são muito poderosos (43%), os judeus são influentes nos mercados financeiros (43%), os judeus controlam os negócios mundiais (21%), os judeus controlam o governo dos Estados Unidos (23%), os judeus controlam os media (17%), os judeus são responsáveis pela maioria das guerras (15%), os judeus são mais leais a Israel do que a Portugal (56%), os judeus falam demais sobre o Holocausto (49%), os judeus exageram o número de mortes (10%) e o Holocausto é um mito (1%).

A legislação que, entre 2013 e 2015, políticos românticos, bem-intencionados e, diga-se, estadistas com verdadeiro sentido de Estado, de partidos vários, publicaram, teve como efeito o crescimento da comunidade judaica portuguesa em geral e da comunidade do Porto em particular. O resultado imediato foi o aumento impressionante, no mundo online, de postagens negativas, comentários e compartilhamentos maliciosos contra “os judeus” enquanto grupo religioso e social, do vandalismo, do apedrejamento dos vidros da Sinagoga do Porto, do arremesso de tinta vermelha para a mezuzá da casa de uma família portuense, da coação física sobre famílias inteiras e [quando se esperavam ofensas à integridade física de membros da comunidade] do antissemitismo de estilo soviético orquestrado por agentes de Estado.

A “Operação Porta Aberta” (por arrombamento em pelo menos em três casos) repetiu tudo o que a história regista no que tange à perseguição da comunidade judaica e, deliberadamente ou não, está associada a uma real associação criminosa que tentou eliminar um jovem judeu com um grave acidente de automóvel e fez uso de sapientes larápios, indivíduos com psicoses, sentenciados por difamação, especialistas no assassinato cívico de concidadãos, um extorsionista armado em genealogista (cujos serviços a CIP/CJP rejeitara por inúteis), caluniadores profissionais que o judaísmo equipara à lepra e outros figurantes que serão registados para a história através dos meios adequados.

Quanto à outra “associação criminosa”, a famosa, aquela de que se falava nas televisões, a que corrompia Conservatórias e traficava passaportes a troco de valores monetários, essa morreu antes de nascer. A Comunidade declara oficialmente o fim do lastimável processo que só foi possível com grande corrupção de Estado. Aguardam-se novas invenções, novas indiciações, que virão tarde, como sucedeu no caso do “Dreyfus português”, o fundador da Comunidade Judaica do Porto, alvo de improvisações de última hora, depois de o Estado ter tentado utilizar a ralé da sociedade para o destruir a ele e à Comunidade que presidia.

Raras são as organizações religiosas, culturais e filantrópicas cuja história é registada em forma de livro. O capítulo presente é a uma composição de matriz cronológica sobre os últimos 100 anos dos judeus da cidade do Porto, tendo por esboço norteador a história da associação CIP/CJP. A pesquisa apresentada, com grandes limitações de tempo e de fontes, constitui um ponto de partida para investigações futuras e deve servir de orientação a todos quantos, no futuro, possam vir a guiar os destinos da Comunidade.

1923

Compunham a comunidade judaica portuense nesta época o Rabino Chaim Sorin, bem como Leon Sorin, Menasseh Knikinsky, Meir Knikinsky, Tobias Stern, Armand Halpern, David Halpern, Hoshea Roskin, Abicin Schuman, Chaim Bronstein, Yitchok Yanovsky, Shepsl Yanovsky, Herschel Yanovsky, Ezra Bronstein, Ber Levithin, Abraham Lieberman e Gregoy Goold, muitos deles chefes-de-família. Todos haviam nascido na Europa Central e de Leste e desenvolviam agora, na cidade do Porto, pequenas actividades comerciais.

A aceitação, no seio destas famílias *ashkenazim*, de uma família judia portuguesa, encabeçada por um militar de grande vigor e intelectualidade, veio alterar a forma como se vivia o discretíssimo comunitarismo judaico na cidade, motivado pela natureza temerosa dos seus elementos, traumatizados com as perseguições contra os judeus vividas nos seus países de origem.

O Capitão Barros Basto era um oficial do Exército que, depois de um tortuoso processo de conversão ao judaísmo, que durara 13 anos, fora aprovado pelo *Beit Din* de Tânger, em Marrocos, para o que beneficiou de recomendações positivas da parte da Comunidade Israelita de Lisboa (na pessoa do seu Presidente, Moses Amzalak), no seio da qual casou com uma senhora da qual tinha dois filhos.

Barros Basto era um valente, com medo de muito pouco. Juntara inúmeras condecorações e distinções por actos de bravura durante a I Guerra Mundial, palco onde arriscou a vida na frente de batalha, sobrevivendo mesmo, com mazelas embora, a um ataque de gás venenoso.

Superando a natureza introvertida dos seus irmãos de fé da Europa Central e de Leste, Barros Basto convenceu-os a constituir uma associação semelhante à “Comunidade” lisboeta e levou a sua intenção avante. O registo da associação no Governo Civil, em 1 de agosto, contém a identificação da sede da nova comunidade oficial do Porto (onde igualmente funcionava a pequena Sinagoga comunitária: na Rua Elias Garcia) e enuncia os fins estatutários da organização: a prática do judaísmo, a difusão da cultura hebraica e o auxílio aos irmãos de fé.

À sombra da comunidade estrangeira de judeus da cidade “Invicta”, nasce a associação Comunidade Israelita do Porto (CIP) presidida pelo português, oficial do Exército, com qualidades e conhecimentos para garantir a legalidade regulamentar e o desenvolvimento sustentado da mesma. Caberia ao Rabino Chaim Sorin e a Menasseh Knikinsky a tutela religiosa da comunidade (a promoção do judaísmo), ao passo que o militar português “capitanearia” o domínio organizacional e cultural (a difusão da cultura hebraica).

Barros Basto trabalhou muito em prol do projecto Comunidade Israelita do Porto. Com a anuência dos seus pares, plasmou nas actas oficiais da Direcção a divisa da comunidade – “*Adonai li, velo irá*” (Deus está comigo e não temo) –, a realização de um peditório para aquisição de um *Sefer Torá*, a necessidade de investigar se existiriam mais judeus estrangeiros na cidade, a criação de uma escola para os menores e, finalmente, um curso de idioma português para os adultos que só falavam *yidiche*, alemão e russo.

Para o exercício dos fins estatutários da Comunidade Israelita do Porto, são criadas cinco secções: “Signo Vermelho” para ajudar hospitais, “Instrução Israelita” para a criação de escolas, “Culto Israelita” para o ensino religioso, “Patronato dos Trabalhadores” para a assistência pelo trabalho e “Repouso Eterno” para cuidar dos mortos. As intenções eram as melhores, mas não havia gente suficiente, nem interesse individual da parte de quantos existiam, para tão grandes realizações.

Apesar de a comunidade judaica do Porto ser de natureza *ashkenazi*, com excepção de Barros Basto, sua mulher e filhos, uma acta de Direcção veio estabelecer o rito sefardita como “rito oficial” como sendo o mais adequado à história de uma cidade onde outrora viveu uma comunidade numerosa, pujante, activa e dinâmica.

Os judeus *ashkenazim* da comunidade – bielorrusos, russos, polacos, lituanos, alemães e outros – podem ter aceitado, no papel, o novo “rito”, no convencimento de que o Estado português poderia ver com bons olhos a inserção da *tradição portuguesa* nos rituais religiosos daquela comunidade judaica organizada, mas é da natureza das coisas que eles jamais pretenderam, ou sequer tentaram, reconfigurar, em bloco, a sua tradição religiosa e familiar, o que seria algo totalmente inverosímil para quem conheça a realidade judaica.

A rigidez da tradição *ashkenazi* impede que a mudança de rito tenha sido possível, da mesma forma que uma comunidade de judeus sefarditas não conseguiria, nem desejaria, de repente, começar a usar o rito do Leste europeu.

1925

A comunidade abandonou a Sinagoga da Rua Elias Garcia. As novas instalações passaram a ser na Rua do Bonjardim e, poucos meses depois, na Rua Fernandes Tomás, onde se terá realizado, em 15 de Av, o dia mais feliz do calendário hebraico, o primeiro casamento judaico conhecido no Porto após o Édito de D. Manuel. Menasseh Bendov casou com a sua sobrinha Branca Roskin.

Pode ter havido, e com certeza houve, casamentos anteriores, dada a presença de judeus na cidade desde a abolição oficial da Inquisição, mas deles não guardou a História, ou, pelo menos, não se conhece por agora, qualquer registo. Imagina-se a explosão de alegria e a carga de emoções que presidiram tão marcante acontecimento, atendendo até ao papel religioso que Menasseh desempenhava na CIP.

Apresentou-se perante o Capitão um jovem português – Eduardo d’Almeida –, cristão baptizado, que pretendia converter-se ao judaísmo sem reclamar sequer pretensas origens judaicas ou algo mais para além do seu desejo individual. Tratava-se de um cidadão comum

que a comunidade portuense não poderia ajudar, nem sequer a comunidade de Lisboa, por inexistir um tribunal rabínico com credibilidade *haláchica* para o fazer.

É difícil saber o que se passou na cabeça de Barros Basto. Pensando com o coração e beneficiando aparentemente da não oposição dos seus pares, resolve “converter” aquele jovem de uma palhetada (aceitando logo o pedido de inscrição na CIP, “*devendo fazer-se milá do requerente com o cerimonial respectivo*”, conforme reza a respectiva acta de Direcção), sem tribunal rabínico, sem preparação do candidato, sem *mikvé kosher*, sem rigorosamente nada. Não se sabe o que pensou e o que disse o Rabino Chaim Sorin sobre este muito sensível assunto, a respeito do qual não parece ter sido envolvido. Realização da *brit milá* de Eduardo e atribuição de um nome hebraico. Foi tudo.

Foi neste quadro que o Capitão tomou conhecimento da existência, no Porto, de alguns descendentes de judeus vitimados pelo Édito de D. Manuel, originários de Trás-os-Montes e das Beiras, que praticavam, não o cristianismo ou o judaísmo, mas sim o marranismo, uma mistura de ambas as religiões. Os católicos afirmavam que eles eram judeus, mas a lei judaica recusava-lhes o judaísmo. Não existiam certezas de que os marranos eram descendentes por via matrilinear dos “conversos” de 1497 porque não existiam registos documentais de séculos de casamentos, nem seria possível obtê-los com o mínimo de fidedignidade, sendo certo que as ligações com gentios, voluntárias ou forçadas, sempre fizeram parte da história dos judeus e seria impossível garantir que as mesmas não haviam ocorrido nas comunidades marranas.

De genealogia matrilinear desconhecida, o que desde logo lhes fechava as portas para a aceitação como judeus, os marranos haviam formado a sua mentalidade sobre os rigores inquisitoriais e pós-inquisitoriais. Tinham uma dupla faceta. Por um lado, rezavam a Adonai, honravam Moisés, escolhiam os cônjuges dentro da família, diziam que a Inquisição ainda existia, acendiam as candeias antes de *Shabat* e cumpriam obrigações inspiradas no *Yom Kipur* e na *Pessach* judaica. Por outro, os homens eram incircuncisos, comiam carne de porco, estavam imersos em práticas cristãs, frequentavam a igreja, conheciam a ladainha, comungavam recebendo a hóstia, batizavam os filhos, mandavam enterrar os familiares por padres católicos sob cruzeiras cristãs e desconheciam a existência de Rabinos e os rituais do abate animal ou da *mikvé*. Nesta confluência, o estatuto religioso dos marranos só podia ser um: o de marranos.

Havia necessidade de conversão formal dos marranos ao judaísmo para desfazer as terríveis dúvidas que existiam quanto às suas genealogias individuais e, ao mesmo tempo, para sanar a sua ligação à religião católica. De acordo com o *Shulchan Aruch*, os marranos deveriam fazer, senão uma conversão pura e simples, pelo menos uma conversão simplificada, que incluiria, para além da *brit milá* no caso dos homens, ensinamentos básicos, a necessária submersão na *mikvé* e a aceitação das *mitzvot* perante um *Beit Din* qualificado.³⁹

1926

Chaim Sorin, o primeiro Rabino conhecido da moderna comunidade judaica do Porto, parte definitivamente para Lisboa, de onde mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, toma o rumo dos Estados Unidos da América. Não se conhecem motivos que não comerciais para tal mudança, mas é possível que questões diversas ao nível da vida judaica tenham contribuído para tal decisão.

³⁹ “*Shulchan Aruch*”, Anotações de Rama, Yore Dea, Cap. 268, p. 12.

Para compreender a imposição do rito oficial sefardita na CIP, composta por judeus *ashkenazim*, é importante citar uma carta, escrita, dez anos depois, por Barros Basto, ao tribunal militar.

Pensei um dia em realizar o seguinte plano: ligar novamente com Portugal às comunidades de rito português do mundo inteiro (o que seria útil para o país) e para isso restabelecer o antigo Rabinato-Mor de Portugal, o qual não teria menos importância internacional que o Patriarcado católico das Índias. Fiz várias démarches para esse fim sobre a criação dum Rabinato-mor de Portugal, conferenciei com o [então Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa] Dr. Amzalak, de Lisboa, que por sua vez conseguiu o seguinte: A importante comunidade Israelita de Gibraltar aceitava a direção espiritual desse Rabi-mor e contribuiria materialmente para o sustento digno desse Rabinato. Lisboa também contribuiria e o Porto devia também contribuir. A comunidade do Porto era pobre, mas um segundo plano lhe daria meios financeiros e ajudaria ao grande fim em vista. Desde a conversão forçada dos judeus portugueses, no tempo de D. Manuel, durante as perseguições da Inquisição, até aos dias de hoje existiram e existem Cristãos-Novos, que ocultamente praticam ritos judaicos. Desses Cripto-judeus ou marranos existem ainda muitos milhares em Trás-os-Montes e Beiras, que tradicional e ocultamente no seio das suas famílias praticam um judaísmo bastardo, cheio de superstições. Revelando ao mundo judaico de origem portuguesa a existência de indivíduos descendentes dos mártires da Inquisição que, não obstante a perseguição secular, ainda ficaram fiéis às tradições religiosas dos seus antepassados, havia forçosamente de causar emoção nesses meios judaicos ligados por laços de sangue e de fé a estes Cripto-judeus. A primeira comunidade que atendeu ao apelo foi a comunidade portuguesa de Londres...

O tema dos marranos torna-se famoso e suscita uma discussão apaixonada no mundo judaico. No estrangeiro e no seio das comunidades judaicas de Lisboa e Porto, muitos sustentavam que os marranos estavam definitivamente perdidos para o povo judeu; outros diziam que eles podiam e mereciam ser salvos por via da conversão ao judaísmo.

Enviado pela *Anglo-Jewish Association*, pela *Aliance Israélite Universelle* e pela *Spanish & Portuguese Jews' Congregation of London*, o famoso historiador, jornalista e advogado judeu Lucien Wolf visitou Portugal para analisar a questão dos marranos, em relação aos quais, como vimos, o mundo judaico estava profundamente dividido.

Lucien Wolf produziu um relatório no qual defendia a intervenção e o apoio da comunidade judaica internacional à causa marrana. Em contraponto, o *Jewish Chronicle* de Londres dava voz a quem, no mundo judaico, se opunha ao projecto de resgate dos marranos portugueses, descurando, ao mesmo tempo, a progressiva assimilação de milhares de judeus ingleses. “*Neste caso [dos judeus ingleses assimilados], o marranismo é evidente, indubitavelmente evidente*”.⁴⁰

Na sequência da viagem de Wolf, foi criado em Londres o *Portuguese Marranos Committee* com o objectivo de apoiar a “Obra do Resgate” que o Capitão estava disposto a empreender sob a égide da Comunidade Israelita do Porto, a organização judaica portuguesa mais próxima geograficamente da maioria das comunidades marranas.

Para Secretário-Geral do Comité londrino foi nomeado Paul Goodman, que iria dirigir, desde aquela cidade, durante 20 anos, os trabalhos da “Obra do Resgate” em três dezenas

⁴⁰ "Jewish Chronicle", 30 abril de 1926.

de “comunidades marranas”, nos concelhos de Amarante (Rebordelo e Travanca), Armamar (Vila Seca), Belmonte, Bragança, Chaves, Covilhã, Guarda, Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Mêda, Valpaços, Vila Nova de Foz-Côa (Cedovim), Vila Real, Pinhel, Vila Flor, Vimioso (Argozelo, Carção, Caçarelhos) e Vinhais.

Ainda antes de partir em direcção a essas terras, o Capitão vai recebendo na CIP os primeiros marranos, e simples interessados também, actuando em relação a todos eles como se tivesse descoberto o segredo para as conversões imediatas ao judaísmo: viagem ao enfermeiro e atribuição de um nome hebraico. Imagina-se o pasmo dos judeus *ashkenazim* perante isto.

De acordo com o Rabino Tubia Hod, neto de Menasseh Knikinsky, “*Barros Basto partia do princípio que os marranos eram matrilinearmente judeus, argumento que os seus pares genericamente aceitavam*”. Pode estar aqui a explicação deste mistério, pese embora as muitas reticências impostas pela Halachá, como acima ficou referido.

No entanto, continua sem se entender o caso das pessoas que apenas desejavam converter-se à religião judaica, aos quais o Capitão dispensava o mesmo tratamento que aos marranos. Provavelmente os *ashkenazim* não sabiam, nunca souberam, que entre os portugueses recém-chegados existiam meros interessados, simples candidatos à conversão ao judaísmo, sem origens judaicas conhecidas, como o já referido Eduardo d’Almeida.

A chegada de cidadãos portugueses começou a dividir a comunidade judaica do Porto aquando da realização de serviços religiosos. Tubia Hod esclarece que “*a contagem, ou não, para minian, dos portugueses, dependia do jogo de opiniões dos concretos membros ashkenazim presentes na sala, e das discussões entre eles, pois nem todos aceitavam as conversões a que haviam sido sujeitos*”.

Entretanto, um general do Exército, Gomes da Costa, iniciou um governo de ditadura para pôr termo ao caos político que se vivia. Uma das primeiras ações que o governo encetou foi estabelecer a censura à imprensa política que misturava coisas sérias com toda a espécie de absurdos. O Capitão Barros Basto passou a integrar a recém-formada Comissão de Censura à imprensa.

1927

As conversões realizadas por Barros Basto não despertavam controvérsia somente na cidade do Porto. Estendiam-se à capital do país. No seio da Direcção da Comunidade Israelita de Lisboa, enquanto que Abraham Levy protesta contra as “*circuncisões dos cristãos novos*” [termo usado para designar os marranos], *porque não temos nenhuma autoridade religiosa que assuma a responsabilidade destes actos*” e Samuel Sorin (primo de Chaim Sorin, Rabino e um dos fundadores da CIP) considera a Comunidade em formação do Porto “*uma seita, porque as orações que viu não o satisfizeram por serem fálhas do ritual tradicional ortodoxo*”, Moses Bensabat Amzalak, presidente da CIL, Samuel Schwarz e Adolfo Benarus têm uma visão muito mais favorável ao movimento. O primeiro defende que sejam feitas as circuncisões de cristãos-novos, argumentando que “*para o caso do ingresso dos cripto-judeus no seio do judaísmo tinha sido consultado a seu tempo o Grão Rabino da Palestina, Rev. Jacob Meir que se declarou abertamente a favor do ingresso dos referidos cripto-judeus, logo que esteja averiguada a sua qualidade de descendentes dos nossos antigos irmãos forçados a aceitarem o cristianismo para fugirem às perseguições.*”⁴¹

⁴¹ Actas das sessões do Comité da CIL, de 21 de abril e 27 de outubro de 1927.

Na verdade, a Comunidade Israelita de Lisboa havia consultado, três anos antes, o Grão Rabino Jacob Meir, mas a declaração daquele líder religioso havia partido de uma premissa falsa – a certeza da origem judia por via matrilinear dos marranos – e olvidara a forte ligação destes ao cristianismo. Os marranos eram pessoas sem genealogia conhecida e imersos em inúmeras práticas heréticas à luz do judaísmo oficial, donde se segue que não eram judeus, ou seja, não poderiam ser tidos como “criptojudeus”, palavra que pode, com justa razão, designar os primeiros conversos depois do Édito, mas nunca os descendentes destes e, muito menos, aqueles que chegaram ao século XX, dada até a extrema dificuldade que estes últimos tinham na aceitação do judaísmo, que invadia o campo sagrado da sua consciência, mentalidade, identidade e cultura próprias.

Seja como for, o Capitão Barros Basto, sozinho, com uma tenacidade incrível, pôs em marcha uma tentativa de resgate para as *mitzvot* dos marranos que provocou um enorme impacto sentimental no seio de comunidades judaicas do mundo inteiro. Apresentava-se nas aldeias, por vezes a cavalo, distinto e fardado, sem receio das autoridades locais, e cedo começou a pensar que seria útil a construção de uma Sinagoga monumental que pudesse rivalizar, em majestade, imponência e beleza, com os melhores templos cristãos.

Para a maioria dos intelectuais judeus, e das comunidades judaicas no mundo, que se interessaram activamente pelo fenómeno, a imagem que se desenhava era a de uma multidão de portugueses, descendentes de judeus forçosamente convertidos ao cristianismo, há quatro séculos, que se haviam conservado secretamente fiéis à religião dos seus antepassados, e que agora, restabelecida a liberdade religiosa no seu país, pediam para ser readmitidos no seio da Sinagoga, tendo escolhido, no seu seio, para dirigir o movimento, um valente oficial do Exército português.⁴²

As coisas nunca foram tão românticas. Apesar de todo o empenho do Capitão, a “Obra do Resgate” não mereceu, desde o início, a receptividade que seria desejada por parte dos marranos. Aqueles a quem o resgate se destinava não estavam dispostos a corrigir, o que bem se compreende, as suas práticas centenárias, a prescindir das *chazanot* (as “cantoras e rabinas” que guardavam a tradição) e a acrescentar rigorosamente nada ao que já faziam.

Se a comunidade marrana daquela época, constituída por milhares de pessoas, houvesse desejado aderir ao projecto do resgate, ou seja, às *mitzvot*, “nada espantaria que corresse para a direcção do judaísmo oficial ao chamariz do Capitão Barros Basto. Mas a realidade foi bem outra, tendo a maioria ficado como era antes, e poucos, e nem sempre os mais esclarecidos, aceitaram a mudança que era também uma mudança de consciência.”⁴³

Com o início da publicação do “Ha-Lapid”, órgão oficial da CIP, os marranos foram informados de que “*Todo o descendente de judeus que receba este jornal deve pedir instruções à Comunidade do Porto sobre todo e qualquer assunto relativo ao judaísmo.*” (“Ha-Lapid” n.º 24) De todo o mundo, mas especialmente das vilas de Portugal e do Brasil, chegaram pedidos de assinatura do pequeno periódico.

Com uma porta aberta, um jornal oficial, uma secção para dar assistência pelo trabalho aos marranos e um plano objectivo para a organização das comunidades marranas de outras latitudes, a Comunidade Israelita do Porto era também a base organizativa das expedições de procura e tentativa de resgate de marranos nados e criados em localidades mergulhadas, há centúrias, no espírito cristão que brotava reluzente de suas igrejas e capelas.

⁴² Inácio Steinhardt, Elvira Mea, “Ben-Rosh”, Afrontamento, 1997, p. 248.

⁴³ David Augusto Canelo, “Belmonte - Judaísmo e Criptojudaísmo”, Belmonte, 2001, p. 97.

Ficou dito que, para tentar criar o Rabinato-Mor de Portugal, o Capitão Barros Basto, o judeu que alcançara já longas distâncias, para alguém que partira do zero, serviu-se de um pretexto: os marranos. Tal pretexto haveria de transformar-se em projecto, vício e morte, porque em vez de aproveitar as forças que tinha de sobra para enriquecer e fortalecer a comunidade judaica do Porto, procurando captar as vocações e os méritos dos judeus portuenses para desenvolver o *minian*, a escola, a *cashrut*, a *tzedaká* e o poder social da organização, o valoroso militar coloca-se na dependência dos marranos e na situação de ter de prestar contas a organizações estrangeiras até ao final da sua vida.

Barros Basto escreve ao Comité de Londres, zangado e extenuado, dizendo que não tem ajuda e que os judeus da Europa Central e de Leste só servem para *minian*, demonstrando algum distanciamento em relação aos seus pares e ao próprio judaísmo que, sim, depende de rituais praticados por um quórum de, pelo menos, dez homens, do estudo da Torá, da mikvé e de todo um conjunto de detalhes *haláchicos* que os marranos não respeitavam e não desejavam.

A “Obra do Resgate” mostra-se cada vez mais como um projeto pessoal do Capitão Barros Basto. A Comunidade Israelita do Porto está transformada numa central proselitista, o que provoca o pasmo e, quantas vezes, o protesto das igrejas portuguesas, que não iam tão longe para recrutar aderentes. Para além de Eduardo d’Almeida, a associação já contava com mais de uma dezena de cidadãos portugueses “convertidos” ao judaísmo no dia da sua chegada.

É neste ambiente que, com o suporte financeiro do *Portuguese Marranos Committee* e do Barão Edmond Rothschild de Paris, a pessoa colectiva Comunidade Israelita do Porto compra um terreno de 1200m² na Rua de Guerra Junqueiro, para a construção da nova e monumental Sinagoga.

1929

Na presença do Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Moses Amzalak, a primeira pedra da nova Sinagoga é colocada, contendo no seu interior um tubo de ferro com 18 moedas (porquanto na tradição judaica este é o valor numérico da palavra *chai*, i.e., vive) e um pergaminho assinado pelos fundadores da Comunidade Israelita do Porto contendo uma mensagem de bom acolhimento aos vindouros. Havia então três *Sefarim* na Sinagoga, que, entretanto, muda de morada, para a Rua 5 de Outubro: dois oferecidos pela *Spanish & Portuguese Jews’ Congregation of London* e outro comprado pela CIP em Antuérpia.

A cidade recebe a visita do historiador Cecil Roth e do Presidente da *Union of Sephardic Congregations*, Rabino David Sola Pool. O primeiro descreve a “Obra do Resgate” como “*a aventura mais romântica da História moderna*”, apesar de saber que os marranos desconfiavam do judaísmo oficial e do movimento de cúpulas estrangeiras, dirigido a partir de Londres, que pretendia abater a sua religião própria, simplista, com fragmentos isolados e desconexos da lei mosaica misturados com práticas significativas de catolicismo. Muitos marranos não conheciam sequer os caracteres latinos, quanto mais os hebraicos!

Embora os marranos fossem aconselhados permanentemente a “*absterem-se de frequentar as igrejas, mesmo com a reserva mental costumada*”⁴⁴, nada conseguia travar o hábito de séculos.

⁴⁴ “Ha-Lapid”, n.º 24.

O marranismo, uma religião própria, havia sido aprendido e apreendido num ambiente rural, de pouca cultura, onde a tradição tem muita força, o padre católico inspira temor reverencial e as mentalidades resistem fortemente a mudanças radicais.

O pai de um dos fundadores da comunidade da Covilhã, quando faleceu, teve extrema-unição e enterro católicos. Barros Basto ficou furioso:

Não acredito. Seria espantoso uma tal falta de carácter, ou estariam a representar uma comédia nojenta comigo. Daqui para o futuro serei mais cauteloso com a assistência aos criptojudéus da Covilhã, pois não estou resolvido a andar a angariar subsídios para ajudar pobres que se dizem israelitas e, sendo servidos, manifestam-se católicos em actos públicos, a não ser que queiram que eu contrate um padre católico para dar assistência religiosa pública a esses fiéis!!!⁴⁵

Mordechai Van Son, um engenheiro químico da Holanda, visita o Porto e oferece-se para arranjar subsídios para a contratação de um Rabino de origem portuguesa em Salónica. A proposta é bem aceite. O Rabino poderia dar um rumo melhor à “Obra do Resgate”, tanto mais que nesse ano começa a funcionar o Instituto Teológico Israelita do Porto (*Yeshivá Rosh Piná*) cujo objetivo anunciado era o de tentar formar oficiantes, *chazanim* e Rabinos.

O Instituto não foi apenas aberto a jovens marranos.

A notícia de que havia uma escola no Porto que proporcionava ensino de qualidade, em regime de internato e gratuitamente, atraiu diversos jovens, que alegavam apenas vontade de se tornarem judeus, e hipóteses muito vagas de terem existido entre os seus antepassados judeus conversos. Barros Basto não levava muito longe o seu inquérito.⁴⁶

Prosseguiram os equívocos. Os alunos não beneficiavam sequer de uma conversão válida ao judaísmo e, todavia, iriam estudar para ser Rabinos. O regulamento do Instituto era literalmente militar, desde o “levantar” (7 horas), passando pelos períodos de orações, refeições e estudo, até ao “silêncio” (22 horas).⁴⁷

Barros Basto ignorava a educação das raparigas marranas. Talvez temesse, e não estava errado, que o internato das mesmas lhe pudesse ocasionar problemas e falsas denúncias. As raparigas, sim, caso se convertessem validamente ao judaísmo, poderiam assegurar uma descendência de crianças judias educadas na fé judaica. O que é certo é que nunca foram pensadas as “conversões” das mulheres, nem mesmo as instantâneas que caracterizavam naquela época a ação da CIP.

Os marranos eram em grande medida provenientes de classes sociais muito baixas, não tendo hipóteses de prestígio e *status*, mas havia outros.

Há dois tipos de marranos – escreve Barros Basto: os do campo (pequenos comerciantes, trabalhadores, camponeses), que são boa gente, crianças grandes, ignorantes, de modo que podem receber todas as impressões; e os burgueses, habitantes das cidades ou vilas (médicos, oficiais, funcionários, proprietários e comerciantes), quase assimilados. Para estes é necessário fazer-se um pouco de proselitismo. São-nos preciosos, porque são mais cultos, mais ricos, e tornar-se-ão amanhã as bases das comunidades futuras e os seus guias.⁴⁸

⁴⁵ Arquivo da CIP/CJP.

⁴⁶ “Ben-Rosh”, p. 118.

⁴⁷ Arquivo da CIP/CJP.

⁴⁸ Arquivo de Isabel Lopes.

Como grande patriota que era, o Capitão procurava criar nos marranos (e nos demais interessados) do Instituto o orgulho de um povo – *o povo português!* – com a sua história incrivelmente envolvente e valorosa no mundo inteiro. Para não variar, ele “*não se preocupou muito em comprovar a origem marrana dos candidatos, aceitando de boa vontade qualquer um com potencial para absorver os ensinamentos religiosos, de modo a propagá-los depois nos meios marranos*”.⁴⁹

O Instituto haveria de acolher, nos anos seguintes, 83 estudantes, tendo Samuel Rodrigues e Norberto Moreno sido elevados a *chazanim* e mesmo a cargos de responsabilidade na organização Comunidade Israelita do Porto, pese embora a sua contagem para *minian* na Sinagoga dependesse, como ficou dito, da sensibilidade *haláchica* dos concretos elementos *ashkenazim* que estivessem na sala de orações a cada dia.

Por muitos erros que tenham sido cometidos, o trabalho de Barros Basto e do *Portuguese Marranos Committee* foi um trabalho precursor absolutamente gigantesco. Até então, nada de semelhante havia sido tentado em nenhum país do mundo. O Capitão, sozinho, descobriu aglomerados populacionais que, antes, não se conheciam, nem estavam registados de forma alguma. Procurou encontrar os marranos nos locais mais recônditos de Portugal, constituir comunidades oficiais, estabelecer Sinagogas nas aldeias, traduzir para português muitos textos da liturgia e história judaicas e ainda arranjar donativos para a construção de uma Sinagoga-símbolo destinada fundamentalmente a pessoas que, afinal, viviam a centenas de quilómetros.

1930

A Sinagoga e a *Yeshivá* foram definitivamente transferidas para a Rua de Guerra Junqueiro assim que o bloco dianteiro fica terminado. Uma Sinagoga enorme no tamanho e na beleza, símbolo do resgate dos marranos e do poder dos judeus do mundo. Um jornalista da época observou, durante o período de construção do majestoso edifício, que estava a ser cravado na cidade portuense “*um pedaço da Palestina*”.

O entusiasmo dos historiadores, de judeus liberais e doutros apaixonados em torno dos marranos colidia com a singularidade própria do marranismo e com questões incontornáveis para a *Halachá*, não resolvidas diafanamente. Tardavam as primeiras conversões reais ao judaísmo e aparentemente já ninguém pensava nisso.

O jornal comunitário chamava marranos aos descendentes de judeus “*que estão cativos da ignorância do judaísmo oficial*”⁵⁰. Num dos muitos episódios que consumiram a paciência de Barros Basto, o Presidente da comunidade marrana da Covilhã escreveu-lhe uma carta insurgindo-se contra o cidadão polaco Samuel Schwartz (o homem que descobrira oficialmente os marranos de Belmonte em 1915), pois perante toda a comunidade marrana covilhanense teria feito a apologia de Cristo, chamando-lhe “*um grande profeta e um grande homem do seu tempo*” e aplaudindo o discurso de um marrano presente que “*levantou o nome de Cristo às supremas alturas e que era o melhor profeta e o mais sábio que existiu*.”⁵¹

Pela mão de Mordechai Van Son, em Amesterdão é criado o *Nederlandsche Marranen-Comité* com o objectivo declarado de dotar o Porto de um Rabino e de fazer dele o

⁴⁹ “Ben-Rosh”, p. 118.

⁵⁰ “Ha-Lapid” n.º 35.

⁵¹ Arquivo da CIP/CJP.

“Rabino-Mor de Portugal”. Esta intenção, que criou muita fricção com o *Portuguese Marranos Committee* de Londres, parecia ir de encontro, ou não, ao projecto primordial de Barros Basto.

1931

A mando de Van Son, o Rabino Baruch Ben Jacob, de Salónica, chegou a Portugal a fim de avaliar a situação dos marranos. De visita à comunidade marrana de Bragança, na companhia de Barros Basto, assim que o Rabino entrou na Sinagoga viu um livro de “história e moral” da Igreja Católica. Abeirou-se do Ehal e verificou que tudo estava coberto de flores, como os altares das Igrejas. Até o estojo (a *mapah*) do *Sefer Torá* estava forrado a flores.

Embora tenha ficado comovido com os cantos das rezadeiras, o Rabino sublinhou que tudo tinha de mudar e logo entrou em choque com o Capitão, inviabilizando uma solução para o futuro. Como consequência, um outro Rabino teve que viajar para o Porto: Jacob Shebabo.

Van Son chegou à cidade e desaprovou tudo o que viu. Na sua opinião, o número de alunos deveria ser limitado a cinco, havia que seleccionar estudantes pela inteligência, vocação e saúde, bem como impor o cumprimento escrupuloso do *Shabat* e da *cashrut*. Defendia ainda a transferência do ensino religioso para o Rabino Shebabo, com o afastamento de Barros Basto para outras tarefas.

*Se tais condições não fossem cumpridas, o Comité não só retiraria o seu apoio ao Porto como se concentraria na criação de uma escola interna em Lisboa, aberta a rapazes e a raparigas, dirigida pela comunidade local.*⁵²

Por desinteligências com o Capitão, Van Son ordena que o Rabino Shebabo tome o rumo de Bragança e sugere a Londres o fim daquele Instituto Teológico que considera estar destinado ao fracasso. Alegava que Barros Basto não era Rabino, mas sim um judeu convertido pouco observante das obrigações religiosas, pelo que não tinha suficientes qualidades para “resgatar” os marranos para as mitzvot, *corroborando* uma opinião assassina que os jornais católicos foram promovendo ao longo de quase uma década. “O Presidente [da CIP] é um distinto professor, mais filósofo e panteísta do que religioso e judeu, com a agravante de ter sido revolucionário.”⁵³

1932

O Rabino Jacob Shebabo tomou a liderança da comunidade marrana de Bragança. Se dúvidas houvesse sobre a relação dos marranos com os Rabinos, as mesmas foram dissipadas. O Rabino foi absolutamente desconsiderado e teve de abandonar o país, porque os marranos não aceitavam que as Sinagogas substituíssem as casas das rezadeiras, que palavras hebraicas substituíssem as que haviam aprendido das avós, que festas desconhecidas pusessem cobro às suas próprias festas centenárias e, enfim, que toda a sua vida mudasse em termos de culto, leito e mesa.

⁵² “Ben-Rosh”, p. 130.

⁵³ A Voz, 25.03.1938.

Nas palavras de Arnold Diesendruck, era tudo muito claro e objectivo:

Os marranos queriam manter-se à parte do “mainstream” judaico, como grupo ‘mudeu’ [mistura de marrano com judeu], de velhas crenças já fortemente temperadas por 500 anos de cristianismo e sem ligações com o judaísmo tradicional, por mais liberal que este fosse. E isto o judaísmo não podia aceitar.⁵⁴

Não podia, de facto. De qualquer forma, é indubitável a relevância cultural da questão marrana. O Capitão, como responsável pela promoção da cultura judaica na CIP, não deixou os seus créditos por mãos alheias e desenvolveu um trabalho notável que foi muitíssimo mais além do que a pesquisa, a escrita e o registo.

No Porto, defronte ao *Ehal* da Sinagoga, é instituída a “Ordem da Mensagem Israelita do Resgate”. Numa cerimónia muito bonita, prestaram juramento os estudantes Joaquim Abrantes, Daniel Teles e Samuel Rodrigues, todos gentios, todos investidos em missões de proselitismo judaico, o que leva Yakov Yanovsky, um judeu polaco de Lisboa, que já vivera no Porto, a publicar no jornal *Der Moment* um artigo que proclama a falência total da “Obra do Resgate”.

Barros Basto estava esmagado em obrigações, solicitações e preocupações. Para cúmulo, foi colocado no Regimento de Infantaria de Évora e, mais tarde, em Lamego, o que prejudicou ainda mais os seus esforços solitários de converter ao judaísmo aqueles que, em boa verdade, não queriam ser convertidos, pois tinham uma religião própria.

1933

Edwin Edwards, do Portuguese Marranos Committee, chegou ao Porto para ver a evolução das obras da Sinagoga e o desenvolvimento da comunidade. O Capitão, que estava em Lamego, escreveu uma carta a Eduardo d’Almeida, dizendo-lhe para a sala ter o maior número de marranos possível e para Menasseh Knikinsky (ou Menasseh Bendov) não intervir no serviço, deixando tudo a cargo de Samuel Rodrigues.

Sobre o episódio acima relatado, Inácio Steinhardt e Elvira Mea estranham que o Capitão não fale dos demais judeus *ashkenazim* e questionam: “*E os outros? Não frequentavam regularmente a Sinagoga?*”⁵⁵

O lituano Menasseh Knikinsky era muito amigo de Barros Basto e, com grande sacrifício da sua vida familiar (contava já duas filhas) e profissional (vendia peles em Matosinhos), ajudava-o o mais que podia no Instituto Teológico Israelita do Porto. Os demais *ashkenazim* estavam cada vez mais apartados da Sinagoga, e nesta altura aparentemente já nem sequer compareciam aos serviços religiosos, pois nem eles entendiam a condição e o estatuto *haláchico* dos marranos e dos interessados portugueses, nem estes conviviam serenamente com a realidade judaica ditada pela ortodoxia, qualquer que ela fosse. O judaísmo era outro mundo.

O sentimento de conflito que então imperava entre portugueses e judeus *ashkenazim* viria a ser expresso no “Ha-Lapid” n.º 64 (1934), pela pena de Eduardo d’Almeida, que afirma que todo o judeu estrangeiro que pretenda inscrever-se na comunidade “*terá que*

⁵⁴ Arnold Diesendruck, “Os Marranos, 1920-1950”, 2000, p. 52.

⁵⁵ “Ben-Rosh”, p. 147.

assinar uma declaração pela qual se compromete por sua honra a não pretender alterar de forma alguma e em tempo algum o rito por que se rege esta Comunidade, a qual foi organizada para portugueses e por consequência terá sempre que se reger pelo rito português ou Sephardi” sob pena de “demissão da mencionada Comunidade”.

Judah Cassuto, um judeu sefardita de Hamburgo, que recentemente se instalara na cidade, torna-se Presidente da Comunidade Israelita do Porto por sugestão do Capitão Barros Basto. Pode ler-se na acta da Assembleia Geral respectiva que *“usou da palavra o Sr. Capitão Barros Basto, declarando não aceitar a candidatura para a presidência do Mahamad [Direcção] e indicando a do Sr. Judah Cassuto. A Assembleia Geral manifestou o seu desejo de que o Sr. Capitão Barros Basto continuasse como Presidente do Mahamad e só em vista da insistência do referido em não aceitar é que resolveu aderir ao seu desejo.”*

Em setembro, dois filantropos de Hong Kong, Elly Kadoorie e o filho, Lawrence, visitam a cidade do Porto com vista à doação de duas mil libras para o acabamento das obras da Sinagoga. Exigem que a mesma tenha o nome da família, em memória de Laura Mocatta Kadoorie (esposa de Elly e mãe de Lawrence), de origem portuguesa, falecida em 1919 no incêndio da sua casa. Não era o primeiro projeto em honra de Laura. Os Kadoorie já haviam estabelecido uma escola para meninas em Bagdad, um hospital em Istambul e diversas atividades filantrópicas em Xangai, Londres e outras latitudes.

De acordo com testemunhos posteriores dos Mocatta-Kadoorie, durante as reuniões que encetaram na cidade, os dois filantropos aperceberam-se da existência de clivagens muito acentuadas no seio da comunidade, da imensidão da Sinagoga para uma colónia judaica tão insignificante e, sobretudo, dos nulos resultados da “Obra do Resgate” depois de tantos anos de propaganda no estrangeiro. Todavia, levaram adiante a sua intenção, convencidos de que, cedo ou tarde, a Sinagoga iria ser útil ao povo judeu, cuja história está cheia de tribulações e regenerações inesperadas.

Recomeçam os trabalhos na Sinagoga, que haveriam de custar quase cinco mil libras, tendo sido inscrito na fachada central do edifício: “Sinagoga Kadoorie 5694”. No seio da família Kadoorie a Sinagoga torna-se conhecida, até aos nossos dias, como *“Laura Kadoorie Synagogue”*

Entretanto, com o advento do nazismo na Alemanha, começaram a chegar ao Porto os primeiros refugiados. As chegadas de comboios, que se tornariam imensas nos anos seguintes, eram provenientes de toda a Europa, mas sobretudo de Hamburgo.

A permanência dos refugiados em Portugal, quando ilegal, originava detenções, buscas domiciliárias e extradições; e quando legal, eles tinham de procurar uma actividade independente, porque quase todas as profissões estavam vedadas a estrangeiros. Foi assim que a família de Emil Oppenheim, proeminente jurista alemão, abriu uma lavandaria; um médico transformou-se em pedicuro e outros correligionários começaram a trabalhar na importação, na exportação, na representação de produtos estrangeiros, ou como professores de línguas e educadores infantis.

1934

Em 1 de agosto de 1934, o paquete brasileiro Ruy Barbosa, com cerca de 100 passageiros, todos eles judeus fugidos da Alemanha, naufragou no Porto. Milagrosamente não houve vítimas entre os passageiros, que tinham como destino o Brasil, para onde rumaram

por outros meios. Não há notícias de que alguém tenha permanecido no Porto junto da Comunidade, ou que esta os tenha ajudado de alguma forma, o que certamente ocorreu, mas não ficou documentado até aos nossos dias. Na CIP enfrentavam-se tempos muito confusos e negativos.

Barros Basto foi um idealista que nunca soube avaliar por que motivo as tábuas da lei contemplam os delitos da inveja e da língua. Nunca teve cuidado ao selecionar os membros da Comunidade Israelita do Porto. Foi enchendo a organização com toda a gente que aparecia.

Tenho organizado a comunidade do Porto com elementos judaicos que consegui encontrar sem ter tido o cuidado de os selecionar. Foi como construir um quartel e aceitar todos os que queriam ser soldados.⁵⁶

O filho de Judah Cassuto – Alfonso – presidia agora o Instituto Teológico, onde, para lá das matérias relativas ao ensino, as coisas não funcionavam adequadamente. De corações puros, dezenas de miúdos pobres de aldeia, cujos pais os haviam deixado vir para o Porto para que tivessem uma educação gratuita, em regime de internato, confrontavam-se com a rivalidade que lhes era movida por alguns pares associados a vícios e a práticas homossexuais, o que transformou o Instituto num local indigno de respeito. Criado para formar oficiais, *chazanim* e Rabinos, o Instituto estava transformado em porto de abrigo de inúmeros delinquentes.

Uma carta anónima caluniosa é enviada para a Polícia de Segurança Pública, denunciando Barros Basto pela prática de crimes de homossexualidade nas pessoas de estudantes do Instituto Teológico do Porto. A grave denúncia anónima, da lavra dos alunos Duarte Rebordão, Judah Lopes, Augusto Horta e Joaquim Abrantes, orientava-se no sentido de caracterizar o Capitão como um homossexual violento que não olhava a meios para coagir os alunos do Instituto Teológico Israelita do Porto.

Assim que, no seio da comunidade judaica portuense, ficou conhecida a denúncia, mesmo antes de se conhecer a identidade dos seus autores, o Instituto fechou as suas portas e todos os estudantes foram mandados regressar às suas terras de origem. Quartos vazios, camas arrumadas, ausência de luz e de vida. Correu o rumor que, se isto não houvesse sido feito rapidamente, as autoridades portuguesas fechariam o local como um “antro de vícios”.

Este foi o início de uma saga terrível. Escreve Augusto Canelo com justa razão:

Até 1934 o Capitão pôde manter uma liderança rígida e ao mesmo tempo forte dos destinos da Comunidade. Mas esse ano vai marcar uma viragem e o início da sua queda.⁵⁷

1935

Menasseh Knikinsky presidiu a uma comissão constituída no seio da CIP para apurar a origem e as razões da calúnia. Segundo a comissão viria a apurar, *“tratava-se de uma calúnia levantada pelos Cassutos e por Miguel Vaz, com o fim de afastar o Sr. Capitão, da confiança do*

⁵⁶ Arquivo de Isabel Lopes.

⁵⁷ “Belmonte - Judaísmo e Criptojudáismo”, p. 85.

Comité de Londres, da qual se estava esperando receber 300 contos, para a conclusão das obras da Sinagoga, ficando os Cassutos e Miguel Vaz senhores do dinheiro a receber”.⁵⁸

De acordo com relatórios do *Portuguese Marranos Committee*, enquanto decorriam as investigações da Polícia, Alfonso Cassuto escreve a Paul Goodman dizendo que “*tomou conhecimento de actos imorais praticados na Sinagoga*” e que “*renunciou à sua filiação na CIP, que não cumpria os requisitos da fé judaica*”.

A singular missiva de Cassuto provocou a imediata vinda ao Porto do Secretário-Geral do comité londrino, que não tardou a tentar apurar mais detalhes junto daquele interlocutor e outros elementos da Comunidade.

Pareceu-me que me encontrava entre gangsters num melodrama, e estas acusações pareceram-me tão surreais e fantásticas que toda a história me começou a parecer inconcebível.

O marrano Miguel Vaz, outrora aceite na organização com uma conversão instantânea, e já associado a um vasto currículo de maluqueira, tornara-se Presidente da CIP com a promessa de “*limpar a comunidade*” (leia-se: afastar o Capitão Barros Basto) e escrevera numa acta de Direcção que “*só podem ser membros da Comunidade aqueles que provem absolutamente a sua origem judaica*”.

Para frustração de Vaz, este teve de renunciar à Presidência aquando da chegada de Goodman, que foi logo incumbido de compor um novo executivo, o que fez, escolhendo elementos marranos, prosélitos e judeus alemães e polacos. Daniel Furriel, marrano, foi nomeado Presidente. Os demais elementos do executivo eram Eduardo d’Almeida (prosélito), Albert Kiefe (alemão), Hans Warmbrun (alemão) e Nathan Beigel (polaco).

Ao mesmo tempo, foi decidido que a propriedade da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim deveria ser registada em nome da *Spanish & Portuguese Jews’ Congregation of London* (o que nunca chegou a ser feito) e foram escolhidos o Presidente honorário da CIP (Elly Kadoorie) e os dois vice-Presidentes honorários (Paul Goodman e Moses Amzalak).

Entretanto, o inquérito criminal contra Barros Basto foi arquivado pela Polícia de Segurança Pública, que considerou que as denúncias se deviam a intrigas internas no seio da organização. Conforme testemunhou Paul Goodman junto da própria Polícia, esta “*tinha chegado à conclusão definitiva de que a denúncia dos quatro rapazes do Instituto contra o Capitão Barros Basto era devida a uma intriga. Por esse motivo, a prossecução do caso ruiu por completo.*”⁵⁹

Daniel Furriel foi destituído, tomando o seu lugar, de novo, na Presidência, o Capitão, que logo tentou pôr fora das instalações uma família, que vivia na cave, ali colocada por Miguel Vaz. Tratava-se de uma família malcriada, conflituosa, de nível social próximo da ralé, que tudo fazia para denegrir a Comunidade no exterior. Teve de ser a Polícia a pôr aquela gente na rua com uma dura intimação.

Uma coisa estava já clara. O Capitão Barros Basto fora muito mais vítima de um assassinato moral no meio comunitário do que de perseguição de cariz católica ou estadual. A Direcção estabeleceu um regulamento disciplinar que indicava, a partir de então, as circunstâncias em que os membros da CIP deveriam ser expulsos sem mais, tendo adoptado internamente o nome de “*Kahal Kadosh Mekor Haim*” (Sagrada Congregação Fonte de Vida). Um corpo

⁵⁸ “Ben-Rosh”, p. 195.

⁵⁹ “Ben-Rosh”, p. 174.

de antigos alunos do Instituto não tardou a homenagear o Capitão Barros Basto, mas os autores morais e materiais da denúncia anteriormente efectuada não se deram por vencidos e ficaram à espreita de uma nova oportunidade.

1936

Barros Basto foi alvo de uma nova denúncia anónima caluniosa, em tudo semelhante à anterior, desta vez dirigida ao Exército. A denúncia terminava com uma pergunta assassina: “*Os oficiais do Exército têm o privilégio de montar seminários judaicos admitindo rapazes para praticar pederastia?*”

Esta terrível denúncia não era senão a continuação da primeira já desmascarada pela Polícia de Segurança Pública. Desta feita, porém, agentes de Estado aproveitaram para levar a cabo um processo de perseguição integral contra Barros Basto a fim de o destruir, a si e à Comunidade Judaica do Porto, custasse o que custasse. A actividade da CIP há muito perturbava as classes dirigentes de Portugal. Destruir o Capitão seria destruir a organização, que perderia o seu real timoneiro e, a partir de então, cingir-se-ia apenas a um grupo de *ashkenazim* que rezavam conjuntamente e nada mais.

Em 15 de julho, Barros Basto escreve ao tribunal militar onde corria o seu processo criminal de averiguações sublinhando que existe uma conjura contra si no seio da Comunidade. Tudo é “*produto de imaginações doentias de indivíduos freudianos*” com “*almas de lama*”, diz ele, referindo-se a judeus de Hamburgo (família Cassuto), Odessa (família Bronstein) e Amesterdão (Mordechai Van Son) que teriam instrumentalizado alguns marranos do Instituto, “*criando inveja e rancores nos alunos que não eram seleccionados e nos quais não reconhecia vocação alguma para o fim em vista*”.⁶⁰

A vida comunitária sofreu um forte revés. Os judeus *ashkenazim* nem sequer queriam ouvir falar da Sinagoga, por desgaste emocional, e a Obra do Resgate, que sempre andara pelas ruas da amargura, estava agora totalmente moribunda. Se o grande empenho dos acusadores tivesse sido dar a machadada final na “Obra do Resgate” a todos os respeitos e em todos os sentidos, não o fariam melhor, nem em menos tempo, nem com mais apropriado sistema.

1937

O ano ficou marcado pelo julgamento, aliás julgamentos, um criminal e outro disciplinar, do Capitão Barros Basto. O ilícito de homossexualidade, a ser provado, acarretaria a punição do visado pelas leis criminais e a sua total desonra perante o mundo judaico religioso.

Os testemunhos prestados, nas instâncias militares, pelos jovens convocados, são simplesmente irreproduzíveis e demonstram por que razão nunca foi lícita, em nação alguma, a reprodução de escritos em processos de cariz sexual, ainda que assentes em falsidades, dada a violência imensa exercida sobre as pessoas dos acusados. Não há palavras suficientemente duras para caracterizar a baixez moral de tudo aquilo.

Na sua defesa, Barros Basto ataca severamente quantos se haviam organizado para o matar civilmente, acusando-os de estarem movidos por interesses materiais e pelo desejo de

⁶⁰ Carta de Barros Basto ao Exército.

travarem o projecto nacional que tinha em marcha, de ligação de Portugal às comunidades sefarditas espalhadas pelo mundo.

Em julgamento, os delatores são desacreditados pelo tribunal militar e fica patente que atuaram a mando de outras pessoas. O colectivo de juízes absolve o Capitão de todos os crimes, por unanimidade, depois de o Promotor de Justiça, coronel Arnaldo de Oliveira, na sua qualidade de representante da lei, ter assumido a existência de um complô movido por indivíduos de baixo estofo moral. Os ecos rapidamente chegam ao Porto.

Numa acta da Assembleia Geral, pode ler-se a respeito da absolvição por crime infamante:

Tendo-se realizado no tribunal militar no passado dia 26 de julho o julgamento do nosso prezado Presidente, Sr. Capitão Barros Basto, o Sr. Defensor Oficioso, Capitão Luís Pereira Ferreira, baseado no processo, demonstrou como principais elementos organizadores do complot os judeus Van Son, Samuel Swartz, a família de Judas Leão Cassuto, sua mulher e filho Alfonso Cassuto, Miguel António Vaz, Família Bronstein e dois miseráveis ex-alunos de instituições educativas católicas, António Duarte Rebordão e Joaquim Brito Abrantes.

Este mesmo Joaquim Brito Abrantes viria a admitir, mais tarde, que “*se por qualquer motivo que agora desconheço eu tivesse feito ou dito fosse o que fosse em desabono da Comunidade ou do senhor Capitão, fi-lo com certeza por ter sido induzido em erro ou por ter sido pressionado a tal e nunca de moto próprio*”.⁶¹

Cecil Roth, o famoso historiador, também não ficou indiferente a tudo o que aconteceu, tendo escrito que Alfonso Cassuto, “*de quem eu esperava muito, virou perverso e pernicioso, primeiro criando actividades rivais, e depois instigando uma perseguição contra Barros Basto, com uma acusação muito séria, que aos olhos de portugueses ignorantes assumiu verosimilhança, por causa da operação da circuncisão.*”⁶²

Os agentes de Estado que queriam assassinar civilmente Barros Basto não desistiram. Embora absolvido no processo criminal, o Capitão foi condenado no processo disciplinar que lhe fora movido, devido às operações de circuncisão nas quais participara e à forma como saudava os alunos. Sob o amparo do Decreto 16:963, de 15 de junho de 1929, que previa a “*separação de serviço*” para casos de imoralidade, o Conselho Superior de Disciplina do Exército sentenciou que o réu “*realizava a operação da circuncisão a vários alunos segundo um preceito da religião israelita*”, pelo que não possuía “*capacidade moral para prestígio da sua função e decoro da sua farda*”.

Esta decisão teve por espeque norteador a doutrina cristã que modelava a moral do Exército, uma doutrina pró-Syllabus baseada nos ensinamentos *ex-cathedra* da Igreja Católica e nas determinações dos antigos Concílios, que obrigavam cada católico individualmente à mais pura obediência e que considerava a “*abominável circuncisão*” uma “*injúria para o corpo*”⁶³.

A “*separação de serviço*” constituiu para Arthur Carlos Barros Basto (o oficial e o judeu) uma verdadeira pena de morte civil. Foi afastado definitivamente das suas funções; foi impedido de progredir na carreira; foi proibido de usar uniformes, distintivos e insígnias militares; e foi obrigado a manter-se para sempre subordinado à acção disciplinar do Exército (ou seja, foi forçado a manter a sua vida civil e a sua prática religiosa para sempre modeladas

⁶¹ Arquivo de Inácio Steinhartd.

⁶² “Ben-Rosh”, p. 253-254.

⁶³ Concílio IV Toledano, Cânone LIX, ano 633.

por regras militares hostis aos preceitos judaicos mais elementares), sob pena de voltar a ser julgado e condenado.

A decisão contra Barros Basto retirava-lhe as forças e representava para a CIP a morte institucional. Nunca mais, a partir de aqui, e ao longo de todo o século XX, houve a mínima vida associativa registada, para efeitos notariais e fiscais, transformando a organização numa entidade fantasma, que existia, mas não existia ao mesmo tempo, não estando ainda, sequer, completado o registo do edifício da Sinagoga na Conservatória do Registo Predial. Triste.

Poucos dias após esta decisão do Exército, a Comunidade Israelita de Lisboa, presidida por Moses Amzalak, e a comunidade judea-marrana de Lisboa, dirigida por Amílcar Lobo, prestaram homenagens oficiais a António de Oliveira Salazar. Muitos viram nas sobreditas homenagens um “voltar de costas” das comunidades judaica e marrana a Barros Basto. Todavia, qualquer pessoa de boa-fé sabia que a moral ultra-católica e antisemita do Exército português tinha séculos e que o pior inimigo do Capitão não havia sido Salazar, nem a Igreja, nem o Exército, mas sim a inveja e a calúnia de homens medíocres no meio judaico. Uma lição para o futuro.

Na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, os responsáveis não passaram impunes. Menasseh Bendov, muito severo em relação aos assassinatos morais, propôs na Assembleia Geral da Comunidade Israelita do Porto a proclamação de um *chérem*, que foi aprovado por unanimidade.

Considerando que a família Asriel Bronstein, família Judas Leão Cassuto, sua mulher e filho, Miguel António Vaz, António Duarte Rebordão e Joaquim de Brito Abrantes, mancomunados, pretenderam matar moralmente o nosso Presidente [Capitão Barros Basto] e lançar num labéu infamante sobre uma instituição judaica; e em obediência aos preceitos da nossa sagrada Torah, que nos foi outorgada por Moisés, nosso mestre; os senhores do Mahamad [Direcção] resolveram aplicar a pena de chérem, para todo o sempre.⁶⁴

1938

No mesmo ano em que ocorreu a “Noite dos Cristais” na Alemanha nazi, a apenas 2500 quilómetros de distância, no Porto, foi inaugurada uma imponente Sinagoga. Esta inauguração tomou lugar no mês de Janeiro, num clima que não foi apenas de festa e regozijo, mas sim também de fraturas, vozearias e discussões intermináveis no mundo judaico.

Poucos dias antes da inauguração, o holandês Mordechai Van Son publicou uma carta no *Jewish Chronicle* onde sugeriu a venda do edifício para devolver o dinheiro à família Kadoorie e aos demais benfeitores, dado que, segundo dizia, a comunidade judaica portuense *não tem mais de 15 pessoas* e urge “limpar este infernal estábulo”.

Nada existe no Porto que mereça o nome de Kahal (congregação), não existe nada que justifique o nome Kadosh (sagrada) e esta comunidade não é nenhuma “Fonte de Vida”, mas fonte de Mal, que deve ser extirpado o mais brevemente possível. Não há Rabino, não há um professor qualificado, não há shechitá, não há aulas de religião para as crianças, não há cemitério judaico, nem nada que justifique a construção da mais pequena Sinagoga. Dos sessenta estudantes de 14 a 19 anos que cursaram esta

⁶⁴ Acta da Assembleia Geral da CIP de 26 de dezembro de 1937.

yeshivah, nenhum deles se tornou judeu observante, nem em grau menor, e muito menos um Rabino apto a ser um professor para o Povo de Israel.

A Sinagoga do Porto foi inaugurada com o nome “Kadoorie Mekor Haim” perante representantes de comunidades judaicas várias – Lisboa, Berlim, Londres –, muitos marranos de aldeias que o Capitão mobilizara nesse dia e ainda ministros de outras crenças: católicos, anglicanos, evangélicos e baptistas. Por recato e modéstia, os marranos preferiram permanecer fora do templo. Conta Paul Goodman que “*aqueles homens trabalhadores da terra, pastores e pequenos negociantes, com os seus trajas pitorescos, alguns com as boinas altas, outros com romeiras forradas a pele, tinham ficado respeitosa e fora, nas escadas, para não perturbar o serviço*”.⁶⁵

A presença dos marranos é também sublinhada por Augusto Canelo: “*No dia da inauguração, as notícias referem a vinda de Trás-os-Montes de um forte contingente de marranos. Mas se foi verdade, o certo é que nunca mais voltaram*”⁶⁶.

Apesar de já estar agendado o primeiro casamento na Sinagoga, entre Max Hans Dreifuss e Hildegard Midas, ambos de origem alemã, não eram minimamente radiosas as expectativas para o futuro. Dir-se-ia que, na realidade, ninguém acreditava que se pudesse fortalecer a exígua comunidade que habitava o imponente e majestoso edifício.

No dia da inauguração já se fazia história, como se tudo estivesse terminado. O *Portuguese Marranos Committee* mandou afixar, em honra de Barros Basto, uma lápide no hall da entrada da Sinagoga dizendo que “*o seu nome deve estar associado para todo o sempre*” [ao referido edifício] dados os “*históricos serviços*” por ele já prestados!

O ofício inaugural foi presidido pelo Rabino da Comunidade Israelita de Lisboa, Mendel Diesendruck, homem de grande cultura *haláchica*. O seu filho Arnold viria a escrever, setenta anos depois, um demolidor testemunho:

*A cidade do Porto não tinha um templo judaico havia 440 anos e, segundo a maioria que participou da inauguração, nem por isso alguém sentiu falta do templo, nem mesmo depois de construído.*⁶⁷

1939

Barros Basto tenta convencer Menasseh Bendov a assumir a presidência da associação Comunidade Israelita do Porto, mas ele rejeita liminarmente a ideia. Não percebe nada de associações e não deseja mais envolvimento do que aquele que já tem. Os outros membros da Comunidade pensavam da mesma maneira. Ninguém queria herdar a condução da associação e da Sinagoga. Era um fardo para Barros Basto. Um fardo e uma responsabilidade.

A inauguração daquele templo, muito polémica no mundo judaico de então, nutriu uma das mais pequenas comunidades da Europa com uma das Sinagogas maiores. De grandes dimensões, com salas suficientes para albergar um milhar de pessoas ao mesmo tempo, a Sinagoga estava quase sempre vazia. Não tinha substrato religioso, nem um *minian* minimamente consistente.

⁶⁵ Relatório de Goodman ao Portuguese Marranos Committee.

⁶⁶ “Belmonte - Judaísmo e Criptojudáismo”, p. 89.

⁶⁷ “Os Marranos, 1920-1950”, p. 48.

Os serviços religiosos, nesta época, eram conduzidos por um “Cohen” de Varsóvia – Srul Finkelstein – que desembarcara no Porto com um judaísmo muito superior ao que se vivia na comunidade portuense e mesmo portuguesa.

Para Barros Basto, muitos anos de trabalho a tentar resgatar os marranos para o judaísmo oficial não tinham gerado resultado algum que não fosse cobrir a sua própria vida de penúrias, perdas e vitupérios. Tudo falhara. Não havia registo de qualquer conversão válida ao judaísmo ou de qualquer *brit milá* de criança, *bar mitzvá*, *bat mitzvá*, casamento ou enterramento marrano no Porto.

O livro de membros da CIP registava a existência de cerca de 20 marranos, que viviam no Porto e arredores, mas a Sinagoga deles não tinha notícias. O único marrano que parecia estar a tempo inteiro na Sinagoga era um informador da Polícia Política do Estado, à qual confidenciaria, no ano seguinte, que Barros Basto estava desolado com o falhanço da “Obra do Resgate” e queria dizer a Londres que falhou: “*Tenho que mandar dizer a Londres que falhei e que tenho que desistir de tudo. É a única solução.*”⁶⁸

Como se não bastasse o processo de assimilação rápida dos marranos, a migração dos mesmos para o estrangeiro torna-se massiva e imparável. A título exemplificativo, o “Ha-Lapid” n.º 99 refere a ida definitiva para o Brasil dos seguintes ex-alunos do Instituto Teológico Israelita do Porto: Manuel Augusto (Emanuel) Rodrigues, natural de Vilarinho; Artur Henrique (Abraham) Lopes, natural de Vilarinho; António (Yomtob) Rodrigues, natural de Belmonte, e Manuel António (David) Lapo, natural de Vila Nova de Gaia.

*A utopia de Barros Basto chega ao fim – escreve Augusto Canelo –, uma romântica utopia sem possibilidade de fecundar a realidade que se pretendia com a passagem da mensagem do resgate.*⁶⁹

1940

Fugidos à Segunda Guerra Mundial, refugiados muitos chegam ao Porto, sendo aconselhados a não se meterem em política, a cuidarem da sua apresentação, a serem modestos e discretos, a não elogiarem as qualidades do país que acabavam de deixar, a aprenderem depressa a expressar-se na língua portuguesa e a respeitarem as leis e os costumes locais.

*A Guerra estava a ocorrer na maior parte da Europa, enquanto, felizmente, a Península Ibérica, juntamente com a Suíça, permaneceu neutra. Foram tempos muito trágicos para todos nós que deixamos as nossas famílias na Polónia e na Rússia e houve um afluxo grande de refugiados judeus que conseguiram alcançar a segurança de Portugal.*⁷⁰

A Sinagoga tinha uma nova função: acolher as centenas de refugiados que chegavam, muitos beneficiando da ajuda clandestina prestada desde a fronteira por parte de Artur Mirandela (Presidente da Comunidade Israelita de Bragança) e do sempre destemido Capitão Barros Basto.

⁶⁸ Processo da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado n.º 458-SR, informação de 3 de agosto de 1940.

⁶⁹ “Belmonte - Judaísmo e Criptojudaísmo”, pp. 88 e 91.

⁷⁰ Testemunho de Eta Pressman Wright, que no tempo da guerra era uma dócil menina da comunidade.

É criada a 6.ª Secção da CIP – “Amparo dos Desterrados” -, sendo seu provedor Menasseh Bendov, que canaliza a maioria dos refugiados para o Comité de Assistência aos Judeus Refugiados (Comassis - Filial do Porto) orientado pela Comunidade Israelita de Lisboa e patrocinado pelas organizações internacionais HICEM e JDC. À frente da delegação da Comassis no Porto o alemão, então membro da Direcção da Comunidade Israelita do Porto, Hans Warmbrun.

Através das 416 fichas de refugiados existentes nos muitas vezes saqueados arquivos da CIP – seguramente um número muitíssimo escasso em relação ao real – verifica-se que os mesmos, provenientes sobretudo da Bélgica, da França e do Luxemburgo, chegaram ao Porto ao longo do ano de 1940 e até abril de 1941. São pessoas de todas as classes sociais, maioritariamente de idades entre os 25 e os 64 anos, de muitas nacionalidades: polacos (que constituem a grossa maioria), belgas, checoslovacos, alemães, holandeses, franceses, austríacos, romenos, húngaros, búlgaros, argentinos, iranianos e apátridas.

A Comunidade Israelita do Porto cede aposentos no 1.º andar da Sinagoga para os serviços caritativos da Comissão de Assistência aos judeus refugiados. O sonho da grande maioria dava pelo nome de Estados Unidos da América e, na sua impossibilidade, outro destino bem longe da Europa: Palestina, Venezuela, Equador, Argentina, México, Bolívia, Shangai, Haiti, Curaçau, São Domingo, Costa Rica, Panamá e Cuba.

Amontoam-se refugiados escanzelados com as suas vidas desfeitas. De uma maneira geral, eles foram bem acolhidos pela população portuense. Discriminados, sim, foram apenas por alguns membros da comunidade alemã do Porto. A “Deutsche Kolonie Porto” reunia comerciantes, armadores e empresários alemães que viviam na cidade e que faziam encontros com salas decoradas de cruces suásticas para reunir fundos para a “Winterhilfswerk” que, por sua vez, ajudava alemães pobres que pertencessem a famílias saudáveis e com “valor rático”.

Muitos dos refugiados apresentaram-se no Porto com vistos emitidos em Bordéus, pelo Cônsul de Sousa Mendes. A Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados, com sede em Lisboa, abriu um escritório no Porto, na Rua do Almada 517, para ajudar aqueles aos quais não era permitido o sonho da permanência.

Os refugiados estavam hospedados em pensões, quartos particulares e hotéis: Aviz, Tivoli, Luso-Império, Avenida, Monumental. Frequentavam os cafés Majestic, Arcada, Imperial e outros tantos. A sua vida diária: passar o tempo, esperar por vistos, esperar pelos seus lugares nos barcos. Portugal era um país de passagem. A viagem seria feita a partir de Lisboa, em grandes barcos, ou do Porto, em barcos de menor envergadura.

Escreve Isabel Meirinhos:

Reuniam-se num qualquer lugar de encontro para contar as suas histórias que, sendo todas diferentes, eram todas muito iguais, porque todos eles haviam perdido a sua identidade, e todos se encontravam perdidos num mundo em que não se podiam integrar. Alguns tiveram que deixar entes queridos para trás, por estarem internados em campos de concentração ou, simplesmente, porque a sua condição económica não lhes permitiu trazer toda a família. A grande maioria chega sem meios, independentemente da classe social a que pertence. São apoiados desde a entrada no país, ou solicitam esse apoio pouco tempo depois, referindo que os poucos recursos que conseguiram trazer se esgotaram no decurso da viagem. Mesmo entre os que declaram trazer consigo algum dinheiro, é notória a preocupação quanto ao tempo de estadia em Portugal, pois, se for prolongada, o que trazem não chegará para o pagamento das viagens. Alguns, mas

*muito poucos, tem posses, depósitos e acções em bancos americanos, podendo eles próprios fornecer a caução exigida pela maioria dos países de acolhimento — o affidavit.*⁷¹

1941

Passaram pelo Porto judeus seculares e judeus religiosos, que já eram, ou viriam a ser, personalidades de grande renome internacional. O Rabino Abraham Dembinski, guia religioso da Congregação dos Hassidim, homem cheio de fé que manifestava fina inteligência e cordial bondade, privou particularmente com Menasseh Bendov, Barros Basto, Srul Finkelstein e outros membros da Comunidade. O mesmo aconteceu com o jovem Ralph Baruch, que partira em novembro do ano anterior, rumo aos Estados Unidos, onde se tornaria um executivo da CBS e o primeiro Presidente e executivo-chefe da Viacom.

Todos os dias havia *minianim* vários na Sinagoga Kadoorie. Para além da presença constante de muitos refugiados do nazismo, os judeus *ashkenazim* da cidade tudo fizeram para dar consolo e alento aos seus pares recém-chegados, inclusive por via da participação assídua nos serviços religiosos. Pela primeira vez a Sinagoga estava a ser realmente utilizada.

No Porto, um jornal faz um relato extensivo sobre a realidade dos refugiados:

Vítimas inocentes dos horrores da guerra actual, perseguidos e humilhados, sem Pátria, sem lar e quasi sem família, numerosos judeus refugiaram-se em Portugal – seguro «porto de abrigo» e zona pacífica da Europa, com uma janela aberta sobre a vastidão imensa do Atlântico. Quase todos aqui aguardarão apenas a oportunidade de emigrarem para a América do Norte – em busca de trabalho e em demanda da felicidade que perderam. Fixaram-se muitos deles na cidade do Porto, onde encontraram sempre um acolhimento carinhoso, de sincera e franca hospitalidade. E todos se confessam penhoradamente gratos à população portuense e às autoridades – que, de algum modo, conseguiram até minorar-lhes a desventura duma existência infortunada. Aproximava-se agora a quadra solene da Páscoa dos hebreus e, embora não pudessem sacrificar, neste ano lutuoso, o cordeiro imaculado, não queriam deixar de comer durante aqueles oito dias o «pão ázimo» - que, presentemente, simbolizaria, num sacrificio de humildade e de resignação, o estímulo para suportarem com heroísmo os lances mais dolorosos da vida futura. Obtiveram autorização legal e, sem perda de tempo, improvisaram, numa padaria desta cidade, as «suas instalações» para a manipulação e cozedura daquele pão não levedado – que vai ao forno em rodela laminares de massa, suspensas de varas de madeira, durante dois ou três minutos. Toda a comunidade judaica residente no Porto – homens, mulheres e crianças, intelectuais e operários, ricos e pobres... - se apressou em colaborar, espontânea e graciosamente, neste trabalho de intenção votiva – que se transfigura enfim numa eloquente lição de civismo e num exemplo edificante de nobre sacrificio por um Ideal, cuja tradição se perpetua e se espiritualiza na admirável realização

⁷¹ Judeus no Porto durante a II Guerra Mundial, Isabel Meirinhos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, julho de 2012.

*dum ritual de mística e sincera religiosidade. Surpreendemos ontem, em plena laboração, essa curiosa e improvisada padaria da colónia judaica do Porto. Trabalhava-se em fraterno e alegre convívio – como se aquelas criaturas tivessem esquecido, por momentos, a trágica desventura da sua existência tormentosa.*⁷²

1942

A maior parte dos refugiados judeus que morava no Porto foi transferida para as Caldas da Rainha. O “Ha-Lapid” noticiou o facto:

*Na vila de Caldas da Rainha estão concentradas cerca de 400 almas judaicas, refugiadas. Para as festividades do Ano-Novo e Kipur improvisaram uma Sinagoga no amplo salão de festas do Montepio, devidamente ornamentado, sendo esses adornos gentilmente cedidos pela família Serrano. Com o fim de dar assistência moral a esses irmãos de fé, desterrados do seu lar, a Comunidade Israelita do Porto delegou no seu digno 1º secretário Sr. Menasseh Bendov, o benéfico encargo de lhes desejar que Deus Bendito em breve tempo ponha fim às suas atribulações. O Sr. Menasseh fazia-se acompanhar dum Sepher Thorah (Livro da Lei) e vários livros de orações para as três festas. Nessas festas solenes foi feita uma oração de bênção aos governantes, dita em hebraico pelo respetivo oficiante e em seguida em língua portuguesa pelo delegado do Porto, o Sr. Menasseh Bendov.*⁷³

O associado Jaime Yanovski, citando o pai que foi um dos fundadores da CIP, diz que “a Sinagoga ficou sozinha novamente” e lembra um interessante pormenor que se fez notar aquando da permanência maciça dos refugiados na cidade. “*A existência no edifício de uma única casa de banho, exígua, dividida para senhores e senhoras, ou melhor, um senhor e uma senhora, pois não sobrava espaço para mais ninguém, causou problemas na época dos refugiados e posteriormente, sempre que havia casamentos ou cerimónias maiores*”. Este assunto de aparência menor, só resolvido muito mais tarde (2014), terá gerado muitos constrangimentos haláchicos e familiares durante a longa vida da Sinagoga e sem dúvida contrastava flagrantemente com a imensidão do edifício.

1943

No seio da Comunidade Israelita do Porto, o lituano Menasseh Bendov é aclamado membro benemérito da organização “*por ter durante os vinte anos da existência da Comunidade dedicado o seu esforço, boa vontade e fé inabalável ao desenvolvimento da liturgia, instrução e assistência israelitas na cidade do Porto, animado sempre de um espírito construtivo tanto nas obras espirituais como nas materiais*”.⁷⁴

A *Spanish & Portuguese Jews’ Congregation of London* insta a Comunidade Israelita do Porto a colocar no Banco de Portugal os documentos que afirmam ser aquela a proprietária do terreno e do edifício da Sinagoga. Em Londres teme-se que a comunidade judaica do

⁷² O Primeiro de Janeiro, de 27 de março de 1941.

⁷³ “Ha-Lapid” n.º 113.

⁷⁴ Livro de Actas da Assembleia Geral.

Porto possa extinguir-se repentinamente, dado o fracasso da “Obra do Resgate” e o perigo de migração progressiva por parte da colónia *ashkenazi* que sempre havia sido o sustentáculo do judaísmo na cidade.

O foco das atenções da comunidade judaica internacional há muito abandonara a “Obra do Resgate” para se concentrar no nazismo, na guerra e no drama dos refugiados, mas o *Portuguese Marranos Committee* de Londres, agora presidido por Sir Elly Kadoorie, pretendia saber o ponto da situação relativo à comunidade judaica do Porto, o número de membros da organização, as suas proporções sectoriais (marranos, residentes e refugiados) e se a escola estava a funcionar. Paul Goodman lembra a Barros Basto que fazia 15 anos desde que começou o apoio ininterrupto à “Obra do Resgate” e que se esperava que a organização, ao fim de 10 anos, no máximo, fosse auto-suficiente, até para justificar a dispendiosa construção da Sinagoga.

A CIP era uma organização cheia de más memórias e muitos ressentimentos. O “Ha-Lapid” lembra o chérem que se seguiu à separação de Barros Basto do Exército. E diz lapidamente: “*Os seus corpos passeiam ainda entre os homens, mas as suas almas morreram.*”⁷⁵

No mesmo número, o periódico israelita revela a fábula dos vícios e castigos:

Os vícios resolveram um dia percorrer a terra. Eles correram muito tempo sem olhar para trás. Contudo, um dia eles voltaram-se e viram que alguém os seguia a passo lento e tranquilo.

- *Quem és tu? – lhe perguntaram eles.*

- *Eu sou o castigo – lhe respondeu aquele que caminhava atrás deles.*

- *Deixa de vir atrás de nós. Tu não nos poderás alcançar.*

Mas o castigo respondeu-lhes:

- *Eu chegarei talvez um pouco tarde, mas sempre chegarei.*

1944

Menasseh Bendov abandonou Portugal rumo à Palestina, onde desejava casar as suas filhas, dado que na cidade do Porto não existiam jovens judeus. O momento foi sentido com muita emoção por quantos com ele há muito trabalhavam, especialmente pelo Capitão Barros Basto, que nunca outrora conhecera um tão elevado exemplo de retidão e firmeza.

Portugal mantinha-se neutro na Guerra. As vendas de volfrâmio para a Alemanha e Aliados levaram o Presidente da República, Óscar Carmona, a pensar em demitir Salazar, um “*estranho homenzinho cinzento*”, como lhe chamou a CIA neste ano. Alguns acusavam esta espécie de padre católico de aldeia de ser inapto para a governação pelo facto, absurdo, de ser “*judeu*”⁷⁶ ou “*judeu cristão-novo por dupla costela: paterna pelos Salazares de Castela e materna pelos Oliveiras da Beira*”.⁷⁷

Faleceu o Presidente Honorário da CIP, e do *Portuguese Marranos Committee*, Sir

⁷⁵ “Ha-Lapid” n.º 119.

⁷⁶ “Inquérito Genealógico à Cristánovice, Concubinato e Outros Defeitos de Sangue na Ascendência de Salazar”, Luís Bivar Guerra, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1947.

⁷⁷ “Os Judeus e os Protocolos dos Sábios de Sião”, João Paulo Freire, Lisboa, 1938, p. 23.

Elly Kadoorie. Nascido em Bagdad, no Iraque, em 1865, Eleazer (Elly) fora Presidente da Associação Anglo-Judaica, da Associação Sionista de Xangai e da União das Comunidades Sefarditas. Merecera condecorações em Inglaterra, França, Síria, Taiwan e China, entre outros países. Conhecido como o “Príncipe dos Filantropos”, afirmava frequentemente que *“a riqueza é uma responsabilidade sagrada que deve ser administrada a bem da sociedade”*.

1945

Uma igreja havia sido erigida na mesma rua da Sinagoga como resposta a esta construção. Vinha daquele templo católico a única vida religiosa que se notava na Rua de Guerra Junqueiro. A comunidade estava muito mortiça. Os *ashkenazim* só queriam saber das suas vidas particulares. Mesmo nas festas, por vezes era difícil reunir um quórum de dez homens.

O *Portuguese Marranos Committee* anuncia que é o último ano de apoio à “Obra do Resgate”, após duas décadas de investimento. Barros Basto é instado a esclarecer detalhes em relação ao número de marranos presentes nos serviços religiosos, se há aulas de hebraico e religião para crianças e quais as suas idades, se tem havido casos de marranos a serem circuncidados, se existe *shechitá*, se está assegurado o enterro dos mortos em cemitério judaico, quem são os actuais membros da Direcção, se Samuel Rodrigues e Moreno estão oficiando em alguma aldeia, se é previsível que no futuro continuem a fazê-lo, qual o estado da comunidade de Bragança, quais são os outros grupos de marranos organizados e, finalmente, como é que o Capitão vê o futuro da comunidade judaica do Porto.

Paul Goodman diz lamentar ter de fazer estas perguntas, mas apresta-se a completar 70 anos de idade, conta retirar-se em breve da vida activa e pretende deixar tudo claro para os vindouros. Na resposta, Barros Basto é lacónico. Procura evitar as perguntas inconvenientes e sublinha particularmente as dificuldades da comunidade de Bragança, a qual, meses depois, fecha as portas da sua Sinagoga, Shaaré Pideon, tendo enviado para o Porto as alfaias religiosas e o *parochet* azul.

1946

A comunidade judaica do Porto contava então com as famílias Warmbrun, Kiefe, Kolback, Jafe, Platchek, Beigel, Pressman, Finkelstein, Cymerman, Gotlieb, Knikinsky, Yamansky, Elbogen, Palumbaum, Hertz, Salomon, Rubenfeld, Wright, Bronstein, Levi, Simon e Garcea, entre outras, mas raramente há serviços religiosos na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim.

Barros Basto assina a última acta como Presidente da Comunidade Israelita do Porto, dizendo para a congregação *“celebrar condignamente a festa das cabanas”* (Sukot). Embora ele se haja mantido na presidência da organização até 1949, as actas de Direcção assinadas pelo lendário Presidente acabam aqui.

Uma última viagem é feita pelo Capitão a Trás-os-Montes.

No passado outono saiu do Porto para Trás-os-Montes o Mensageiro do Resgate levando palavras de encorajamento para os cripto-judeus trasmontanos. Visitou várias povoações entre elas as cidades de Chaves, Vila-Real, Bragança e a vila de Macedo de Cavaleiros, regressando satisfeito pela demonstração de fé sincera nas velhas tradições luso-judaicas desses marranos. Com o mesmo fim visitou aldeias nos concelhos de Mogadouro e de Freixo de Espada-à-Cinta o Talmid do Instituto Teológico Israelita do Porto, Amílcar Paulo (Levi Ben-Har), que regressou satisfeito com o fraternal acolhimento recebido.⁷⁸

Amílcar Paulo, o novo aluno do Capitão iria tornar-se, depois da morte deste, o maior conhecedor do marranismo português, das suas gentes, culturas, virtudes, limitações, receios e problemas. Haveria mesmo de ser chamado “O delfim do Capitão Barros Basto”.

1947

Celebra-se, na Sinagoga do Porto, um casamento com milhares de flores, passadeiras vermelhas e muita exuberância, entre Ronald Wright e Eta Pressman Wright. Relata o “Ha-Lapid”:

No dia 31 de Agosto de 1947, pelas 14 horas na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, Catedral Israelita do Norte de Portugal, à rua Guerra Junqueiro, 340-Porto se realizou o casamento da menina Eta Prezman com o sr. Ronald Wright, natural de Londres. O pai da noiva é o sr. Prezman, industrial em S. João da Madeira. Foi celebrante o Rev. Rabbi Mendel Disendruck, digno chefe espiritual da Comunidade de Lisboa, que encantou a numerosa assistência com a sua excelente voz de barítono. Tocou órgão o conhecido professor de música Sr. Cipriano Gil. Os noivos e convidados trajaram cerimoniosamente. Depois da cerimónia houve na residência do Sr. Finkelsztein um magnífico lanche de casamento, no qual usaram da palavra o Rev.º Rabbi Disendruck, o Prof. Capitão Barros Basto, e vários amigos dos noivos. A Sinagoga estava lindamente ornamentada, com muitas plantas e flores. Tapeçarias vinham até à rua, tudo disposto com arte.⁷⁹

A feliz nubente afirmaria 70 anos depois:

O nosso casamento, o segundo desde que a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim foi consagrada, ocorreu em agosto daquele ano. O Rabino Mendel Diesendruck da Sinagoga de Lisboa realizou o ofício, a família e os amigos do noivo viajaram de Londres e todos os membros das comunidades do Porto e de Lisboa foram convidados. O tapete vermelho foi lançado na frente da Sinagoga. Foi verdadeiramente um grande acontecimento. Em Ronald Wright, não só ganhei um marido maravilhoso, como meus pais ganharam um filho e um sucessor do negócio que sempre quiseram. Ele era muito experiente em matéria de judaísmo e provou ser um elemento valioso para a Comunidade do Porto. Foi nomeado Secretário e Tesoureiro e, dada a sua familiaridade com o idioma inglês, foi uma ajuda preciosa na comunicação com os irmãos Kadoorie e os Haham da Sephardi Community of London, com quem os Kadoories estavam em contato direto.⁸⁰

⁷⁸ “Ha-Lapid” n.º 133.

⁷⁹ “Ha-Lapid” n.º 139.

⁸⁰ Testemunho de Eta Wright Pressman.

Milagrosamente, as poucas famílias judias da Comunidade iam conseguindo casar umas com as outras. Um novo casamento monumental tem lugar na Sinagoga. Relata o “Ha-Lapid”:

No dia 17 de Março na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, pelas 14 horas se realizou o enlace nupcial da menina Renia Finkelsztein, de 22 anos, natural de Varsóvia, gentil filhinha do conhecido negociante e industrial do Porto, sr. Srul Finkelsztein com o sr. Paltiel Cymerman, de 25 anos, natural da Polónia, industrial de Lisboa. Foi celebrante o Rev.º Rabbi Mendel Diezendruck, digno chefe espiritual da Comunidade de Lisboa, que encantou a numerosa assistência com a sua excelente voz de barítono. Tocou órgão o conhecido professor de música sr. Cipriano Gil. Os noivos e convidados trajavam cerimoniosamente. A Sinagoga estava repleta. Vieram de Lisboa expressamente para assistirem a este ato várias notabilidades judaicas, entre as quais os srs. Dr. Elias Baruel, vice-Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa e Presidente da secção de Assistência aos Refugiados, Abraham Abner Levy, Parnas (Provedor) da Sinagoga Shaaré Tikvah (Portas da Esperança) e Dr. Semtob Sequerra, Presidente da Associação da Juventude Israelita He-H’aber (o companheiro). Foram padrinhos: por parte da noiva seus pais e por parte do noivo sr. Chaskiel Sznayder e sua esposa D. Genia. O Rev.o Diezendruck fez um darush (sermão) alusivo ao ato. A Sinagoga estava lindamente ornamentada com muitas plantas e flores. Tapeçarias vinham até à rua, tudo disposto com arte. Depois da cerimónia houve na residência do sr. Finkelsztein um magnífico lanche de casamento, no qual usaram da palavra o Rev.o Rabbi Diezendruck, o Professor Capitão Barros Basto e vários amigos dos noivos. Houve depois um esmerado jantar com comida estritamente Kasher (ortodoxa).⁸¹

Nesse ano, como não podia deixar de ser, o “Ha-Lapid” exalta com a proclamação da independência do Estado de Israel. Os judeus sempre haviam sido perseguidos por força da sua cultura, da sua religião, da sua “raça” e da sua suposta influência. Agora tinham um Estado próprio. Imediatamente após a fundação do pequeno Estado, ele venceu militarmente, contra todas as expectativas, inúmeras nações árabes que o invadiram com a maior ferocidade.

No Porto, um acontecimento singular fica reservado para o dia de Yom Kipur:

Naquele dia de Yom Kippur, o serviço não pôde começar devido à falta de um minyan. Estávamos começando a resignar-nos ao facto quando vários jovens chegaram à Sinagoga. Eram todos judeus. Descobrimos então que os nossos visitantes enviados por Deus eram oficiais e tripulantes de um navio de carga pertencente à Marinha Mercante de Israel.⁸²

⁸¹ “Ha-Lapid” n.º 141.

⁸² Testemunho de Eta Pressman Wright.

Morre o filho de Barros Basto. Nuno não se salva de uma grave doença pulmonar, nem mesmo depois de Horace Kadoorie ter abonado dinheiro para a compra de um medicamento que só existia nos EUA. O Capitão renuncia ao cargo de Presidente. É um homem destruído, com uma dor profunda no coração. O tempo de vida do seu querido filho, mais de duas décadas, havia sido desperdiçado com lutas equivocadas.

Passavam 10 anos desde a inauguração da Sinagoga.

Com a inauguração da Sinagoga do Porto era de esperar uma nova e feliz época para o judaísmo português, mas este bom começo teve pouca duração. Bastaram 10 anos para colocar o marranismo português no seu leito de morte.⁸³

Há eleições. Os novos corpos gerentes da Comunidade Israelita do Porto levaram em conta o facto de se tratar de uma associação portuguesa com personalidade jurídica. Embora todos os postos-chave fossem ocupados por estrangeiros, diversos cidadãos portugueses faziam parte do aparelho:

Junta Diretora (Mahamad): Presidente – Nathan Beigel, Vice-Presidente – Srul Finkelstein, 1.º Secretário – Moisés Ettner, 2.º Secretário – Isaac Lopes Martins, Tesoureiro – Paul Bronstein, Vogais – Samuel Rodrigues e Luís de Carvalho. Assembleia Geral: Presidente – Paulo Pressman, Vice-Presidente – Dr. Alfredo Kiefe, Secretários – José Pereira Gabriel e Amílcar Paulo.

O Presidente Nathan Beigel, polaco, que fazia parte da Comunidade desde 1927, querendo juntar o Céu e a Terra, voltou a convidar, para serem associados da CIP, os elementos alvos de um chérem em 1937. Essa estratégia não terá agradado minimamente ao Capitão Barros Basto, mas não há notícias de que esses elementos outrora afastados e excomungados hajam jamais regressado à Sinagoga.

Beigel assumiu desde o primeiro dia que não tinha tempo nem vocação para ficar à frente dos destinos da associação Comunidade Israelita do Porto. Só aceitava esse lugar porque não havia mais ninguém disposto a tal. O filho Eliezer comenta:

Tal como todos os membros da comunidade que conheci, o meu pai não percebia nada de associações. Além disso, tinha muito medo, muitas recordações negativas de família. Ele era muito discreto, low-profile e só percebia de peles, vendia peles.⁸⁴

O Vice-Presidente Srul Finkelstein, judeu observante, tomou a direcção total da vida religiosa da comunidade judaica portuense e, sem hesitações, adoptou, quanto aos marranos, sem dúvidas e para sempre, o mesmo critério das Sinagogas de Madrid, Paris, Londres, Bruxelas, Jerusalém e de todas as outras onde imperava a *Halachá*, nos termos da qual aqueles nunca poderiam contar para efeitos de *minian*. Os poucos marranos que ainda estavam filiados à Comunidade Israelita do Porto, de apelidos Rodrigues, Araújo, Martins, Xavier, Carvalho, Moreno, Ranito, Mendes e Lopes, desvincularam-se da organização e da Sinagoga na sua quase totalidade.

⁸³ “Os Marranos, 1920-1950”, p. 54.

⁸⁴ Testemunho de Eliezer Beigel.

Nathan Beigel combinou com Srul Finkelstein que trataria da Sinagoga por fora (tentando promover obras de reabilitação) e ele por dentro (tentando promover o judaísmo). Acto contínuo, Beigel escreveu simultaneamente para a CIL e para a família Kadoorie solicitando contribuições financeiras para a realização de obras na Sinagoga. As respostas tardaram, mas chegaram. Os Kadoorie dispuseram-se a doar 1500 dólares, usando para tal a conta bancária da CIL, porque a CIP estava impedida de movimentar a sua. Amzalak, Presidente da CIL, demonstrou estranheza pelo pedido de dinheiro:

A nossa comunidade, apesar de toda a simpatia pela do Porto, nada tem de intervir na reparação da sua Sinagoga. Dada a tão elevada importância pedida pelo Vosso arquitecto, 140 contos, essa obra não podia contar com o contributo da CIL, por esta ainda ter encargos por liquidar da reconstrução da sua própria Sinagoga.

Nathan Beigel cumpriu a sua parte: o dinheiro dos Kadoorie estava a caminho e as obras realizar-se-iam. Srul Finkelstein também procurou cumprir o que prometera. Conhecer o ambiente da Sinagoga naquela época era conhecer, literalmente, o “Rabino e Director executivo” da comunidade portuense, que lutou o mais que pôde contra o facto de a congregação ser muito pequena e pouco religiosa, procurando juntar os seus pares, calendarizando as presenças das pessoas e instituindo uma regra de obrigatoriedade de presenças alternadas. A filha, Helena, lembra o pai como um homem de orações e de trabalho. Uma vida inteira com dias iguais, sem quebrar a rotina: as orações com os tefilin e o talit, o pequeno-almoço que a esposa preparava, o trabalho, as orações, novamente o trabalho, novamente as orações.⁸⁵

Membro oficial, também, da Comunidade Israelita de Lisboa, que lhe enviava produtos *kosher* e concedia direito a cemitério, Finkelstein era uma personalidade muito singular. Nascera na Polónia, mudara-se para França e chegara ao Porto por acaso. Foi a notícia de que uma fábrica de malhas era necessária na cidade que o fez abalar, mal casou, para Portugal. Todavia, a luta que travou na cidade portuense não foi tanto a do comércio, mas sim a da criação, ou tentativa de criação, de uma verdadeira comunidade judaica.

Faleceu Paul Goodman, Vice-Presidente honorário da Comunidade Israelita do Porto. O *Portuguese Marranos Committee* continuava a dar dinheiro para manter a publicação do “Ha-Lapid”. No Porto os marranos só eram notícia por via de casamentos mistos, da imigração e da liberalização progressiva dos costumes na sociedade portuguesa.

1951

Enquanto Barros Basto esteve ao leme da organização CIP, em muitos momentos esta fez-se notar publicamente com estrépito. O contrário aconteceria com o governo da organização totalmente entregue a *ashkenazim*, afinal toda a população judaica residente no Porto para além da família de Barros Basto. A discrição e o temor próprios de ex-refugiados, em épocas diferentes, temerosos em relação ao dia de amanhã, levaram a um fechamento estratégico. *Halachá*, discrição e vazio pareciam ser as únicas palavras de ordem.

⁸⁵ Testemunho de Helena Finkelstein.

Os judeus portuenses continuavam a ser muito poucos e a solidez, ou falta dela, da Comunidade estava sempre prejudicada por problemas sucessivos. Um exemplo disso ocorreu com Helena Haber Szilvassy, que escreveu à CIP e à CIL pedindo ajuda financeira para se mudar para Lisboa. Alegou ser “*muito infeliz e sem meios suficientes para se manter com o marido e filha*”. Com um donativo da CIP, de 1700 escudos, para o qual também contribuiu Isaac Yanovsky, um dos homens fortes da CIL que vinte anos antes havia sido um dos fundadores da CIP, Helena mudou-se para Lisboa, levando marido, filha e mobília.

A pedido de Srul Finkelstein, o Rabino israelita Jacob Goldreish foi contactado por Paulo Pressman para fazer Rosh Hashaná e Yom Kipur no Porto. Nas negociações subsequentes, Beigel escreveu ao religioso para combinar os honorários. “*Temos de lembrar um pequeno pormenor, ou seja, que esta Comunidade está muito pobre, por isso pedimos-lhe a fineza de fazer o menor preço possível.*” Tudo se arranjou. As partes chegaram a acordo e as festas foram lideradas pelo Rabino.

Foram realizadas as obras reabilitação na Sinagoga suportadas financeiramente pelos Kadoorie. As mesmas ficaram sob a tutela de um engenheiro, Jacob Spitz, da Comunidade Israelita de Lisboa. As fachadas exteriores levaram tinta fresca e na mesma altura a Companhia dos Telefones informou que o número telefónico da CIP passaria a ser o 60220.

1952

Nathan Beigel recebe uma carta com o seguinte teor:

Tomo a liberdade de comunicar a V. Exa. que resido de novo no Porto. Quem eu sou está registado nos livros de actas da Comunidade. Pretendo poder estudar o Shulchan-Aruch e a Guemará cujos livros se encontram na Biblioteca Rabbi Dr. Sola Pool no edifício da sinagoga e, como não há um shamash judeu, venho muito respeitosamente solicitar a V. Exa. que se digne franquear-me uma chave para que eu possa entrar as horas que me aprouver depois do trabalho sem precisar de incomodar o servente.

A carta estava assinada por Menassé Bendov, que havia regressado ao Porto animado do desejo de voltar aos negócios na cidade. Em pouco tempo desiste, não apenas por razões de mercado, mas pelo facto de não ter perdoado a Nathan Beigel o facto de ter feito tábua-rasa do chérem de 1937 e de ter promovido, sem sucesso embora, a readmissão dos expulsados e excomungados.

Dado que Srul Finkelstein é Cohen, e não pode fazer orações fúnebres em cemitérios, cabe ao Capitão Barros Basto acompanhar os membros falecidos que são sepultados. Foi o que aconteceu, por exemplo, aquando do funeral da D. Berta Sarah Oppenheim (esposa de Emil Oppenheim, o grande jurista alemão que era dono de uma lavandaria no Porto), no cemitério municipal de Agramonte, tendo o Capitão feito as orações segundo o rito sefardita luso-hispânico.

A fim de elucidar a Agência Judaica em Israel, Inácio Steinhardt, nado e criado em Lisboa, mas a viver em Telavive, escreve a Barros Basto perguntando:

Qual a situação actual da Comunidade, no Porto e nas outras localidades?; quais são as vossas actividades e como funciona hoje a comunidade?; quais as publicações até

hoje editadas?, quais são os vossos planos e possibilidades futuras?, qual o auxílio de que necessitam e em que poderá contribuir a Agência judaica?

O Capitão guarda a carta. Não responde. Já não sabe o que dizer, nem a Londres, nem, agora, à Agência Mundial. É difícil reconhecer que está velho e fraco; que se extinguiram precocemente as comunidades marranas oficiais; que os marranos não aderiram à “Obra do Resgate”; que dos alunos do Instituto não resultou um único judeu oficial, um único aluno observante das mitzvot, uma única família judia; que decorre um processo de assimilação completa dos marranos pelos casamentos mistos e pela imigração; que tudo falhou; e que não há quaisquer perspectivas de regeneração marrana no futuro.

1953

Nesta época mantinha-se com regularidade a realização de serviços religiosos de *Shabat* e *Yom tov* na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, sendo oficiados por Srul Finkelstein, o qual ficou conhecido por travar a saída dos judeus que visitavam a Sinagoga unicamente com propósitos culturais, não os deixando sair antes de participarem do serviço religioso seguinte, dado que poderiam fazer falta para o *minian*. Passavam já cinco anos desde que Finkelstein encetara a complexa missão de manter a religiosidade num templo gigantesco com penúria de judeus.

A Sinagoga era a casa de uma Comunidade muito pequena e dela não brotavam apenas qualidades e vantagens. A sua localização, muito distante, a quatro ou cinco quilómetros, da área de residência da maioria dos membros efectivos, tornava o cumprimento do judaísmo praticamente impossível, especialmente quando as chuvas abundavam na cidade, um problema que deixou marcas profundas e enfraqueceu a congregação em todas as épocas.

A Keren Hayesod, liderada em Portugal por Isaac Yanovsky, dada a proximidade que este tinha com todos os judeus de Lisboa e Porto, conseguiu recolher donativos de todas as famílias judias da CIP, designadamente Beigel, Pressman, Barros Basto, Lemchen, Finkelstein, Gotlieb, Yamansky, Warmbrun, Kiefe, Kolback, Jafe, Platckek, Elbogen, Palumbaum, Hertz, Salomon, Rubenfeld, Wright, Bronstein, Levi, Simon, Garcea e outras. É errada a ideia, há muito disseminada entre interessados e historiadores, de que na segunda metade do século XX não existiam judeus no Porto.

1954

Neste ano em que, por intervenção de Donald Wright, casado com Eta Pressman, os Kadoorie voltaram a suportar obras de manutenção da Sinagoga, uma senhora foi colocada a viver no edifício para zelar por ele e abrir e fechar a porta aquando da realização de serviços religiosos e outras actividades. Eta lembra-se da grande dificuldade que existia em manter a vida judaica no Porto:

A Sinagoga tinha poucos membros, mas posso assegurar que tanto os homens como as mulheres faziam tudo dentro das suas possibilidades e conhecimentos religiosos para que a Comunidade continuasse a existir e a respeitar os princípios judaicos.

Existia entre os judeus do Porto a noção, nem sempre correcta, de que a Comunidade Israelita de Lisboa não tinha problemas de qualquer espécie e que reunia muita gente, muita actividade religiosa, muita riqueza e, até, muita influência social advinda da amizade entre o seu Presidente, Moisés Amzalak e o Presidente do Conselho, António Salazar. Judeu portuense, nado e criado no Porto, Eliezer Beigel conta que *“os membros da comunidade de Lisboa eram uns senhores com pergaminhos intelectuais, pessoas ligadas ao meio universitário e ao regime, e muito nível social, enquanto no Porto só havia o Dr. Oppenheim, o Barros Basto, industriais e comerciantes. O Menasseh Bendov, quando chegou a Israel e falhou nos negócios, só arranhou emprego como polícia.”*

A CIP enviou para a CIL as mais cordiais felicitações pelo cinquentenário da Sinagoga Shaaré Tikvá. Pediu também um oficiante jovem para Rosh Hashaná e Yom Kipur, fazendo notar que, embora os judeus do Porto fossem em razoável número, *“este ano a Comunidade só tem as dez pessoas à justa devido a recentes falecimentos e ausências para o estrangeiro.”*

Uma curiosa discussão deflagrou neste ano, com a chegada à cidade de um judeu negro que pediu licença para frequentar a Sinagoga e logo revelou conhecer plenamente as *tefilot*. Reinou a surpresa entre os *ashkenazim* da comunidade. Poderia haver judeus negros? Seria o recém-chegado um midianita como Tzipora, ou um dos feiticeiros do Egipto que estava no Sinai, ou um descendente da rainha de Sabá e de seu enlace com o rei Salomão, ou um produto das dez tribos perdidas há 2500 anos? Nunca qualquer resposta válida foi conseguida.

Falhou o convívio e a interacção. Ninguém teve coragem de dirigir a pergunta ao visado, que por sua vez demonstrou sempre ser muito lacónico e pouco dado a conversas. Durante meses, até ele desaparecer da cidade tão misteriosamente quanto havia chegado, o debate histórico e filosófico entre os *ashkenazim* da cidade nunca esmoreceu. Possivelmente o senhor teria graus de parentesco com um Amzalak de Lisboa (parente do então Presidente da CIL) que foi para África, casou primeiro com uma branca católica e depois com várias negras, das quais teve muitos filhos.⁸⁶

1955

Falece Asriel Bronstein, de origem ucraniana, um dos visados pelo *chérem* de 1937, do qual Barros Basto dizia que era *“oficialmente romeno, mas que não fala romeno, mas sim russo, e que viveu em Odessa”*.⁸⁷

Elias Baruel, Vice-Presidente da CIL, escreve à CIP a propósito do funeral de Bronstein, dizendo que *“a comunidade de Lisboa decidiu dar gratuitamente o terreno no cemitério e todas as despesas inerentes ao enterramento, como mortalha, construção do coval, etc., porém não paga nem pode fazer subscrições para o pagamento da agência Magno”*.

A CIP contactou a filha do falecido, que assumiu parte das despesas com a agência e pedia às comunidades para cooperarem no pagamento do restante. Baruel, com justa razão, não se conteve:

A vossa carta sobre a despesa da trasladação do falecido Sr. Asriel Bronstein deixou-nos perplexos. Compreendemos e aceitamos que a filha queira pagar a conta da

⁸⁶ Testemunho de Inácio Steinhartd.

⁸⁷ Arquivo de Isabel Lopes.

agência Magno, mas na totalidade, e não que deseje que sejam feitas subscrições nem aí nem aqui.

Quotizaram-se os membros da CIP para fazer face a tal pagamento, mas tê-lo-ão feito contra-vontade, dado o defunto ser muito mal visto no seio da comunidade portuense por força do seu envolvimento nas calúnias que, vinte anos antes, provocaram a perdição de Barros Basto.

A respeito do Capitão, este nunca deixou de frequentar a Sinagoga, numas fases mais, noutras fases menos, como bom judeu que foi sempre. Dava aulas de hebraico e de judaísmo a alguns estudantes, sempre em cafés públicos, para que ninguém jamais pudesse acusá-lo, como outrora, de más práticas. Antes e após as aulas, permanecia sentado no café, com um ar entristecido, incapaz de reescrever o passado com alguma alegria, bebendo vinho, lendo excertos da Torá, chorando, dirigindo frases fortes contra o Estado Novo, o que lhe valeu algumas visitas a casa por parte da Polícia Política.

Em geral, o mal faz dos homens filósofos. Aconteceu o contrário com Barros Basto. O filósofo que sempre existiu dentro dele só viveu até ser vitimado pela escória da sociedade em união com o anti-judaísmo de agentes de Estado. Depois consumiu-se em depressões sucessivas até ao final dos seus dias. A sua filha Miriam conta que, “*chegado a casa, sentava-se e, com a cara sobre os joelhos, perguntava-se o que fizera para merecer tão triste fim*”.⁸⁸

1956

Nathan Beigel escreve ao Consulado Geral Britânico, então o legítimo “proprietário” do colégio alemão, situado ao lado da Sinagoga, dizendo que “*os ramos das árvores estão a ultrapassar o muro de vedação que existe entre a escola e a Sinagoga e a sujar com folhas os terrenos que circundam este templo.*”

A enorme Sinagoga e a sua manutenção são as únicas coisas que parecem unir minimamente os judeus do Porto. Lawrence Kadoorie dá um novo contributo, de 300 libras para obras do templo, cujas paredes vêem muitas vezes Srul, sozinho, orando e cantando, como um pequeno ponto de luz no interior de um imenso caixão. O polaco começa a perder forças. Já não acredita na comunidade judaica da cidade.

A dimensão da Sinagoga fazia com que os seus poucos frequentadores, quando reunidos, experimentassem uma sensação de esmagamento pela solidão e vazio. Uns iam à Sinagoga cheios de pressa, outros comprometiam o *minian* pela sua ausência inesperada, outros ainda não tinham qualquer interesse na sua associação ao judaísmo, ao ponto de rejeitarem a sua própria condição de judeus.

Para uma comunidade de imensa pequenez, com poucos membros presentes nas *tefilot*, não é positivo ter uma Sinagoga gigantesca. Cecil Roth haveria de escrever sobre *a infeliz megalomania que levou Barros Basto a manipular a construção de uma Sinagoga monumental, em vez de se contentar com a anterior, quanto a mim bastante impressiva, casa de orações: o que se há-de agora fazer com ela?*⁸⁹

⁸⁸ Testemunho de Miriam Azancot.

⁸⁹ Cecil Roth, carta a Daniel Friedenberg, 21.06.1960, citado em “Ben-Rosh”, p. 254.

Finkelstein, que é empresário e precisa de sustentar a família e os seus empregados, não aguenta uma dupla vida. Está cansado e precisa de ajuda. Nesta sequência, Nathan Beigel escreve à família Rosenthal de Londres pedindo ajuda financeira para a contratação de um Rabino. A resposta é animadora. Talvez seja possível. Perguntas colocadas ao Presidente da CIP: Quais os deveres dele? Deve ser casado ou não? E se for casado, a sua mulher deve tomar parte do trabalho? Qual deve ser a sua nacionalidade? É preferível a espanhola à israelita? Se não for português, terá dificuldade ao nível do emprego? Qual o salário mensal para viver bem na cidade?

Beigel responde que os deveres devem ser os de chazan e shochet, deve ser casado e a mulher tomar parte do trabalho, deve saber idioma espanhol ou ladino, e deve ganhar cerca de 2500 escudos se for casado e viver na Sinagoga. O certo é que estas diligências não tiveram continuidade e Srul Finkelstein continuou a animar a Sinagoga sozinho.

Desconsolado pelo facto de a Sinagoga estar quase sempre vazia, pese embora o esforço, não correspondido, que Finkelstein fazia para levar os *ashkenazim* para os serviços religiosos, Barros Basto manda publicar no “Ha-Lapid” os “Dez Mandamentos para a frequência à Sinagoga”, colhidos do boletim do “*Mount Sinai Congregation*”, afirmando reflectirem eles “os problemas de todas as congregações judaicas”.

I. Eu sou a Sinagoga, a tua Congregação; a qual pode te levar das preocupações e trabalhos deste mundo, para a liberdade de espirito.

II. Não debes ter nenhum encontro ou compromisso antes de mim. Não debes dar-te a ti mesmo nenhuma pobre desculpa que te afaste de mim, mesmo que seja a chuva que vem do céu, ou a lama e a neve que fica nos pés, ou qualquer coisa que necessites atender à tua volta, porque Eu, a Sinagoga, não aceitarei desculpas que se dão por motivo de teatro, concerto ou qualquer outro compromisso.

III. Não deverás clamar em vão de que és um bom judeu mesmo sem frequentar a Sinagoga, porque a Sinagoga é o lar religioso da congregação, e tu com a tua família devem estar dentro deste lar.

IV. Lembra o Sábado e a hora marcada para o seu serviço; guarda-a sagradamente. Todo o resto da semana tens para as outras cousas, mas a hora da oração do Sábado é para a Sinagoga unicamente. Neste dia não deverás estar ausente, nem tu, nem teu filho, nem tua filha. Mas deverás lembrar que chegar tarde, assim como sair antes de terminar o serviço religioso perturbará a devoção dos outros. Portanto deverás manter sempre o horário.

V. Honra a Sinagoga no ambiente da sua devoção e na beleza da sua grandeza.

VI. Não matarás o entusiasmo dos outros pela sua Sinagoga.

VII. Não adulterarás a tua devoção com pequenos cochichos ou conversações vãs.

VIII. Não roubarás as douradas oportunidades que repousam nas mãos do teu irmão, desencorajando aqueles que estão ansiosos para lutar pelo futuro do judaísmo.

IX. Não falsificarás a verdadeira filantropia da religião com o teu procedimento para com o estrangeiro da tua Sinagoga.

X. Não desejarás serviços religiosos muito curtos. Não desejarás os sermões pregados em outros cultos. Ama a tua própria Sinagoga e respeita-a com veneração, dentro do seu próprio ambiente.⁹⁰

1958

Nathan Beigel escreve ao *Portuguese Marranos Committee* dizendo que precisa de construir um cemitério (tendo já localizado um terreno murado no valor de meio milhão de escudos) e de ter uma pessoa que possa servir de chazan, shochet e professor. Alega que “*não é possível a esta comunidade contribuir com importância alguma devido a ser muitíssimo pobre e não ter capital nenhum*” e que “*para manter o cemitério é um problema muito difícil pela mesma razão de ser esta comunidade ser pobre e muito pequena. Só com a vossa ajuda mensal e com um pequeno contributo dos nossos membros será possível manter o cemitério. Já tem acontecido falecerem israelitas e serem enterrados em cemitérios católicos devido a não terem fundos para serem transportados para o cemitério da Comunidade Israelita de Lisboa.*”

Depois de tanta generosidade dos judeus londrinos e de todo o mundo para a Comunidade Israelita do Porto, a resposta de Londres foi a de que a carta de Beigel “*causou muita desilusão por ter dado a compreender que não julgava que a comunidade judaica do Porto pudesse contribuir com capital algum. Estamos certos de que V. Exa. compreenderá quanto é difícil para nós estarmos constantemente a apelar para a generosidade de Inglaterra e doutros países para conseguir fundos necessários para a vossa Comunidade*”.

A resposta acrescentava que não se justificava gastar “*meio milhão de escudos*” na compra de um terreno e construção de um cemitério para acolher uma comunidade que, nas contas de Beigel, era constituída por “*cerca de 50 judeus portuenses, metade dos quais ashkenazim*”. A CIP é aconselhada a “*reforçar as relações com a Comunidade Israelita de Lisboa e continuar a prática já existente de enterrar os judeus do Porto no cemitério judaico de Lisboa.*”

A respeito do Rabino, Londres informou a CIP de que existia uma pessoa disponível em Israel e que o custo com as viagens estava assegurado. Tratava-se do Rabino Raphael Zvi, casado, que poderia desempenhar as funções de líder religioso, chazan, shochet e professor. Caberia à CIP dar-lhe alojamento na Sinagoga e pagar o seu salário de 2500 escudos mensais. Estranhamente, foi tudo por água abaixo mais uma vez. Não houve disponibilidade para pagamento do dito salário, apesar de a Comunidade possuir ricos empresários entre os seus membros, como Rudolf Lemchen e Paulo Pressman.

É publicado o último número do jornal “Ha-Lapid” que, ao longo da sua existência, havia contado com o talento e a energia de Barros Basto, Leo d’Almeida e de colaboradores como Norberto Moreno, Hernstedt de Almeida, Isaac Martins, Max Azancot, Isaías Nogueira e Amílcar Paulo. Embora o “Ha-Lapid” tenha sido publicado entre 1927 e 1958, é importante que se diga que, a partir de meados da década de 30, passou a aludir cada vez menos ao resgate dos marranos e cada vez mais à situação internacional. O “Facho”, órgão de comunicação oficial da Comunidade, não mais voltou a iluminar-se.

Fortunas assinaláveis doadoas do estrangeiro haviam sido dispensadas para a “Obra do Resgate” calcorrear o país em busca de marranos, sem que ali mesmo, no Porto, pedra angular de toda a ação missionária, houvesse um único judeu português ex-marrano que

⁹⁰ “Ha-Lapid” n.º 155.

fosse produto do gasto de tão considerável quantia. Eis a pintura fiel do fracasso rotundo que constituiu, na primeira metade do século XX, o resgate tido em mira, pese embora os esforços hercúleos do Capitão.

1959

Há problemas financeiros graves e contas sempre a chegar, como a de um empreiteiro de Leça da Palmeira que escreve a Nathal Beigel pedindo para ser ressarcido da “*importância de 2425 escudos e trinta centavos referente ao serviço executado na Sinagoga. Como V. Exa. sabe, o serviço está feito há um ano e eu sou pequeno e não posso esperar tanto pelo dinheiro. Suponho que pode fazer-me o favor de emprestar essa importância à Sinagoga e depois recebe quando puder.*”

Ronald Wright, o tesoureiro da CIP, resolve atacar o mal pela raiz e redige uma carta para Lawrence Kadoorie onde pode ler-se:

O lindo edifício da Sinagoga resistiu no decorrer dos 30 anos da sua existência a muitas tempestades, épocas chuvosas e calor escaldante. Se a nossa comunidade fosse um pouco mais numerosa e algo mais próspera, ter-se-iam feito reparações ao edifício a frequentes intervalos. Dado, porém, a insignificância dos nossos recursos não podemos suportar senão pequenas reparações e remendos, e mesmo isto com não pouco sacrifício. Agora, porém, devido a uma época excepcionalmente húmida, a chuva penetra em abundância através do tecto da cúpula porque já não existe a película impermeável para o impedir.⁹¹

O americano Daniel Friedenber, investigador que viria a ser o autor de “The Jewish catacombs of Portugal” e “Marranos and Christians Converts”, entre outras publicações, aterrada em Lisboa animado do desejo de saber qual é o ponto da situação em relação aos marranos. Procura a comunidade local. Dizem-lhe que a Sinagoga do Porto é apenas “*um museu*” e que “*os marranos não existem*”. Fica chocado.

Friedenberg viaja para o Porto e encontra-se com Barros Basto, um homem velho, já muito debilitado fisicamente. Quando juntos, visitam a Sinagoga, o Capitão oferece ao visitante algumas traduções suas dos textos litúrgicos que outrora fizera para os marranos. Friedenber emociona-se. “*Antes de sairmos, estivemos em frente à Arca e, despido de qualquer artifício, o Capitão cantou o Shemá, a antiga afirmação da fé judaica, com o chapéu bem enterrado na cabeça, enquanto que, com uma mão no parapeito, sustentava o corpo alquebrado.*”⁹²

1960

Paulo Pressman assume o cargo de Presidente da Comunidade Israelita do Porto, substituindo Nathan Beigel, que nele se mantivera durante 12 anos. O Capitão Barros Basto assume o cargo de Presidente da Assembleia Geral, a pedido de todos os membros *ashkenazim* da comunidade, que por ele tinham uma relevante estima.

⁹¹ Arquivo da CIP/CJP.

⁹² “Ben-Rosh”, p. 239.

Pressman era um homem de negócios. Originário da Polónia, havia-se estabelecido em São João da Madeira, uma cidade próxima do Porto, na década de 30. Observa a filha:

Então sucedeu que, durante muitos anos, dentre aquela população de 8 mil ou 10 mil pessoas de São João da Madeira, eu e meus pais éramos os únicos judeus. E uma vez que ali nos estabelecemos, a nossa casa tornou-se ponto de paragem obrigatório para qualquer pessoa judia que fizesse uma viagem de Lisboa ao Porto ou vice-versa.

A família Pressman tinha um esplendoroso negócio de venda de boinas, gerido pelo chefe-de-família e por sua mulher, Ida Pressman. Voltando ao relato de Eta: *O que começou como uma pequena indústria artesanal, acabou por ser uma indústria de interesse nacional, porque a fábrica de Paulo Pressman tornou-se o único fornecedor de boinas para todo o Exército português*. A guerra colonial, que começaria no ano seguinte, mobilizaria perto de 1 milhão de portugueses.

O primeiro acto da presidência de Paulo Pressman foi solicitar a ajuda financeira da *Conference on Jewish Material Claims*. Alegou que existiam 20 refugiados judeus a viver no Porto e que a comunidade precisava de 1200 contos para contratar um oficiante por quatro anos (o que custará 480 contos) e para comprar um terreno para cemitério (no valor de 720 contos).

A *Conference* não anuiu a tal pedido. Respondeu dizendo que, quando muito, poderia doar 36 contos, mas para isso necessitava de ver a documentação legal e fiscal da Comunidade Israelita do Porto. A exigência impunha um problema complicado, inultrapassável, porque não existiam documentos válidos para o satisfazer. Em termos legais, a organização CIP tinha uma existência “fantasma” desde que, na década de trinta, o Capitão Barros Basto havia perdido as forças, por ter sido civicamente assassinado pelo Estado português.

Não é demais repetir que o Estado aproveitara muito bem duas denúncias anónimas falsas da lavra de indivíduos integrados na escória mais baixa da sociedade, para investigar toda a sua vida e, na falta de melhor, expulsá-lo do exército por ter participado nas operações de circuncisão dos seus alunos do Instituto.

1961

O ano ficou marcado pelo falecimento do Capitão Arthur Carlos de Barros Basto, que não fora somente um oficial do Exército e um líder judaico. Ele fora também escritor, publicista, investigador de História militar e judaica, vogal e palestrante da Comissão de História militar, especialista em doutrinas de Defesa Nacional e um animal-político tão revolucionário quanto conservador, que tanto hasteou no Porto a bandeira da República como fez parte da comissão de censura da ditadura militar.

Conforme o seu desejo, foi sepultado no cemitério municipal de Amarante, vestindo a farda de militar. Nunca perdeu a esperança de ver limpo o seu nome maculado e de ser reintegrado de pleno direito no serviço militar, tendo afirmado na véspera de falecer: *“Ainda um dia me farão justiça!”*

Entretanto, o Presidente Paulo Pressman presenteou a Sinagoga com um grande volume de boinas. A partir de então, e durante vinte anos, no hall da Sinagoga, à disposição dos visitantes, judeus e não-judeus, passaram a existir, não as tradicionais *kipot*, mas sim as boinas de fabrico do senhor Pressman.

1962

As famílias Pressman, Wright, Cymerman e Finkelstein celebraram o bar mitzvah de dois meninos e receberam telegramas de parabéns por parte do Presidente e do Primeiro Ministro de Israel. A pequena Comunidade mantinha-se viva. Também Lawrence Kadoorie deu um novo contributo para a Comunidade – e enviou dois representantes à cidade para fazerem um dossiê fotográfico e um filme para ser integrado no projecto da família “*Our Home, Our Story*”.

Homem de propósitos firmes, Paulo Pressman voltou a escrever à *Conference on Jewish Material Claims* fazendo o mesmíssimo pedido de 1200 contos que fizera dois anos antes. A *Conference* enrijeceu a sua primeira resposta. Respondeu que, quando muito, poderia doar 24 contos, mas para isso necessitaria de ver a documentação legal e fiscal da Comunidade Israelita do Porto. Pressman sabia que a mesma não existia e, numa carta dura, acusou a *Conference* de não estar interessada na CIP e nos esforços de alguns dos seus membros, sob a batuta de Srul Finkelstein, para manterem o rumo do judaísmo e a vida judaica na cidade.

1963

A família Kadoorie estava bem ciente dos esforços de Paulo Pressman e Srul Finkelstein para manterem viva a Sinagoga. Acreditava neles. Pediu, por isso, a Pressman para procurar, na Europa ou em Marrocos, um *chazan* e *shochet* capaz, para o que logo se encetaram as maiores diligências no sentido de encontrar o homem tão procurado.

O lugar de Barros Basto como Presidente da Assembleia Geral foi ocupado por Emil Oppenheim. Este judeu alemão refugiado do nazismo, proeminente jurista de tempos passados, que há três décadas trabalhava numa lavandaria na Rua Nossa Senhora de Fátima, foi esmagado pela tristeza de ver uma das suas filhas converter-se ao cristianismo, o que o desolou grandemente, já depois do falecimento de sua mulher Berta.

Em Nova Iorque faleceu Chaim Sorin, o Rabino que, exactamente trinta anos antes, se encontrava entre os fundadores da CIP. Foi enterrado no cemitério Montefiore. Os seus descendentes viviam então em Israel.

1964

Com a ajuda da família Kadoorie, a Comunidade contratou, por dois anos, o Rabino Judah Cohen, que era *chazan*, *shochet* e *mohel*. Finalmente Srul Finkelstein começou a beneficiar de um colaborador de peso, para mais um Cohen, como ele, muito bem dotado em termos haláchicos.

Uma comunidade quase morta, esmagadoramente não religiosa e demasiado assimilada, tinha agora dois *cohanim* à sua frente, e contava ainda com a ajuda do Rabino Abraham Assor de Lisboa. A esposa do Rabino – Rebeca Assor – conserva viva a ideia de que “*a comunidade do Porto tinha pouca gente, mas eram pessoas muito fiéis aos princípios judaicos e faziam todo o possível para cumprir devidamente a tradição*”.

Animados com o renascimento, forçado embora, da comunidade judaica do Porto, os irmãos Lawrence e Horace Kadoorie visitaram a Sinagoga e a residência da família Pressman em São João da Madeira. Foi na sequência desta visita que a filha de Pressman viajou definitivamente para Londres com o marido Ronald Wright. Muitos anos depois, a mesma contou:

Tendo vivido muitos anos no seio da Comunidade Israelita do Porto, estando a sua óptima Sinagoga tristemente vazia a maior parte do tempo, ainda hoje não consigo acreditar que todas aquelas centenas de pessoas que me cercam na Sinagoga do norte de Londres, da qual sou membro desde que cheguei, são todos judeus.

1965

Enquanto o Rabino Judah Cohen e Srul Finkelstein tentavam manter aceso o *ner tamid* da Sinagoga, dando a esta o maior uso possível, Meyer Samuel Cymerman tornou-se Presidente da Comunidade Israelita do Porto. Originário de Lutzk, na Europa Oriental, Cymerman chegara a Lisboa há muitos anos, mas, entretanto, decidira instalar no Porto a sua fábrica de confecções.

Meyer foi assim descrito pelo neto Henrique:

*Industrial empreendedor e homem à frente do seu tempo, tinha uma forte identidade judaica. Abandonou o trabalho em Portugal na Segunda Guerra Mundial para resgatar judeus nos Pirineos, que fugiam ao nazismo. A sua inteligência e a sua humanidade continuam vivas em todos aqueles que o conheceram.*⁹³

Os livros de membros da Comunidade Israelita do Porto registavam então a existência de 25 membros oficiais, entre os quais cinco indivíduos de origem portuguesa, que não contavam para *minian*, mas eram colaboradores da Comunidade, destacando-se Amílcar Paulo, um estudioso do marranismo e dos últimos vestígios das comunidades marranas portuguesas.

Amílcar sublinha com desgosto, na revista portuense *Tripeiro*, o fim das comunidades marranas portuguesas:

*Há uns trinta anos existiam ainda, em certas localidades de Trás-os-Montes e das Beiras, núcleos de cristãos-novos que seguiam algumas tradições religiosas judaicas. Essas tradições judio-portuguesas estão já quase num completo desaparecimento. Do exposto conclui-se de que nada valeram as instigações e diligências promovidas junto dos que há séculos abandonaram o judaísmo. A criação de um Seminário e o levantamento de um majestoso templo de enormes dimensões de nada serviram.*⁹⁴

Este ex-aluno do Instituto Teológico Israelita (que tinha sido “convertido” ao judaísmo por Barros Basto e que tomara o nome hebraico de Levi Ben-Har) haveria de conquistar renome mundial, focalizando os seus interesses em torno dos usos, costumes e orações dos marranos, da história dos judeus e dos cristãos-novos e da defesa de Israel e de um povo proscrito cuja alma sofreu sempre sem nunca se apagar.

⁹³ Testemunho de Henrique Cymerman.

⁹⁴ Amílcar Paulo, "A Comuna Judaica do Porto - Apontamentos para a sua História", *Tripeiro*, 1965, p. 27.

A qualidade intelectual, pessoal e sentimental de Amílcar Paulo era tão avantajada que fazia reluzir plenamente, para qualquer observador imparcial, as piores consequências do fracasso da “Obra do Resgate”, pois para além do desperdício de forças de Barros Basto, do esbanjamento de dinheiro, das cartas anónimas contra si, do processo escandaloso, da desonra da comunidade e da família, para além de tudo isso, resultaram ainda desolações, sofrimentos e enxovalhos para todos quantos o acompanharam de perto, como Samuel Rodrigues, Norberto Moreno e Amílcar Paulo, que viveram e morreram injustissimamente com o estatuto de não-judeus, de meros “amigos” da comunidade judaica portuense, nacional e internacional. Está por fazer o enunciado das terríveis consequências da “Obra do Resgate”, pese embora as intenções belíssimas do Capitão.

1966

Por razões financeiras, a Comunidade Israelita do Porto prescindiu dos serviços do Rabbi Judah Cohen. Uma vez mais, Srul Finkelstein viu-se na contingência de tentar fazer tudo sozinho. Um dos elementos que mais o ajudava – o judeu alemão Emil Oppenheim – tinha um feitio complicado e acabou por dividir ainda mais o pequeno conjunto de membros da Comunidade.

Ao não suportar os atrasos dos seus correligionários para o início das *tefilot*, porque tinha a lavandaria a funcionar e muito pouca paciência, criou um conjunto de inimizades com outros membros e, a certa altura, recusou-se a comparecer na Sinagoga pura e simplesmente, sempre.

O Presidente Meyer Samuel Cymerman estabeleceu um acordo com um agente da Polícia de Segurança Pública para, juntamente com a sua esposa e um cão, viverem gratuitamente na cave da Sinagoga. Segundo conta Eliezer Beigel, havia uma razão mais profunda para a contratação do casal.

*Os poucos judeus da Comunidade não queriam problemas com as autoridades. Com o agente da polícia a viver na Sinagoga, ele poderia dizer à PIDE que a Sinagoga só servia para rezar, não existiam conspirações judaicas!*⁹⁵

1967

Paulo Pressman tornou-se novamente Presidente da Comunidade Israelita do Porto, substituindo Meyer Samuel Cymerman, que ocupara o lugar durante dois anos. Apesar da partida de Judah Cohen, Srul Finkelstein mantinha contactos estreitos com o Rabino Abraham Assor, da Sinagoga de Lisboa, que ia ajudando a comunidade portuense conforme podia.

A pedido de Srul, o Rabino ordenou ao chazan Mohluf Arama que viajasse de Lisboa para o Porto para fazer as festividades de Tishrei. A CIP pagou as viagens e deu alojamento ao oficiante lisboeta. Esta prática, com interrupções embora, já se iniciara na década de 50.

⁹⁵ Testemunho de Eliezer Beigel.

Entre os membros da comunidade judaica portuense, havia já alguns judeus sefarditas – Henry Tillo, Alain Piccioto, Abraham Sequerra, Isaac Attia, etc. – para além de uma vintena de judeus *ashkenazim*, entre os quais Paulo Cymerman, Emil Oppenheim, Paltiel Bronstein, Nathan Beigel, Paulo Pressman, Srul Finkelstein e Rudolf Lemchen.

Apesar de ser um número de judeus mais do que suficiente para se congregarem um *minian* na Sinagoga, raramente isso acontecia. Existiam sempre faltosos que impediam a constituição do necessário quórum, o que levou Paulo Pressman a começar a chamar judeus de Lisboa para as festas, para ter a certeza de que haveria *minian*.

Recorda a sua filha:

O meu pai costumava convidar alguns membros da Comunidade de Lisboa para as festas, para eles ajudarem no serviço religioso e engrossarem o número de judeus na Sinagoga. Para esse fim, o meu pai pagava as suas viagens e alojamentos. A comunidade não tinha dinheiro.

1969

Tal como o ano de 1961 ficou marcado pela morte de Barros Basto, o lendário Presidente da Comunidade Israelita do Porto, o ano de 1969 ficou marcado pela morte de Srul Finkelstein, o líder religioso, chazan e grande motor religioso da Sinagoga do Porto durante mais de trinta anos.

Srul foi sepultado no cemitério judaico da Comunidade Israelita de Lisboa, da qual foi sempre membro oficial. A neta, Luísa Finkelstein, haveria de dizer mais tarde:

O meu avô foi uma espécie de Rabino da Sinagoga do Porto durante décadas. Ele gostava de muitas coisas na vida, mas o que mais gostava era de ser judeu.⁹⁶

A morte de Finkelstein coincidiu com a avaria do relógio mecânico do século XIX que se encontra na Torre do relógio do Palácio da Bolsa, que tinha então a idade e o simbolismo do *Big Ben* de Londres. Conforme a inscrição que durante décadas esteve aposta no relógio, a sua última reparação ocorreu em 18 de dezembro de 1969, que não apenas assinalou o aniversário do fundador da Comunidade Israelita do Porto como correspondeu, no calendário hebraico, ao dia 10 de Tebet, que assinala o cerco do Beit Hamikdash.

1970

Em Assembleia Geral, por unanimidade dos presentes, o nome de Srul Finkelstein foi recordado com emoção, “*pela sua assiduidade religiosa na tefilá, pela sua ativa e competente participação como chazan durante as solenidades religiosas e pela sua eficiente atividade como [Vice-Presidente e] tesoureiro do Comité.*”

⁹⁶ Testemunho de Luísa Finkelstein.

Entre 1937 e 1969 aquele Cohen de Varsóvia impôs na Sinagoga, um rígido governo da *Halachá*, e o esplendoroso templo nunca deixou de abrir as suas portas em *Shabbat* e *Yom Tov*, pese embora o escasso número de membros da Comunidade. A sua morte inaugurou, pela primeira vez na história da CIP, o vazio religioso.

Srul já não estava em cima da Bimá para fazer as orações com esmero. Tecnicamente ninguém o poderia substituir. Acresce que se mantinham inultrapassados os problemas de sempre: os judeus do Porto eram poucos, pouco observantes, moravam longe da Sinagoga, tinham fracas relações entre si e, enfim, todos concordavam que o prédio era demasiado grande para tão pouca gente.

Pese embora a Comunidade tenha mantido a mínima vida associativa, deixou de utilizar semanalmente o seu templo religioso, salvo muito excepcionalmente. As datas mais importantes do calendário judaico passaram a ser habitualmente celebradas não na Sinagoga, mas em casas particulares de membros da Comunidade ou, em alguns casos, poucos, na Sinagoga Shaaré Tikvá, em Lisboa, que tinha um acolhedor ambiente judaico.

Nesta ano, chegam ao Porto, para viverem definitivamente, Harry e Marilyn Flitterman, judeus americanos, não ortodoxos, mas orgulhosos e tradicionalistas. Nascidos em bairros judaicos com centenas de milhares de pessoas, e onde não existiam monumentos tão grandes como a Sinagoga Kadoorie, ficaram chocados quando, numa primeira visita ao espaço, se aperceberam que as únicas almas palpitantes que ali existiam eram as dos fantasmas.

O senhor que tomava conta do edifício marcou um encontro entre o recém-chegado casal e o Presidente da CIP, Paulo Pressman. Quando tal encontro ocorreu, os infelizes visitantes já sabiam, tinham sabido, pelo porteiro, desbocado em extremo, que a Comunidade abandonara as suas actividades religiosas e que os judeus da cidade eram poucos e totalmente desinteressados.

1971

As instituições internacionais mais relevantes cortam os contactos com a CIP, como se esta já não existisse. Exemplo paradigmático é o da *Spanish & Portuguese Jews' Congregation of London*, que ainda foi procurando saber notícias do edifício e da comunidade até ao final da década de 60, mas que, depois da morte de Finkelstein, cessou abruptamente os contactos. Na impossibilidade de levar o prédio da Sinagoga para Londres, aquela organização judaica inglesa deixou-o à sua sorte, aos cuidados da pequeníssima comunidade local, sem nenhuma preocupação quanto ao futuro.

Por essa altura, a Enciclopédia Judaica dedica um artigo muito mal intencionado e fundamentado ao falecido Capitão Barros Basto, provando que, das calúnias graves contra as pessoas, fica sempre alguma coisa para o futuro.

Devido largamente à mudança da atmosfera religiosa em Portugal, mas parcialmente aos seus planos demasiado ambiciosos e a certas falhas de carácter (fraqueza na sua personalidade), o projecto apenas teve um sucesso limitado, não mantendo o seu início promissor. Morreu, quase cego e frustrado.⁹⁷

⁹⁷ Enciclopédia Judaica Universal, Keter Publishing House, Jerusalém, 1971.

Harry e Marilyn Flitterman costumam levar os seus filhos menores todos os domingos, para a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, para eles brincarem com duas outras crianças da mesma idade. Os adultos reúnem-se para verem as crianças brincar num património quase abandonado que, no entanto, era o único símbolo judaico no norte de Portugal.

Um dos jovens da comunidade, Henrique Cymerman, tem 12 anos de idade e prepara-se para fazer o seu *bar-mitzvá*. Sabe que, na Sinagoga, o nome de Barros Basto é pronunciado em voz baixa. Um dia desce à cave do edifício e encontra, perdidos na poeira do tempo, milhares de panfletos escritos pelo Capitão para os marranos, bem como exemplares do “Ha-Lapid”. Pede mais informações. É-lhe dito que o primeiro Presidente da Comunidade “*teve um fim amargo e foi muito difamado*”.⁹⁸

Famílias de comerciantes e industriais, de maioria *ashkenazim*, chegaram ao Porto. Max Gozal, Moris Wilson, Edward Solal, Emil Bendahan, James Sequerra e Samuel Mendler inscreveram-se na Comunidade.

1973

O jornalista Mordehai Avishai desloca-se ao Porto para conversar com o membro da Direcção, Paltiel Cymerman. A entrevista desenrola-se na Sinagoga e a realidade judaica portuense é revelada em poucas palavras: o templo religioso só esteve cheio no dia da sua inauguração, os judeus da cidade são actualmente poucos, há cerca de 15 membros oficiais e outros mais afastados, uma senhora é paga para zelar pela Sinagoga (onde vive com a família) e a única coisa que resta dos marranos é uma carta ou outra, que chega de vez em quando, de terras distantes, perguntando sobre o que será viver em Israel.

Um outro cidadão estrangeiro visita a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim nesse mesmo ano. Na companhia de sua esposa Florence, escritora e professora catedrática nos Estados Unidos, Kurt Weinberg é mais do que um professor catedrático nas Universidades de Iowa e de British Columbia, Canadá, com inúmeras obras publicadas, algumas mesmo de talento raro, com interpretações dos livros de Franz Kafka. Na sua memória, Kurt guarda ainda a sua chegada ao Porto, em 1936, para leccionar francês, inglês e alemão. Rapidamente aprendeu a falar português e escreveu diversos artigos para a revista Sol Nascente. Kurt gostava da vida no Porto, tinha uma excelente relação com os alunos, mas ao mesmo tempo assistia e reportava para o estrangeiro (concretamente para o Die Zukunft, um jornal alemão de refugiados judeus) o desembarque de “bagagens pesadas” dos navios alemães: peças de artilharia, tanques, carros blindados, veículos de transporte de pessoal e similares, que supunha serem para ajudar os nacionalistas espanhóis. Às duas da manhã da segunda-feira 22 de Fevereiro de 1937, a PIDE irrompeu a sua residência na Rua de Cedofeita n.º 145 e prendeu-o. Deram-lhe 8 dias para sair de Portugal. Foi-lhe dito que se voltasse a pôr os pés em solo português, seria acusado de espionagem.

⁹⁸ Henrique Cymerman, "Haaretz", 12.01.2012.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 pôs fim ao “Estado Social” de Marcello Caetano. Proclama-se a Liberdade. Mas não para todos os judeus. Daquele clima social resultou ainda mais dispersão no seio da pequena e dividida comunidade judaica portuense.

Constituída por poucas dezenas de pessoas, a Comunidade viveu um clima de pavor criado pelas ocupações selvagens que espoliaram Ozias Cymerman e Meir Cymerman, pela fuga para Espanha da família de Henry Tillo e pelas ameaças de detenções pelo COPCON que recaíram sobre outros judeus portuenses.

Paulo Pressman, Presidente da CIP, sentiu que a sua liberdade estava por um fio e entrou na sua fábrica com todas as cautelas. A filha, Eta Pressman Wright, recorda esse momento:

Naquela altura, os operários em geral tinham sido doutrinados no sentido de que as indústrias deixavam de pertencer aos patrões e não se podia prever o que iria acontecer. Os meus pais (a minha mãe, Ida Pressman, também fazia parte activa da gerência) encontraram-se de repente na possibilidade (como muitos outros) de perderem tudo quanto tinham conquistado até então. Quando entraram na fábrica nesse primeiro dia, verificaram que os operários tinham comparecido, mas não estavam a trabalhar, parecendo aguardar que algo acontecesse. Foi nessa altura que o meu pai perguntou quem é que tinha sido escolhido para gerir a fábrica. Como ninguém se ofereceu, tudo voltou ao normal. Tivemos sorte!

Na capital do Império português, Lisboa, as coisas estavam quentes também. O Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Moses Amzalak, que havia sido figura muito próxima do Estado Novo, refugiou-se o melhor que pôde, para não ser alvo de violência. O mesmo não conseguiu Samuel Ruah, grande especialista em otorrinolaringologia, que tratara o próprio Oliveira Salazar. Foi preso com a alegação de que havia sido “médico de fascistas”!

Ocupações selvagens vitimaram igualmente alguns membros da comunidade lisboeta. Conta Inácio Steinhardt:

Um amigo meu, cujo pai falecera no Holocausto, tinha uma empresa pequena, mas próspera, com nove empregados, com os quais mantinha as melhores relações. Dias depois de 25 de abril, eles vieram anunciar-lhe que pertenciam a uma célula comunista e que, a partir desse dia, tomavam conta da empresa. O meu amigo, traumatizado com as memórias do seu passado, não hesitou um minuto, e transferiu-se imediatamente com a família para Espanha. Anos depois, a empresa estava na falência e os seus ex-empregados foram convidá-lo a voltar novamente para tomar conta da empresa. Ele recusou.⁹⁹

1975

Em julho, ao final da tarde, a Sinagoga é atacada à pedrada durante mais de uma hora. No dia seguinte, uma carta foi metida na caixa do correio dirigida ao “Rabino”:

⁹⁹ Testemunho de Inácio Steinhardt.

A sua Sinagoga foi apedrejada por nacionalistas, o que é lamentável, mas aconteceu. A culpa não é dos nacionalistas mas de certas pessoas judaicas que colaboram com a maçonaria e com os comunistas. Isso é que os levou a agir assim, porque entre os apedrejadores não havia ninguém antissemita ou pró-nazi, mas como todos eles foram vítimas de certos judeus a acção foi uma espécie de represália por culpa própria.

Os autores da carta queixavam-se ainda de uma entrevista de uma pessoa da Comunidade ao Jornal de Notícias sobre o Holocausto em que

atacava o regime de Salazar. Gabou-se de ter sido presa pela PIDE e tentava fazer entender que Salazar era antissemita. (...) Se for preciso liquidaremos todos os colaboradores judaicos dos comunistas. Se algum dia atacarmos judeus, serão apenas aqueles que colaboram com os comunistas e, se isso não bastar para termos paz, e se for preciso, eliminaremos toda a comunidade com um só Pogrom com maior eficiência do que Hitler fez e, para isso, não precisamos de publicidade. Resta acrescentar que somos cristãos e devido a isso não somos capazes de tal carnificina. (...) Por último queremos dizer que os judeus de juízo, os inteligentes, os anti-comunistas, os anti-exploradores nada têm a temer. Sóis um povo sem rumo, caprichoso e sem ética. Precisaís de chefes para entrardes na ordem e assim deixar de incomodar os outros.¹⁰⁰

Na mesma altura, a viúva de Barros Basto, Lea Azancot, com 82 anos de idade, requer ao Presidente da República, General Costa Gomes, justiça para o seu ente querido. Na referida missiva pode ler-se:

Para os Senhores Generais do Conselho de Disciplina que o julgaram foi tido como indigno para um oficial do Exército a prática das cerimónias religiosas que a Lei de Moisés manda praticar nas pessoas dos seus iniciados e, somente por esta prática, foi imposta a sua separação do Exército. Meu marido, sempre atormentado pelo desgosto sofrido, faleceu em 1961, sem ter conseguido a sua reabilitação moral e a sua reintegração nas fileiras do Exército. Esclareço V. Exa. que entreguei uma petição neste sentido no Quartel General do Porto, onde me foi dito que a mesma seguiria para a Comissão de Análise e Informação de Processos Políticos.

O pedido tinha por base legal um diploma publicado em 26 de Abril de 1974, no calor da revolução, nos termos do qual “são amnistiados os crimes políticos e as infracções disciplinares da mesma natureza” (artigo 1.º n.º 1) e “serão reintegrados nas suas funções, se o requererem, os servidores do Estado, militares e civis, que tenham sido demitidos, reformados, aposentados ou passados à reserva compulsivamente e separados do serviço por motivos de natureza política” (artigo 2.º n.º 1). Entendia a viúva que caberia no espírito do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de Abril, um caso de segregação político-religiosa de um líder comunitário judeu praticada por via de uma sanção de âmbito disciplinar e estatutário imposta por um Conselho de Disciplina militar, numa época em que, na Europa, o nazismo e sectores do catolicismo desenvolviam sobre os judeus um inelutável “efeito tenaz”.

O sobredito Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de Abril, foi regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 498-F/74, de 30 de Setembro, o qual estatuiu que “a reintegração nas suas funções dos militares abrangidos pelo disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei 173/74” processa-se de acordo

¹⁰⁰ Arquivos CIP/CJP.

com os artigos 8.º a 10.º do Decreto-Lei n.º 46001, de 2 de Novembro de 1964, e no caso do Exército, pelo previsto na Portaria n.º 21202, de 29 de Março de 1965. Mais estatuiu aquele Decreto n.º 498-F/74 que “*nos casos de incapacidade e falecimento [dos militares a reintegrar], os benefícios da reintegração poderão ser requeridos pelos seus cônjuges, ascendentes e descendentes em 1.º grau*” (artigo 1.º n.º 3), sendo que tais benefícios também “*poderão ser oficiosamente e a todo o tempo conferidos por despacho do Chefe de Estado-Maior do ramo a que o militar pertencia*” (artigo 1.º n.º 4 do mesmo diploma, com a redacção que lhe viria a ser conferida pelo Decreto-Lei n.º 434-N/82, de 29 de Outubro).

1976

O renomado escritor israelita Arieh Chem deseja fazer uma peça de teatro sobre a história do Capitão Barros Basto, a “Obra do Resgate” e a sua Expulsão do Exército. Para o efeito conta com a ajuda de Amílcar Paulo e da filha de Barros Basto, Miriam Azancot.

O entusiasmo do escritor é quebrado quando, de visita a Lisboa, conversando com Moses Amzalak, percebe que a expulsão de Barros Basto do Exército advém de um processo de intrigas internas e de denúncias anónimas destrutivas.

Escreve o escritor a Miriam Azancot:

Se até à minha vinda a Portugal imaginava o conflito como um binómio Igreja contra o Resgate, agora tudo me parece mais complexo. É lógico que a complexidade é interessante, principalmente quando não é produto da imaginação, mas da realidade, mas também é mais difícil de sobre ela escrever, principalmente em obra de teatro, em que os focos não devem ser muitos para melhor interpretação do público e, last but not least, impacto.¹⁰¹

Por esta época, em Israel, o afamado Rabino Yitshak Yaakov Wachtvogel recebe uma carta de uma pequena comunidade no norte de Portugal (necessariamente a Comunidade Israelita do Porto) que pretende ver esclarecida a seguinte situação: o que deve uma Comunidade fazer quando só existem 10 judeus para compor o *minian* e um deles tem a intenção de viajar antes dos *Yamim Noraim* para outra cidade? Respondeu o Rabino que a Comunidade tem o direito de obrigar esse judeu a não viajar ou, em alternativa, pode pagar a um judeu de qualquer outro lugar para ele completar o *minian*, imputando posteriormente um décimo da despesa ao judeu que saiu da cidade.¹⁰²

1977

A mensagem “Morte aos Judeus”, com cruces suásticas a apoiá-la, escrita por anónimos, em letras grandes, no muro central da Sinagoga do Porto, proclamava-se dos dois lados da barricada revolucionária. Os judeus eram os alvos de todos os quadrantes políticos radicais. Os partidos de direita iam-nos como imigrantes não desejados, os comunistas chamam-lhes proprietários e imperialistas.

¹⁰¹ Arquivo de Isabel Lopes.

¹⁰² Arquivo de Inácio Steinhardt.

Paulo Pressman, um homem já velho, muito só, sentia-se impotente para proteger a Sinagoga e os judeus locais que corriam riscos de esmagamento por via do “efeito-tenaz” provocado por tão perigosos e encarniçados extremistas rivais. Guilhermino Ranito, um antigo aluno de Barros Basto que visitou a Sinagoga neste ano, conta que, um dia, ali ficou retido “*durante muitas horas, porque o prédio foi apedrejado de todos os lados e as suas vidraças ficaram todas partidas. Os carros da polícia passavam e ninguém queria saber em proteger os judeus*”.

A reabilitação do Capitão tardava em fazer-se. O Exército tarda em responder ao requerimento de Lea Azancot sobre a reabilitação moral do seu falecido marido. A Comunidade Israelita do Porto acompanha o caso com muito interesse e preocupação, dado tratar-se de uma questão respeitante ao seu membro benemérito, e primeiro Presidente, mas nunca intervém directamente. Vive-se ainda um período de grande agitação revolucionária.

1978

O Estado-Maior General das Forças Armadas indeferiu *in limine* o pedido de Lea Montero Azancot, dando como “provados” factos que haviam ficado absolutamente “não provados”, por unanimidade, durante o Estado Novo.

O problema focado pela impetrante – inserção no espírito do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de Abril, dos casos de segregação político-religiosa, principalmente quando ocorridos numa época em que, como é do conhecimento geral, o antissemitismo campeava na Europa – teria muito interesse em ser debatido, não fora a circunstância de os factos desmentirem por completo semelhante asserção. Os factos que justificaram a decisão de separação de serviço traduzem-se em práticas homossexuais com vários alunos do Instituto Teológico Israelita do Porto e que nada têm a ver com as cerimónias prescritas pela religião semita.

O enfileiramento dos argumentos do Estado-Maior General das Forças Armadas não logrou fazer justiça a uma pessoa injustiçada e falecida, mas tão-só condená-la, pela segunda vez, e por factos muito mais graves à luz do judaísmo, fazendo fé em exercícios de má-língua que, quatro décadas antes, haviam sido totalmente descredibilizados pelo tribunal competente.

A referida decisão, reveladora da envergadura anti-judaica dos julgadores do caso «Dreyfus português» em plena democracia, foi notificada a quem de direito, a viúva, e não foi impugnada, pelo que teoricamente o processo transitou em julgado, estabilizando-se na ordem jurídica. Nada mais falso.

Também a decisão de 1937 fora notificada ao Capitão Barros Basto, sem que houvesse sido impugnada. O “crime” tinha sido o próprio processo, na sua dupla dimensão adjectiva e substantiva. Um processo que põe em causa os princípios cuja precocidade se impõe a todos os códigos, jamais pode ser considerado direito. *Quae rerum natura prohibentur, nulla lege confirmata.*

A 1.ª Comissão da Assembleia da Republica haveria de escrever, mais de trinta anos depois, a respeito desta decisão do Exército:

O Parecer/Decisão de indeferimento do requerimento da viúva Lea Monteiro Azancot Barros Basto, datado de 1978, tenta compor falaciosamente essa motivação antissemita e engendra um arremedo de factos, que haviam sido dados como não provados em 1937, tentando, em vão, transmitir alguma idoneidade a uma decisão antecipadamente definida.

1979

Lawrence Kadoorie escreveu um exercício histórico de 20 páginas sobre as obras beneméritas da família, em todo o mundo, em honra da sua mãe Laura Kadoorie. Nenhuma palavra foi dedicada à Sinagoga do Porto, como se esta simbolizasse a vergonha de um projecto falhado. Assim era em boa verdade.

Foi criado por Amílcar Paulo e mais 30 portugueses não-judeus o “Instituto de Relações Culturais Portugal-Israel”. Sede do Instituto: Rua de Guerra Junqueiro, 340, Porto, ou seja, o edifício da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, que era então um espaço fenecido à luz das funções matriciais que uma Sinagoga deve desempenhar em qualquer parte do mundo.

Das paredes daquele tão belo templo não promanava, nessa época, qualquer religiosidade, pese embora uma Sinagoga devesse ser, sempre, uma casa de reunião (*beit kneset*) e uma casa de prece (*beit tefilá*) para judeus adultos fazerem as *tefilot*, persuadindo outros a comparecerem aos serviços religiosos.

Em novembro, Ephraim Eldar, Embaixador de Israel em Portugal, foi alvo de um ataque terrorista junto da embaixada. O autor do atentado, um árabe apoiante da causa palestina, aproveitou o momento em que o embaixador chegava, de manhã, para fazer uso assassino de uma pistola-metralhadora e de uma granada de mão. Eldar, que teve ferimentos nas pernas, só sobreviveu graças à intervenção extraordinária dos seus guardacostas do corpo de segurança pessoal da Polícia de Segurança Pública, um dos quais pôs o carro em andamento para fugir do local e outro deu o peito às balas, morrendo no local, desfeito pela granada de mão. O nome deste herói da PSP, que não deve ser esquecido: Ildefonso Pereira.

1980

O escritor judeu Eytan Bergman visitou a Sinagoga. Mais tarde escreveu o seguinte a respeito de tal experiência:

A extravagante Sinagoga é tão grande que os seus bancos podem acolher centenas de pessoas. Ela apenas encheu na sua inauguração. Quando cheguei apenas os fantasmas lá permaneciam. O mais preocupante aspecto da Sinagoga era o silêncio. A Sinagoga está entregue a uma senhora que não é judia e um cão protege a propriedade. Os Kadoories ainda pagam a sua manutenção e a senhora provavelmente toma bem conta dela. Mas quanto tempo demorará até outro judeu visitar a Sinagoga?

Ao longo da sua história, a Comunidade Israelita do Porto foi sempre avaliada, por terceiros, pelo número de pessoas que frequentavam rotineiramente a Sinagoga ou, pior

ainda, pelo número de pessoas que os observadores, quando vinham ao Porto, ou quando visitavam o Porto, quicá a única vez nas suas vidas, viam na Sinagoga.

É importante que se diga e volte a dizer que havia no Porto uma comunidade judaica com um número de pessoas suficiente para o exercício pleno do culto. O facto de não se reunirem devia-se aos inúmeros factores já antes explicados, sendo certo que a Sinagoga, como raramente abria as suas portas para propósitos comunitários, foi consolidando a sua triste fama de “Museu”.

1981

Nas festas de Tishrei, a Sinagoga abriu as suas portas. Desta feita, o Rabino Abraham Assor, da Comunidade Israelita de Lisboa, enviou o seu filho Isaac, então com 16 anos de idade, para fazer parte do serviço religioso como chazan. Foi esta, ao longo do ano, a vida religiosa da Sinagoga Kadoorie, que, de resto, não passava de uma espécie de espaço museológico fechado ao público.

Dispersa a comunidade judaica portuense, a vida judaica na cidade mantinha-se moribunda. Só sobrou espaço para a cultura, ou seja, para Amílcar Paulo, que levou tão longe os seus trabalhos que chegou a participar em congressos de Ciências Judaicas em Jerusalém, tendo obtido renome mundial.

Amílcar, que morreria dois anos depois, há muito se especializara em visitas guiadas à *marrano land*, nome que o *Portuguese Marranos Committee* atribuía às regiões onde existiam marranos no interior de Portugal. Uma visita ao Porto de um historiador, investigador, jornalista ou judeu interessado em questões culturais incluía obrigatoriamente um encontro com Amílcar Paulo, que amiudadas vezes acompanhava os visitantes em viagens a Trás-os-Montes e Beiras, para todos poderem comprovar que o marranismo, alimentado permanentemente por uma multiplicidade de casamentos entre primos, ainda era praticado em Portugal, embora estivesse a desaparecer de dia para dia.

Para além das longas viagens que fazia com os visitantes, Amílcar Paulo invariavelmente abria-lhes as portas hieráticas da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, onde conhecia todos os cantos e recantos e sabia a história de cada alfaia ou documento, esportulando os seus interlocutores com disponibilidade amigável e conhecimentos técnicos de enorme valia.

1982

Falece Emil Oppenheim. A notícia não chega aos judeus da cidade, pertencentes às famílias Bronstein, Tillo, Henaler, Proxman, Janovsky, Azancot, Beigel, Piccioto, Flitterman, Finkelstein, Cymerman, Joanes, Sequerra, Gozal, Terlo, Rothwell e outras. O Presidente Paulo Pressman, já octogenário, está muito doente.

A pedido do Cônsul da Alemanha, o judeu alemão Rudolf Lemchen encontra-se no cemitério de Agramonte com duas freiras católicas que tinham tratado de Oppenheim nos últimos meses da sua vida. A pedido delas, Lemchen leva um *sidur* para fazer o kadish. Fá-lo sozinho. Depois, uma das freiras pediu-lhe o livro de orações, folheou-o, abeirou-se da tumba e num acto comovente proclamou o kadish sozinho: “*Yitgadál veyitcadash shemé rabá...*”¹⁰³

¹⁰³ Arquivo de Inácio Steinhardt.

A revista “História” publica um artigo sobre o Capitão Barros Basto, dizendo que do seu trabalho apenas “*resultou um templo abandonado após a década de 50*” e “*uma comunidade judaica que já não existe, sem minian, subsistindo hoje apenas duas famílias de origem polaca e uma de origem alemã, descendentes de refugiados do tempo da 2.ª Guerra Mundial*”. Estas afirmações da revista, seguramente feitas de boa-fé, não correspondiam, porém, à verdade. Em 1983 estavam no Porto as mesmas famílias que assinalamos antes.

Neste ano, falecem Amílcar Paulo e Paulo Pressman, os garantes da promoção da cultura, o primeiro, e da promoção da religiosidade, o segundo, da CIP. A presidência de Pressman, tal como a de Barros Basto, durara 25 anos. Embora o seu mandato não tenha tido grandes aventuras cinematográficas, nem um Capitão a cavalo nas montanhas, nem intrigas inacreditáveis dentro da Comunidade, nem um *chérem* decretado sobre caluniadores semelhante ao que outrora os Rabinos de Odessa decretaram sobre Leon Trotsky, a verdade é que enfrentou anos terríveis, mormente os revolucionários.

Antes de falecer, Pressman ainda teve tempo de conhecer dois jovens israelitas – Moisés e Marco Medina – recém chegados à cidade, aos quais pediu para tentarem revitalizar a Sinagoga. Segundo testemunha o primeiro, Pressman ter-lhe-á dito:

Tu não vás daqui, eu garanto-te que depois vou para Marrocos e arranjo-te um Rabbi com dez filhos, vimos para cá para minian e tal. (...) A comunidade não funcionava, pronto e começaram-me a contar... existia uma Associação Portugal-Israel que era presidida por uma pessoa muito querida cá na comunidade do Porto, não me lembro o nome, mais a esposa dele.¹⁰⁴

Auto-proclamados “*combatentes da revolução palestiniana*” executam um atentado terrorista, no Algarve, contra Issam Sartawi, dirigente, amigo de Israel, da Organização para a Libertação da Palestina. Sartawi é executado a tiro quando participava num congresso na Internacional Socialista. O caso, que nunca ficou totalmente esclarecido, gerou grande impacto na comunidade internacional e, de acordo com o *New York Times*, poderá ter existido envolvimento directo de dirigentes da OLP.

1984

Rudolf Lemchen, judeu alemão, é nomeado Presidente da Comunidade Israelita do Porto, que fundamentalmente tinha uma Sinagoga grande e vazia para gerir. Para além de um ou outro evento cultural da lavra de Miriam Azancot, filha de Barros Basto, a Sinagoga só abria em datas religiosas muito especiais, valendo-se do empenho dos dois jovens israelitas referidos anteriormente, que procuravam esforçadamente, nas datas sagradas do calendário hebraico, congregar uma Comunidade muito envelhecida, inerte e desinteressada.

Entre a morte de Srul Finkelstein e a morte de Paulo Pressman decorrerá uma década e meia. Com excepção da actividade cultural liderada por Amílcar Paulo e dos esforços desesperados de Pressman para manter alguma vida judaica em Tishrei, a Comunidade

¹⁰⁴ Marina Pignateli, "Interioridades e Exterioridades dos Judeus de Lisboa", 2008, pp. 162-163.

Israelita do Porto e a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim não preencheram, nesse período, a missão religiosa e social que delas se poderia esperar.

Da Sinagoga fazia parte uma biblioteca que a Direção costumava mandar abrir para ser estudada por interessados que não pertenciam à Comunidade e que acabou por ser fechada definitivamente ao público após vários saques de origem criminosa.

Ao longo desta década e da seguinte, Inácio Steinhardt, sozinho primeiro, e posteriormente acompanhado por Elvira Mea, ex-aluna de Amílcar Paulo, percorreram os trilhos do marranismo em decomposição.

No decorrer das nossas investigações, localizamos e conversamos com alguns ex-alunos da Yeshibah Rosh Pinah. Alguns já faleceram desde então. Todos casaram com católicas e criaram filhos e netos que não foram judeus.¹⁰⁵

1985

O Presidente da CIP, Rudolf Lemchen, conta a Inácio Steinhardt que só abre a Sinagoga um dia por ano: em Yom Kipur. *“Passava lá o dia inteiro e ele, com os nove sefarim que havia, completavam minyan. Mais ninguém.”¹⁰⁶*

Num programa de 5 minutos para a RTP, é contada a história da velha Sinagoga, por um locutor mal informado, com uma versão especialmente politizada dos acontecimentos. O programa teve porém o ensejo de afirmar à sociedade que o prédio era uma Sinagoga judaica e não uma Mesquita muçulmana.

Muitos cidadãos não-judeus chamavam “Mesquita” à Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, não por menosprezo, mas por desconhecimento. Brotava secretismo do n.º 340 da Rua Guerra Junqueiro. Há muito se havia perdido o hábito de celebrar regularmente os serviços de *Shabat* e *Yom Tov*. Sem a ajuda de um Rabino ou alguém capaz de chamar e conglomerar os judeus portuenses, muito secularizados, não era possível reanimar o templo, já completamente associado a uma ideia de penúria, solidão e desolação. Era uma espécie de cemitério monumental, um “buraco negro” tão grande em termos de massa concentrada que tudo estava destinado a morrer no seu seio, donde não promanava qualquer luz. Conta Luísa Finkelstein:

Ao longo de toda a década de oitenta, era muito difícil juntar um minian com pessoas mortijas e esperar da parte delas a mínima animação. Muito pontualmente os irmãos Medina, que eram jovens, foram reabrindo a Sinagoga para serviços religiosos, mas com muitas dificuldades de obter adesão por parte de pessoas desabitadas de frequentar o templo desde a morte do meu avô Srul.¹⁰⁷

¹⁰⁵ “Ben-Rosh”, p. 254.

¹⁰⁶ Testemunho de Inácio Steinhardt.

¹⁰⁷ Testemunho de Luísa Finkelstein.

1986

É organizado um encontro de antigos alunos da *Yeshivá* na Sinagoga do Porto. Inácio Steinhardt, o organizador, conta também com a presença de membros da Comunidade Israelita de Lisboa e com a viúva de Barros Basto, Lea Azancot, então com 93 anos.

*Os ex-alunos presentes, todos septuagenários, não esconderam a sua surpresa e sobretudo veneração, ao cumprimentarem a viúva do seu reitor. As palavras que lhe dirigiram, por vezes entrecortadas com lágrimas de comoção, testemunharam bem as recordações desse passado longínquo.*¹⁰⁸

A destruição cívica de Barros Basto tinha condenado ao fracasso a Comunidade e a Sinagoga. O mais antigo membro da Comunidade Judaica do Porto, Jaime Yanovsky, nado e criado na cidade portuense e que durante muitos anos fez parte da Direcção da Comunidade Israelita de Lisboa, viria a dizer um dia, do alto dos seus 90 anos de vida, que “*o Estado Novo e Salazar eram católicos, mas sempre foram bons para os judeus residentes e para os refugiados e só as pessoas mal esclarecidas ou de má-fé não dizem isso. Mas havia muitos antissemitas no Estado e o Capitão Barros Basto foi vítima deles e, claro, de intrigas internas que tudo precipitaram.*”¹⁰⁹

1987

Numa entrevista gravada em vídeo, o Presidente Rudolf Lemchen revela a um grupo de visitantes franceses que sempre ouvira dizer que, por trás dos azulejos do hall da entrada da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, o Capitão havia inscrito uma lista de nomes de cristãos-novos condenados pela Inquisição. Este testemunho não é corroborado, nem jamais foi, por qualquer outra fonte de informação.

No estrangeiro, a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim era mais conhecida pelas fantasias dos entusiastas do que pela realidade. Dizia-se que o templo fora “construído por Barros Basto”, “um marrano”, “líder dos marranos” e “líder da comunidade marrana do Porto”, “perseguido pelas calúnias do fascismo” e “por isso os marranos fugiram”. Nenhuma das asserções estava correcta, mas ninguém parecia interessado em corrigir tantos erros.

1988

Falece a viúva do Capitão Barros Basto, Lea Azancot, aos 94 anos. Toma o seu lugar, como membro oficial da Comunidade Israelita do Porto, a sua filha Miriam, que começou a ter um papel importante nesta fase, dado que “*tinha um orgulho imenso no pai e gizou como objectivo reabilitar o seu nome e imagem para o mundo. Lutou muito por isso durante quase vinte anos, até falecer, dedicando-se diariamente à Sinagoga, acompanhando as primeiras escolas e organizando eventos culturais, ministrando as visitas a académicos, jornalistas e escritores, portugueses e estrangeiros com interesse na história da Obra do Resgate e da Sinagoga, para além das conferências que ia fazendo em auditórios diversos.*”¹¹⁰

¹⁰⁸ “Ben-Rosh”, p. 120.

¹⁰⁹ Testemunho de Jaime Yanovsky.

¹¹⁰ Testemunho de Isabel Lopes.

Da mãe para a filha transmite-se a pergunta fatal a respeito da separação do Exército que outrora vitimara Arthur Carlos Barros Basto: “*Será que algum dia lhe farão justiça?*” A discussão em torno das decisões de 1937 e 1978 não esmoreceu. Em Portugal e no mundo, sob a batuta de Miriam Azancot, entrevistaram políticos, historiadores, jornalistas e humanistas de latitudes várias. Com estrépito amiudadas vezes. No entanto, as intimativas várias foram sendo sustidas pelo silêncio das entidades portuguesas competentes.

1989

Eliezer Beigel, filho de Nathan Beigel, é eleito Presidente da Comunidade Israelita do Porto, substituindo Rudolf Lemchen.

Fui Presidente porque não havia mais ninguém antigo que aceitasse ser. Era um cargo figurativo, como o Lemchen anteriormente, porque nada havia para presidir. Só o Moisés [Medina] e a dona Miriam, filha do Barros Basto, abriam a Sinagoga, quando tinham tempo.

Coube ao novo Presidente da CIP, numa viagem de negócios à Ásia, telefonar a Lawrence Kadoorie. Explicou que estava em Macau e que regressava no dia seguinte de manhã para a Europa. “O Lawrence disse-me: Já não regressa. Tem almoço aqui em casa. E não aceito uma recusa”.

Assim foi. Eliezer Beigel viajou imediatamente para Hong Kong, onde, no dia seguinte, com o seu melhor fato, almoçou com Lawrence, a esposa Muriel Gabbay e filhos: Rita e Michael. Um almoço elegante e bem regado. Perante uma observação do anfitrião, “*Então agora você é o Presidente da Sinagoga!?*”, Beigel respondeu: “*Não, sou só o fiel depositário!*”¹¹¹

Neste ano, o Presidente da República portuguesa, Mário Soares, apresentou um pedido de perdão aos judeus pelas perseguições inquisitoriais ocorridas em Portugal. Esta atitude simbólica, há muito aguardada, por parte do maior representante da nação, parecia marcar uma nova era nas relações entre as instituições políticas e os judeus.

Na mesma altura, em Belmonte, nos estatutos da recém-constituída organização “Comunidade Judaica de Belmonte”, podia ler-se que um dos objectivos era “*Integrar-se na comunidade israelita de Lisboa, como congregação autónoma, por ser aquela a única entidade representativa do judaísmo em Portugal*”. Maria Antonieta Garcia viria a escrever a respeito, que isto “*é um atestado de menoridade ao contrário do que acontece com as comunidades judaicas.*”¹¹²

1990

Um Rabino alemão bate à porta da Sinagoga. De aparência *ashkenazi*, dá pelo nome de Tuvia Hod. O tempo passa. Só o silêncio responde. O prédio parece abandonado. Triste imagem de decadência e desolação. Subitamente chega uma senhora que tem as chaves

¹¹¹ Testemunho de Eliezer Beigel.

¹¹² Maria Antonieta Garcia, “Judaísmo no Feminino”, UNL, 2000, p. 170.

do portão. Convida o recém-chegado a entrar porque vê nele os traços típicos do judeu ortodoxo.

O homem percorre a Sinagoga, detém-se em frente do *Ehal* e diz que é o neto de Menasseh Bendov. A interlocutora diz ser a filha de Barros Basto.

*A conversa não correu pelo melhor. Escutei as seguintes palavras: ‘O seu avô era maluco. Assim que um menino na escola se apaixonou pelas filhas, ele abalou para a Palestina e deixou para trás tudo o que possuía; os amigos, a casa, a loja, os negócios’, ao que respondi: ‘Sara é a minha mãe. Hoje, eu, os meus irmãos e os meus primos somos todos judeus observantes da Torá’.*¹¹³

1991

O ano ficou marcado, na Comunidade Israelita do Porto, pelas notícias que chegavam de Belmonte, relativas a conversões de marranos. Em mais de duas centenas de marranos da comunidade belmontense, entre homens, mulheres, velhos e crianças, 85 pessoas foram oficialmente inscritas no “Livro de Conversões”. A comunidade dividiu-se entre marranos (mais de uma centena) e judeus convertidos (85).¹¹⁴

A socióloga Maria Antonieta Garcia, que acompanhou a comunidade de Belmonte nos períodos anterior e posterior às conversões, que ocorreram em 1990, 1991 e 1994 (para além das conversões de simples interessados que ocorreram em 1995), narra que as conversões foram realizadas em obediência a aspirações como “*a integração no povo eleito e a conseqüente aquisição da nacionalidade israelita*”, “*a possibilidade de abertura a outras comunidades judaicas que redundaria no alargamento de horizontes humanos e se reflectiria positivamente na diversificação de casamentos*”, “*nos negócios*” e “*no acréscimo de prestígio*”.¹¹⁵

Moisés Espírito Santo, o mais reputado Professor Catedrático de Sociologia das Religiões em Portugal, afirma que as conversões de Belmonte, nos anos 90, foram “*uma perda para a cultura beirã*” e explica que o marranismo tem particularidades próprias que fazem dele uma religião inconciliável com o judaísmo oficial, que “*está em contradição com os costumes locais, impondo a casherização alimentar [a cashrut], a endogamia confessional [a pureza familiar], a masculinização do culto [conforme a tradição] e uma língua morta na liturgia [o hebraico]. A sua única garantia é não perder o ‘comboio do fundamentalismo’ conduzido pelos rabinatos americano e israelita*”.¹¹⁶

Finalmente convertidos ao judaísmo por via ortodoxa, supuseram os judeus-novos (ex-marranos) de Belmonte que, de futuro, seriam tratados com paridade pelos irmãos de fé doutras paragens. Puro engano. Bulindo giroscopicamente com o que antes das conversões haviam assoalhado, imediatamente surgiram indivíduos que se irisavam, reclamando ser (eles e os amigos) mais judeus do que os belmontenses.

Era como se o adjectivo “judeu” tivesse graus e tonalidades diversificadas, podendo ser considerado de forma exagerada ou minimalista. Acresce que os primeiros judeus genuinamente portugueses em 500 anos continuaram a ser apresentados ao turismo como sendo “marranos”, ficando a pequena comunidade judaica de Belmonte condenada para

¹¹³ Testemunho do Rabino Tubia Hod.

¹¹⁴ “Judaísmo no Feminino”, p. 286.

¹¹⁵ “Judaísmo no Feminino”, pp. 165, 184 e 286.

¹¹⁶ Prefácio ao livro *Judaísmo no Feminino*, pp. 19 e 20.

sempre a viver sob o fogo dos *flashes* de turistas desportivamente paramentados. Uma triste discriminação.

Para agravar o panorama, no seio dos belmontenses que sempre haviam vivido em unidade, ficou patente o confronto entre judeus-novos e marranos-velhos, entre judaísmo e marranismo.

*Às mulheres, os Rabinos ortodoxos exigiam o esquecimento do passado” e “o papel da sacerdotiza deixa de ser prestigiante, antes remete para um passado de ignorância, de mácula; o saber antigo que detém é conotado pejorativamente.*¹¹⁷

1992

Portugal assume pela primeira vez a presidência da Comunidade Económica Europeia, a CEE, sendo na altura Primeiro Ministro Cavaco Silva e ministro dos Negócios Estrangeiros João de Deus Pinheiro. Houve quem pensasse que o país se tornaria atrativo para os judeus de negócios e os seus investimentos. Puro engano. A mais pequena comunidade judaica da Europa manteve-se igual a si própria.

Em Lisboa, a comunidade judaica local, com pouco mais de trezentas pessoas, secularizava-se assustadoramente, com casamentos mistos sucessivos, ao ponto de o Rabino Abraham Assor deixar escrito que, quando morresse, queria ser tratado pela Chevra Kadisha de Madrid.

Em Belmonte, os judeus recentemente convertidos ao judaísmo, em vez de respirarem a alegria de quem havia vivido sob amarras por séculos intermináveis, viviam em conflito permanente com os seus irmãos marranos e eram vistos como “animais raros” pelos turistas que ali apareciam insistentemente de máquina-fotográfica a tiracolo.

No Algarve, que há meio século vira desaparecer a sua comunidade sefardita povoada pelas mesmas famílias que agora viviam em Lisboa, não existiam almas judias suficientes para juntar um *minian*. Todos os eventos de cariz judaico realizados nesta época tomaram lugar num local muito significativo: o cemitério de Faro.

E, no Porto, com pouco mais de duas dezenas de pessoas entre homens, mulheres e crianças, a dona Miriam continuava a mostrar a Sinagoga a interessados e o Presidente Eliezer Beigel depositava as suas esperanças nos jovens Medina, que esforçadamente tentavam dinamizar a Mekor Haim, em alguns serviços religiosos de *Shabat* e *Yom Tov*, com os judeus da cidade: Alain Piccioto, Henry Tillo, Abraham Sarfati, Donald Okon, Marcos Trejger, Michael Rudowsky, Dale Jeffries, Yossef Grinman, Vladimir Grinman, Eliezer Beigel, Rudolf Lemchen, Rui Neuman e poucos mais.

1993

É elaborado um orçamento para a possível contratação de um Rabino e a dinamização religiosa e cultural da Comunidade. Contas feitas: 250.000 dólares seriam precisos para a contratação, por dois anos, do Rabino Moshe Sorotzkin, bem como das suas viagens

¹¹⁷ “Judaísmo no Feminino”, p. 288.

para Israel (duas anuais), Sefer Torah *kosher*, sidurim, material de cozinha, aquecimento da Mikvé. No final da folha de orçamento dá-se conta da disponibilidade do Rabino de acompanhar o Presidente da Comunidade numa visita à família Kadoorie em Hong Kong.

Uma carta da Comunidade Israelita do Porto, assinada por Moisés Medina e patrocinada por Eliezer Beigel, chega a Hong Kong, aos escritórios dos Kadoorie. Dirigida a Lawrence Kadoorie, a missiva não fala em números concretos para o petitório, mas dá conta de que a Sinagoga precisa de obras e que a Comunidade sente a necessidade imperiosa de contratar um Rabino para unificar os judeus locais, promover a vida judaica e atrair os marranos que existem na área. *“Nós sentimos que é uma questão de agora ou nunca!”*

Horace Kadoorie escreve à Comunidade Israelita do Porto dizendo que ele e sua família não financiariam qualquer Rabino para a Sinagoga, mas que estavam dispostos a suportar as obras de reabilitação no edifício, contanto que lhes fosse remetido um orçamento convincente.

Poucas semanas depois, Lawrence falece, aos 94 anos, perdendo-se um homem excepcional, que ganhara o prémio *“Ramon Magsaysay”* (equivalente asiático ao Prémio Nobel da Paz) e que fora figura proeminente em instituições judaicas de destaque. Herdou do seu pai o espírito empreendedor e o interesse em atividades humanitárias e de beneficência. Foi presidente bem sucedido de mais de uma dúzia de empresas. Promoveu obras de caridade em todo o mundo, tendo sido condecorado em países como a Bélgica, a França e a Inglaterra, que lhe concedeu o título de Barão em 1981.

1994

Dado que a família Kadoorie não aceitava suportar os custos da contratação de um Rabino para a Sinagoga do Porto, uma carta da Comunidade, assinada por Moisés Medina, é enviada para a *Spanish & Portuguese Jews' Congregation of London*. A intenção persiste. A Comunidade sente a necessidade de contratar um líder religioso dinâmico para promover o judaísmo na cidade. A missiva fala no glorioso exemplo de Belmonte, que poucos anos antes tinha merecido o interesse de Rabinos israelitas e o resultado fora – segundo se dizia na carta – a identificação de 600 marranos, a conversão formal de 200 e outro cento seria convertido em breve. Repetiu-se a frase final: *“É uma questão de agora ou nunca!”*

Enquanto se aguardava a resposta de Londres, que nunca chegou, prosseguiram os contactos com Horace Kadoorie para o custeamento das obras na Sinagoga. Horace reitera que a Fundação da família pode suportar tais obras, mas antes disso deseja uma resposta cabal para as seguintes questões: *“A Sinagoga é usada? Quantas vezes? Por quantas pessoas? A Comunidade terá condições para assegurar a futura reabilitação da Sinagoga, dado que a família Kadoorie não mais irá fazê-lo?”*

Moisés Medina responde que a Sinagoga é habitualmente utilizada por 45 pessoas e que o futuro reserva melhores dias, pelo que a Fundação aceitou desembolsar a quantia de 26.647 contos. Os problemas pareciam terminados. Mas não terminaram. A conta da Comunidade Israelita do Porto era administrada pela tesoureira Luísa Finkelstein Cymerman, neta de Srul Finkelstein, muito zelosa, que não estava envolvida nas negociações. Horace recebe uma carta, do seu representante em Portugal, John Basto, dizendo que a transferência financeira deveria ser paga directamente ao construtor, porquanto – diz Basto –, após uma reunião com Medina e Beigel, ficou a saber que eles querem *“evitar qualquer possibilidade de interferência ou criticismo por parte de membros não directamente envolvidos”*.

Aparentemente, as relações entre as poucas pessoas da Comunidade não eram as melhores. Num documento interno desta época, com a enunciação dos nomes de Luísa Cymerman, Rénia Cymerman, David Cymerman, Miriam Barros Basto, Isabel Lopes, Elisabeth Kiefe, Erika Hernandez e Luísa Hernandez, Moisés Medina escreve: “*É melhor o Eliezer [Beigel] falar com estas pessoas, porque não tenho confiança com elas*”.

A Comunidade Israelita do Porto mostra-se interessada que o templo, em plenas operações de reabilitação, seja integrado na Fundação Kadoorie. Horace responde que o “*título legal da Sinagoga não é claro*”, acrescentando que documentalmente, ou pelo menos do ponto de vista moral, a propriedade pertence à *Spanish & Portuguese Jews’ Congregation of London*.

Sidney Gordon, em nome da Fundação Kadoorie, admite, em comunicação posterior, não afastar a hipótese de aquisição da propriedade da Sinagoga se tal for legalmente possível, mas não deixa de apontar que Hong Kong pode, no futuro, fazer parte da China, sendo então muito complicado explicar como é que detém uma propriedade em Portugal.

É contratado um advogado para procurar uma solução legal para este caso. Concluiu-se que nada poderia ser feito. A associação CIP estava indocumentada, na verdade materialmente extinta, uma associação quase-pirata desde que Barros Basto perdeu as forças e deixou de fazer quaisquer registos. Uma associação em tais condições, que corria o risco, desde há muitos anos, a qualquer momento, de ser declarada formalmente extinta por um simples acto do Ministério Público, não poderia, de facto, ter propriedade alguma. Em duas palavras: a Sinagoga não pertencia a ninguém.

1995

Eza Bronstein-Greenwald, dos Estados Unidos, escreve para a Comunidade Israelita do Porto dizendo que o seu tio, Paolo Bronstein, acabado de falecer, havia vivido no Porto e em Lisboa entre 1938 e 1948 e que, em nome dele, queria oferecer algo de que a Sinagoga necessitasse. Moisés Medina responde muito inteligentemente: “*um Sefer Torá*”.

Realizou-se a cerimónia de reabertura da Sinagoga depois das obras e foi contratado um Rabino de origem marroquina, Yossef Sebag, para fazer as festas judaicas, tendo conseguido juntar o *minian*. Continuava a haver pouca gente e, sobretudo, pouca gente interessada nas dinâmicas da religião do livro.

O Presidente da CIL, Joshua Ruah, não compareceu à cerimónia, por impossibilidade de agenda. Meses depois ele pediu à Direcção da CIP que lhe enviasse um enunciado das suas actividades. A resposta, datada de 4 de dezembro, inicia-se desta forma:

Não tem esta carta qualquer intenção de dar justificações, porque não assumimos o papel de devedores perante quem não tem direito a créditos.

Entre os frequentadores da Sinagoga do Porto estavam, agora, alguns, poucos, interessados no judaísmo, que tinham sido admitidos a fazer parte da vida comunitária. Porém, o que começou por ser um exercício de filossemitismo, humildade e pobreza franciscana por parte de alguns indivíduos que procuravam uma nova espiritualidade, transformou-se com o passar do tempo num cenário de lutas e conflitos permanentes.

A certa altura, os interessados apaixonaram-se pela história dos marranos do tempo do Capitão Barros Basto, ou tiraram partido dela, e começaram a jurar serem eles, também, verdadeiros marranos, cujas avós falecidas acendiam velas nas sextas-feiras à noite e apontavam as primeiras três estrelas no final do *Shabbat* com os seus magros dedinhos carcomidos pela idade.

O “marrano” Carlos Prazeres escreveu um texto à Direcção da Comunidade onde afirmou o seguinte:

Volvidos quinhentos anos [do Édito manuelino] persiste a herança judaica em Portugal e muitos portugueses reclamam-se herdeiros de uma identidade judaica perdida. Hoje é o momento próprio para sarar feridas e para o reencontro de uma grande família dispersa.

A carta, de pendor aparentemente comovente e conciliatório, não foi tida na conta devida por quem zelava pelos interesses da CIP. Depois dos tristes acontecimentos da década de 30 em torno do Instituto Teológico do Porto e do tribunal militar, uma saga de novos “marranos”, desta vez fictícios, na cidade, iria regressar e produzir muitos danos, à escala nacional e internacional.

1996

Joshua Ruah, Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, dirigiu uma carta à Direcção da Comunidade Israelita do Porto dizendo que gostaria de ajudar esta entidade a legalizar-se institucional e juridicamente e fez saber, com preocupação, que chegou ao seu conhecimento que a Sinagoga portuense acolhia um grupo de indivíduos não-judeus que preparavam um “plano de assalto” à organização e ao seu património.

Na sequência da missiva, Ruah deslocou-se à cidade do Porto para reunir com a Direcção da CIP, o que fez, reiterando tudo quanto havia afirmado, e dizendo que o prédio da Sinagoga deveria reverter para a Comunidade Israelita de Lisboa. Moisés Medina respondeu que a Comunidade estava viva e que, se um dia estivesse extinta, os seus bens reverteriam, conforme os estatutos, para a comunidade judaica mais próxima, ou seja, para a comunidade de Belmonte, organizada juridicamente desde 1989.

Entretanto, o Parlamento português revogou oficialmente o Édito de Expulsão de 1496, decorridos 500 anos, e o Presidente do *Knesset*, Dan Tichon, visitou Portugal e endossou uma lembrança a todas as comunidades judaicas portuguesas. A Comunidade Israelita do Porto não foi esquecida e recebeu um quadro com uma escultura de Jerusalém “*em reconhecimento e apreciação por manter acesa a chama judia até nos dias mais difíceis*”.

Na mesma altura foi inaugurada a Sinagoga de Belmonte, denominada *Beit Eliahou*, cerimónia que contou com a presença do ministro da justiça Vera Jardim e de Dan Tichon, que aproveitou o ensejo para exortar o governo português a proceder à reabilitação pública e à reintegração póstuma no Exército da figura de Arthur Carlos de Barros Basto. O assunto do Capitão não estava morto.

Os “marranos” queriam fazer parte da Direcção da Comunidade e reclamavam o reconhecimento como judeus de pleno direito, apesar de jamais oferecerem qualquer familiar ou amigo para testemunhar o seu “marranismo” e, pelo contrário, vedando sempre qualquer acesso à sua vida passada.

Viviam-se tempos de muita agitação na Sinagoga do Porto, por força da acção daqueles falsos marranos que, não apenas conspiravam entre si, mas levavam alguns judeus de nascimento a acreditar na justeza infinita das suas reivindicações, dividindo a Comunidade que, já de si, era de uma pequenez assinalável.

A associação que permanecera moribunda por décadas, com eleições simbólicas de longe a longe, viu-se então enredada em novos problemas e em ameaçadoras cartas de advogados que chegavam sem parar.

Em virtude destes acontecimentos, realizaram-se eleições na Comunidade Israelita do Porto. Cumpridos os formalismos, Moisés Medina foi, pela primeira vez, eleito Presidente, em substituição de Eliezer Beigel.

Em Outubro, num ambiente desagradável de conspirações e pseudo-conspirações, a Sinagoga recebeu a visita do Embaixador de Israel. Foi pedida à Câmara Municipal do Porto uma alcatifa vermelha para colocar nas escadas que dão acesso à Sinagoga.

1998

Ainda mal o ano se iniciara e já havia novos pedidos de eleições. Os falsos marranos, que tentavam juntar à sua estranha causa indivíduos honestos que apenas pretendiam converter-se ao judaísmo, mas a que aqueles logo intitulavam de marranos também, sentiam-se investidos dos mesmos direitos dos judeus de facto, como Tillo, Piccioto, Cymerman, Medina, Okon, Beigel, Sarfati, Rudowsky, Jeffries, Rothwell, Lemchen, Grinman ou Azancot. Queriam mandar, pura e simplesmente, e reclamavam ser, não simples descendentes de judeus, como todos os portugueses, mas sim verdadeiros marranos, para os quais, diziam, a Sinagoga havia sido construída. Em palavras mais simples, reclamavam ser os legítimos donos da Sinagoga.

Este tipo de alegações, a constante chegada de mais “marranos” para reforçar o contingente já instalado na Sinagoga e as gritarias sucessivas naquele templo quase vazio, fragilizou cada vez mais a comunidade judaica local, exígua, composta por judeus de nascimento que, na sua grossa maioria, eram indiferentes à religião, ignorantes da lei religiosa judaica, e, muitos deles, perigosamente românticos, encantados com aqueles pretensos marranos e tomando partido por eles.

O Jornal de Notícias publica uma estranha notícia sobre a Comunidade Judaica de Belmonte, intitulada “*Rabino de greve reclama quatro meses de salários*”. Num texto ancorado numa caricatura de um Rabino de nariz adunco, vestido de negro, sentado, de pernas cruzadas, aborrecido, com uma placa ao seu lado dizendo “*Tal Dinheirito, tal Trabalho*”, pode ler-se:

Sacerdote ameaça não voltar à Sinagoga enquanto não lhe pagarem 800 contos de ordenados em atraso. “Não posso viver do ar”, salienta o Rabino Shlomo Haber,

lamentando a posição do benfeitor da comunidade [o judeu marroquino Salomão Azulay] que “já por duas vezes disse que vinha a Belmonte e não cumpriu a promessa.

Moisés Medina escreve a Joshua Ruah: “*Penso que deveríamos reunir para vermos o que se está a passar em Belmonte, porque é uma vergonha este tipo de artigos que de vez em quando sai daquela comunidade*”. Na mesma altura, num documento interno da CIP, pode ler-se:

A Comunidade de Lisboa e o seu Presidente aparecem como representantes de todos os judeus portugueses no caso do ouro nazi em toda a comunicação social e nas respectivas comissões. A Comunidade de Lisboa e o seu Presidente negociam e nomeiam representantes para negociar a nova lei das confissões religiosas. A Comunidade de Lisboa e o seu Presidente é que decidem sobre os programas a passar na RTP 2 sem nos darem conhecimento de tal, embora nos solicitem ajuda e colaboração quando precisam.

1999

Um conjunto de membros reclama eleições anuais, como previsto nos Estatutos, questão que começa a assombrar cada vez mais a Direcção vigente. Os falsos marranos manifestam o seu desejo de concorrer no acto eleitoral e apropriam-se da imagem do Capitão Barros Basto, que é elevado a herói.

A protecção de que agora os judeus beneficiavam na sociedade, associada ao estatuto religioso de “povo escolhido”, gerava um interessante atrativo e dava azo à aparição na Sinagoga do Porto de mais amigos dos pretensos marranos, que ao fim de duas semanas diziam ser marranos também. A organização corria perigo. Era uma casca de ovo, sem rigorosamente nada no seu interior.

Neste ano realizou-se na Sinagoga um concerto capitaneado por uma senhora alemã ligada à “Igreja Carisma” de Vila Nova de Gaia, que se fez acompanhar de alguns fiéis da Igreja, um dos quais, já sexagenário, de nome Fernando Izidoro, parecia ser, ele sim, um dos velhos judeus quatrocentistas. Passava a vida em feiras e era uma espécie de “senhor Oliveira da Figueira” dos livros do Tintim. O colecionismo era a sua paixão: livros “raros e antigos” (na verdade nunca tão raros e antigos quanto isso), outros objectos, muitas bugigangas sem valor. O seu automóvel velhíssimo pertencia aos tempos áureos do automobilismo. Tinha sempre a mala a abarrotar. Impossível não ter algo para vender a todo o momento.

Ficou famosa uma conversa entre Fernando Izidoro, um apaixonado do judaísmo, como um dos seus padraos fora, e um falso marrano vaidoso. Conversavam sobre o perdão. De um lado estava o vaidoso, o ódio em pessoa, do outro a bondade de um homem feliz que nunca julgava os outros, nem proferia uma palavra contra ninguém. Era um homem com uma fé religiosa inabalável. Em épocas diversas, Izidoro viu morrer um filho, duas filhas, uma neta e o genro, mas nunca abandonou Deus. Continuou a ler os salmos de David e, um mês antes de morrer, em 2019, já muito debilitado e sem memória, disse que “*Adonai curar-me-á destas doenças e dar-me-á uma fábrica de perfumes, talvez noutra vida ou nesta ainda!*”

Neste ano em que o Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, pediu perdão aos judeus pelas conversões forçadas e pela Inquisição, a Direção da Comunidade Israelita do Porto enviou faxes para todos os hotéis da cidade informando sobre os horários dos serviços religiosos e organizou, por ocasião do aniversário da fundação de Israel, um grande concerto de música em ladino.

Arnold Diesendruck, filho do Rabino que fizera os rituais religiosos aquando da inauguração da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, escreveu sobre a Sinagoga do Porto.

*Contam-se nos dedos as vezes em que ao longo do ano ela é aberta para cultos. Foi tombada pelo património público português e virou monumento.*¹¹⁸

Um pretenso marrano de Vila Nova de Gaia dirigiu uma carta à Comunidade Israelita do Porto apresentando-se como o Presidente da “*Bnei Brith* Portugal”, uma associação por ele fundada, com esse nome, sem aceitação internacional, que acolhia “marranos” que frequentavam a Sinagoga do Porto e que conspiravam para exercer o domínio sobre ela.

As reuniões da novíssima associação serviam unicamente para falar mal dos judeus de nascimento, maledicência que não levou a lado nenhum. A organização extinguiu-se por inutilidade e inactividade numa altura em que, na Sinagoga, continuavam a reclamar-se eleições anuais. As últimas datavam de 1997.

2001

Dada a indiferença dos judeus de nascimento em relação ao culto religioso, o que fazia com que habitualmente não marcassem presença na Sinagoga, esta chegou ao ponto de ter mais frequentadores não-judeus do que judeus. Tal circunstância levou a que os primeiros quisessem fazer parte do *minian* e comandar a Sinagoga, eles e os seus amigos, que iam chegando e sendo aceites na Mekor Haim, havendo já um “*minian*” integral de não-judeus, enquanto um chazan judeu cantava.

Importa ainda referir que, nesta época, as relações entre os membros das comunidades judaicas do Porto e de Lisboa quase não existiam. Num trabalho que viria a ser publicado mais tarde, Marina Pignatelli exemplifica com citações que recolheu: “*Não conheço ninguém*”, “*Não conheço nada*”, “*Não conheço*”, “*Conheço pouco*”, “*Zero*”, “*Tinha amigos de infância lá, mas foram para fora*”, “*Tenho poucas relações*”, “*No Porto conheço muito pouca gente, são muito poucos*”.¹¹⁹

Foi publicada, entretanto, em Diário da República, a Lei da Liberdade Religiosa. A Comunidade Israelita de Lisboa imediatamente solicitou, ao abrigo daquela Lei, o estatuto de pessoa colectiva religiosa radicada em Portugal e passou a ter assento na Comissão da Liberdade Religiosa.

¹¹⁸ “Os Marranos, 1920-1950”, p. 47.

¹¹⁹ “Interioridades e Exterioridades dos Judeus de Lisboa”, p. 166.

Duas notas pouco positivas estão associadas à vida dos judeus do Porto: consta-se no mundo judaico que a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim fazia “conversões” de estrangeiros pagas em dólares e que estava perdida entre vozearias e discussões sem cessar que tinham à cabeça falsos marranos.

A respeito das conversões, muitas perguntas ficam por responder. Dada a pequenez da comunidade, dada a ausência de Rabino, dado o facto de a *mikvé* não ser *kosher* por razões técnicas, estranha-se realmente o porquê e o objectivo das alegadas conversões, então ali supostamente praticadas, e que só eram do conhecimento do Presidente Moisés Medina. Quem foram concretamente as pessoas que se converteram?, em que condições?, donde vieram?, quem constituía o *Beit Din*?, como e para quê?, e onde estão tais certificados de conversão?, são questões que não têm resposta.

No concernente à questão marrana, cada português que entrasse na Sinagoga, fosse quem fosse, era logo qualificado como tal, quisesse ou não. As perguntas que lhe eram dirigidas não davam hipótese.

Tem um apelido de uma terra de Trás-os-Montes, das Beiras ou familiares de lá? Tem um nome de árvore, de rio, de uma personagem bíblica? Sente-se desconfortável na igreja? Rejeita certos alimentos? Sabe que apontar é feio e que gera cravos nos dedos?

Nunca faltavam “provas” para qualquer pessoa ser designada de marrana – na hora, uma espécie de conversão em pé – e convencer os outros que eles próprios também o eram, sem que em algum momento os médicos de um manicómio fossem chamados à Sinagoga Kadoorie Mekor Haim para colocar um fim a isto.

2003

Aquando do falecimento, num desastre de automóvel, do Presidente da Assembleia Geral da CIP, Henry Tillo, um filantropo de longa data da Comunidade, e devido à absoluta necessidade de cumprir os rituais próprios da ocasião, que o falecido merecia mais do que ninguém, foi chamado ao Porto um Rabino chileno, Elisha Salas, que estava em Belmonte como emissário de uma organização proselitista israelita cujo fito era o resgate de supostos “judeus perdidos” e que logo se interessou pelos supostos “marranos” da cidade, por outras pessoas de boa-fé que legitimamente queriam converter-se ao judaísmo e pelo prédio da Sinagoga, quase abandonado, que no futuro poderia ser “usado” como sede mundial do movimento.

Feliz com a chegada dos proselitistas, o Presidente da CIP, Moisés Medina, rejubila diante de Marina Pignateli: “Sabes, eles descobriram até na Índia uma das tribos que faltava” (“Interioridades e Exterioridades dos Judeus de Lisboa”, p. 165), sem saber que organizações daquele tipo apenas se instalam em países onde as comunidades são quase inexistentes, e muitíssimo assimiladas, as quais, não só não oferecem resistência ao proselitismo, como, muitas vezes, encantadas com ele, como aconteceu no Porto e em Lisboa, oferecem as suas Sinagogas de mão-beijada, para eles ali colocarem os seus Rabinos, o que invariavelmente gera conversões em massa de pseudo-judeus locais previamente

convencidos de que devem “regressar ao povo de Israel”, a par de notícias fantasiosas, na imprensa judaica internacional, a cargo de jornalistas avençados.

Um dia foi colhida uma fotografia com muita gente “marrana” no interior do templo religioso. Alguns dos presentes eram mendigos e arrumadores de carros da zona da Boavista, contratados por uma hora, unicamente para fazer parte do lindo “postal” que logo foi enviado para Israel. Imagina-se o impacto sentimental que a fotografia deve ter provocado no seio daqueles que, em Jerusalém, de boa ou má-fé, gostariam de ajudar os “judeus perdidos” a regressar à sua fé ancestral.

2004

Este ano é marcado pela existência de problemas gravíssimos na Comunidade Israelita do Porto, com uma divisão profunda entre a maioria dos judeus de nascimento e a maioria dos cidadãos portugueses agora irmanados com a organização proselitista, que não apenas utiliza termos abstratos como “raízes judaicas” e “retorno à religião dos antepassados”, como igualmente proclama que a Sinagoga pertence aos “marranos”, que foi construída para os “marranos”, que os cidadãos portugueses em processo de conversão ao judaísmo são todos “marranos” e que “os judeus de nascimento só devem entrar na Sinagoga se forem convidados”.

A organização proselitista israelita, entretanto, aproveitando uma viagem a Lisboa do Grão Rabino Sefardita de Israel, Shlomo Amar, por alturas de uma celebração encetada pela comunidade judaica da capital portuguesa, pede-lhe que visite o Porto, a fim de fazer a entrega de um *Sefer Torá* que o Rabino Tuvia Hod, neto de Menasseh Bendov, deseja doar à congregação portuense. É no sobredito ambiente, horrível, com trocas de injúrias, sarrafusca e corridas de automóvel a alta velocidade, que o Grão Rabino chega ao Porto.

2005

Há oito anos que não se realizam as obrigatórias eleições anuais. Além dos muitos problemas causados pelos “marranos”, Moisés Medina é alvo da adversidade de inúmeros judeus de nascimento que pretendem eleições tal como os estatutos reclamam. Realiza-se, a muito custo, o acto eleitoral tão reclamado, donde brota uma Direcção inteiramente nova.

As metas do novo executivo – que tem como Presidente o americano Dale Jeffries e como Vice-Presidente a neta de Barros Basto, Isabel Lopes – passam por ajudar os cidadãos portugueses a converterem-se ao judaísmo, colaborar com a organização proselitista, acabar com os problemas existentes na Sinagoga e trazer alguma ordem à organização.

Há quem tenha mais pressa. Alguns cidadãos portugueses, a mando da organização proselitista, constituem uma nova pessoa colectiva – denominada “Comunidade Judaica e Marrana do Porto” (CJMP) – que tem a sua sede na Rua de Guerra Junqueiro, n.º 340, Porto, ou seja, no prédio da Sinagoga, e proclama nos Estatutos que “*substitui a extinta Comunidade Israelita do Porto*”.

Esta maluqueira “marrana”, juridicamente impossível, chamava a atenção para uma questão em aberto desde que Barros Basto, desfeito pelo tribunal militar em 1937, deixou

a organização Comunidade Israelita do Porto à sua sorte. Do ponto de vista material, a CIP há muito se extinguiu e, portanto, o prédio da Sinagoga não lhe pertencia. Ficou famosa uma situação em que um visitante da Sinagoga foi inquirido para onde se dirigia e respondeu simplesmente: “*Para onde me apetecer. Isto não é de ninguém!*”

2006

Por sugestão de Michael Rothwell, judeu inglês, o Presidente Dale Jeffries pede um parecer ao Grão Rabino de Israel, Shlomo Amar, sobre quem pode dirigir uma Sinagoga: judeus ou não-judeus. O Grão Rabino responde dizendo que não conhece a lei portuguesa, mas que face às normas *haláchicas* só podem tomar parte da direção de uma Sinagoga os judeus oficialmente reconhecidos como tais. A carta do Grão Rabino legitima, portanto, os judeus de nascimento, e só eles, a liderarem a Sinagoga do Porto, e isto teve o dom imediato de suster o projecto da “Comunidade Judaica e Marrana do Porto”.

O Rabino chileno deixou de ter condições para continuar na Sinagoga do Porto, dada a grande polémica instalada, e regressou a Belmonte. A organização proselitista israelita tratou logo de colocar no Porto outro Rabino, desta vez italiano, de nome Shai Di Martino, numa altura em que se assistia à inauguração de três salas museológicas no 1.º andar da Sinagoga – que tomaram o nome de “Museu Barros Basto” –, o que servia grandemente a lógica proselitista, com a elevação do Capitão ao estatuto de herói, não na sua dimensão de judeu, mas na sua dimensão de “marrano” (que nunca foi, nem reclamou ser), uma espécie de quase-judeu, uma atracção turística.

2007

Acompanhados pelo Rabino italiano da organização proselitista, quinze cidadãos portugueses viajam para Jerusalém, onde se convertem formalmente ao judaísmo perante um *Beit Din* qualificado. Alguns convertidos são pessoas seríssimas que afirmam claramente, mesmo perante os juízes, que não são marranos e que apenas querem converter-se ao judaísmo, nada mais do que isso, ao passo que outros, mais ruidosos, juram que são marranos, eles próprios e os que dizem que não são, apesar de todos saberem que, em Portugal, salvo em Belmonte, já não existiam verdadeiros marranos, da mesma forma que não existiam samurais no Japão.

Colhe-se de um documento da época, escrito pelo “marrano” José Jorge, ligado ao cinema:

Verificou-se um momento histórico. Concretizou-se o processo de retorno do primeiro grupo de marranos da comunidade do Porto à casa de Israel. Finalmente o sonho de Ben-Rosh [Barros Basto] teve a sua concretização”.

José Jorge, desejoso de capitanear o rejuvenescimento da Comunidade nesta época, mas ciente de que a Comunidade dispõem apenas de 1182 euros na conta bancária, traça objectivos para um petição internacional de 178.750 euros, para as seguintes missões: obras de recuperação do edifício – 100 mil euros, petição para reabilitação de Barros Basto – 1000 euros, produção de um documentário – 50 mil euros, fotobiografia sobre a sua vida e obra – 25 mil euros, brochura de apresentação da Comunidade – 1250 euros, versões

internacionais do site – 1500 euros. O petição foi um flop. Com excepção da organização proselitista, que chegou mesmo a enviar um emissário a Hong Kong para pedir dinheiro aos Kadoorie, sem sucesso algum, ninguém acreditava no “projecto”.

Procede-se à inauguração de uma nova *mikvé* na Sinagoga do Porto, patrocinada pela organização proselitista, e pouco tempo depois o Rabino Di Martino decide abandonar a CIP e tomar o caminho de Lisboa. A organização proselitista vê-se na contingência de colocar imediatamente outro Rabino na Sinagoga do Porto. Não teve tempo para escolher o substituto tão adequadamente como gostaria e acabou por contratar um Rabino argentino com raízes na Lituânia e na Ucrânia, Daniel Litvak, nada propenso a conversões. Na mesma altura, o conceituado médico de família John Yaphe, nascido no Canadá, junta-se à Comunidade e torna-se Professor Auxiliar Convidado na Escola de Medicina da Universidade do Minho.

2008

A advogada Dara Jeffries, que em criança chegara a brincar sozinha na grande Sinagoga, consegue recolher, junto dos arquivos das conservatórias competentes, todos os antigos registos da Comunidade Israelita do Porto que estavam perdidos e reabilita-a juridicamente como pessoa colectiva religiosa, depois de provar perante as instâncias competentes, entre outras coisas, que sempre foi notória, na freguesia de Massarelos, a existência daquela Comunidade com sede na Sinagoga Kadoorie Mekor Haim.

Dado este importante passo, os judeus de nascimento Dara Jeffries, o seu marido Dale (Presidente) e Isabel lopes (Vice Presidente), em representação dos mais antigos judeus da cidade, decidem marcar novas eleições para “entregar” a Presidência e a Vice-Presidência da Comunidade a dois “marranos” – José Filipe e José Jorge – recentemente convertidos ao judaísmo em Israel. Todos rezaram para que a arriscada experiência corresse bem.

Tal como nos anos 30, no calor do processo calunioso contra Barros Basto, dois marranos não-judeus - Miguel Vaz e Daniel Furriel - foram Presidentes da CIP, era agora a vez de dois judeus não-marranos, de nome “José”, mostrarem o que valiam, após tantos anos de lutas e algazarras.

2009

Apesar de serem destituídos das necessárias condições para o mando, os novos dirigentes “marranos” assumem o controlo administrativo da associação Comunidade Israelita do Porto e pedem à organização proselitista israelita para dispensar o Rabino argentino, que acusam de ser muito ortodoxo e pouco dado a conversões.

Reza um folheto de então: “*A Sinagoga tem de novo as suas portas abertas a todos os marranos*”. Instala-se uma política de porta aberta em relação a “marranos”, entendendo-se por marranos, já não aqueles portugueses que, desde o Édito em diante, embora aparentemente católicos, conservaram clandestinamente algumas práticas do judaísmo, mas sim todos os cidadãos que dissessem ter “origens judaicas” ou nomes como Rodrigues, Silva, Pereira e milhares de outros.

Numa dada época, o portão e as portas do edifício da Sinagoga ficavam “abertos para trás”, sem nenhum elemento da Comunidade por perto, enquanto decorriam os serviços religiosos, com meia dúzia de presentes, todos portugueses. Um dia, num *Shabat* matinal, pessoas desconhecidas entraram descontraidamente, roubaram um grande número de livros e desapareceram.

2010

Arruinado financeiramente, o “marrano” José Jorge instalou-se de malas e bagagens no 2.º piso do edifício da Sinagoga, situação que criou extrema celeuma entre membros da Comunidade que protestavam dizendo que o templo não era um hotel ou um asilo para pessoas sem-abrigo.

José Jorge alegava que era bom estar ali para mais facilmente ensinar os “marranos” e receber escolas e outros visitantes, diante dos quais ia deixando uma imagem institucional muito negativa, sendo mesmo acusado publicamente de fumar cigarros dentro da sala de oração.

Vive-se uma época de pobreza moral, penúria material e proselitismo total na Comunidade Israelita do Porto. Os judeus de nascimento em geral – das famílias Finkelstein, Sarfati, Jeffries, Rothwell, Vaguima, Piccioto, Dror, Graedge, Grinman, Yaphe, Danino, Beigel e outras – não revelam qualquer interesse pela realidade existente.

2011

A organização proselitista israelita deseja tomar as rédeas da Sinagoga e pôr lá um Rabino que tudo tutele numa base profissional, mas os “marranos” José Filipe e José Jorge estão decididos a tudo comandar e apostam no seu valor individual. As coisas não correm bem. Não só o edifício da Sinagoga está muito degradado, com a fachada frontal coberta de lodo, como é absolutamente nulo o comunitarismo judaico. Morrem as duas enormes palmeiras do jardim da Sinagoga.

O relatório do Conselho Fiscal que analisa esta época fala em “*boatos de cariz negativo*”, “*instabilidade nas relações inter-pessoais*”, “*necessidade de disciplinar o uso das instalações*”, “*falta de regulamento interno, de seguros, de inventário do acervo*”, “*receitas muito reduzidas*” e “*necessidade de fazer obras urgentes para as quais não há verba*”, estando “*em risco o futuro da comunidade e da Sinagoga*”.¹²⁰

A sombra da morte pairava sobre a Comunidade. O próprio caso “Dreyfus português” continuava por resolver 75 anos depois. Urgia um novo impulso. Ele aconteceu. Num processo que correu sob a tutela de David Garrett, jurista e colaborador do “Journal for the Study of Antisemitism” em Londres, em agosto a neta de Barros Basto, Isabel Lopes, “*reuniu-se com uma equipa de juristas britânicos e portugueses, com conhecimento das leis religiosas e civis*”¹²¹ e em novembro dirigiu uma petição à Assembleia da República com o seguinte teor:

¹²⁰ Arquivo CIP.

¹²¹ David Garrett, "Journal For The Study Of Antisemitism", Vol. 4, 2012, p. 260.

Vem a signatária requerer à Assembleia da República que proceda à reintegração nas fileiras do Exército do seu avô Arthur Carlos de Barros Basto, tendo por espeque norteador – muito para além do Decreto-Lei n.º 173/74 de 26 de Abril, aplicável ao caso por força do argumento a Maiori, ad minus – o dever moral e imprescritível do Estado de reparar uma violação tão grave da Lei consuetudinária internacional. A presente petição tem como fundamento a violação grave de direitos humanos e a afectação intolerável do núcleo duro dos direitos fundamentais materialmente protegidos pela Constituição da República Portuguesa, pelo que se requer a intervenção da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Limpar o nome de Barros Basto, nos jornais, no mundo, no Parlamento e no Exército não seria começar do zero, mas muito abaixo desse nível. O caso gerara já muita sarrafusca ao longo de décadas, com o achincalhamento do visado às mãos de entusiastas, curiosos, invejosos e apedreiros de boa vontade que misturavam sentenças condenatórias e absolutórias, infracções criminais e disciplinares, factos provados e não provados, testemunhos credíveis e objectos, vocabulário jurídico e indecente, um verdadeiro “Livro Negro do caso Barros Basto”.

Este “Livro Negro” incluiu a resposta do Exército à viúva de Barros Basto, dizendo que este “praticou homossexualidade” (1978), livros transcrevendo testemunhos de caluniadores marranos, com um deles acusando outro de ser “a segunda mulher do Capitão” (2000); artigos do jornal inundados de histórias e palavras totalmente abjectas (2004) e até aulas do então “Vice-Presidente da CIP”, na Sinagoga do Porto, dizendo aos “alunos” (dois ou três cidadãos comuns apanhados na beira da estrada) que “Barros Basto gostava de bezerrinhos” (2010).

Era miserável e humilhante a imagem pública de Barros Basto (e da CIP e da Sinagoga) até 2011. Urgia realizar pelo menos a sua “reabilitação moral”. O primeiro passo dessa reabilitação foi “purificar”, por via da comunicação social, a história do processo que condenou o oficial do Exército, que nada teve a ver com questões sexuais horrendas. Nesta empreitada participou o próprio bastonário da Ordem dos Advogados. A seguir, foi necessário conseguir a aceitação pelo Parlamento de uma petição para reavaliação do processo, só com a assinatura da neta, quando em regra uma petição necessita de 4000 assinaturas. Nesta fase participaram grandes juristas da nação. Finalmente, o terceiro passo, ainda em 2011, foi conseguir que o caso fosse avaliado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (a 1.ª Comissão) e não só pela Comissão da Defesa.

A luta por justiça não esmorecia. Isabel Lopes escreveu palavras comoventes sobre a questão.

Não esqueço que a minha avó lutou muito pela reabilitação do meu avô. A minha mãe continuou essa luta. Eu luto agora. Amanhã, se necessário, serão as minhas filhas.¹²²

2012

A 1.ª Comissão da Assembleia da República procede à reabilitação moral de Barros Basto, considerando que “a condenação é justificada factualmente e motivada valorativamente por intolerância religiosa e por um preconceito antissemita verdadeiramente indisfarçáveis na análise dos autos daquele processo”, e o Parlamento recomenda ao Governo, por unanimidade, que reintegre Barros Basto no exército.

¹²² "Journal for the Study of Antisemitism", Vol. 3, 2011, p. 744.

Em casa do ex-Presidente da CIP, Eliezer Beigel, sob a batuta de outro ex-Presidente, Dale Jeffries, reuniram os membros mais antigos da Comunidade Israelita do Porto decididos a pôr fim imediato à “experiência” muito negativa com os pretensos “marranos” José Jorge e José Filipe. Nesse dia ficou decidido que todos os veteranos da CIP apoiariam David Garrett (com o nome comercial, de advogado, Francisco Garrett) em tudo o que ele necessitasse para tentar reabilitar a Sinagoga, a Organização, a Congregação, a Religião Judaica e a Cultura Judaica, tal como fizera com o Capitão Barros Basto.

Foram agendadas novas eleições para o dia 3 de junho. Com a tutela do Conselho Fiscal a ficar a cargo dos associados Michael Rothwell e Luísa Finkelstein, o representante dos mais antigos membros, Dale Jeffries, assumiu a Presidência da CIP, Isabel Lopes, neta de Barros Basto, a Vice-Presidência, Eliezer Beigel o lugar de Tesoureiro, Alain Piccioto o de Vogal, Dara Flitterman o de Secretária e David Garrett tornou-se Delegado da Direcção. Ele logo informou que iria solicitar a ajuda de elementos de uma forte comunidade judaica de Londres aos quais estava ligado por laços de família. Acrescentou que não tinha qualquer interesse em ser protagonista, pelo que iria manter sempre a sua postura reservada, discreta e cinzenta.

Entre as pouquíssimas pessoas existentes, quase ninguém acreditava que fosse possível fazer algo mais do que aprovar leis internas, criar departamentos e tentar pagar dívidas. A Sinagoga era um nado-morto, uma estrutura fantasma abandonada pelo mundo, sem vida judaica, nem cultura judaica, nem conexões reais com o mundo judaico religioso ou cultural.

Em boa verdade, as tarefas a empreender eram do domínio do impossível. Fazer respeitar uma organização tida como morta em todo o mundo e onde não existiam pensadores nem empregados, promover a religião judaica tradicional entre três dezenas de pessoas esmagadoramente agnósticas e muito satisfeitas com os seus casamentos mistos, acabar com o mito de que os marranos ainda existiam no século XXI, desenvolver a cultura judaica num local onde nem sequer se sabia a história de 90 anos da moderna Comunidade Judaica do Porto, gerar riqueza para reabilitar o edifício imenso da Sinagoga, para contratar um Rabino, um empregado administrativo e um segurança, para superar os 403,41 euros que existiam na conta bancária e para pagar as dívidas de valor muitíssimo superior, eis algumas das prioridades da nova Direcção que só existiam em sonhos.

Porém, findos seis meses, em dezembro, tudo estava já transfigurado. Na Rua de Guerra Junqueiro, chamava a atenção, mais do que nunca, majestosa, uma Sinagoga impecável e pintada de fresco, que era tutelada pelo recém-contratado Rabino Daniel Litvak, o tal Rabino argentino que não servira aos proselitistas. Vislumbrava-se um movimento anormal de judeus estrangeiros na cidade, cuja existência não era conhecida nem sequer se supunha antes.

Houve uma separação absoluta entre a actividade religiosa e sinagoga (que ficou a cargo do Rabino e de um Comité Religioso) e as restantes actividades da organização, que ficaram a cargo de membros eleitos periodicamente. O Comité Religioso integrava uma família ortodoxa que dividia a sua vida entre o Porto e Londres – a família Elijah – e a organização regia-se por departamentos vários e um regulamento interno muito rigoroso.

Num documento daquela época, enviado para a organização proselitista, pode ler-se:

Já não era uma sinagoga, era sim, um local mal frequentado, onde abertamente se ensinava que o rei David e Yonatan eram gays, que Ruth e Noami eram lésbicas e que o Capitão Barros Basto era homossexual. Nesta comunidade viveram-se momentos terríveis de total anarquia e degradação moral e religiosa. Por estas razões e outras,

as pessoas mais antigas (judeus de nascimento) convocaram eleições antecipadas e excluíram dos órgãos sociais e da direcção os elementos que se converteram pela X (organização proselitista) e que foram os verdadeiros responsáveis por estes casos de extrema gravidade que feriram de morte as relações da comunidade do Porto com a X (organização proselitista), para salvaguardar o futuro da comunidade, restringindo a entrada a pessoas potencialmente indesejáveis, que poderiam no futuro subverter novamente esta sinagoga, transformando-a num novo antro, desvirtuando a existência da mesma, que é, e sempre será, a prática do judaísmo. Por estas razões, a actual direcção decidiu, que deveria haver um corte político com a X (organização proselitista). Como diz o ditado: “poucos mas bons”, e esta é a actual política delineada e seguida pela direcção respeitável da comunidade israelita do Porto, que pouco a pouco está a reabilitar a sinagoga (recentemente pintada) e a própria comunidade. O Capitão Barros Basto foi reabilitado, depois de muitos anos de tentativas frustradas. A Comunidade Israelita do Porto, e a sua Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, está a ser reabilitada presentemente junto do judaísmo internacional. A intriga, a mentira e a falsidade deixaram de ter aqui sede. O ar que aqui se respira é muito saudável... Finalmente!

Os acontecimentos seguintes ocorreram num domingo. Luísa Finkelstein, nascida no Porto na década de 50, filha de pais polacos, muito habituada a passar de carro na Rua de Guerra Junqueiro e ver a Sinagoga solitária, fechada e vazia, apanhou um susto tremendo que logo a fez telefonar, aflita, para a neta de Barros Basto, Isabel Lopes, então Vice-Presidente. Luísa dizia ter visto muitas ciganas sentadas nas escadas exteriores da Sinagoga. Em poucos minutos desfez-se o equívoco. A esposa e as filhas do Rabino Daniel Litvak, bem como Débora Elijah e as suas filhas, estavam, todas com longas saias, a apanhar um pouco de sol na escadaria exterior do templo. O episódio, para além de ter piada, é significativo. Finalmente havia judeus, marcadamente judeus, no caso senhoras judias, no Porto.

A Comunidade não dispunha de mais de trinta pessoas no total, mas todas estavam a participar no esforço colectivo, mulheres e homens, velhos e novos, incluindo quantos haviam colaborado com ideias, a pedido do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para o *draft* de uma possível “lei de retorno” a Portugal dos sefarditas de origem portuguesa.

A sugestão de uma lei de reparação histórica em relação aos judeus, que mais tarde viria a concretizar-se extraordinariamente, e também a dar lugar a uma escabrosa perseguição antissemita contra a CIP/CJP, partira de um abaixo-assinado intitulado “Restituição da Nacionalidade Portuguesa aos Judeus Sefarditas Portugueses” já com mais um milhar de assinaturas (incluindo o Presidente da Associação de Amizade Portugal-Israel, António Caria Mendes, e sua irmã Cecília, dirigente da CIL) e do Instituto de Democracia Portuguesa (nas pessoas de Francisco Cunha Rego, director do Instituto, Bruno Cabecinha, Luciano Lopes, Carlos Zarur e Simon Albuquerque Senior), que contactaram os dirigentes socialistas Carlos Zorrinho, Maria de Belém e Pedro Silva Pereira para os exortarem a produzir tal legislação, momento em que elementos das Comunidades judaicas do Porto e de Lisboa foram contactados para oferecer eventuais contributos, o que fizeram.

As celebrações do 75.º aniversário da Sinagoga (em janeiro) e do 90.º aniversário da organização CIP (em agosto) deram lugar a eventos importantes com a presença de um grande número de pessoas. Desde 1948, aquando dos casamentos de Eta Pressman e Rénia Finkelstein, que a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim não enchia completamente.

Foi convidado para o primeiro evento o Rabino Abraham Serruya, de Buenos Aires, que entre lágrimas dos presentes disse ver energia física a inocular-se nas paredes da Sinagoga, ao passo que, no segundo evento, o Rabino Doron Ahiel, de Londres, afirmou que aquele templo iria servir um propósito elevado, fosse ele qual fosse, e que em poucos anos operar-se-ia o resgate religioso, cultural, político e financeiro da Comunidade Judaica do Porto, porque Deus nela colocara, nas áreas mais diferentes, as lideranças com mais magnitude, *mazal* e *emuná* dos últimos cinco séculos.

Operou-se uma separação absoluta entre a representação institucional (a cargo do Presidente), a tesouraria (a cargo do Tesoureiro e da Vice-Presidente) e o poder executivo em geral (a cargo do Vogal, do Secretário e de Delegados nomeados). As deliberações da Direcção, tomadas pela maioria dos dirigentes, passaram a ser consignadas pormenorizadamente em actas directivas para a posteridade apreciar. Aos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, Luciano Moura, e do Conselho Fiscal, Michael Rothwell, foi dada a possibilidade de conhecerem as deliberações da Direcção e de poderem a qualquer tempo dar as sugestões que entendessem convenientes.

Neste ano, os ficheiros que a Sinagoga possuía sobre os refugiados do nazismo são partilhados com o Museu do Holocausto de Washington e assiste-se a uma importante actividade da Comunidade Israelita do Porto em termos legais e organizacionais.

1. A Comunidade passou a beneficiar, junto do Estado português, do estatuto de pessoa colectiva religiosa radicada em Portugal, o mais elevado estatuto que poderia alcançar.
2. Foi resolvida definitivamente a questão da propriedade do terreno e da Sinagoga da Rua de Guerra Junqueiro n.º 340. Proprietário: Comunidade Israelita do Porto.
3. Foi registado na Conservatória do Registo Predial o prédio da Sinagoga, que havia sido um “prédio fantasma” desde o início da sua construção em 1929.
4. Os Estatutos da Comunidade Israelita do Porto foram actualizados. Violações dos Estatutos e dos regulamentos internos aprovados no ano anterior deram lugar a deliberações ajustadas à gravidade das infracções.
5. Foi criada uma Comissão para investigar casos que pudessem aparecer de supostos marranos, em cujo regulamento constava a missão de fazer entrevistas obrigatórias a parentes e vizinhos dos indivíduos para comprovação do seu alegado marranismo. Resultado: nunca mais apareceu qualquer candidato a marrano e a organização proselitista israelita ficou reduzida a uma ou outra notícia falsa no estrangeiro, a cargo de um jornalista corrupto, dizendo que a Sinagoga, cedo ou tarde, estaria cheia de marranos.
6. O Parlamento português aprovou por unanimidade a lei do retorno dos sefarditas de origem portuguesa, em cuja feitura elementos da CIP e da CIL haviam participado, deixando para o Governo a regulamentação de tal lei. A Comunidade sugeriu ao Governo de Portugal, do PSD/CDS, que constituísse uma Comissão internacional

para apreciar o sefardismo dos candidatos à nacionalidade portuguesa. O Governo desconsiderou essa ideia e, em 2015, como se verá, optou por entregar às Comunidades israelitas do Porto e de Lisboa a certificação do sefardismo dos candidatos, de modo a religar Portugal com a diáspora sefardita de origem portuguesa e, de igual modo, promover a religião judaica e a cultura judaica no país.

7. O Exército português reconheceu que o Capitão Barros Basto, se não houvesse sido separado do serviço, poderia ter sido “Coronel” desde novembro de 1945. Uma farda com as insígnias de Coronel foi comprada para ser exibida, juntamente com outros pertences e objectos relativos ao oficial, numa pequena sala museológica do edifício da Sinagoga. Contudo, pressentia-se que a vida do oficial iria merecer um filme de grande qualidade. *“A história do Capitão Barros Basto é uma história extraordinária que pode vir a interessar a um cineasta. Ele percorreu as aldeias de Portugal, por vezes a cavalo, em busca de descendentes dos antigos judeus.”*¹²³

2014

À entrada deste ano, a organização Comunidade Israelita do Porto estava devidamente registada, regulamentada e legalizada, o Capitão fora moralmente reabilitado, o edifício da Sinagoga brilhava como em 1938, o número de fiéis havia aumentado muito, os serviços religiosos contavam com um segurança no portão do templo e o mito dos marranos estava devidamente desmascarado. Era hora de investir todas as energias na promoção da religião e da cultura judaicas.

Resultado de uma parceria entre a Comunidade Israelita do Porto e o grupo Hoti-Hotéis, foram abertos o primeiro hotel *kosher* e o primeiro restaurante *kosher* na cidade do Porto, o que provocou imediatamente um aumento significativo do número de turistas judeus na cidade, na Sinagoga e nos serviços religiosos. O hotel pagaria um valor mensal ao Rabino para certificação do projecto. E, de súbito, a CIP ganhou um hotel *kosher* (único em Portugal), um restaurante *kosher* (único em Portugal) e um soldo excedente para o seu Rabino que ganhava muito pouco e merecia ganhar mais.

Uma senhora judia do Canadá perguntou na Sinagoga como é que uma pequena Comunidade judaica podia ter um hotel *kosher*, afirmando que no seu país não existia nenhum. Alguém lhe respondeu com uma pergunta: “Quantos Rabinos há no Canadá?”, e ela disse: “Centenas”, e o interlocutor finalizou: “No Porto só existe um, por isso não há lutas entre Rabinos.”

Para além do hotel *kosher*, o turismo em geral e a cultura judaica constituíram igualmente palavras de ordem nesta fase. Celebraram-se protocolos entre a Comunidade e a Câmara Municipal do Porto, à luz dos quais nasceu o *Jewish Tour* e até inúmeras placas indicativas, nas ruas da zona da Boavista, do caminho para a Sinagoga, então a caminho das oito décadas de uma existência mais ou menos incógnita na cidade. Num folheto publicado poucos anos antes, a Junta de Freguesia de Massarelos chamara “Mesquita” à Sinagoga Ka-doorie Mekor Haim.

Milhares de turistas e alunos de escolas visitaram a Sinagoga neste ano. As visitas tinham sempre um cunho educativo e religioso. Os não-judeus recebiam um folheto com as “Sete Leis de Noé”, as normas básicas de moralidade humana.

¹²³ David Garrett, "Journal for the Study of Antisemitism", Vol. 4, 2012, p. 262.

De acordo com a religião judaica, Deus tem uma relação muito especial com todos os seres humanos, com os quais estabeleceu o Pacto de Noé numa época em que ainda não existiam judeus e não judeus, mas apenas homens.¹²⁴

O aumento do borbulhar humano junto da Sinagoga para rezar e para visitar o templo, os eventos religiosos cada vez mais bonitos, o interesse cada vez maior das escolas que desejavam conhecer o monumento judaico e a reabilitação constante do edifício originaram um aumento de donativos e de receitas e, como consequência, a contratação de um museólogo. A organização tinha cada vez mais fôlego e aos poucos começou a ser feita uma investigação, leve embora, sobre a história quase centenária da CIP, quase totalmente desconhecida por pessoas da comunidade e fora dela.

Por outro lado, o doutoramento em psicologia clínica de Débora Elijah, membro da Direção da CIP, na Universidade Fernando Pessoa, teve o condão de suscitar a sua intervenção num projecto de parceria, mais tarde estabelecida, entre aquela instituição e entidades similares francesas, com o objectivo de trazer para o Porto, a partir do ano seguinte, estudantes franceses, entre eles seguramente alguns judeus, para fazerem o curso de medicina dentária. Dessa parceria haveria de resultar, nos anos seguintes, um progressivo incremento de jovens judeus no Porto.

Contudo, nem só de criações positivas se vivia. Foi preciso lutar contra um plano maligno dos proselitistas que, insatisfeitos por terem sido “expulsos” da CIP e da CIL, pretendiam criar, no Porto (usando um padre católico, um edifício cedido pelo Município e 1,6 milhões de euros pedidos a um fundo público europeu), um “Centro de Interpretação Judaico” que, na verdade, seria uma Sinagoga, um museu e um local de abrigo para falsos marranos e conversões falsas. Com danos de imagem embora, a Comunidade Israelita do Porto foi obrigada a armar um tremendo escândalo nacional, com notícias em todos os jornais contra o “plano do padre”, que na realidade não era dele, mas sim dos inacreditáveis e persistentes proselitistas israelitas ajudados por falsos “marranos”.

Notas sobre antissemitismo:

Ciente de que não havia ofensas antissemitas contra a comunidade judaica portuguesa porque esta, então com poucas centenas de pessoas, era totalmente irrelevante; ciente também de que o antissemitismo contemporâneo pode ser encontrado no centro da sociedade, bem como em grupos radicais que defendem o extremismo de direita, de esquerda ou islâmico, a Liga Anti-Difamação (ADL) encomendou uma sondagem de opinião em território português e concluiu que havia pelo menos 1,8 milhões de portugueses com maus sentimentos em relação aos judeus. Os resultados do estudo foram os seguintes: os judeus são odiados devido ao seu comportamento (25%), os judeus só se preocupam consigo mesmos (26%), os judeus consideram-se melhores do que os outros (21%), os judeus são muito poderosos (43%), os judeus são influentes nos mercados financeiros (43%), os judeus controlam os negócios mundiais (21%), os judeus controlam o governo dos Estados Unidos (23%), os judeus controlam os *media* (17%), os judeus são responsáveis pela maioria das guerras (15%), os judeus são mais leais a Israel do que a Portugal (56%), os judeus falam demais sobre o Holocausto (49%), os judeus exageram o número de mortes (10%) e o Holocausto é um mito (1%).

¹²⁴ David Garrett, "Journal for the Study of Antisemitism", Vol. 5, 2013, p. 106.

O Governo aprova o regulamento da lei da nacionalidade e investe as Comunidades Israelitas do Porto e de Lisboa na incumbência de certificarem as origens sefarditas dos candidatos. O Rabino Daniel Litvak, Chefe-Rabino do Porto, com a ajuda de Rabinos ortodoxos de todo o mundo, tutela o departamento criado a Norte para esse fim e em poucos anos torna-se provavelmente o líder religioso que mais ketubot apreciou na história judaica mundial.

São cada vez mais as conexões da Comunidade Judaica do Porto com o mundo judaico e a Direcção pensa em criar condições para trazer um kolel de famílias da Chabad para dar uma base realmente religiosa à Sinagoga. No entanto, a chegada ao Porto de outro Rabino, Yoel Zekri, um jovem estudante de medicina dentária na Universidade Fernando Pessoa, mostrou rapidamente que ele, munido de condições adequadas e assessorado por outros membros da Comunidade, tinha capacidade para mobilizar todos os judeus da cidade e arredores, e para encontrar outros, inclusive estudantes da sua própria universidade, com energia, simpatia e disponibilidade.

A Comunidade cria um departamento de *tzedaká*, faz festas com salas cheias, constrói uma nova *mikvé*, uma cozinha *kosher* e há muita alegria. A Sinagoga passa a ter *minian* todos os *Shabatot* e *Yom Tov*, o que se prolongaria, pelo menos, até ao ano do centenário da Comunidade em 2023.

Notas sobre antissemitismo:

Por força da “lei dos sefarditas” que foi regulamentada e entrou em vigor este ano, a comunidade judaica portuense cresceu significativamente em termos humanos, religiosos e culturais e isso deu lugar a um crescimento exponencial do antissemitismo online. Logo ficou claro que as notícias sobre os judeus e as realidades judaicas, mesmo quando positivas, eram prejudiciais para a comunidade judaica, dado o número de postagens negativas e compartilhamentos maliciosos que geravam online, com comentários agressivos contra “os judeus” enquanto grupo religioso e social. Por razões de segurança, foi erguido um muro com vedação de três metros de altura em torno da Sinagoga do Porto.

2016

Pela primeira vez na sua história, a CIP completa um ano inteiro com *minian* em *Shabat* e *Yom Tov* e um ciclo de leituras da Torá. O Grão Rabino da Turquia, Isak Haleva, faz-se acompanhar por uma centena de judeus turcos para um *Shabaton* realizado na Sinagoga do Porto, com emoção, como há 500 anos.

São demolidos os quartos do piso superior, que eram usados pelo Rabino, passando este a ocupar um apartamento arrendado pela Comunidade. Encetam-se obras no piso superior para construção de uma sala de kidush com grande capacidade em termos de lugares sentados. Cessa o comodato em relação ao apartamento da cave da Sinagoga, que é demolido para dar lugar a uma segunda sala de oração e escritórios para os serviços administrativos. Há décadas que a cave da Sinagoga estava inutilizada.

Sam Elijah, judeu sefardita nascido na Índia, é eleito Presidente da Comunidade Israelita do Porto. Os membros e assessores da Direcção continuam basicamente os mesmos, com competências técnicas diversificadas, num ano em que a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim recebe um *Sefer Torá* sefardita. É inaugurada uma loja *kosher* no edifício e comprado um terreno para cemitério, que a comunidade judaica do Porto não possui desde 1497. Estabelece-se um protocolo de amizade e cooperação com a Comunidade Islâmica do Porto.

Notas sobre antissemitismo:

Uma pesquisa das contas do *Facebook*, seções de comentários de jornais e *blogs* mostrou que o antissemitismo estava muito vivo e era expresso em milhares de mensagens violentas e agressivas contra “os judeus”. De mãos dadas com histórias exageradas que não distinguem entre judeus e supostos descendentes de judeus, as famosas injúrias do passado eram as mesmas que se utilizavam agora, séculos depois: “*É a pior raça da Terra*”, “*São estrangeiros*”, “*Querem dividir os portugueses*”, “*Ide para Israel*”.

A Direcção da CIP/CJP, preocupada com a situação e considerando que a educação sobre os judeus seria a melhor forma de preparar as gerações futuras, pediu ao Governo que assegurasse que “*as escolas dessem aulas sobre o Holocausto*” e que “*agilizasse os mecanismos adequados para que os manuais de história do ensino secundário incluíssem, ainda que levemente, a presença dos judeus na Península Ibérica em geral e em Portugal em particular.*”

2017

A comunidade completa mais um ano com *minian* em *Shabat* e *Yom Tov*. A expressão “*Simchat chaim*” (alegria de vida) é a que melhor se adapta ao ambiente comunitário. Realiza-se um grande *Shabaton* com judeus sefarditas de latitudes muitas e assiste-se a um debate entre os membros mais representativos da Comunidade, membros da família Kadoorie e Jacob Safra sobre as melhores formas de proteger e investir os activos financeiros da Comunidade.

A sala de oração principal da Sinagoga sofre uma alteração significativa na sua carpintaria: a *bimá* é colocada no centro e a capacidade da sala dos homens é aumentada grandemente. É montada uma segunda sala de oração, que toma o nome de Sinagoga Kadoorie Mekor Achdut, muito atractiva e de agradável temperatura, na cave do edifício. Inaugura-se uma loja de *vending* na Sinagoga, bem como uma sala de *kidush* para duzentas pessoas. Criam-se abrigos subterrâneos para o caso de ataques terroristas.

Na parte de trás da Sinagoga, dentro dos limites do terreno da Comunidade Israelita do Porto, é construído um restaurante *kosher* para a comunidade. Em cima do edifício espria-se um pátio para uma grande *Suká* com capacidade para duzentas pessoas sentadas.

Notas sobre antissemitismo:

Pedras foram lançadas contra as janelas da fachada norte da Sinagoga do Porto durante a noite e treze vidraças foram quebradas, altura em que a Comunidade Judaica do Porto criou um Observatório de Antissemitismo para observar e monitorizar em tempo real o fenómeno em território português, escolher formas de reduzir ou eliminar o preconceito contra os judeus e as comunidades judaicas, elaborar pareceres e relatórios científicos para informação e acção, se necessário, das autoridades competentes e para sensibilizar os partidos políticos

para a necessidade de aperfeiçoar a legislação existente e promover currículos escolares adequados.

Também a Sul houve problemas. O projecto de construção, em Cascais, do Chabad Center, um espaço de religiosidade, cultura e lazer semelhante a outros em algumas das cidades mais prestigiadas e tolerantes do mundo, foi contestado por pessoas que desejavam que o terreno fosse transformado em jardim, embora o mesmo nunca tenha sido mais que um local de obras e, antes disso, um terreno baldio pertencente à Igreja Católica.

Foi igualmente contestada a construção, em Alfama, do Museu Judaico de Lisboa, uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e da Comunidade Israelita da cidade, que haviam escolhido o Largo de São Miguel para a implantação do Museu, por ser um “local simbólico” para o judaísmo, dada a presença ali da antiga judiaria de Alfama e onde ainda hoje existe a Rua da Judiaria. Os contestatários alegaram que o Museu “quebraria a tradição do bairro” e “desfiguraria o Largo de São Miguel”.

2018

Pelo terceiro ano consecutivo, durante *Tishrei*, a Comunidade completou o ciclo anual de leituras da Torá, bem como os dias de *Yom Tov*, sempre tendo um *minian*. É realizado um grande *Shabatón*, como é prática dos anos anteriores, com a presença de membros da comunidade, convidados e Rabinos. Assistiu-se à chegada de dois novos *Sifrei Torá*, à criação de um *Beit Midrash* e ao reforço das actividades comunitárias de cerca de 50 crianças judias do Porto.

Yigal Dias Benzion, nascido no Uzbequistão, descendente de judeus portugueses de Esmirna, torna-se Presidente (representante institucional) da Comunidade Israelita do Porto, que muda de nome (para Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto), muda de sede oficial (para uma moradia adquirida em frente à Sinagoga) e amplia os seus fins estatutários, os quais, para além da promoção da religião e da cultura judaicas e do auxílio aos irmãos de fé, passam a incluir a segurança do povo judeu e a promoção de um mundo melhor, mais justo e equitativo.

A CIP/CJP iniciou o fornecimento de produtos para refeições do Shabat de famílias pobres em todos os continentes, assinou com a Diocese do Porto um memorando de amizade e cooperação e ofereceu as mais belas *chanukiot* do mundo, produzidas em Toledo, aos Presidentes dos Estados Unidos da América, da Rússia e de Portugal.

A Comunidade produziu uma longa-metragem intitulada *Sefarad*, que conta a história dos judeus em Portugal desde a época do Édito de Expulsão no Século XV até aos dias de hoje, com particular enfoque no antissemitismo e nas acusações anónimas que destruíram o Capitão Barros. O filme completou a reabilitação moral do militar judeu. Uma das cenas de *Sefarad* foi filmada perto da aldeia de Vilarinho dos Galegos, em Mogadouro, onde os Marranos viveram durante décadas e onde outrora foram procurados pelo Capitão, sozinho e distinto, montado a cavalo. Uma aldeã presente no local das filmagens revelou que os Marranos eram conhecidos por terem uma cauda como os animais. A ideia da cauda dos judeus, expressa pelo Frei de Torrejoncilo no século XVII, por via do livro *Sentinela Contra os Judeus*, estava viva em Portugal em pleno século XXI.

Notas sobre antissemitismo:

A Comunidade Judaica do Porto informou o Governo português sobre o crescimento do antissemitismo e acrescentou que, se nada fosse feito, mais cedo ou mais tarde os judeus portugueses seriam alvo de violência por parte de uma pequena, mas furiosa percentagem de antissemitas. Manifestou também a sua vontade de contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia nacional de combate ao antissemitismo e proteção das comunidades judaicas portuguesas. Não houve resposta governamental.

2019

A Comunidade Judaica do Porto, com cerca de quatrocentas pessoas, completou mais um ano, o quarto consecutivo, com *minian* em *Shabat* e *Yom Tov*. O Presidente da República de Portugal visitou a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, fazendo *Cabalat Shabat* e *Arbit* com a congregação. Ficou encantado com a quantidade de judeus presentes, de ampla maioria sefardita, e de origem portuguesa, entre os quais muitos estudantes estrangeiros, sefarditas também, que orgulhosamente faziam parte da colónia judaica portuense que acabara de fundar o primeiro *Beit Din* em Portugal após o Édito de D. Manuel, que incluía dois rabinos do Porto.

A Comunidade procedeu à distribuição de produtos para refeições de *Shabat* em Jerusalém, Nova Déli, Bangcoc, Buenos Aires, Brooklyn, Moscovo, Odessa, Pequim, Sydney, Londres, Ashdod e Joanesburgo, montou um centro de *Achdut* para crianças e jovens em Ashdod e inaugurou mais um restaurante *kosher*. De igual modo, com um substancial donativo da CIP/CJP, a Chabad Portugal construiu o maior Chabad Center da Europa.

Na Sinagoga, em cada *Shabbat*, ao som de melodias e rituais sefarditas, era lembrado o nome de Barros Basto, que no seu tempo pretendeu “*ligar novamente com Portugal as comunidades de rito português do mundo inteiro*”. Esperava-se que pelo menos 300 mil judeus de origem sefardita, cerca de 30% dos candidatos possíveis, viessem a pedir a nacionalidade. A CIP/CJP já superava o número de 50 mil certificados emitidos, e a este número havia que adicionar o da CIL, após quatro anos de trabalho, cerca de 40 mil horas no conjunto da equipa, com cerca de dois milhões de emails e cartas trocados com destinatários de mais de sessenta países.

Aquela que, poucos anos antes, era uma organização minúscula, que não sabia sequer a sua própria história, ergueu o Museu Judaico do Porto, com Cinema incluído, e divulgou ao mundo, ao seu jeito, a narrativa fílmica do que foram séculos de integração judaica na cidade do Porto, através de quatro filmes de produção própria – “A Luz de Judá”, “Sefarad”, “1618” e “*Kadish* da freira”.

O sentimento no seio da comunidade era de regozijo. Uma das organizações judaicas mais insignificantes do mundo tinha-se transformado numa das mais prósperas, organizadas e felizes, tendo em conta o conjunto religião, cultura, educação e utilidade social. Com a ajuda de Deus e sem exhibições de vaidade, uma discreta equipa de líderes religiosos e seculares tinha sido capaz de administrar o máximo de inteligência, de crença, de riqueza e de vantagens para terceiros, num equilíbrio que enriquecera o mundo no seu todo.

Michael Kadoorie, filho de Lawrence, endereçou nesta época uma mensagem à Comunidade:

O desenvolvimento da vossa comunidade encheu de orgulho e honra a nossa família. A Sinagoga Kadoorie é a personificação da nossa antiga tradição familiar de fazer obras sustentáveis e fornecer assistência prática aos mais necessitados. Estamos satisfeitos que a Sinagoga seja uma casa de oração, de aprendizagem e de sustento para uma comunidade judaica substancial e crescente. As vossas lideranças temporal e espiritual são fontes energéticas de inspiração. Que a congregação da Sinagoga Kadoorie continue a prosperar!

Dado o simbolismo do número sete, a Direcção da Comunidade, incluindo os dirigentes efectivos e os vogais de apoio, reuniu-se para fazer o balanço do trabalho realizado desde 2012. Isabel Lopes, Dara Jeffries, Dale Jeffries, Débora Elijah, Sam Elijah e Michael Rothwell (que faziam parte do colectivo que continuava a trabalhar desde aquele ano já tão distante) consideravam que o vogal David Garrett deveria ser o próximo Presidente da CIP/CJP. Como resposta, ele informou que iria ausentar-se por duas semanas, pois pretendia escrever um livro para deixar aos seus filhos. Publicado sob pseudónimo, o livro intitulou-se “Entrevistando um Anónimo”.¹²⁵

Pela mesma altura, na festa do Bat Mitzvah da filha de Garrett, Rabinos do Porto, Lisboa, Cascais e Londres e o embaixador de Israel Raphael Gamzou disseram que anteviam um futuro risonho para todos os jovens judeus de Portugal.

Notas sobre antissemitismo:

Tutelado pelo membro da Direcção Michael Rothwell e pelo museólogo Hugo Vaz, o Museu Judaico do Porto, localizado num edifício em frente à Sinagoga, foi projetado para difundir a cultura hebraica e promover o filossemitismo. Uma grande placa foi afixada à porta com os seguintes dizeres: *“Pelo mundo afora, onde quer que um judeu encontre um português, que o ajude; e onde um português encontre um judeu, que o ajude também”*.

Durante o discurso de abertura do Museu à comunidade judaica, o Presidente da *B'nai B'rith International* disse aos mais de 150 judeus presentes:

Este Museu Judaico vai despertar o interesse pela vida judaica em Portugal e servir de farol de luz para o resto da Europa, agora obscurecida pelo antissemitismo ressurgente.

Em Junho, a CIP/CJP contactou formalmente a Polícia de Segurança Pública (PSP) do Porto com vista à contratação de um agente remunerado, a pagar pela Comunidade, para fazer a segurança do museu. Para espanto de todos, a PSP informou que não considerava necessário o agente, dado que não havia quaisquer riscos em matéria securitária.

Face ao exposto, nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e até ao momento em que se escrevem estas linhas, o Museu Judaico do Porto nunca abriu as suas portas ao público em geral, tendo recebido somente, e continua a receber, a comunidade judaica portuguesa e internacional, visitantes ilustres, escolas e professores.

¹²⁵ John Rose, "Interviewing a Regular Joe", Amazon, 2020.

A Comunidade Judaica do Porto atingiu as quinhentas pessoas e completou mais um ano, o quinto consecutivo, com *minian* em *Shabat* e *Yom Tov*. Desenvolveu inúmeras atividades religiosas, culturais, sociais e filantrópicas em Portugal e no estrangeiro, criou um jornal online de boas notícias chamado Mazal News (para compartilhar ações inspiradoras, baseadas na solidariedade e no amor, e que incentivassem a construção de um mundo mais justo e não antissemita) e anunciou internamente a criação de um Fundo Perpétuo.

Entre outubro e dezembro, a CIP/CJP construiu, e inaugurou no dia 10 de Tevet, o Museu do Holocausto do Porto (em cooperação com museus do Holocausto em todo o mundo), submeteu a concursos, no estrangeiro, onde foi muito premiado, o filme *1618*, sobre a Inquisição, e promoveu a instalação, no Porto, da B'nai B'rith International, para garantir que, no futuro, os antissemitas pagariam um preço para serem antissemitas.

Notas sobre antissemitismo:

Conforme se disse na introdução desta obra, e não vemos inconveniente em repetir, o que começou por ser, nas palavras do Presidente da República, uma *“questão-Palestina do Ministro dos Negócios Estrangeiros”*, provavelmente com demasiados interesses por trás, deu lugar, com o passar do tempo, entre 2020 e 2022, a uma impensável associação de forças diferentes (umas ligadas ao Estado, outras à comunicação social, outras à alta criminalidade e outras mais) que confluíram para a perseguição total e implacável de todas as realidades judaicas significativas conectadas com Portugal: a comunidade judaica nacional mais forte, os dirigentes mais capazes, os judeus mais abastados, a B'nai B'rith Internacional Portugal e, claro, a “lei dos sefarditas”, que foi uma grande oportunidade perdida (e jamais recuperável) para o país fundado por D. Afonso Henriques, que se afunda, ano após ano, no concerto das nações.

O início do drama teve início em abril de 2020, em plena pandemia do Covid 19, quando uma deputada socialista (que actuava a mando do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Ministra da Justiça) fez a sua aparição para, pela calada, e violando as mais elementares normas do Estado de Direito, tentar inutilizar o regime jurídico que concedia a nacionalidade portuguesa aos judeus de origem sefardita. Ribeiro e Castro, um dos autores da legislação sob ataque, defraudado, escreveu um célebre artigo intitulado *“A viela anti-judaica nos truques parlamentares”*, acrescentando que *“Constança Urbano de Sousa, primeira subscritora da proposta do PS, é Presidente do grupo de trabalho onde tudo isto foi montado, contra a ética da Constituição, do Regimento e da lealdade democrática.”*

Pessoas influentes em Portugal – no Governo, no Parlamento e, também, no jornal “O Público” – lançaram uma violenta campanha de difamação contra a “lei dos sefarditas”. Alegando milhões de euros de lucros auferidos pelas comunidades certificadoras e silenciando os milhares de milhões de euros trazidos pelos sefarditas à economia nacional e o crescimento da comunidade judaica portuguesa, os participantes da campanha disseminaram antigos estereótipos (“interesses materiais”, “negócios”, “dinheiro”), suspeitas (“os sefarditas querem apenas passaportes de conveniência”), exageros (“há dezenas de milhões de candidatos”), sentimentos antijudaicos (“os sefarditas são casados e as crianças estão constantemente a nascer”), calúnias (“para obter a cidadania os requerentes apenas precisam de pagar milhares de euros a genealogistas, advogados e às comunidades judaicas portuguesas”), falsificações (colhendo frases dos sites oficiais das Comunidades e distorcendo o seu significado),

mentiras (“a lei requer um nome português ou a fala do ladino”) e sentimentos anti-Israel (condenando a publicidade abusiva no Estado de Israel, mas não noutros países).

José Oulman Carp, Presidente da CIL, escreveu à CIP/CJP dizendo que a comunidade judaica portuguesa estava perante “*um caso Dreyfus*”, e Joshua Ruah, antigo Presidente da mesma organização, afirmou publicamente, num debate da SEDES, que se tratava de “*antisemitismo religioso*” a fazer lembrar o livro “A Invasão dos Judeus” de Mário Saa.

No meio da tempestade caluniosa, foi enviada para deputados de partidos vários, no Parlamento, uma denúncia anónima (conveniente, muito, demasiado, literalmente feita a pedido) dizendo que a CIP/CJP, com seus longos tentáculos, escrevera a legislação de 2013/2015 para tirar partido económico dela com actos de corrupção. A falsa e maldosa denúncia foi reencaminhada para a inevitável Ministra da Justiça, a qual acabara de dizer, no Parlamento, que a “lei dos sefarditas” deveria ter um prazo final.

2021

A Comunidade Judaica do Porto atingiu as setecentas pessoas e completou mais um ano, o sexto consecutivo, com *minian* em *Shabat* e *Yom Tov*. A par disso, desenvolveu inúmeras outras atividades religiosas, culturais, sociais e filantrópicas em Portugal e no estrangeiro, mantendo o seu projeto “Shabat meals from the Diaspora” em mais cidades ainda.

O filme *1618*, sobre a Inquisição no Porto, tornou-se o filme português mais premiado de sempre no estrangeiro e, apesar do fulgor da pandemia, que condicionou toda a sociedade e, claro, a Comunidade também, foram criados um novo restaurante *kosher*, uma nova loja *kosher* e um Centro de Achdut para jovens estudantes próximo à universidade que frequentavam.

Tutelado pelo membro da Direcção Michael Rothwell e pelo museólogo Hugo Vaz, o novo Museu do Holocausto, gratuito para todos, tornou-se o museu português mais visitado do ano, com cerca de 40 mil pessoas, esmagadoramente jovens, tendo dado lugar a cursos de formação de professores e recepções de inúmeras personalidades, como o Presidente da Câmara Municipal da cidade, o Primeiro-Ministro da Suécia e os Embaixadores de Israel, EUA, Reino Unido, Rússia, França, Bélgica, Polónia e muitos outros.

Notas sobre antisemitismo:

No Porto, a fachada da casa de uma família judia foi vandalizada com tinta vermelha, incluindo a mezuzá. O chefe daquela família reclamou na escola de sua filha que um menino havia afirmado que “*os judeus estão a matar crianças na Palestina*”.

Um grupo antifascista alemão – “Anti Faschistishche Aktion” – colou autocolantes da organização na Sinagoga do Porto, conotando-a com o fascismo. O grupo também é suspeito de se preparar para vandalizar o Museu do Holocausto nesta cidade, pois alguns dos seus membros foram identificados no interior do espaço na véspera da ação contra a Sinagoga.

O diretor da Liga Anti-Difamação (ADL) na Europa disse publicamente que o “*vandalismo da Sinagoga do Porto mostra como os inimigos de Israel expressam o seu ódio com os judeus locais*” e a CIP/CJP repudiou publicamente “*a ligação entre as Sinagogas e o fascismo ou quaisquer movimentos políticos*”.

Um influenciador português - ex-capitão do 25 de Abril - escreveu no *Twitter*: “*Como dominam as finanças mundiais, os judeus compraram e possuem quantas vacinas quiseram. É uma espécie de vingança histórica.*” Mais um episódio de antissemitismo de um influenciador, para se somar a outros nos últimos anos.

Em comunicado, a CIP/CJP disse que

Mais do que condenar as opiniões antissemitas de pessoas influentes na sociedade portuguesa, importa referir que o Estado não impede nem pune a propagação de tais estereótipos que no passado deram origem ao genocídio da população judaica mundial e no presente colocam em risco a respeitabilidade e a segurança dos judeus em geral e das comunidades judaicas em particular. Estes últimos têm simultaneamente de garantir e pagar a proteção dos seus membros, propriedades, Sinagogas, museus e cemitérios.

No âmbito dos procedimentos desencadeados a partir da denúncia anónima chegada ao Parlamento no ano anterior, a Polícia Judiciária do Porto, num processo de averiguações, veio a concluir que a factualidade exposta era tão genérica, primária e destituída de substância que não poderia sequer integrar o conceito de “notícia de crime” para dar lugar a um inquérito criminal. A denúncia, porém, iria ser reaproveitada por agentes de Estado que definitivamente pretendiam abater a “lei dos sefarditas” e destruir a Comunidade Judaica do Porto, o que fariam, custasse o que custasse.

Pressentindo que uma vaga antissemita estava a chegar, a Comunidade alterou os seus estatutos para prevenir uma futura dissolução, quiçá praticada por antissemitas de Estado:

No caso de dissolução ou extinção da pessoa colectiva religiosa Comunidade Israelita do Porto / Comunidade Judaica do Porto, todos os seus bens e haveres de qualquer espécie reverterem para a Agência Judaica Mundial, fundada em 1929, com excepção da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim e o terreno envolvente, que reverterem, por razões de índole histórica e moral, para a Spanish and Portuguese Jews' Congregation of London, fundada em 1657, se esta entidade ainda existir.

Em 18 de dezembro, voltou em força a discussão em torno das necessárias alterações da “lei dos sefarditas”, com a publicação, no famoso jornal *O Público*, de uma notícia assassina, escabrosa, encomendada, sobre um suposto caso de corrupção entre um bilionário russo e a Comunidade Judaica do Porto. Esta nem sequer foi ouvida previamente pelo autor da denúncia. O mundo inteiro, em todos os continentes, apontou o dedo contra a Comunidade.

2022

Pela primeira vez desde 1496, a comunidade judaica do Porto atingiu cerca de um milhar de pessoas entre residentes permanentes e estudantes estrangeiros e completou mais um ano, o sétimo consecutivo, com *minian* em *Shabat* e *Yom Tov*. Para além da grande sala de oração da Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, e da sala de oração mais pequena denominada Kadoorie Mekor Achdut, abriu-se uma nova sala, junto da universidade dos mais jovens, de nome Kadoorie Mekor Simcha.

O Museu Judaico do Porto recebeu, do Conselho de Minerva da Universidade do Brasil, uma importante distinção na presença do Presidente da Câmara da cidade: a Comenda do Colar de Mérito D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal.

Na Europa, o melhor evento de celebração do “Dia Europeu da Cultura Judaica” realizou-se no Porto, que aderiu à iniciativa pela primeira vez, com a abertura ao público do Museu Judaico, do Museu do Holocausto e do cinema judaico, com a exibição do filme *Sefarad*, com a inauguração de uma Galeria de pintura (sob a tutela da associada Flor Mizrahi) com toda a história milenar da comunidade judaica portuense e ainda com gastronomia, uma actuação do coro litúrgico Mekor Haim liderado pelos distintos médicos da Comunidade, Luciano Moura e John Yaphe, e muito mais.

Sob a égide da CIP/CJP, foi criada a *Portuguese Jewish School*, uma escola online para todos os judeus portugueses, e o *Portuguese Jewish News* para divulgar notícias, reportagens, opiniões e críticas sobre a comunidade judaica em Portugal, na Europa e no mundo.

Foi eleito, para Presidente da CIP/CJP, Gabriel Senderowicz, de família polaca com uma longa trajetória de perseguições e humilhações, num ano que ficou marcado pelo maior ataque da história centenária da organização, um caso de corrupção de Estado à mistura com perigosos delinquentes de todos os quadrantes da sociedade.

Notas sobre antissemitismo:

Ficou escrito anteriormente que, no final do ano de 2021, voltou em força a discussão em torno das necessárias alterações da “lei dos sefarditas”, com a publicação de uma notícia encomendada por agentes de Estado sobre um suposto caso de corrupção que envolvia um bilionário nascido na Rússia e a Comunidade Judaica do Porto. Esta organização não foi ouvida antes da publicação da notícia, como as leis impõem que aconteça, para que não tivesse a oportunidade de refutar os alegados donativos recebidos à cabeça e os truques de Wikipédia em que pretensamente assentaria aquela certificação de sefardismo. Foi assim que se vendeu um escândalo ao mundo.

Durante meses, as caixas de comentários dos jornais e as redes sociais encheram-se de ódio contra a Comunidade Judaica do Porto: “*Os judeus são corruptos!*”, “*Deus é o dinheiro!*”, “*Vendilhões!*”, “*Malas de dinheiro!*”, “*Anti-patriotas!*”, “*Os judeus não são portugueses!*”, “*São o lixo da sociedade!*”, “*Criminosos!*”, “*Imorais!*”, “*Filhos da puta!*”, “*Mercenários!*”, “*Animais!*”, “*Vigaristas!*”, “*Trapaceiros!*”, “*Ladrões!*”, “*Prisão já!*”

Chegou-se a este ponto de agressividade inaudita devido a um caso de grave corrupção de Estado, com trocas de favores indevidos entre personalidades do Governo, do Parlamento, da imprensa e, a seguir, do próprio aparelho judiciário português, que lançou uma investida gigantesca contra a Comunidade Judaica do Porto sem ter quaisquer provas indiciárias que permitissem algo assim. Valeu tudo na tentativa de esmagamento da Comunidade.

A Polícia Judiciária do Porto tinha concluído, no ano anterior, que valia zero a denúncia anónima contra a CIP/CJP enviada ao Parlamento. Não existiam provas incriminatórias contra aquela instituição e contra os judeus ricos. Por isso, o novo ano iniciou-se com assaltos, no Porto e em Lisboa, praticados durante a noite, em gabinetes e residências de advogados e da ex-Presidente do SIRESP. Todas as vítimas eram senhoras com cerca de cinquenta anos de idade que nunca antes tinham sido alvos de crimes semelhantes. Uma associação criminosa promoveu estes furtos realizados num país europeu no ano de 2022.

Foram usados ladrões nocturnos especializados no arrombamento de portas, sentenciados por difamação, pessoas com problemas de saúde mental, profissionais da comunicação social, *influencers* conhecidos como caluniadores profissionais e fontes anónimas mortíferas, para acabar com a “lei dos sefarditas”, desonrar os novos judeus portugueses e pôr na lama, por meses seguidos, diariamente, a Comunidade Judaica do Porto. Ninguém escapou a esta espécie de “purificação”. Dos líderes religiosos aos seculares, passando pelo museólogo e pelo porteiro, toda a gente na Sinagoga do Porto foi gravemente atingida na sua reputação e honorabilidade.

A European Jewish Association apressou-se a pedir ao Presidente da República para travar a perseguição indecente que estava em curso.

Temos observado comentários que se referem à comunidade judaica como uma “máfia dos passaportes” que são vendidos “para quem estiver disposto a pagar por isso”. Estes comentários jogam com os instintos mais básicos do antissemita e simplesmente reaquecem, para o público moderno, o tropo do judeu “faminto por dinheiro e sem princípios”. Notamos também que alguns líderes de opinião portugueses, que já estiveram envolvidos em incidentes antissemitas de grande repercussão, têm contribuído para este debate.

A resposta àquela carta foi dada pela Polícia, a cumprir ordens superiores de elites desprezíveis, que usou como combustível “denúncias anónimas” de corrupção contra o Chefe-Rabino do Porto e que envolviam favores a bilionários que ele não conhecia (Patrick Drahi e Roman Abramovich) e controlo sobre Conservatórias cujos contactos não detinha. Por estas razões tecnicamente impossíveis, antes de um Shabat, o Rabino foi detido por pessoas que nem sequer sabiam o que é um judeu, as casas de dirigentes e a sagrada Sinagoga Kadoorie Mekor Haim foram invadidas por homens armados, o *Ehal* examinado, livros de atas com a história da CIP/CJP foram apreendidos, e arquivos relacionados com o sefardismo tomados em pilhas (ficando para trás ficheiros e páginas soltas com procedimentos), tal como as comunicações confidenciais com o mundo judaico em geral e embaixadas de países muitos.

Seis meses volvidos, o Tribunal da Relação de Lisboa veio afirmar que todas estas diligências, e outras mais, de igual gravidade, foram realizadas “*sem base factual, com base em nada*”, ou seja, sustentadas em denúncias de desequilibrados feitas a pedido e informações pífias obtidas por assaltantes que agentes de Estado muito convenientemente aproveitaram para, no meio do tremor de terra, destruir, como destruíram, a “lei dos sefarditas”.

Por ordem da Assembleia Geral, por unanimidade, foi construída uma nova sala dedicada ao antissemitismo em Portugal (2015-2022) inaugurada no Museu Judaico do Porto perante centenas de alunos de escolas e turistas.

A Comunidade Judaica do Porto apresentou uma queixa junto da Procuradoria Europeia (com o apoio da European Jewish Association) com o objectivo primeiro de documentar a gravíssima conspiração antissemita. A queixa, encadernada num livro, foi também enviada à ONU, UE, UNESCO e para governos e bibliotecas em todo o mundo.

O Presidente de Israel, Isaac Herzog, manifestou-se impressionado com os factos narrados pela CIP/CJP à Procuradoria Europeia:

Nós, no Estado de Israel, estamos totalmente comprometidos com a segurança e o bem-estar dos nossos irmãos judeus em todo o mundo, bem como com uma realidade

global em que o ódio e o preconceito não têm lugar. Encorajo e aguardo com expectativa o diálogo permanente entre a Comunidade Judaica do Porto e o meu gabinete, como reflexo dos laços profundos que ligam o povo judeu de todo o mundo a Israel.

A 6000 quilómetros de distância, em Portugal, a Assembleia da República deixou um desafio aos jovens do país, pedindo-lhes para darem ideias interessantes para as comemorações dos 50 anos da Democracia. No Porto, 44 estudantes judeus franceses escreveram ao Parlamento sugerindo uma exposição dedicada à “Operação Porta Aberta” e instando o Estado a nunca mais cometer graves ilegalidades como prender e maltratar um Rabino e invadir uma Sinagoga com fabricação de denúncias anónimas e uso de ladrões, doidos, difamadores e muito mais. Solicitaram também que fosse reintegrado no Exército o “Dreyfus Português”.

O episódio seguinte vai ser narrado nos exactos termos constantes na parte introdutória desta obra, para ser devidamente decorado pelo leitor. Em 29 de novembro, o *Jewish News Syndicate* publicou uma notícia sobre a petição dos estudantes. No mesmo dia, à noite, à porta de um restaurante *kosher* da cidade do Porto, um pneu do carro do primeiro subscritor da petição, Ilan Cohen, foi esfaqueado e deixado prestes a rebentar. A seguir ao jantar, o jovem tomou a auto-estrada (onde atingiu cerca de 120 km/h) e *“milagrosamente o pneu não estourou”*, disse ele ao Portuguese Jewish News. *“Tomando a VCI, o meu carro teve problemas na direção e tive muita sorte, pois parei e vi o estado do pneu.”*

Lembrando que estudava no Porto há cinco anos e que foi a primeira vez que tal aconteceu, Cohen apresentou queixa na polícia e referiu que *“esta ocorrência é altamente suspeita”*, podendo ser obra de *“uma rede criminosa para me silenciar ou mesmo para me matar através de um acidente fatal, porque em 2022 uma conspiração antissemita contra a Comunidade do Porto fez uso de assaltantes profissionais para arrombar escritórios de advogados e casas particulares, e também de pessoas condenadas por vários crimes”*.

Em resumo, em 2022 elites portuguesas decadentes uniram-se para destruir todas as forças judaicas do país, desde logo a Comunidade Judaica do Porto, que quiseram acusar de corrupção. Contudo, nesse ano, as únicas malas de dinheiro conhecidas que serviram propósitos corruptos foram entregues a socialistas do Parlamento Europeu para beneficiarem certos países árabes e muçulmanos, uma espécie de “questão-Palestina” que provavelmente envolve prejuízos para a comunidade judaica e israelita em geral e financiamentos de partidos políticos nacionais.

Entretanto, o Presidente do Parlamento, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, o homem da “questão-Palestina” que levou à destruição da “lei dos sefarditas”, recebeu carinhosamente o Embaixador de Israel na “Casa da Democracia” e a Ministra da Justiça encontrou-se com este diplomata mais vezes ao longo do ano do que em toda a história das relações diplomáticas entre Portugal e Israel, tendo mesmo participado, pela primeira vez, das celebrações de *Rosh Hashaná* e *Chanucá*. Que bom é confraternizar com os “judeus bons” em Lisboa!

A respeito de judeus de Lisboa, existem factos de outra natureza que igualmente merecem ser registados para a posteridade.

José Carp, o Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa durante vinte anos, foi sempre um homem de grande honradez, humildade, bondade e inteiramente destituído de vaidade, inveja, maledicência e tudo o mais que caracteriza os homens medíocres. Infelizmente, Carp adoeceu gravemente em finais de 2021 e ao longo do ano seguinte não pôde apoiar a CIP/CJP, como desejava, quando esta foi miseravelmente avacalhada.

Em 2022, a Comunidade Israelita de Lisboa (que dois anos antes, quando também tinha sido vítima dos ataques, muitos mais leves embora, dos conspiradores, falara, na pessoa de José Carp, em “*caso Dreyfus*” e, na pessoa do antigo Presidente Joshua Ruah, em “*antisemitismo religioso a fazer lembrar o livro A invasão de Judeus de Mário Saa*”) demarcou-se completamente da situação da Comunidade Judaica do Porto e procurou espezinhá-la mesmo. Joshua Ruah botou faladura publicamente para afirmar que as aprovações da CIP/CJP se bastavam com um “*certificado de um rabino da conchinchina a dizer que alguém frequentava a sinagoga*”. Uma aberração.

O Presidente da República, que é um verdadeiro amigo dos judeus, todos eles, praticou um acto que poderia ter sido praticado há anos, mas que inacreditavelmente viria a acontecer no momento em que os “judeus maus” do Porto estavam a ser pisados e cuspidos por todo o país. De facto, em 23 de junho, o Presidente da República chamou Joshua Ruah ao Palácio de Belém e distinguiu-o com a mais alta insígnia de Estado, a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique. Presente esteve, orgulhoso, o filho José, um dos signatários dos certificados emitidos pela CIL, que não perdeu tempo em escrever uma carta para organizações judaicas internacionais, com conhecimento àquele Presidente da República, ao Governo português e ao Parlamento, dizendo que nada de errado havia em Portugal, que estava em curso um mero processo criminal num Estado de Direito e que o antisemitismo era um assunto demasiado sério para ser invocado levianamente. Outra aberração.

Segundo o jornal “Mundo Lusíada”, depois de a CIP/CJP ter abandonado voluntariamente o processo de certificação, a Comunidade Israelita de Lisboa virou as costas aos não-judeus da América Latina (a sua clientela básica desde 2015), começou a exigir-lhes provas de que eram judeus (o que obviamente eles não tinham e a CIL nunca lhes exigira) e deu prioridade absoluta aos processos dos judeus de origem sefardita, cobrando 500 euros por cada qual antes mesmo de produzir uma decisão. (Não-judeus avaliando judeus.) No ano de 2022 aquela instituição triplicou o número dos casos que recebeu e cobrou em sete anos, de 40 mil para 140 mil. Os comentários só poderiam prejudicar a conclusão que desde logo se alcança.

A CIP/CJP já antes tinha cortado relações com aquela instituição muito reverente ao poder instituído, como o comprova grande parte da sua história. Uma vitrina de conformados, nos mais diversos graus de decadência, à espera da morte natural, tratou o antisemitismo com “pinças de interesses”, nas palavras de Miriam Assor, autora do livro *Os Judeus Ilustres de Portugal*.¹²⁶

2023

Ano do centenário da CIP/CJP. Não haverá qualquer festa de arromba com convidados que não merecem estar presentes. Realizar-se-á, sim, uma reunião discreta, um encontro de amigos verdadeiros, judeus e não-judeus, que nunca abandonaram a Comunidade quando a viram difamada e pisada por todos. A esta cerimónia não poderão faltar, até porque reúnem a qualidade atrás descrita, o Presidente da Câmara do Porto e o Bispo da cidade, que representam, no melhor sentido, o “Velho Porto”, uma cidade, uma população e códigos éticos que conviveram com os judeus portuenses antes e depois de existir Portugal.

¹²⁶ "Times of Israel", 1 de julho de 2022.

Um dos marcos do ano do centenário é a publicação, logo no início do ano, do presente livro e a distribuição do mesmo em vários países, por governos, bibliotecas, universidades, tribunais, instituições políticas e judiciais supra-nacionais e muitas outras organizações e pessoas individuais. Não se trata de um excepcional livro, nem de uma escrita primorosa, mas sim de uma história particular agrupada com muita dificuldade, dada a grande escassez de fontes, e que merece ser levada em conta por estudiosos e comunidades judaicas ao redor do mundo. É de palmar inteligibilidade que estas últimas podem experimentar, ou já experimentaram, acontecimentos semelhantes.

Lançar-se-á uma campanha internacional com vista à reintegração póstuma no exército do “Dreyfus Português”, Capitão Barros Basto, e agilizar-se-á mecanismos para tornar conhecido o filme “Sefarad”, que lhe é especialmente dedicado. Trata-se de uma longa-metragem de produção portuguesa que procurou reconstituir a história da Comunidade Israelita do Porto, sobretudo nas décadas de 20 e 30, e que agrupou todas as realidades judaicas conhecidas do sefardismo e do ashkenazismo, bem como a situação particular do marranismo português.

No âmbito de um protocolo entre a Comunidade Judaica do Porto e o Hospital Militar da cidade, os membros da Comunidade passam agora a poder receber cuidados médicos naquele hospital que não está aberto ao público em geral. O protocolo traz muitos benefícios para a comunidade judaica, pois o Hospital Militar é uma referência nacional por excelência e está apto a oferecer atendimento médico a preços acessíveis, para consultas, exames ou cirurgias.

Com a viva recordação de que o milenar cemitério da comunidade judaica do Porto foi completamente destruído em 1497, proceder-se-á à inauguração do novo cemitério da Comunidade, justamente intitulado de Campo da Igualdade Isaac Aboab, o Rabino que era chamado de o último “Gaon” de Castela, palavra com que se designavam os grandes líderes intelectuais judeus da Babilónia, antes e depois da época dos Exilarcas, e que terá sido trazida para a Europa, no século VIII, com a chegada a Septimania do “Gaon” e Exilarca Makhir Natronai David, que significativamente haveria de casar com uma princesa europeia e dar origem a ramos davídicos no seio da monarquia do Velho Continente.

Realizar-se-á no Porto, numa parceria entre a CIP/CJP e a *European Jewish Association*, a reunião anual desta importante organização que representa as comunidades judaicas desde Portugal até à Ucrânia, com vista a debater os desafios que o povo judeu enfrenta no Velho Continente e em todo o mundo. A reunião realizar-se-á num hotel que pertence a um judeu de origem sefardita que já investiu 400 milhões de euros num país falido e mal agradecido. Altos dignitários da política europeia e mundial estarão presentes neste evento, que decorrerá durante três dias em circunstâncias de alta segurança e que incluirá conferências e visitas guiadas ao Museu do Holocausto, Museu Judaico e Sinagoga Kadoorie.

No plano cultural, celebrar-se-ão com especial calor as datas de 27 de Janeiro, Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, 31 de março, Dia Nacional da Memória das Vítimas da Inquisição, 3 de setembro, Dia Europeu da Cultura Judaica, 9 de Novembro, Dia Internacional Contra o Antissemitismo. De igual modo, solicitar-se-á o apoio da Câmara Municipal do Porto para expor num espaço condigno da cidade as pinturas da CIP/CJP que, numa dúzia de quadros, contemplam a história de dois milénios da comunidade judaica do Porto, entrecortada por convívios com romanos, germanos, muçulmanos e reconquistadores visigodos cristãos.

Quis o destino que, antes do centenário, a associação CIP/CJP experimentasse o período de maior apogeu da sua história em termos de vida religiosa, cultural e organizativa. As dores impostas à comunidade judaica organizada mais completa e pujante de Portugal por parte de elitistas medíocres e antissemitas (no sentido do anti-judaísmo tradicional, anti-sucesso judaico e anti-israelismo) não constituem um acidente na história, mas sim uma continuação lógica e previsível de tudo quanto sucedeu no passado, devendo ser registadas, para a posteridade, como têm sido e vão continuar a ser, em instâncias internacionais, com factos, datas e nomes de protagonistas.

*

O serpentear de períodos bons e maus na história dos judeus do Porto foi constante nas relações com pagãos, católicos, arianos e muçulmanos, nos tempos da reconquista cristã, nas dinâmicas do Império português e ao longo da história de duzentos anos da moderna comunidade judaica do Porto. A necessidade de manter a discrição e o recatamento foi uma exigência. “Aqui, se os judeus levantam a cabeça, cortam-na”, insistiu sempre Nathan Beigel, que foi Presidente da Comunidade Judaica do Porto durante toda a década de 50 e que, antes disso, assistiu a todo o processo que envolveu o Capitão Barros Basto.

Considerando a irrelevância económica de um país onde a palavra judiaria significa maldade, os acontecimentos anti-judaicos já relatados e os desafios próprios de um tempo que rejeita a espiritualidade, a Comunidade Judaica do Porto, tal como as suas congéneres nacionais, provavelmente nunca terá um radioso futuro, nem atrairá um grande número de irmãos-de-fé, mais defendidos, integrados e confortáveis noutras paragens. Sobreviverá, porventura por muito tempo, mas de forma sofrível, com raros períodos de alegria e apogeu, logo reprimidos pelos poderes públicos. Sempre assim foi. Algumas famílias recém-chegadas já começaram a ir embora. Uma tristeza.

Com maior ou menor brevidade, chegará um tempo em que as salas de oração da Comunidade, que hoje são três, estarão vazias, e os museus, que hoje estão cheios, morrerão. No esquecimento terão caído o som dos rituais judaicos hoje cantados em uníssono por centenas de pessoas e o acolhimento amigável e gratuito de dezenas de milhares de alunos de escolas. A população apontará o grande edifício sinagoga como símbolo do materialismo, do dinheiro e dos maus sentimentos.

Este livro terminou de ser escrito no dia 1 de janeiro de 2023, ano de centenário da Comunidade Israelita do Porto / Comunidade Judaica do Porto. Foi produzido pelo Centro de Investigação da História Judaica do Porto, um departamento da organização.



Medieval fair in Oporto, from the movie “The Light of Judah”.
Feira medieval no Porto, do filme “A Luz de Judá”.



Beit Midrash before the Manueline Edict, from the film “The Light of Judah”.
Beit Midrash antes do Édito manuelino, do filme “A Luz de Judá”.



“New Christian” community in inquisitorial times, scene from the film “1618”.
Comunidade Cristã-Nova em tempos inquisitoriais, cena do filme “1618”.



An inquisitorial visitation is announced at the Cathedral, scene from the movie “1618”.
Uma visitação inquisitorial é anunciada na Sé, cena do filme “1618”.



In 1929, the first stone of the Synagogue is laid.
Em 1929, é colocada a primeira pedra da Sinagoga.



The dazzling new Oporto Synagogue (1938). | A Sinagoga do Porto ergue-se deslumbrante (1938).



The community in the 1930's. | A comunidade na década de 1930.



Official opening of the Synagogue. | Inauguração oficial da Sinagoga.



Holocaust refugees (1940).
Refugiados do Holocausto (1940).



Refugees gather on the steps of the Synagogue (1941).
Refugiados concentram-se nas escadas da Sinagoga (1941).



Wedding of
Eta Pressman and
Donald Wright (1948).
Casamento de
Eta Pressman e
Donald Wright (1948).



Wedding of Rénia Finkelstein and Paltiel Cymerman (1948).
Casamento de Rénia Finkelstein e Paltiel Cymerman (1948).



The temple in the 1960s.
O templo na década de 1960.



Fascists and communists attack the Community in 1978.
Fascistas e comunistas atacam a Comunidade em 1978.



The Synagogue in the 1980s.
A Sinagoga na década de 1980.



The temple restored in 1995.
A reabilitação do templo em 1995.



The state of the Synagogue in June 2012.
O estado da Sinagoga em junho de 2012.



The building restored in December 2012 | Reabilitação do edifício em Dezembro de 2012
([SYNAGOGUES360.org/Louis Davidson](http://SYNAGOGUES360.org/Louis%20Davidson))



Celebration of the 75th anniversary of the Synagogue in 2013.
Celebração dos 75 anos da Sinagoga em 2013.



The first Kosher Hotel in Portugal (2014).
O primeiro Hotel Kosher em Portugal (2014).



Cultural Activities (2014). | Atividades Culturais (2014).



Talmudic study session (2015). | Sessão de estudo talmúdico (2015).



Shabbat meal on the 2nd floor of the Synagogue building (2016).
Refeição de Shabbat no 2.º piso do edifício da Sinagoga (2016).



The New Mikveh (2016). | Uma nova Mikvé (2016).



Shabbaton (2017).



Shabbaton (2018).



Decoration of the Synagogue for Shavuot (2018).

Decoração da Sinagoga para a festa de Shavuot (2018).



Community offers Shabbat meals in over a dozen countries (2018)

Comunidade oferece Shabbat meals em mais de uma dezena de países (2018)



Community offers Chanukiot to Portugal, the USA and Russia (2018).
Comunidade oferece Chanukiot a Portugal, EUA e Rússia (2018).



President of the Republic visits the Oporto Synagogue (2019).
Presidente da República visita a Sinagoga do Porto (2019).



The Jewish Museum of Oporto (2019).
O Museu Judaico do Porto (2019).



The Community contributes to the building of Synagogues, schools and *mikvaot* (2019).
A Comunidade contribui para a criação de Sinagogas, escolas e *mikvaot* (2019).



Festivals and events of the congregation, Sefarad 2020.
Festas e eventos da congregação, Sefarad 2020.



Sephardic Certification Archives (2020).
Arquivos de Certificação de Sefardismo (2020).



Kashrut at the city (2021). | Cashrut na cidade (2021).



The largest Jewish library in Iberian Peninsula (2021). | A maior biblioteca judaica da Península Ibérica (2021).



Concert by Portuguese-Israeli David D'Or at Oporto Synagogue (2021)
Concerto do luso-israelita David D'Or na Sinagoga do Porto (2021)



Mekor Haim Choir | Coro Mekor Haim



The Jewish Museum receives the D. Pedro, the Liberator commendation (2022).
O Museu Judaico recebe a comenda D. Pedro, o Libertador (2022).



The Holocaust Museum of Oporto (2022). | O Museu do Holocausto do Porto (2022).



In the “Room of Names” the names of relatives of Oporto Community members are displayed.
Na “Sala de Nomes” estão expostos os nomes de familiares de membros da Comunidade.



Kristallnacht commemorated at the Oporto Holocaust Museum (2022).

Noite dos Cristais comemorada no Museu do Holocausto do Porto (2022).

S
Y
N
A
G
O
G
U
E
S



Kadoorie Mekor Haim



Kadoorie Mekor Achdut



Kadoorie Mekor Simchah

O
P
O
R
T
O

2
0
2
2

The three Community Synagogues (2022). | As três Sinagogas da Comunidade (2022).



Congregation in the year 2022, just before the centenary.
 Congregação no ano de 2022, à entrada do centenário.



Photos of the new Jewish Cemetery of Oporto (1st January, 2023).
Imagens do novo Cemitério Judaico do Porto (1 de Janeiro de 2023).



The Cemetery is called the “Isaac Aboab Field of Equality”.
“Campo da Igualdade Isaac Aboab” é o nome do Cemitério.

Jews of Portugal and their recent rebirth	169
Portuguese Jewish community ‘slandered’ in campaign against ‘Sephardic law’	173
Oporto Jewish Community accuses Portugal of waging anti-Semitic campaign.....	175
A new room dedicated to antisemitism in Portugal between 2015 and 2022 was inaugurated at the Jewish Museum of Oporto.....	177
Oporto Jewish community files complaint with EU over ‘anti-Semitic abuse’	179
Lisbon appeals court throws out restrictions on Portugal rabbi.....	182
Jewish students demand Portugal ‘never again’ harass Oporto community.....	184
Jewish Community of Oporto inaugurates new Synagogue and shares images of activities in 2022.....	186
The European Days of Jewish Culture: about 5,000 people visited the institutions of the Jewish community of Oporto.....	189
Porto’s religious revival.....	191
Jewish Community of Oporto inaugurates new Synagogue and shares images of activities in 2022.....	193
The European Days of Jewish Culture: about 5,000 people visited the institutions of the Jewish community of Oporto.....	197
750 thousand people saw the videography of the Jewish Community of Oporto in the last decade	199
The Holocaust Museum of Oporto	201
The Jewish Museum of Oporto	204
Jewish Cemetery of Oporto	208
“Kristallnacht” - Shoah Museum of Oporto (Nov 9, 2022)	210
“Kristallnacht” commemorated in Oporto with 1500 school children.....	211
Jewish Community of Oporto invites Netanyahu to visit the “Yonathan Room” at the Museum	213
This week the Portuguese Jewish School will be inaugurated.....	214
The Jewish Community of Oporto shared the meaning of Jewish holidays with the Portuguese population	215

V

Board Member of the Jewish Community of Porto participates in a meeting of Keren Hayesod leaders	217
Bishop of Oporto is received at the Jewish Museum to watch the film “1618”.....	219
Jewish Museum of Oporto received an important distinction in the presence of the Mayor of the city	220



The Jewish community of Porto, Portugal, celebrates Shabbat at the main synagogue. Credit: Jewish Community of Porto.

FEATURE

Jews of Portugal and their recent rebirth

They enjoy strong communal infrastructure, such as youth centers, kosher restaurants and hotel arrangements, a mikvah and museums.

BY **ELIANA RUDEE**

(April 26, 2021 / JNS) *Experts in global Jewish history believe that highlighting minority voices within the Jewish community has the power to honor its nuances and interconnectedness. JNS's new series highlighting Jewish ethnic minorities aims to elevate their voices, and in turn, celebrate the beautiful mosaic that is the Jewish people.*

The history of Jews in Portugal predates the country's official founding in 1143, as Jews lived in the kingdom for millennia, even prior to the Roman Empire. The Jewish people have thrived in the land, been expelled from the land, returned, and have, in the past six years, experienced a rebirth.

Through the 12th to 15th centuries, the small Jewish community in Portugal, numbering about 70,000 people, thrived and were well-regarded, occupying prominent positions in the kingdom. As the Spanish edict of expulsion was given in 1492, around 120,000 Spanish Jews fled to Portugal, though the Portuguese issued its own edict of expulsion in 1496, causing Jews to flee to Turkey, Morocco, Syria, Amsterdam and other countries. Some remained as practicing Jews and hid; in fact, a community of "secret Jews" continued to practice in the mountains of Portugal but weren't discovered until the 20th century. Others converted, and thousands were killed. The edict of expulsion was not extinguished until the 19th century, and as a result, there has been very little opportunity for a flourishing Jewish community until lately.

At the end of the 19th century, Jewish settlers from Morocco and Gibraltar, as well as Ashkenazi merchants from Poland, Russia and Germany, began to arrive, founding a

congregation in Lisbon, and later Porto, so that by the start of the 20th century, Jewish practice returned to Portugal.

Today, Portugal is home to between 5,000 and 6,000 Jews with the majority in Lisbon and Porto, whose communities have around 500 formal members each. The majority of Jews are scattered throughout Portugal and not affiliated with religious communities. There is also a small community of Belmonte—85 people from the area converted to Judaism before a *beit din* (rabbinical court) in 1991. “They were the last **Portuguese Crypto-Jews**,” said Dara Jeffries, a leader of the Jewish community of Porto.

The overwhelming majority of Jewish community members in Portugal are descended from traditional Sephardic families who for centuries lived in Balkan countries such as Macedonia, Greece, Bulgaria and the former Yugoslavia, as well as in Arab or Muslim countries, including Turkey, Lebanon, Syria, Morocco, Algeria, Egypt, Tunisia and Libya. In these places, marriages between Jews of Portuguese origin and Jews of Spanish origin were common for many generations. The community is therefore a mixed one, with Orthodox, liberal, Ashkenazi and Sephardic backgrounds integrated into one community.



Portugal is home to between 5,000 and 6,000 Jews with the majority in Lisbon and Porto, whose communities have around 500 formal members each. Credit: Jewish Community of Porto.

Jeffries splits her time between Portugal and Miami, where she practices law. She was born in Spain to American ex-pat parents who moved to Portugal when she was 8 years old. As a member of the board of the Jewish community, and with her husband, a former president of the board, her family is intimately involved in the community and leads documentation and research efforts at the cultural department there.

“Portugal is a top destination in Europe and the world, as it has a great deal of history, and is a very friendly and welcoming country, and for Jews, it is very safe. Even under fascism, Jews were able to make their way through,” Jeffries told JNS, noting that “refugees from Nazi Germany found their way to freedom through Portugal.”

A boon in tourism and kosher facilities

Portuguese Jews are “very welcoming,” said Jeffries, and enjoy strong Jewish infrastructure, such as youth centers, kosher restaurants and hotel arrangements, a *mikvah* and museums. In 2019, a Jewish museum was inaugurated in Porto by the president of B’nai B’rith International. This year, a Holocaust museum, in cooperation with B’nai B’rith International and Holocaust museums around the world, was founded in Porto—a first in the Iberian Peninsula.

According to Jeffries, Porto’s Jewish community has members from more than 30 countries, its own rabbinical court and a cemetery. The community has an “ecumenical approach” to relating to their non-Jewish neighbors, said Jeffries, and focuses on education and outreach, cooperating and working on joint projects with the Catholic diocese and Muslim communities, and projecting a “good image of inter-religious harmony.”

Still, there is no high-quality education for children on Judaism and the Jewish people in Portugal, and anti-Semitism has begun “cropping up, like in Europe as a whole. So that is something we are very focused on and our reason for opening the Holocaust museum,” explained Jeffries. “Few knew about the Holocaust in Portugal when I grew up, and there were subtle conspiracy theories in public opinion and in the press.” Those untruths have further spread today, she continued, as anti-Semitic political cartoons and comments about Jews, the global coronavirus pandemic and vaccines have proliferated in the press.

Overall, however, the community is flourishing, according to those familiar with it, and has recently experienced a rebirth. In 2012 and 2013, the main synagogue building in Porto was rehabilitated; the first festivities were held with hundreds of people, and a kosher hotel was opened to serve Jewish tourists. In 2015, legislation was approved allowing descendants of Sephardic Jews expelled from Portugal to acquire Portuguese nationality.



In 2019, a Jewish museum was inaugurated in Porto by the president of B’nai B’rith International. This year, a Holocaust museum, in cooperation with B’nai B’rith International and Holocaust museums around the world, was founded in Porto—a first in the Iberian Peninsula. Credit: Jewish Community of Porto.

Over the past six years, said Jeffries, the law has seen overwhelmingly positive effects. “There has been huge growth in the Portuguese Jewish community in general; investments of billions of euros by Sephardim in the national economy; the construction of new prayer rooms, *mikvahs*, Jewish cemeteries, *achdut* (“unity”) centers for youth, and kosher hotels, restaurants and supermarkets; Jewish museums; a Chabad center; a Holocaust museum; Jewish cinema and the production of four internationally awarded history films.”

The community has also hosted “numerous conferences, festivals, Ladino music concerts, Jewish cultural centers ... [is] funding of the recovery of archives from the Inquisition (which were rotting and in peril of being lost forever) ... [and encouraging] mass Jewish tourism, including tens of thousands of Sephardic tourists,” she reported.

As for the many thousands of descendants of Portuguese Jews living outside of Portugal, their identity has rarely been retained, although there is much to preserve, according to Jeffries. That includes the language of **Ladino**, as well as the memories of Portuguese Jews. Through the Porto museums, she hopes to spread knowledge about the Jews of Porto and their history.



Portugal is home to between 5,000 and 6,000 Jews with the majority in Lisbon and Porto, whose communities have around 500 formal members each. Credit: Jewish Community of Porto.

FEATURE

Portuguese Jewish community 'slandered' in campaign against 'Sephardic law'

Portugal's Jews have been targeted by anti-Semitic campaign seeking to abolish a 2015 law granting citizenship to descendants of Jews expelled in the 15th century, says Oporto Jewish community president.

BY **DAVID ISAAC**

(June 30, 2022 / JNS) The Jewish community of Oporto, Portugal's second-largest city, says it has been the victim of an anti-Semitic campaign orchestrated by "agents of the state" seeking to abolish the Nationality Law for Portuguese Sephardic Jews. Also known as the "Sephardic Law," the 2015 legislation grants Portuguese citizenship to descendants of Jews expelled from the country in the 15th century.

Writing to the Portuguese Parliament's Committee on Constitutional Affairs, Rights, Freedoms and Guarantees on June 22, community president Gabriel Senderowicz detailed the abuse he said the community had endured. State actors, Senderowicz wrote, had "gathered together anonymous denunciations from the scum of society ... and created an atmosphere of terror and hostile news through the agency of half a dozen handpicked journalists."

The alleged campaign bore bitter fruit, as the government has announced revisions to the Sephardic Law that members of Portugal's Jewish community say create demands that are impossible to fulfill.

"No Sephardi [Jew] in the world has made hundreds of trips to Portugal since childhood, let alone owns properties inherited from ancestors who lived in the country at the time of the Inquisition," Senderowicz told JNS.

The new requirements will go into effect starting Sept. 1, 2022.

In 2015, the Oporto Jewish community's involvement with the Sephardic Law began on a high note as Portugal's government asked for help in vetting potential candidates. The law required certification from the Portuguese Jewish community "proving Sephardic Jewish lineage of Portuguese origin."

Then, in early 2020, opponents of the law targeted the community, said Senderowicz.

"They were a group of anti-Semitic politicians, journalists and influencers," he told JNS. "They launched a slanderous campaign against the law, saying 'candidates only want passports of convenience,' 'there are tens of millions of candidates' [57,000 have in fact received citizenship] and 'applicants need only pay thousands of euros to genealogists, lawyers and the Portuguese Jewish communities.'"

The accusations sharpened in December 2021, focusing on the fees charged by the Jewish community to issue certificates and leveling charges of corruption. Opponents of the law alleged that the community was making millions in profits through certifications, he said, noting that the fees charged by "certifying communities in Portugal are exactly the same as the fees charged by the Portuguese Registry Office, whom no one accuses of making millions in profits." The fee is 250 euros per certificate, or about \$260.

Police opened a criminal investigation into the matter in February 2022.

Senderowicz described how the Portuguese authorities "invaded" Oporto's Kadoorie Mekor Haim Synagogue, the largest synagogue in the Iberian Peninsula "as if it were a brothel," searched the home of the synagogue's vice president, Isabel Ferreira Lopes, "looking for bags stuffed with cash," and arrested and detained the community's chief rabbi, Daniel Litvak, on suspicion of fraud.

Among the specific accusations was the rabbi's certification of Russian billionaire Roman Abramovich. Senderowicz told JNS this was a falsehood; that Abramovich had been certified by the Russian rabbinate, which confirmed the family memory of the applicant and last names of Sephardic origin in his genealogy, both of which are criteria under the law.

Abramovich, who along with other Russian oligarchs, has become persona non grata in western countries in the wake of Russia's invasion of Ukraine, has been held up by opponents of the Sephardic Law as a poster child for why it should be repealed or revised, said Senderowicz.

Although Rabbi Litvak was released after 24 hours and was not prevented from continuing to issue certificates, Senderowicz wrote the Portuguese parliament committee that "the Board of Directors of the Jewish Community of Oporto decided to suspend this activity, as it refuses to cooperate with a state that with the aim of destroying a law, has started an anti-Semitic and terrorist action against an organized Jewish community."

Also in protest, the Jewish community inaugurated a new hall at the Jewish Museum of Oporto that chronicles anti-Semitism in Portugal from 2015 to 2022. Senderowicz said that as part of the exhibit, the community plans to expose the state actors who were involved in maligning it.

Senderowicz noted that anti-Semitism has been on the rise in Portugal, but that the authorities have yet to take it seriously.

The Israeli Embassy in Portugal, in a statement of support, said, it "appreciates the important activities of Portugal's Jewish community—including all communities and institutions—and will continue to support and work shoulder to shoulder with it to ensure its growth and prosperity, as Israel does with all Jewish communities around the world. The embassy is maintaining constant contact with the Jewish community in Porto."

<https://www.jns.org/portuguese-jewish-community-slandered-in-campaign-against-sephardic-law/>

Oporto Jewish Community accuses Portugal of waging anti-Semitic campaign

"It's just painful to see state representatives retreat hundreds of years, pursue powerful people in Portugal just because of their Jewishness," says community president Gabriel Senderowicz.



Members of the Jewish congregation stand outside the Kadoorie Mekor Haim Synagogue in Oporto, Portugal. Credit: CIP/Bizarro

(July 19, 2022 / JNS) The Oporto Jewish Community on Monday **again** accused the Portuguese state of conducting an "ongoing anti-Semitic campaign," after police raided the offices of several law firms and the home of the curator of the city's Jewish Museum in connection with alleged corruption surrounding Portugal's so-called "Spanish Law."

According to a statement from the Jewish community leadership, the campaign is being orchestrated by "agents of the state" seeking to abolish the 2015 Nationality Law for Portuguese Sephardic Jews, which grants Portuguese citizenship to descendants of Jews expelled from the country in the 15th century.

"The lawyers [whose offices were raided] were presented with a list of about 20 names of well-known and powerful Jews who are at the center of a criminal investigation on suspicion of having obtained their Portuguese citizenship illegally," said Oporto Jewish Community President Gabriel Senderowicz.

Among those whose names were presented to the lawyers were Patrick Drahi, a French-Israeli businessman who received his Portuguese citizenship from the Lisbon Jewish

community in 2015; Michael Kadoorie, a British-Portuguese citizen whose family built the Kadoorie Mekor Haim Synagogue in Oporto; and Jewish philanthropist Andrei Rappoport, who received Portuguese citizenship in 2016, according to the Jewish community president.

“All the names mentioned, with the exception of Mr. Kadoorie, paid a fee of €250 legally, as is charged to anyone applying for Portuguese citizenship,” said Senderowicz. “The community decided not to charge Mr. Kadoorie and offered him the certificate as a token of appreciation for his family’s contribution to the Jewish Community of Oporto.

“I regret that the ‘Spanish Law’ has become an anti-Semitic weapon against wealthy Portuguese citizens,” Senderowicz said. “This is nothing more than deception by some powerful state officials in the country who seek to disguise their anti-Semitic attitudes [with the claim] that these businessmen received their citizenship insincerely.”

The police raids come just weeks after the Oporto Jewish Community submitted a statement to a Portuguese parliament committee detailing the anti-Semitic abuse it claims to have already suffered.

The statement, which accused Portugal of persecuting Jews and engaging in anti-Semitism, was a response to the state’s announced intention to abolish the 2015 legislation.

The Oporto Jewish Community’s involvement with the Spanish Law began on a high note as Portugal’s government asked for its help in vetting Jews seeking citizenship. The law required certification from the Portuguese Jewish community “proving Sephardic Jewish lineage of Portuguese origin.”

Things took a turn for the worse when, in early 2020, opponents of the law began targeting the community, Senderowicz told JNS.

“They were a group of anti-Semitic politicians, journalists and influencers. They launched a slanderous campaign against the law, saying ‘candidates only want passports of convenience,’ ‘there are tens of millions of candidates’ [57,000 have in fact received citizenship] and ‘applicants need only pay thousands of euros to genealogists, lawyers and the Portuguese Jewish communities,’” he said.

The Oporto community then announced its intention to expose the anti-Semitic officials in a new exhibit at the Jewish Museum of Oporto.

Shortly afterward, said Senderowicz, the curator of the Jewish Museum received a visit from the police that lasted five hours, during which he was asked to hand over to police information about these officials and their actions.

“It’s just painful to see state representatives retreat hundreds of years, pursu[e] powerful people in Portugal just because of their Jewishness, try to destroy the leaders of our community, and turn their arrows of hatred against the richest people in Portugal, who applied for citizenship lawfully and now find themselves persecuted though innocent of any crime,” said Senderowicz.

15/06/2022

A new room dedicated to antisemitism in Portugal between 2015 and 2022 was inaugurated at the Jewish Museum of Oporto



Hundreds of students from schools were the first to visit the new hall of the Jewish Museum of Oporto which presents the chronology of antisemitism in Portugal between 2015–2022. It has also some statues on display representing modern antisemites, incorporating their ideas, publications, and other forms of expression.

The exhibition begins with a study by the Anti-Defamation League in 2014, which concluded that there were at least 1.8 million Portuguese with antisemitic feelings.

However, at that time there were no antisemitic offences for nothing justified them: the national Jewish community, then numbering some 600 people, was practically invisible.

As a result of the 2015 legislation promoting the return of Sephardic Jews, the Jewish community grew significantly. This was immediately followed by exponential growth in antisemitism.

To begin with, there were a number of negative posts online and malicious shares which were highly aggressive against “the Jews” as a religious and social group. “It’s the worst race on Earth”, “they are foreigners”, “they wish to divide the Portuguese”, “go to Israel!”.

The Jewish community of Oporto informed the Portuguese Government about the growth of antisemitism and added that if nothing were done, sooner or later the Portuguese Jews would be subject to violence by antisemites – small in number but angry. The Community expressed its willingness to contribute to the development of a national strategy to fight antisemitism and protect the Portuguese Jewish communities.

The Oporto Jewish community created an Antisemitism Observatory to observe and monitor antisemitism on Portuguese territory in real time, choose ways to reduce or eliminate the prejudice against Jews and the Jewish communities, draw up scientific opinions and reports for information and action, if necessary, by the relevant supervisory authorities, raising political parties’ awareness of the need to improve the existing legislation and promote suitable school curricula.

The Community inaugurated the Jewish Museum of Oporto to create the image of an open religious community. However, the Public Security Police (PSP) was opposed to placing any police officer at the Museum, for in their opinion there were no security risks. For security reasons, the Jewish community of Oporto decided not to open the Jewish museum to the general public. It serves exclusively the Portuguese and international Jewish community, schools and teachers.

A group belonging to the German antifascist “Anti Faschistishche Aktion” pasted their organisation’s stickers on the Oporto synagogue, linking it to fascism. The group is also suspected of preparing to vandalize the Holocaust Museum in this city. Indeed, some of its members were identified inside the museum the day before the action against the synagogue.

The construction of the Chabad Centre in Cascais and of the Jewish Museum of Alfama in Lisbon were opposed by some outspoken residents. It was claimed that the new buildings would break with the tradition of the neighbourhoods. In the meantime, in Oporto there were many individual cases of antisemitism, fortunately without physical violence. The façade of a Jewish family’s home was vandalised in red paint, including the mezuzah. The head of that family had complained at his daughter’s school that a young boy had complained because “the Jews are killing children in Palestine”.

The State neither prevents nor punishes the spread of such stereotypes which in the past led to the genocide of the world Jewish population and in the present jeopardises the respectability and security of Jews in general and Jewish communities, that in addition have to provide and pay for the protection of members, properties, synagogues, museums and cemeteries.

In 2020, a group of influential people in Portugal tried to put an end to the provisions of the Nationality Law for Portuguese Sephardic Jews by means of a defamation campaign against the Jewish communities involved in the certification process. Without being able to single out one wrongly decided case and ignoring all the positive effects of the law, these people spread hate on social media, using their journalist friends, media agents, columnists and professional slanderers to launch the worst stereotypes against the Jewish communities.

In 2022, people within the Portuguese State apparatus used journalists, influencers, anonymous accusers, anonymous sources and police to end the Sephardic law and bring down the leaders of the Jewish Community of Oporto, the strongest in Portugal.

No one has escaped this kind of inquisition-style “purification”. From religious to secular leaders – presidents, ex-presidents, vice-presidents, treasurers, members and secretaries, not forgetting the museologist and the doorkeeper – and many more the victims, books of minutes were seized, as were confidential documents and communications between the Jewish Community of Oporto and the Jewish world at large: B’nai B’rith International, Anti-Defamation League, Keren Hayesod, CEJI, Anti-Semitism Movement and hundreds of other Jewish organizations.

The new room presents an explanation of the genesis of the present criminal proceedings and soon there will also be a brightly lit display case containing all the accusations that led to these proceedings and photographs of all the characters who made, spread and took advantage of these charges for malign purposes.

The Jewish Museum of Oporto was inaugurated in 2019. In his address at the Museum’s opening ceremony, the President of B’nai B’rith International said: “This Jewish Museum will punctuate the awakening of Jewish life in Portugal and should serve as a beacon of light for the rest of Europe, a land now obscured by resurgent antisemitism.”

Before the Second World War, an estimated 9.5 million Jewish people lived in Europe. Nowadays, the Jewish population in the EU is estimated to be up to 1.5 million people. In recent years, the Jewish population in the EU has been declining, in particular to security concerns, as well as to the perceived lack of determination of some governments to address antisemitism.

<https://portuguesejewishnews.com/news/a-new-room-dedicated-to-antisemitism-in-portugal-between-2015-and-2022-was-inaugurated-at-the-jewish-museum-of-oporto/>

Oporto Jewish community files complaint with EU over ‘anti-Semitic abuse’

According to the complaint, the immediate aim of an ongoing investigation of the Portuguese Jewish community is to take control of Portuguese telecom giant MEO, owned by Jewish businessman Patrick Drahi.

BY **DAVID ISAAC**



Oporto's Kadoorie Mekor Haim Synagogue. Credit: CIP/CJP/Bizarro.

(August 30, 2022 / JNS) The Jewish community of Oporto, Portugal, which claims it has endured an anti-Semitic smear campaign of national proportions, filed a complaint with the European Public Prosecutor's Office (EPPO) on Aug. 26. The complaint details what the community claims are false accusations against it aimed at undermining a 2015 law granting citizenship to descendants of Portuguese Jews.

The campaign will “destroy the credibility of a law, and harms community leaders and people whose Sephardic origin had been certified in compliance with the law,” Gabriel Senderowicz, president of the Oporto Jewish community, told JNS.

A new stipulation to the 2015 Nationality Law for Portuguese Sephardic Jews, aka the “Sephardic Law,” has made it impossible for candidates to meet the law's requirements, he said. Descendants must now show certificates proving inherited real estate in Portugal, something which is “logically impossible,” the complaint notes, as Sephardic Jews had their assets confiscated centuries ago. The new requirement goes into effect on Sept. 1.

According to the complaint, the campaign against the Sephardic Law began in April 2020 with a parliamentary debate initiated by three politicians: Foreign Minister Augusto Santos Silva, Justice Minister Francisca Van Dunem and Socialist Party Parliamentary group vice president Constança Urbano de Sousa.

The complaint attributes anti-Semitic motives to Sousa, noting she “compared the exponential reproduction of the Sephardim to the coronavirus.” It also suggests Santos Silva may be motivated by his anti-Israel attitudes. “Santos Silva is a politician closely linked to extreme leftist theories about Israel and Palestine,” said Sederowicz, noting that Portugal’s President Marcelo Rebelo de Sousa has said of the affair that “it is a ‘Palestinian issue’ of the Minister of Foreign Affairs.”

Sousa, in coordination with Santos Silva and Van Dunem, attempted to derail the Sephardic Law by imposing a two-year mandatory residence period in Portugal before a candidate could apply for nationality, according to Sederowicz. The Jewish community objected and offered ways to improve the law. Sousa then began a smear campaign with help from media and influencers, the complaint states.

“Week after week, entire families were subject to libelous exposure in the newspapers, and slander on television, all based on anonymous denunciations and anonymous sources,” it continues.

The campaign accused citizenship candidates of only wanting “passports of convenience,” of paying lawyers and genealogists to sign off that they met the criteria, and of claiming that “tens of millions of candidates” were waiting for passports, giving the false impression that Portugal would be inundated by a Jewish influx.

The story sharpened into a slander specifically of the Oporto Jewish community, which was accused of running a racket by rubber-stamping citizenship certificates, said Sederowicz. “It was presented to the world as the sale of passports by a rabbinate who acted for money,” he said.

The community asserts that it charges a nominal fee of €250 per certificate, and only 57,000 applicants have received Portuguese citizenship out of an estimated pool of 1 million. The community applies “rigorous criteria,” he said.

The campaign had two main goals, said Sederowicz. First, to end the practice of providing Jews of Sephardic origin a path to Portuguese citizenship. Second, to blacken the name of French business mogul Patrick Drahi by falsely charging him with corruption in relation to his acquisition of Portuguese nationality in 2016.

Sederowicz told JNS that the reason Drahi figures so prominently is that the conspirators wanted to strip him of his Portuguese properties. Drahi’s telecom company Altice Europe purchased Portugal Telecom in 2015 (now Altice Portugal). Altice Portugal operates the Portuguese telecom service and brand MEO. Altice is also the biggest private partner in SIRESP, Portugal’s state communications network that handles emergency and security operations. The government decided to turn SIRESP into an entirely public company last year.

Sederowicz claimed that accusations against Drahi of corruption in his legal efforts to acquire Portuguese nationality will “deprive him of the moral force necessary to contest the allegedly flawed public contest of SIRESP” and to deliver telecom brand MEO to other, non-Jewish owners.

The complaint quotes a political scientist, João Lemos Esteves, who wrote that “the immediate aim of the persecution of the Portuguese Jewish community is to break the Jewish businessman Patrick Drahi in order to hand over a Portuguese telecommunications corporation (MEO) to a fund of ‘eminent Portuguese.’ ”

They want “to prevent other rich Jews of Portuguese nationality from investing in strategic sectors in Portugal, i.e., to avoid more ‘Patrick Drahis’ in Portugal, that is, to make false charges of corruption against the richest men in Portugal—all Jews,” said Senderowicz.

It was the Drahi connection that led the community to file its complaint with the EPPO. While the body can’t look into claims of anti-Semitism, it can investigate fraud and corruption when E.U. money is involved. The community hopes the EPPO will probe for possible financial impropriety.

The complaint calls into question a criminal investigation, “Operation Open Door,” opened by police in Feb. 2021. As part of the investigation, Oporto’s Kadoorie Mekor Haim Synagogue, the second largest in Europe, was searched and the community’s chief rabbi, Daniel Litvak, was arrested on suspicion of fraud. The complaint said Litvak was mistreated in prison, placed in a cell with a murderer and denied kosher food, forcing him to go more than 24 hours without eating.

“Operation Open Door” has a list of about 20 suspects, said Senderowicz, of which the Oporto community was privy to 15. He noted that it included all the richest men in Portugal and number one on the list was Drahi.

He noted that Drahi’s name was buried by the press in favor of another wealthy Jew on the list, Roman Abramovich.

“The strategy of the conspirators included not mentioning the name of Patrick Drahi in the media. The idea was to raise a great cloud with a convenient actor [Roman Abramovich] and a convenient country [the Russian Federation] to sully and destroy Drahi,” he said.

Even though the aim of creating an impossibly high bar for the Sephardic Law has already been enacted, Senderowicz said he expects “Operation Open Door” to continue for another 10 years, “like every big case in Portugal. It’s ridiculous.”

Lisbon appeals court throws out restrictions on Portugal rabbi

The judges also said there was no evidence that Daniel Litvak received kickbacks for issuing certificates of Sephardic descent.

BY **DAVID ISAAC**



Rabbi Daniel Litvak of Oporto (left) with the former Israeli Ambassador to Portugal Raphael Gamzou. Credit: CIP/CJP

(September 29, 2022 / JNS) The Lisbon Court of Appeal on Tuesday revoked “coercive measures” against Daniel Litvak, the rabbi of the Portuguese city of Oporto. The restrictions were part of a campaign of anti-Semitic harassment against the community, its leaders claim.

The restrictive measures required Litvak to report three times a week to the Judicial Police and prevented him from leaving Portugal. The rabbi still must inform the police of his residence in Portugal and abroad.

“In summary, the Court says that the rabbi was arrested and insulted worldwide without any evidence,” Gabriel Senderowicz, president of the Jewish Community of Oporto, told JNS. “And the same happened concerning the incredible invasion of the Oporto synagogue, the community documents theft, the searches in the house of the directors, and the complete insult of the community during nine months.”

Senderowicz referred to actions taken by Portuguese authorities against the Oporto community, including invading Oporto’s Kadoorie Mekor Haim Synagogue, the largest synagogue in the Iberian Peninsula “as if it were a brothel;” searching the home of the

synagogue's vice president, Isabel Ferreira Lopes, "looking for bags stuffed with cash;" and arresting and detaining Litvak on suspicion of fraud.

Litvak was mistreated in prison, placed in a cell with a murderer and denied kosher food, forcing him to go more than 24 hours without eating, according to a complaint filed by the community with the European Public Prosecutor's Office (EPPO) on Aug. 26.

Police actions were the culmination of an anti-Semitic smear campaign by public figures and members of the press against the community orchestrated by "agents of the state" opposed to the 2015 Nationality Law for Portuguese Sephardic Jews, Senderowicz said. The law grants citizenship to descendants of Jews expelled from the country in the 15th century.

The Oporto Jewish community was accused of running a racket by rubber-stamping citizenship certificates, said Senderowicz. "It was presented to the world as the sale of passports by a rabbinate who acted for money," he said.

Senderowicz said the community has been subject to "anonymous denunciations made by state agents, professional slanderers and individuals" combined with a "murderous media campaign carried out by half a dozen journalists and influencers to destroy the credibility of a law, community leaders and people whose Sephardic origin had been certified in compliance with the law."

The community denies any accusation of wrongdoing. Litvak received a degree of support from the Lisbon Court of Appeal. In its decision, it rebuked the Public Prosecutor's Office.

The judges said the criminal intent attributed to the defendant's conduct was based "on nothing." It questioned the accusation that Litvak received kickbacks for issuing certificates of Sephardic descent, a necessary step to receiving Portuguese citizenship under the law, and the charge that he upheld false claims of Sephardic descent on behalf of applicants.

"What amounts, who paid, when, regarding which naturalization process?" the judges asked. "In which naturalization processes did the appellant falsely attest that an applicant was a descendant of Portuguese Sephardic Jews?"

They referred to the charge as "a generalization without factual basis."

The Public Prosecutor's Office also failed to provide a "reference to a specific case, a false document, an undue payment or receipt, [or] an indication of the criminal scheme," the judges said.

"How can someone defend themselves only from generalities?" the judges wrote.

"In light of the foregoing, it is clear that it is not even possible to get to the facts even by means of the evidence. It cannot be concluded ... that the appellant has committed any of the acts that are attributed to him," they concluded.

Jewish students demand Portugal ‘never again’ harass Oporto community

The students urged the country's parliament to never again allow a chief rabbi to be unlawfully detained or a synagogue to be invaded.



Oporto's Kadoorie Mekor Haim Synagogue. Credit: CIP/CJP/Bizarro.

(November 29, 2022 / JNS) Forty-four French Jewish students attending university in Oporto, Portugal, sent a petition on Monday to the Portuguese parliament asking the state to “never again unlawfully detain a chief rabbi or illegally invade a synagogue.”

The letter to the unicameral Assembly of the Republic urges the state of Portugal to never again “cooperate with nocturnal burglars [and] anonymous whistle-blowers” in order to “incriminate people and build a legal proceeding that in fact is ‘based on nothing,’ in the words of the Lisbon Court of Appeal.”

Ilan Cohen, the petition’s first signatory, said, “The discrimination of the inquisition was not enough for them to stop there. Jews remain unprotected because unlike other minorities they are always associated with money, always.”

Gabriel Senderowicz, president of the Oporto community, told JNS, “The young always represent the hope for a brighter future. Our young French members say that there is a difference between France and Portugal. In France they are protected by the state and persecuted by parts of the population. Here they live in safety among the population but they find that there are elites who persecute the Jewish community.

“In this year, our community has not only watched historical antisemitism repeating itself but also has written history in real time, with its own hands. The letter of our young members aims at laying the new chapter of the antisemitic narrative to rest.”

The letter referred to actions taken by the Portuguese police against the Jewish community of Oporto, including **searching** the city's Kadoorie Mekor Haim Synagogue, the largest shul in the Iberian Peninsula, and arresting and detaining Daniel Litvak, chief rabbi of the city's Jewish community, in March.

Litvak was mistreated in prison, placed in a cell with a murderer and denied kosher food, forcing him to go more than 24 hours without eating, according to a complaint filed by the community with the European Public Prosecutor's Office (EPPO), an independent body of the European Union, on Aug. 26.

The rabbi then was required to report three times a week to the Judicial Police and barred from leaving Portugal. Those restrictive measures were **removed** on Sept. 27 by the Lisbon Court of Appeals.

The judges questioned the accusation that Litvak received kickbacks for issuing certificates of Sephardic descent, a necessary step to receiving Portuguese citizenship under a 2015 law granting such citizenship to descendants of Jews expelled from the country in the 15th century.

The rabbi had been accused of fraud—of rubber-stamping citizenship certificates, Senderowicz said. "It was presented to the world as the sale of passports by a rabbinate who acted for money."

According to Oporto's Jewish community, the harassment was part of an organized **campaign** by "agents of the state" seeking to abolish the Nationality Law for Portuguese Sephardic Jews, also known as the "Sephardic Law."

Antisemitic politicians, journalists and social media influencers launched a "slandorous campaign" claiming that the law would lead to a flood of new citizens and alleged that the Oporto community was making millions in profits through the certification process, Senderowicz said.

The campaign against the law was ultimately successful as the government revised the Sephardic Law to include demands that Portugal's Jewish community says are impossible to fulfill.

The students' letter concluded with a request that Portugal "posthumously reintegrate the 'Portuguese Dreyfus,' " referring to Capt. Artur Carlos de Barros Basto, who was drummed out of the army in 1937 for his Jewish roots.

Barros Basto helped to establish the Jewish community in Porto and the Kadoorie Synagogue. He also aided the return of Crypto-Jews to the Jewish people and, during World War II, helped hundreds of Jews escape the Holocaust.

La Communauté juive de Porto dénonce devant le Parlement, via une pétition, un risque d'antisémitisme d'état

🕒 1 décembre 2022 👤 Tribune Juive 📁 Antisémitisme 💬 4



La synagogue Kadoorie Mekor Haim de Porto a été fouillée. Credit: CIP/CJP/Bizarro

Des étudiants français juifs de Porto évoquent moult humiliations et exigent via une Lettre que le Portugal ne harcèle plus jamais la communauté de Porto: ils exhortent le Parlement du pays à ne plus jamais autoriser la détention illégale d'un grand rabbin ou l'invasion d'une synagogue.

44 étudiants juifs français des universités de Porto ont envoyé une Lettre à l'Assemblée de la République portugaise demandant à l'État de promettre "qu'il ne procédera plus jamais à la détention illégale d'un grand rabbin et à la fouille illégale d'une synagogue, d'un musée juif et des résidences de dirigeants communautaires".

Les étudiants se réfèrent à l'affaire qui en mars avait conduit à l'arrestation du rabbin de Porto, Daniel Litvak, accusé d'appartenir à une association criminelle vouée à la contrefaçon et à la corruption, avec la participation de fonctionnaires des Conservatoires et à travers des détournements et blanchiments d'argent non déclaré au Trésor.

En septembre, le tribunal a estimé que les multiples soupçons n'étaient "fondés sur rien" et a rendu au rabbin ses passeports.

Des étudiants français juifs de Porto évoquent moult humiliations et exigent via une Lettre que le Portugal ne harcèle plus jamais la

communauté de Porto: ils exhortent le Parlement du pays à ne plus jamais autoriser la détention illégale d'un grand rabbin ou l'invasion d'une synagogue.

44 étudiants juifs français des universités de Porto ont envoyé une Lettre à l'Assemblée de la République portugaise demandant à l'État de promettre "qu'il ne procédera plus jamais à la détention illégale d'un grand rabbin et à la fouille illégale d'une synagogue, d'un musée juif et des résidences de dirigeants communautaires".

Les étudiants se réfèrent à l'affaire qui en mars avait conduit à l'arrestation du rabbin de Porto, Daniel Litvak, accusé d'appartenir à une association criminelle vouée à la contrefaçon et à la corruption, avec la participation de fonctionnaires des Conservatoires et à travers des détournements et blanchiments d'argent non déclaré au Trésor.

En septembre, le tribunal a estimé que les multiples soupçons n'étaient "fondés sur rien" et a rendu au rabbin ses passeports.

Ilan Cohen, étudiant en 5^e année de médecine dentaire, évoque une discrimination d'état

Dans la nuit du 29, après que JNS ait évoqué "l'affaire", un pneu de la voiture d'Ilan a été soigneusement volontairement tailladé, risquant de causer un accident mortel: "J'ai eu beaucoup de chance, je me suis arrêté et j'ai vu des coups de couteau dans mes pneus", déclare-t-il, soupçonnant que la paternité de la malveillance revienne au réseau antisémite pour le faire taire ou même le tuer. Il en réfère au "complot antisémite contre la communauté de Porto qui fit appel en 2022 à des voleurs professionnels pour pénétrer dans des cabinets d'avocats et des maisons privées et à des personnes condamnées pour de nombreux crimes. (<https://firstmajorconspiracy.com/>)

Premier signataire de la pétition, il ajoute: "La discrimination de l'Inquisition ne leur a pas suffi pour s'arrêter là ! Les Juifs restent sans protection car contrairement aux autres minorités ils sont toujours associés à l'argent, toujours !"

Gabriel Senderowicz, Président de la Communauté de Porto, a déclaré à JNS : "Les jeunes représentent toujours l'espoir d'un avenir meilleur. Nos jeunes adhérents français disent qu'il y a une différence entre la France et le Portugal: en France, ils sont protégés par l'État et persécutés par une partie de la population, et ici, ils vivent en sécurité parmi la population mais ils constatent qu'il y a des élites qui persécutent la communauté juive: **"Cette année, notre communauté a non seulement vu l'antisémitisme historique se répéter, mais a également vécu l'histoire en temps réel. La lettre de nos jeunes membres vise à mettre fin au nouveau chapitre du récit antisémite"**.

La lettre en question fait référence aux mesures prises par la police portugaise contre la communauté juive de Porto, notamment via la fouille de la synagogue Kadoorie Mekor Haim de la ville, la plus grande shul de la péninsule ibérique, et l'arrestation suivie de la détention de Daniel Litvak, grand rabbin de la communauté juive de la ville, en Mars.

Litvak a été maltraité en prison, placé dans une cellule avec un meurtrier, privé de nourriture casher, astreint donc à rester plus de 24 heures sans manger, selon une plainte déposée par la communauté auprès du Parquet européen (Parquet européen), un organisme indépendant. de l'Union européenne, le 26 août.

Le rabbin fut tenu de se présenter trois fois par semaine à la police judiciaire et interdit de quitter le Portugal. Ces mesures restrictives ont été levées le 27 septembre par la Cour d'appel de Lisbonne.

Les juges ont mis en doute l'accusation selon laquelle Litvak aurait reçu des pots-de-vin pour avoir délivré des certificats d'ascendance séfarde, une étape nécessaire pour obtenir la citoyenneté portugaise en vertu d'une loi de 2015 accordant cette citoyenneté aux descendants de Juifs expulsés du pays au XVe siècle.

Le rabbin avait été accusé de fraude – d'avoir tamponné des certificats de citoyenneté, a déclaré Gabriel Senderowicz, Président de la Communauté de Porto: "Cela a été présenté au monde comme la vente de passeports par un rabbinat qui a agi pour de l'argent."

Selon la communauté juive de Porto, le harcèlement faisait partie d'une campagne organisée par des "agents de l'État" cherchant à abolir la loi sur la nationalité pour les Juifs séfarades portugais, également connue sous le nom de "loi séfarde".

Des politiciens antisémites, des journalistes et des influenceurs des médias sociaux auraient lancé "une campagne diffamatoire" affirmant que ladite "loi séfarde" conduirait à un flot de nouveaux citoyens et allèguent que la Communauté de Porto "réalisait des millions de bénéfiques grâce au processus de certification", a encore déclaré Gabriel Senderowicz.

La campagne contre la loi a finalement été couronnée de succès car le gouvernement a révisé la loi séfarde pour y inclure des exigences que la communauté juive du Portugal juge impossibles à satisfaire.

La lettre des étudiants se termine par une demande au Portugal de "réintégrer à titre posthume le "Dreyfus portugais", faisant référence au capitaine Artur Carlos de Barros Basto, qui fut chassé de l'armée en 1937 en raison de ses racines juives. Barros Basto avait aidé à établir la communauté juive de Porto et la synagogue Kadoorie. Il a également aidé le retour des crypto-juifs au peuple juif et, pendant la Seconde Guerre mondiale, a aidé des centaines de Juifs à échapper à l'Holocauste.

<https://www.tribunejuive.info/2022/12/01/la-communaute-juive-de-porto-denonce-un-antisemitisme-detat/>

01/12/2022

Jewish student who sent a complaint to Portuguese Parliament suspects an attempt on his life



Ilan Cohen, one of the 44 French Jewish students from universities in Oporto who last Monday sent a letter to the Portuguese Assembly of the Republic asking the State to “never again” attack the Jewish Community, suspects an attempt on his life on Tuesday night. On the night of the 29th, a tire on Ilan’s car was carefully punctured so as to be on the verge of bursting while he was having dinner at a kosher restaurant in Oporto. After dinner Ilan went home on the highway, where speeds reached about 120km/h, and “miraculously the tire did not burst”, Cohen says. “Taking the VCI (highway), my car had trouble driving, and I was very lucky, I stopped and saw stab wounds in my tires.”

Now Ilan suspects that the authorship was “a criminal network to silence or even to kill me through a fatal accident, because in 2022 an antisemitic conspiracy against the Oporto community made use of professional robbers to break into law offices and private homes, and also people convicted of other crimes.” Cohen has been studying in Oporto for five years and it was the first time this happened. “That is why this occurrence is highly suspicious. I filed a complaint with the police, case number 002042/22.6PIPRT”, he adds.

On Monday, a group of French students from Oporto sent a letter to the Portuguese Parliament asking the State to promise that “never again will it unlawfully detain a Chief Rabbi or illegally invade a synagogue, a Jewish museum and the homes of community leaders in a case ‘without foundation in fact’ and ‘based on nothing’, in the words of the Lisbon Court of Appeal.”



The students refer to the case that, in March, led to the arrest of the Chief Rabbi of Porto, Daniel Litvak, who was accused of being part of a criminal association linked to forgery and corruption involving officials of the registry offices and misappropriation of funds that were not declared to the tax authorities and were laundered. In September, the Lisbon Court ruled that the multiple suspicions were "based on nothing" and returned the Rabbi's passports.

Ilan Cohen, the petition's first signer, said to the Jewish News Syndicate that "The discrimination of the inquisition, was not enough for them to stop there! Jews remain unprotected because unlike other minorities they are always associated with money, always!". Whereas the Assembly of the Republic of Portugal has launched a public consultation on the Commemorations of the 50th anniversary of Democracy and the Constitution, university students have asked for texts suggested by them to be placed in the Parliament building. "The democratic state promises that never again will it arrest a Chief Rabbi, photograph him as if he were a rapist, remove the siddur, tallit and tefillin needed for prayer, place him in a cell with a murderer, not allow kosher food to be brought in, deprive him of food for 36 hours, force him to break the Sabbath and to remain in Portugal, while travelling several kilometres three times a week for a humiliating presentation at a police station to prove he has not run away, until one day, six months later, the Lisbon Court of Appeal stated that the case was 'based on nothing'".

In the letter, in French, sent to Parliament, the State is also urged never again to "cooperate with nocturnal burglars (who broke down the doors of law offices and private homes to steal a server and computers)" and "with anonymous whistle-blowers who have spent time in psychiatric hospitals and sentenced in the criminal courts (for crimes of slander and libel, common assault and discriminating behaviour), in an attempt to incriminate people and build a legal proceeding that in fact is 'based on nothing', in the words of the Lisbon Court of Appeal."

The letter ends by asking the Portuguese State to "posthumously reintegrate the 'Portuguese Dreyfus' [Captain Barros Basto, founder of the Jewish Community of Porto] in the Army, from which he was separated in 1937 following a sordid case - yet another case! - of anonymous charges by the scum of society. Then, like now, the State seized this opportunity to try to destroy an organised Jewish community."

CONSULTATION PUBLIQUE
(Consultation des jeunes étudiants juifs des universités de Porto)

Porto, le 28 novembre 2022.

Considérant que l'Assemblée de la République de Portugal a lancé une consultation publique sur les commémorations de 50e anniversaire de 27 avril, la Démocratie et la Constitution, et que plusieurs peut donner des sites pour le programme dont le thème général est la liberté, nous, jeunes étudiants juifs des universités de Porto, soulevons qu'elle se tienne dans le bâtiment de l'Assemblée, une exposition sur « Questions Open Door », et les textes suivants devraient être ajoutés :

1. L'Etat de droit promet qu'il ne procédera plus jamais à la libération illégale d'un grand rabbin et à la fouille illégale d'une synagogue, d'un musée juif et des résidences de dirigeants communautaires, dans le cadre d'un processus « sans fondement factuel » et « sans fondement », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.
2. L'Etat de droit promet qu'il n'arrêtera plus jamais un grand rabbin, ne le photographiera plus comme s'il était un violent, ne l'obligera plus de s'isoler, de taire et de taillir néo-nazis au culte, ne le mettra jamais dans une cellule ni contraindra d'être interviewé, ne permettra pas à la sécurité d'entrer, ne le gardera sans manger pendant 36 heures, ne le forcera pas à visiter l'Inquisition et ne le forcera pas à rester en Portugal et à marcher plusieurs kilomètres par jour pour se présenter dans un commissariat de police pour prouver qu'il n'était pas lui, jusqu'à ce qu'il s'en aille, six mois plus tard, la Cour d'appel de Lisbonne n'ait reconnu que l'affaire était « fondée sur rien ».
3. L'Etat de droit promet qu'il n'attaquera plus jamais la communauté juive la plus forte de Portugal, comme il l'a attaqué avec une grave corruption de l'Etat, incluant les preuves écrites, législatives et judiciaires, ainsi que des journalistes de confiance, des personnages religieux dont le seul fait est la religion, des ambassadeurs suédois, des personnes souffrant de problèmes de santé mentale et condamnées pour de multiples crimes et actes de discrimination. (https://www.conspiracy.com/)
4. L'Etat de droit promet qu'il ne coopérera plus jamais avec les voleurs (qui ont volé le meuble d'élite des portes des cabinets d'avocats et des données privées pour voler un serveur et les confidences) dans le but d'essayer de incriminer les gens et de monter une affaire pénale qui est « basée sur rien », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.
5. L'Etat de droit promet qu'il ne coopérera plus jamais avec des lanceurs d'alerte anonymes (châtiments psychologiques et condamnés par un tribunal pénal pour la commission de crimes de diffamation, d'incrimination de corruption, d'absence à l'obligation physique et de comportement discriminatoire) pour tenter d'incriminer des personnes et de construire un dossier pénal « fondé sur rien », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.
6. L'Etat de droit promet qu'il ne seindra plus jamais, pour donner à lire aux élèves en décomposition, les livres de procès-verbaux d'une communauté juive organisée, avec l'histoire d'une diversité de relations religieuses,

certains, recopiés et imprimés, ou les copies après avoir vu toutes les lettres manuscrites des six chefs accusés gravés dans les murs des Juifs en Portugal (y compris les parents et les grands-parents des dirigeants communautaires actuels et l'intercept de ses membres historiques), tout cela, est répliqué, dans un processus qui est « basé sur rien », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.

7. L'Etat de droit promet qu'il ne fera plus jamais de déclaration exhibitionniste au monde, moment qu'il attendait sur une « dénonciation » et association criminelle dédiée à la libération et à la corruption, impliquant des fonctionnaires et des agents de l'agence qui n'a pas été déclaré à l'Etat et qui a été blanchi », tout cela est un message total, tout cela « basé sur rien », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.

8. L'Etat de droit promet qu'il ne sera plus jamais un juif, et encore moins un juif étranger (étranger étranger) promet qu'il ne seindra plus jamais le crâne aux Rabbinats reconnus par le Grand Rabbin d'Israël et, au même temps, acceptera les critères de l'Inquisition (qui par la terreur, l'effroi étonnant : juif ou catholique) à l'égard de prétendus hérétiques, juifs et non-juifs sans connaissance du monde juif, de la culture juive, de la religion juive, de la langue hébraïque, autrement dit.

9. L'Etat de droit promet de ne plus jamais réduire au silence le développement extraordinaire de la religion et de la culture juive qui s'est opérée au cours de la dernière décennie au Portugal. En fait plus que la Commission européenne a un plan ambitieux pour promouvoir la vie juive dans toutes ses dimensions d'ici 2030.

10. L'Etat de droit promet de réintégrer à titre posthume le "Dreyfus Portugais" dans l'Armée, dont il a été exclu en 1937 dans un autre cas scandale de discrimination anonyme des criminels de la société - qui s'est aussi à cette époque, comme aujourd'hui, à cette occasion pour tenter de détruire une communauté juive organisée.

Les Enchevêtrements :

ILAN COHEN
ELIENA POTTASA
TAVIG OAV
ZORNA PINTAS
ESTAN BERTAZO
SHIMEL AMELIK
ALON SILBER
ALON BERGAMAN
SILBER YIP
RUPIN SOROKIN
BILAN LABAY
SARA OLSHANSKY
ERIC SIKORIS

Shalom Fritman
HARIZ HEBEL
THE FINE
MIRKERT MIGUEL AFUELLO
GILAN BERGMAN
GUY FERRAZ
VICKTORIA JANS
NOA SILBER
DANIEL JOLIVA
AVA BERGDA
TAYLOR REBBAN
SHIMEL TELON
ANBAR NARETEK
ANITA SOROKIN

<https://portuguesejewishnews.com/news/jewish-student-who-sent-a-complaint-to-portuguese-parliament-suspects-an-attempt-on-his-life/>

Porto's religious revival

By Daniel Ben-Tal and Gabriela Cantergi

"I WROTE to several friends and family members afterward to tell them about how deeply moved I was emotionally. I don't think I've ever heard such passionate praying and singing before in a synagogue. It wasn't just the power of the voices praying in unison that moved me so deeply, it was also the symbolism of so many Jews gathering together in a synagogue in a country that was heavily impacted by the Inquisition."

This description of Yom Kippur in 2021 by the world traveler, author and polyglot Susanna Zarasky, who has visited Jewish communities in over 50 countries, perfectly reflects what transpired again last week at Porto's historic Kadoorie Mekor Haim Synagogue. Passionate voices from rabbis, cantors, men, women, old people, children and young people – many young people – resonated throughout the great edifice.

Yet only a decade ago, the dwindling Jewish community of Porto, the coastal city in north-west Portugal, comprised but a few dozen aging veterans. Even when they managed to raise a minyan, no children's voices were heard in the synagogue, which had become a ghostly gray building. Now the rapidly growing community numbers 700 members hailing from 30 countries (plus hundreds of foreign students), and is thriving religiously, culturally and educationally while also investing considerable resources in combating antisemitism.

Community members unabashedly say that Porto serves as a beacon for the rest of European Jewry, where small communities are dying out. What only 10 years ago was considered one of Europe's most insignificant communities is today one of its strongest in terms of religious life, Jewish culture and social philanthropy.

"The community was strongly rebuilt from 2012, with consistent secular and religious leaders and donations from the Jewish world that were used to promote Jewish religion and culture," notes its vice president, Isabel Barros, granddaughter of its founder Captain Barros Basto [see box].

In 2013, the synagogue was completely refurbished and became a magnet for newcomers. The following year, a kosher restaurant and kosher hotel opened, kick-starting a wave



Hundreds of people pray at the Kadoorie Mekor Haim Synagogue in Porto on Yom Kippur (photo taken from a surveillance camera).

of Jewish tourism that has increased exponentially. The community now boasts a museum documenting its history, and an innovative Holocaust museum that recounts how the city served as a safe haven for Jewish refugees during WWII, with regular Portuguese school visits aimed at allaying antisemitic prejudices. They have also produced three moving full-length movies about the community's history that have won awards at international film festivals. The film *1618*, about the Inquisition's effect on Porto, is Portugal's most internationally awarded movie, and has even been purchased by airlines from Arab countries to screen on their flights.

The community's greatest boost came in 2015, when the Portuguese parliament approved the Nationality Law for Sephardi Jews – commonly known as the "Sephardi Law" – that promoted the arrival of many Jewish families (especially Israelis, French and Brazilians). Close to 57,000 descendants of Sephardi Jews have been granted citizenship since the law was implemented in 2015, according to official data. Young foreign Jews studying at Porto's universities were warmly welcomed, and as more families chose Porto as their destination, community membership grew and with it came new ideas, greater religious practice, more Jewish culture and more Jewish life.

The Kadoorie synagogue building actually houses two synagogues: in the main chamber, about 350 men and 150 women (sitting and standing) prayed on Yom Kippur according to Sephardi ritual under Rabbi Yoel Zekri, while in the basement, about 60 men and 60 women (sitting and standing) led by Chief Rabbi Daniel Litvak followed Ashkenazi rituals.

Late arrivals stood in awe at the sight of hundreds of men draped in white tallitot (prayer shawls) deep in prayer. Most appeared familiar with the texts, while others nervously leafed through their prayer books to find the place. At times, five cantors sang the heartfelt prayers in perfect unison and harmony – sounds not heard in the Iberian Peninsula for many years.

Catia Silva, a local Catholic woman who was invited to the Kol Nidre service, looked astonished. "The thousands of churches in this country today are attended by an aging population and have a far more restrained religiosity," she said. "In this synagogue, we can see a participatory congregation both in prayers and songs, as if it were a single collective body."

To put the Porto Jewish community's growth in proportion: there were 9.5 million Jews in Europe before World War II, and slightly more than one million today. Large Jewish centers are siphoning off the young generation from smaller communities – and a not inconsiderable number are leaving Europe altogether. Porto (Oporto in Portuguese), Portugal's second-largest city, has a metropolitan population of 1.7 million.

On September 4, the European Association for the Preservation and Promotion of Jewish Culture held its European Day of Jewish Culture across the continent, and Porto stood out with 5,000 visitors to its museums, cinema, art museums, restaurants and more.

The community and its rabbinate constantly upgrade their efforts to attract new members, introducing congregant-friendly prayer services; Ahdut centers for absorbing foreign Jewish students enrolled at Porto's universities; kashrut services, kosher stores and restaurants; the Portuguese Jewish School – an on-line school providing basic courses in Jewish religion, culture and history; a new cemetery; a modern mikveh; charitable projects to help the needy, poor, elderly, children and sick; the

city's Holocaust Museum and Jewish Museum, and the largest Jewish library in the Iberian Peninsula. It has also produced historical films that won international awards, opened a historical research center, organized large concerts, and even created online Jewish newspapers.

Meanwhile, the Porto Jewish community is combating antisemitism through positive action. In the past decade, 130,000 school students have visited the Kadoorie Synagogue, Jewish Museum and Holocaust Museum, and training courses are regularly held for teachers. Community leaders have also signed cooperation protocols with the local Catholic Diocese and Muslim Community.

The European Union actively promotes the return of the Jewish people, their culture and religion. However, board member David Garrett offers "a note of warning. As soon as Jewish communities start making their mark in European territory, the influential antisemites in society will attempt to destroy Jewish life bit by bit, attacking the strong synagogues and sparing the weak ones (to avoid being accused of antisemitism), using the same methods once employed in the Soviet Union."

He outlines these methods citing the "use of the press and slanderers to associate synagogues with businesses, describing such businesses as amoral or illegal, negative reactions from some public opinion and straw Jews, and total destruction of the synagogues' respectability and the Jewish organizations as promoters of Jewish life and Jewish culture."

Ten years ago there was almost no antisemitism in Portugal, but as the Jewish community grows in visibility, Jew-hatred has returned, complete with conspiracy theories and anonymous tip-offs. The Portuguese press has claimed that the Porto Jewish Community made "various millions" of euros by processing nationality requests from Jews throughout the world, and berated the new kosher restaurants, Achdut centers, museums and movies as "opulence."

"Those who were scandalized by the 250-euro fee are ridiculous, especially since the Sephardim from our community have already invested more than one billion euros in the Porto area," Vice President Isabel Barros retorts.

It appears that the days when Portuguese passports were accessible to about a million Jews have passed. The parliament in Lisbon amended the Nationality Law beginning September 1, with tightened validity requirements effectively castrating the initiative.

In March, Rabbi Litvak was detained by

Portuguese police at Porto airport before boarding a flight to Munich en route to Israel, on suspicion of fraudulently certifying the Sephardi origins of applicants, including Russian oligarch Roman Abramovich (whose Sephardic origins were also attested to by the Moscow rabbinate and international Jewish organizations). Community-linked offices were also raided. Six months later, the charges were dropped after an Appeals Court ruled that

the prosecutors had no evidence.

"We will never forgive the antisemites who mounted this shameful police operation to destroy the Sephardi Law," says the Community's president, Gabriel Senderowicz. "The chief rabbi was arrested without any evidence, and the synagogue was trampled underfoot as if it were a brothel. No religious temple has been treated this way in Portugal in the last 500 years." ■

The Portuguese Dreyfus

It is never too late for justice. Captain Arthur Carlos de Barros Basto (1887-1961) is said to have discovered at an early age from his dying grandfather that he belonged to a Jewish dynasty, and converted to Judaism in 1920. Three years later, together with a group of Ashkenazi Jews from Central and Eastern Europe living in the city, he reestablished the Porto Jewish community that had practically disappeared since 1497.

In 1926, he embarked on a bold project (with the help of the Sephardi Jewish community in London) to convert back to Judaism several hundred Marranos – Jews who were forced during the Spanish Inquisition to choose between conversion and expulsion or even death. They established a Jewish school, a local Jewish newspaper, and the Kadoorie Mekor Haim Synagogue, but the descendants of the Marranos preferred to remain a separate stream from Judaism.

Three of them – Adriano Lopes, Rebordao and Horta, instigated by Miguel Vaz and Cassutos – allegedly launched the false accusation against the captain: homosexuality, which was then outlawed in Portugal and much of the world. But this malicious accusation was sufficient to disperse the new Jewish community – the Marranos school closed its doors, and its students were sent home.

"The Portuguese army exploited these anonymous accusations to file a lawsuit against my grandfather, and in the absence of proof, sentenced him to expulsion from military service," says his granddaughter, Isabel Barros Basto, who worked for many years to clear his name.

Captain Barros Basto spent the rest of his days bitterly, sadly and in poverty. He died in 1961, and in accordance with his last request, was buried in his old military uni-



Captain Barros Basto in 1923, the year he founded the Jewish Community of Porto.

form. He never gave up hope that his name would be cleared.

Over the years, increasing voices were raised against the injustice of the man who came to be known as "the Portuguese Dreyfus," but Portugal tarried until its parliament recommended in 2012 to "return him to military service." The following year the Portuguese army decided to posthumously promote him to the rank of colonel beginning from 1945.

"For my grandfather, this is the justice he wished for throughout the years after his expulsion from the army until his sad death," says Isabel Barros Basto.

The community funded the filming and production of a full-length feature film, called *SEFARD*, which tells the story of the captain available for viewing on Vimeo: <https://vimeo.com/ondemand/sefard>

DBT

17/11/2022

Jewish Community of Oporto inaugurates new Synagogue and shares images of activities in 2022



Oporto. Lag BaOmer, 2022



PURIM 2022



'Colar do Mérito Pedro, O Libertador' Commendation Award Ceremony



Museu do Holocausto Porto

"Kristallnacht" Commemorated With 1500 School Children

09-11-2022



European Day of Jewish Culture, Oporto, 2022 | 5000 visitors among general public and Ambassadors of Sweden, Germany and others

Jewish Museum full of people

Jewish Cinema shows the film Selahad

Painting gallery impresses visitors

Holocaust Museum crowded

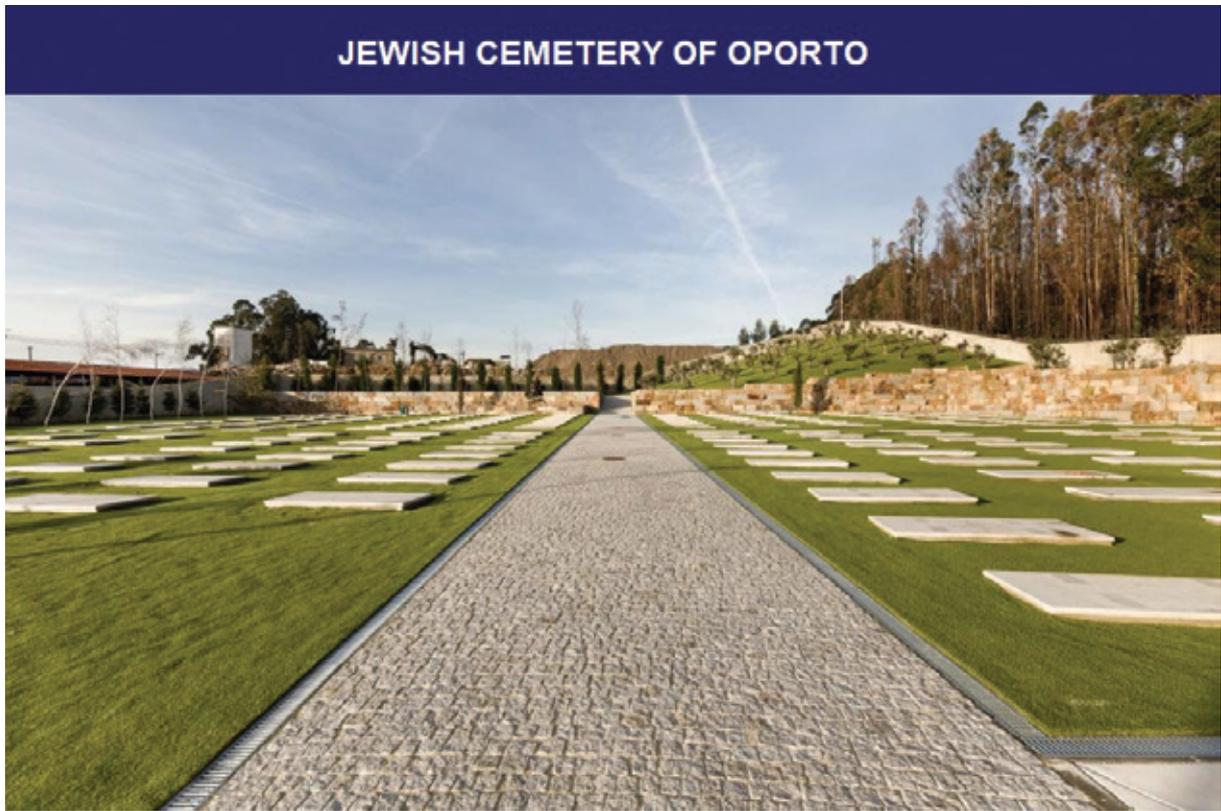
Synagogue and Museums were open

Jewish Choir singing Hallelukah

Kasher Restaurant opened all day

Room of "Artsamilton 2022"

A Wagon of the Inquisition



<https://portuguesejewishnews.com/news/jewish-community-of-oporto-inaugurates-new-synagogue-and-shares-images-of-activities-in-2022/>

04/09/2022

The European Days of Jewish Culture: about 5,000 people visited the institutions of the Jewish community of Oporto



5000 visitors among general public and Ambassadors of Sweden, Germany and others

About 5,000 people and ambassadors from Sweden, Germany, Uruguay and other countries visited the institutions of the Jewish community in the city of Porto in northern Portugal today, Sunday, as part of the **European Union's Days of Jewish Culture**, organized together with the European Association for the Preservation and Promotion of Jewish Culture, the European Council of Jewish Communities, B'nai B'rith Europe, European Jewish Association and the National Library of Israel.

To mark the festive day, the Jewish Community in Porto opened the doors of community institutions to the public, including the Jewish Museum and the Holocaust Museum in the city.

The choir of the active Mekor Haim Synagogue in the city, a magnificent synagogue that is often filled with hundreds of people from thirty countries, sang for the visitors some of the best traditional Jewish songs and the visitors were even invited to an exhibition of paintings and a kosher Israeli meal at the local Iberia restaurant.

In addition, hundreds of people were watching the film "Sefarad" that tells the story of the modern Jewish community in the city, founded in 1923 by Jews of Ashkenazi origin and one army man, Captain Barros Basto, who became "the Portuguese Dreyfus" because he was expelled from the Army to be Jewish.

V

"My grandfather would have been very happy to be here today," added Isabel Barros, the granddaughter of Captain Barros Basto, "my grandfather was not only a community leader but also a student, a writer and a follower of Jewish culture. Today, not only is the synagogue that he built is full of people and life, the community also has a museum that tells the story of the Jewish community here and educates new generations of students, a gallery and a Holocaust museum - all serve as a daily reminder that Jews must not leave their security to anyone but themselves," added Barros, who currently serves as the vice president of the Jewish community in Porto.

The Jewish community of Oporto is composed of about 700 Jews and hundreds of foreigner students who are also part of the community and its achdut centers.

"It is a great pride to see the full Jewish life taking place in the city and a sense of an important mission achieving its goal. Teenagers and families come here from all over Europe, to get to know and witness the wonder of the revival of Jewish life, especially in the city where the persecution of the Jews was great and terrible. We are happy to repair and renew the days of the community as before," said Jacob Levi, a member of Bnai Brit Portugal.

The new gallery of paintings shows the history of the 1000 years of Jewish community in Oporto.

"As a Sephardic born in Venezuela who dreamed her entire life of what the Jewish life of the Sepharadim could have looked like here, I am proud to see the city of Porto and its residents appreciating an exhibition of paintings collected over many years in an attempt to trace and document the history of the Jewish people here for a thousand years. A story of victory, prosperity but also of persecution, expulsion, and now again of growing anti-Semitism," said Flor Mizrahi, one of the organizers of the event and a member of the local Jewish community.



The Holocaust Museum crowded

<https://portuguesejewishnews.com/news/the-european-days-of-jewish-culture-about-5-000-people-visited-the-institutions-of-the-jewish-community-of-oporto/>

14/10/2022

750 thousand people saw the videography of the Jewish Community of Oporto in the last decade



Between 2012 and 2022, the videography of the Jewish Community of Porto, composed of 15 videos, was seen by around 750 thousand people. The project forms part of the Community's cultural activities which also include museums, feature films, a library, a painting gallery, and other. Click to watch the video:

[European Day of Jewish Culture in Oporto](#)

[Brief history of the Jews of Sepharad](#)

[The Holocaust Museum of Oporto](#)

[The Jewish Museum of Oporto](#)

[The Jewish Museum - Entebbe Operation Room](#)

[The Jewish Museum - Chain of Merit of the king Peter VI](#)

[The Holocaust Museum - Statements](#)

[The Holocaust Museum - Testimony of a survivor](#)

[David D'Or in Oporto, Portugal](#)

[Course of the Jewish Education Center of Oporto](#)

[The Nun's Kaddish](#)

[Oporto Mekor Haim Choir](#)

[Concert of Sephardic Memory - "Tradition and Modernity"](#)

[75th Anniversary of Kadoorie Synagogue \(2013\)](#)

[Kadoorie Mekor Haim Synagogue \(2012\)](#)

Besides the videography, the main cultural instruments of the Oporto Jewish Community are the following:

1. The Jewish Museum

The Jewish Museum of Oporto was created by the Jewish Community of Oporto in partnership with B'nai B'rith International. In his inaugural speech, the president of this Jewish organisation said: "This Jewish Museum will mark the awakening of Jewish life in Portugal and serve as a beacon for the rest of Europe, now darkened by resurging antisemitism".

The museum is located on Rua de Guerra Junqueiro opposite the synagogue. It tells the story of the Jewish community in the city of Oporto, a history of over a thousand years, with its many joys and sorrows, the expulsion and the Inquisition, and the return of the Jews to Portugal after the Inquisition.

2. The Holocaust Museum

The Holocaust Museum of Oporto was created by the Jewish Community of Oporto in partnership with B'nai B'rith International and Holocaust museums around the world.

In 2021, this museum was the most visited museum in Portugal, with around 40,000 visitors. It is run by members of the Jewish Community of Oporto whose parents, grandparents and other relatives lost their lives in the Holocaust.

The Museum focuses on the general public, particularly on the young, and invests in teaching, in career training for educators, promoting exhibitions and supporting research.

3. Historical Films

To honour its thousand-year old history in the city of Oporto, the community produced a series of films to highlight the important Jewish presence here. The film scripts were first shown to the Bishop of Oporto. The films have received international awards in more than fifty countries and have received praise from Pope Francis, who was delighted to hear of the close relationship between the Jewish and Catholic communities of Oporto. The Community also produced that extensive videography.

4. Centre for Historical Research and painting gallery

The Centre for Historical Research of the Jewish Community of Oporto is responsible for the production of written and audio-visual content on the history of the community and seeks to reconstruct the entire history of the community to the present day, including a painting gallery with 1000 years of story of the Jewish Community in Oporto.

5. The Largest Library in Iberia

The Synagogue of Oporto today has most impressive Jewish library in Europe. The three rooms of the library, which are used for Beit Midrash, include books on Jewish law, books on Jewish history, books on Jewish culture and on many other subjects. The principal languages of the thousands of books in the library are Hebrew, French, Portuguese, English and Spanish.

6. Male choir and other Concerts

The Mekor Haim male choir of the Jewish Community of Oporto sings liturgical music. Other concerts are often organised by the Community at the Jewish Museum and Casa da Música, sometimes in the presence of more than 1000 guests.

7. Online Jewish Newspapers

The newspaper Mazal News is an initiative of the Jewish community of Oporto to share inspiring actions, based on kindness, solidarity and love, and that encourage the construction of a more just and positive world.

The Portuguese Jewish News is a newspaper of the Portuguese Jewish community for the Jewish community, sharing news, reportage, opinions and reviews regarding the Jewish community in general.

<https://portuguesejewishnews.com/news/750-thousand-people-saw-the-videography-of-the-jewish-community-of-oporto-in-the-last-decade/>

02/02/2022

The Holocaust Museum of Oporto



The Holocaust Museum of Porto (MHP) was created in 2021 by the Jewish Community of Porto (CIP/CJP) in partnership with B'nai B'rith International and Holocaust museums of Washington, Moscow, Hong Kong and others. The new museum received 40,000 visitors until December.

The Oporto Holocaust Museum invests in teaching, professional training of educators, as well as in the promotion of exhibitions, encouraging and supporting research. "It is important to teach the Holocaust in Portugal. At school my brother and I were the only Jews. The Holocaust was never taught or addressed, and few people knew anything about it" - Dara Jeffries, a board member of the Jewish Community of Oporto.

The Oporto Holocaust Museum portrays Jewish life before the Holocaust, Nazism, Nazi expansion in Europe, the Ghettos, refugees, concentration, labour and extermination camps, the Final Solution, the Death Marches, Liberation, the Jewish population in the post-war period, the Foundation of the State of Israel, Winning or dying of hunger, The Righteous among Nations.

In this Museum visitors have the opportunity to visit the reproduction of the Auschwitz dormitories, as well as a name room, a flame memorial, cinema, conference room, study centre, corridors with the complete narrative and photographs and screens showing real footage about the before, during and after the tragedy.

The Holocaust Museum of Oporto is the materialization of the challenge launched to civil society by the government project "Nunca Esquecer, em torno da memória do Holocausto" [Never Forget, around the memory of the Holocaust] and intends to honor the International Holocaust Remembrance Alliance of which Portugal is a member, as well as sharing with society in general documents and objects left by refugees in the Porto Synagogue during World War II.



The Training Courses organised by the Centre for Jewish Education of Oporto aim to provide the tools needed for teachers of public and private schools to communicate about, reflect on and bring awareness to their students about topics such as Jewish History, the Holocaust and Antisemitism. The courses includes testimonies from Holocaust survivors. Teachers are offered copies of the book "Ten Myths Against the Jews". The content and importance of these myths in the historical context of the Holocaust and the present are explained at the beginning of the events.

The space is supervised by members of the Jewish Community of Porto whose parents, grandparents and relatives were victims of the Holocaust and is part of a strategy to combat antisemitism that already includes the Jewish Museum of Porto, school visits to the Porto Synagogue, courses for teachers, history films and charity actions in partnership with the Roman Catholic Diocese of Porto.

Testimonies of members of the Oporto Jewish community:

– **Luísa Cymerman Finkelstein:** "For some members of my family life ended in the extermination camps, and others were shot by firing squads after being forced to dig a mass grave."

– **Josef Lassman:** "My father never said a word about what happened during the Shoah. He preferred to move on, without looking back. He was then 19 years old and all his family members had been killed. Regarding my mother, she was in Auschwitz, in the experimentation block. She described what happened to her, her sister, parents and family before, during and after the Shoah. I don't know if there is any testimony so complete and so moving."

– **Eta Rabinowicz Pressman Wright:** "My mother's sister and brothers were all killed, their children too. In one case, the porter of the building wanted to save the children but they refused and said they wanted to go with their parents. They also died. The only surviving brother was imprisoned by the Soviets in a gulag in Siberia."

– **Michael Leo Rothwell:** "My grandparents were good German patriots and loved their country. Two of my great-uncles gave their lives for the Fatherland during the First World War. When the Nazis came to power, my grandparents became unwanted aliens. In 1943 they were transported like cattle to Auschwitz, split up, subject to every possible abuse and murdered".

– **Deborah Lieberman Walfrid Elijah:** "The Holocaust must be recounted by the victims. My mother was an orphan when she reached Argentina and my father was forced to play

the violin in Theresienstadt propaganda camp. I had no grandparents when I was born. They were all executed in Poland, after their heads were shaved, numbers were tattooed on their arms and they were used as slave labour.”

– **Jonathan Lackman:** “My grandfather escaped from Treblinka and my grandmother, who had typhus, was rescued from Bergen-Belsen camp in northern Germany, where Anne Frank died. I will always share their stories.”

In November 2021, a special ceremony was held in Oporto, Portugal honoring the victims of the Nazi genocide of the Jews, according to the International Observatory of Human Rights (IOHR), which initiated the event. The ceremony took place at the Oporto Holocaust Museum and was attended by 200 teenagers from the city’s schools.



“The event is part of a world cordon of solidarity for universal peace and for a better world for all humanity,” said IOHR president Luis Andrade, adding, “This appalling mass assassination took the lives of millions of Jews, as well as an untold number of other human beings.”

As part of the ceremony, Andrade presented a certificate of tribute to Oporto Holocaust Museum director Michael Rothwell.

The Holocaust Museum of Porto is a Memorial to the Victims of the Holocaust, so the use of mobile phones is prohibited and the visitors must respect the sanctity of the place in terms of dress, language, behavior and public displays of affection. It is not allowed to photograph or film inside the Museum, as well as to eat, drink or smoke in the Museum spaces. Young people under 14 years old are not allowed to enter if they are not accompanied by their parents, guardians or teachers. Entry is subject to security procedures.

Charles Kaufman, President of human rights organisation B'nai B'rith International, underlines the important role of the new Museum: “This impressive Holocaust Museum is a testimony to Jewish heritage and resilience.”

<https://portuguesejewishnews.com/museums/the-holocaust-museum-of-oporto/>

02/02/2022

The Jewish Museum of Oporto



The Jewish Museum of Oporto is included in a strategy of the local Jewish community to fight antisemitism. This strategy includes school visits to Kadoorie Mekor Haim Synagogue, films about the history of the Jews in Portugal; courses for secondary school teachers and others who are interested in themes relating to Judaism and the history of the Jews, and visits to the city's Holocaust Museum.

The Jewish Museum of Oporto is located on Rua de Guerra Junqueiro, opposite the Kadoorie Synagogue. The garden has a stone epigraph in memory of Chief Rabbi Isaac Aboab, the greatest religious authority of the 15th century, who when the Jews were expelled from Spain went to live in Oporto. Here he died and was interred by Abraham Zacuto, mathematician and astronomer.

Ahead, a large display case contains a prison-carriage of the Inquisition, used in the film "1618", and at the entrance to the building is a message in Hebrew, which can be translated as follows: "Around the world, where a Jew encounters a Portuguese, he must help him; and where a Portuguese encounters a Jew, he must also help him."

The first room has many important objects for the Jewish religion – the Torah scrolls, a replica of the Temple of Jerusalem, the volumes of the Talmud, the work Mishné Torá by Moshe Maimonides, a shofar and even a gold candelabrum.

We are taken on a plurisecular voyage, which starts with Abraham, who obeyed what are known as the Seven Laws of Noah, and continues with the story of his successors, the arrival in Egypt, the saga of the Hebrews arriving on Mount Sinai and the conquest of Canaan, the kingdom of David, the ten lost tribes, the destruction of the first Temple, the destruction of the second and the Jews' departure into exile, which included the Iberian Peninsula. Here, for centuries the Jews lived side by side with the Romans, Germans, Muslims and Catholics.



Moving on from the first room, the voyage is accompanied by film shots of all ages, showing visitors the environment of the medieval Jewish community, the surnames of Jews who then lived in what is now Portugal, the epigraph of Monchique Synagogue, the Edict of Expulsion decreed by King D. Manuel, the migration waves of the Portuguese Jews to all continents and three centuries of the Inquisition.

Another room is dedicated to return of the Jews to Oporto occurred in the 19th century, a few years prior to the official abolition of the Inquisition in 1821. These were Sephardic Jews who came mostly from Morocco and Gibraltar who played a very important role in commerce and education in the city. They were basically the same families that lived in Lisbon, Faro, Azores and Madeira.

The museum shows that by the end of the 19th century, there are few Sephardic Jews living in Oporto. The Jewish community is mainly Ashkenazi now, particularly from Germany. It grew considerably during and immediately after the First World War, with the coming of Jews from Belarus, Ukraine, Russia, Poland and Lithuania.

In 1923, the Ashkenazi families took in a Portuguese Jewish couple, both converted to Judaism, the husband a vigorous and intelligent army officer who, overcoming the introverted nature of seventeen of his brothers in faith of Central and Eastern Europe, successfully convinced them to set up an association called "Comunidade Israelita do Porto" (CIP - Jewish Community of Oporto) similar to the "Comunidade Israelita de Lisboa" (CIL - Jewish Community of Lisbon).

The Jewish Community of Oporto (CIP) was created in the shadow of the foreign community of Jews in this city and it was headed by the only person who was really fit to do so: the Portuguese army officer. From 1926 onwards, the only Portuguese in the community headed a personal project, with the aid of the London Sephardic community, to try and convert Marranos as a whole to Judaism, for were thousands around the country at the time. This attempt resulted in the construction of the large Kadoorie Mekor Haim synagogue paid for by the Sephardic diaspora, but not a single official Jew in the light of Jewish law.



During and after its construction, the synagogue building was placed in the hands of the city's few Ashkenazi families. In the end, it played a key role in sheltering refugees during the Second World War, which was followed by decades of depletion and desolation.

In the 21st century, largely as a result of the 2013/2015 legislation that gave Portuguese nationality to Sephardic Jews, the reality changed: the community rapidly grew to comprise hundreds of Jews from thirty countries.

That part of the museum covering the 21st century shows many religious and cultural activities, and letters received from prominent people around the world.

Another room displays the many awards won at film festivals for the films which the community produced in a unique project worldwide, with Oporto Diocese, which involves the following activities: the Production of four films - "The Nun's Kaddish", "Sefarad", "1618" and "The Light of Judah" - covering events that have occurred over the centuries in the Portuguese Jewish community; the promotion of the Jewish Museum and the Episcopal Palace Museum; and social causes, helping children, the elderly and the sick.

The Kosher Port Wine Cellar is one of the most beautiful rooms of the Jewish Museum of Oporto. Around the world, Port wine is a brand of the city. The Jewish Community of Oporto is also a brand of the city. The history of the community is very old, older than the foundation of Portugal.

The "Antisemite Room" is dedicated to modern antisemitism. It is important that students in Portuguese schools do not associate antisemites only with skin-heads and jihadists. Antisemites belong to all political and religious factions and have a negative perception of Jews, Judaism or Israel, which they always perceive as a threat to other peoples. The central area of the museum have huge statues on display representing modern antisemites, incorporating their ideas, publications, and other forms of expression.



The Entebbe Operation room aims to bring young Jews closer to Israel. It is dedicated to young Jews who have no memories of the many counter-terrorist actions that the IDF and Mossad have faced in the past and certainly are prepared to face in the future as well.

The Museum has a movie theater with a capacity of fifty people. Many cultural events are held at these facilities, particularly film screenings, lectures and conferences on topics related to the Jewish community.

Jonathan Greenblatt, the National Director of Anti Defamation League, said "The Jewish museum of Oporto will add to the respect and admiration many have for the Jewish people and the Holocaust museum will impart the lessons that all must heed: Don't be silent in the face of evil. The more people know about the Jewish people, the less susceptible they are to hateful conspiracy theories and malign stereotypes."

Charles Kaufman, President of B'nai B'rith International stated that: "For the growing Jewish community of Portugal, we urge you to teach future generations the glory of our past and the Holocaust as they repel attempts to disparage us in the future. May the Museums serve as a beacon of light for all of Portugal and the rest of Europe. Yasher koach (May your strength be firm)."

<https://portuguesejewishnews.com/museums/the-jewish-museum-of-oporto/>

Gabriela Cantergi 04/02/2022

Jewish Cemetery of Oporto



Its name is Campo da Igualdade Isaac Aboab, or the Isaac Aboab Field of Equality. It is set in a quiet location on the outskirts of the city of Oporto. There are no high-rise buildings, no streets, no traffic lights, no sound of cars passing or people's loud and constant chatter. It is as peaceful as it can possibly be. There are trees, grass, a lake, the chirping of carefree birds. And silence.

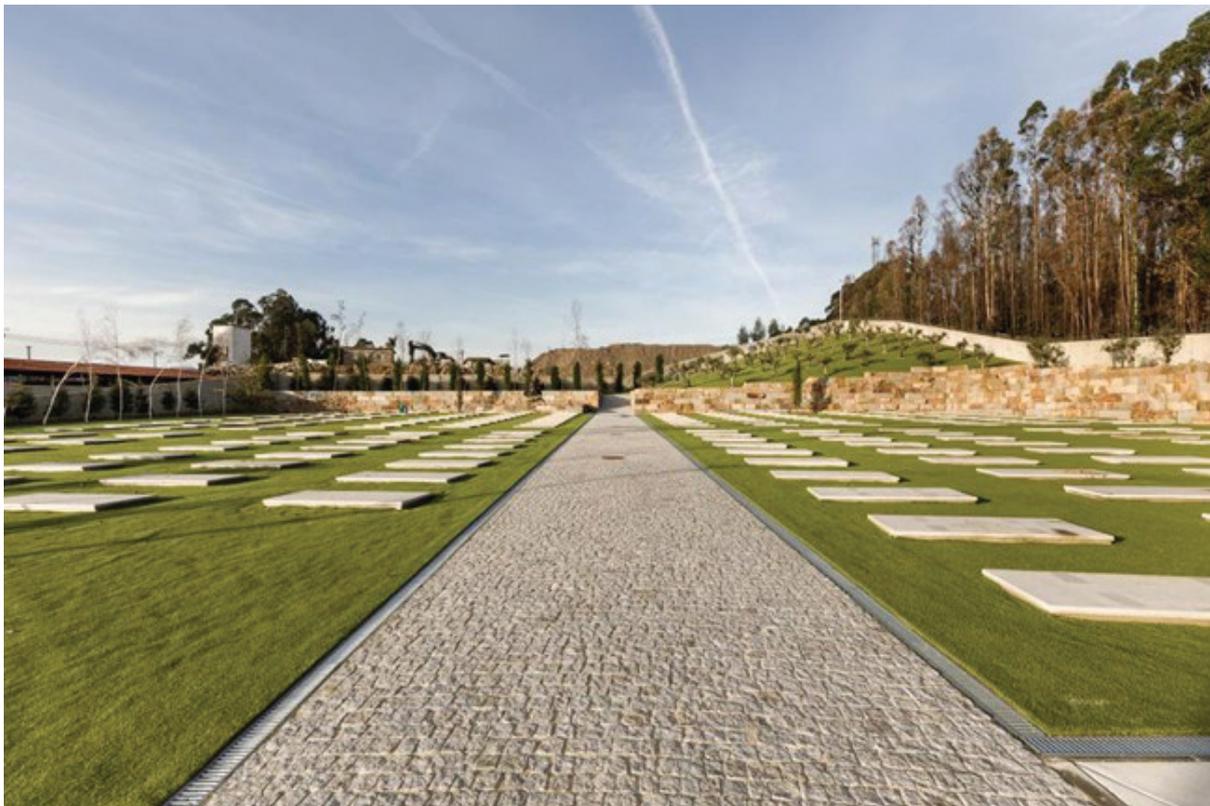
Oporto's Chief Rabbi Daniel Litvak says that "It would be impossible in Oporto to build a private cemetery in a quiet, discreet location. The few available spaces are inside municipal cemeteries and it would be unfeasible to purchase and fence off such areas. Having considered the limitations, the Jewish community of Oporto decided to buy land outside the city."

To avoid acts of vandalism the Jewish community of Oporto does not publicly reveal the address of the cemetery. The space is surrounded by a very high wall, there is an armed guard and it is equipped with surveillance cameras. However, the community knows that the graffiti is done by people in hoodies who live on the margins of society and usually make a quick getaway after carrying out their crimes.



The name of the cemetery is a reference to Chief Rabbi Isaac Aboab, who lived and died in Oporto following the expulsion of the Jews from Castile. “Unfortunately, we do not even know where the Chief Rabbi is buried because the Edict and the Inquisition destroyed all traces of the Jewish community of the time”, says Rabbi Yoel Zekri of the Jewish community of Oporto.

The new cemetery has about 300 individual graves as well as family vaults and the final details of the purification house are being completed. The Chevra Kadisha of the community is a professional London team headed by Rabbi Assaf Portal, who is also a member of the Jewish community of Oporto. Members of the team include volunteers from Golders Green, an Orthodox neighborhood of London, who will travel at once to Oporto when someone dies.



Rabbi Portal told PJN that “the cemetery is a sign of Jewish life. Before, the Jews of Oporto were robbed of all their assets, houses, even their cemetery was destroyed. The new cemetery of the Jewish community is proof that the Jews always regenerate, even in the most unexpected places”, he adds.

Five Sephardic Jews – Elad Dror, Nir Shalom, Eyal Sheni, Segev Danino and Eli Omer – are honorary members of the Jewish cemetery of Oporto. The families of these men fled Portugal a long time ago and today they have returned to develop and enrich this country with their wisdom, wealth and talent. Life.

<https://portuguesejewishnews.com/communities/jewish-cemetery-of-oporto/>

10/11/2022

“Kristallnacht” – Shoah Museum of Oporto (Nov 9, 2022)



<https://portuguesejewishnews.com/news/kristallnacht-shoah-museum-of-oporto-nov-9-2022/>

09/11/2022

“Kristallnacht” commemorated in Oporto with 1500 school children



In partnership with European Jewish Association, the Holocaust Museum of Oporto commemorated the International Day against Antisemitism on November 9th. The date corresponds to the 84th Anniversary of Kristallnacht (“Night of Broken Glass”), a pogrom organized by the Nazis on the night of November 9, 1938.

At the Holocaust Museum of Oporto, an exhibition related to the “Night of Broken Glass” was presented by Dr. Michael Rothwell, director of the Museum, whose family was victimized that night, as every window in his grandfather’s shoe shop was violently smashed.

In addition, a flame was lit in the Museum’s Memorial Room with the names of tens of thousands of people murdered. The lighting of the flame was carried out by students from the schools present.

Also the Jewish Museum of Oporto presented a program that included a guided tour of the Modern Antisemitism Room, which shows the growth of the phenomenon in Portugal between 2015 and 2022 and the screening of the film “Sefarad”, which tells the story of the Portuguese Dreyfus – Captain Barros Basto –, who was expelled from the army to be Jew.

Gabriel Senderowicz, the president of Jewish community of Oporto said “In many countries, Jews don’t count. they are not among the minorities to be protected, because they are seen as “white”, rich and plutocrats with their own state in Israel. Currently anti-Semitism is the rejection of Jewish people, the Jewish principles, synagogue Jews, business Jews, and all Jews who are not fully converted to modernism and its values.”



Generations after the end of the Shoah, antisemitism is worryingly on the rise, in Europe and beyond. The European Union is determined to put an end to it. The EU strategy on combating antisemitism and fostering Jewish life (2021-2030) is a very ambitious strategy that faces much resistance not only in the general societies but also in national governments and parliaments.

“European Union will certainly manage to promote the return of the Jewish people, their culture and religion. This is more than possible. However, as soon as Jewish communities start making a strong mark in European territory, the influential antisemites in society will attempt to destroy Jewish life bit by bit, using the same myths and methods employed in the past”, Senderowicz adds.

<https://portuguesejewishnews.com/news/kristallnacht-commemorated-in-oporto-with-1500-school-children/>

02/11/2022

Jewish Community of Oporto invites Netanyahu to visit the "Yonathan Room" at the Museum



In a brief message sent to Benjamin Netanyahu congratulating him on the victory in Israel's elections, the Board of Directors of the Jewish Community of Oporto invited him to visit the "Yonathan Room" at the Jewish Museum of the city.

"When you're traveling to Europe, please make an effort to visit the "Yonathan Room" at the Jewish Museum of Oporto, where all the strength of Am and Eretz Israel is deposited", wrote Gabriel Senderowicz, the President of the Jewish Community of Oporto.

In partnership with B'nai B'rith International, the Jewish Museum of Oporto dedicated a room to the Thunderbolt Operation. The initiative aims to bring young Jews closer to Israel.

Senderowicz remembers that "Lieutenant Colonel Yonathan Netanyahu teaches us that the Jews must never leave their security in anyone else's hands but their own. A new pogrom, a new Inquisition or a new Holocaust are impossible as long as the state of Israel exists."

"The Jewish Community of Oporto will continue to cooperate with Eretz Israel, with Keren Hayesod and with religious, cultural, educational and social institutions in the small-big state, regardless of whether or not there is reciprocity", he adds.

<https://portuguesejewishnews.com/news/jewish-community-of-oporto-invites-netanyahu-to-visit-the-yonathan-room-at-the-museum/>



21/05/2022

This week the Portuguese Jewish School will be inaugurated



The Portuguese Jewish School is an online project free of charge for all Jewish families living in Portugal that aims to provide basic courses in Jewish religion, culture and history in accordance with Jewish tradition.

The project consists of short lessons, 15 minutes each, with simple and condensed messages. Classes will be available online in video format in different languages (Hebrew, English and French) to meet the needs of the growing and international Jewish population.

The Portuguese Jewish School will be directed by Rabbi Eli Rosenfeld, Rabbi Haim Chetrit, Rebbetzin Raizel Rosenfeld and Rebbetzin Hanna Chetrit, from Chabad Portugal.

Message from Rabbi Eli Rosenfeld about the project:

- The idea of bringing Jewish learning to every Jewish family wherever they may be in Portugal is groundbreaking. The classes are geared to students of all ages, from pre-Bar and Bat Mitzvah as well as for adults. In Jewish tradition we never stop learning!;

- The challenge today is of location and timing. Children today have more after school activities than ever before, and are very spread apart. Classes can be viewed on the days and times convenient for the student, using a computer or mobile phone. With the ability to learn on their own schedule and own location we can revolutionize Jewish education;

- The first three classes will cover, Passover, the counting of the Omer and Lag Baomer, as well as Shavuot. In the following weeks, each week an additional class will be added;

- We are now in the midst of a special time of year, the period of counting the Omer, the link between the holidays of Pesach and Shavuot. Passover, is the birth of the Jewish People as a nation, the moment we became a united family, Am Yisrael. While Pesach gave us our identity, it is the holiday of Shavuot, which we are now approaching that gave us our way of life, the Torah. It is on this day, we commemorate receiving the Torah at Sinai, the day which gave us our guide to everything in life;

- Studying the Torah is not at all like studying another subject, when we study Torah, we connect to our core essence of who we are, allowing our soul to grow and flourish;

- With this goal in mind, each week we will add a new class, full of Torah ideas, with all aspects of Judaism.

For any questions, please contact pjs@portuguesejewishschool.com

<https://portuguesejewishnews.com/news/this-week-the-portuguese-jewish-school-will-be-inaugurated/>

11/10/2022

The Jewish Community of Oporto shared the meaning of Jewish holidays with the Portuguese population



For almost a year, the Jewish Community of Oporto, through its President, Gabriel Senderowicz, **published a set of 10 opinion articles** in the Portuguese press on relevant dates of the Hebrew calendar, namely Chanukah, Tu B'Shevat, Purim, Pessach, Lag BaOmer, Shavuot, Tisha B'Av, Rosh Hashanah, Yom Kippur and Sukkot.

The opinion articles (in Portuguese):

[A Comunidade Judaica celebra Chanuká](#)

[Tu B'Shevat, o ano novo das árvores](#)

[Os Judeus comemoram Purim](#)

[Pessach, da escravidão à Terra Prometida](#)

[Comunidade judaica celebra Lag BaÔmer](#)

[Os judeus comemoram Shavuot](#)

[Tisha B'Av: o dia mais triste do calendário hebraico](#)

[Rosh Hashaná: o ano novo judaico](#)

[Yom Kippur: o dia mais sagrado do calendário judaico](#)

[Sucot, a festa judaica das cabanas](#)

The intention was constructive. It aimed to spread knowledge about Jewish religion, culture and history, share the Jewish way of life, establish a new way of communication between the national Jewish community and society in general, and combat prejudice arising from ignorance. Judaism is part of the intrinsic values of Portugal, as well as of the Portuguese culture itself. The Jewish presence in the country predates the founding of the nationality.

In the last decade, the Jewish Community of Oporto has tried to combat antisemitism through positive action. In ten years, the community has been visited by more than 130 thousand school students, at the Kadoorie Synagogue, the Jewish Museum and the Holocaust Museum (the Portuguese museum with the largest number of visitors in 2021), organised training courses for teachers, signed cooperation protocols of international scope with the Catholic Diocese and the Muslim Community, and created an observatory to monitor the evolution of antisemitism in Portuguese society.

Since 2012, the Educational Services of the Jewish Community of Porto have received well over 130,000 visitors, the overwhelming majority of which are young people attending school on study visits promoted by public and private education institutions, from primary school to higher education. This was the biggest and most fruitful national project to combat antisemitism and to promote Jewish history and culture.

School visits to the Jewish Museum

The visits cover topics as diverse as Jewish religion, culture and history. From the origins of Judaism and the Jewish people, through its diasporas and persecutions, special emphasis has always been given to the relationship between this old, important but minority group of our society and the history of Portugal.

School visits to the Holocaust Museum

At the Holocaust Museum of Oporto, it is possible to conclude that every moment of the hundreds of hours spent exploring, answering questions, creating analogies with realities known to students and teachers, basically, every moment spent educating, was and still is worthwhile.

Training courses for teachers

The Jewish community of Oporto organizes training courses for secondary school teachers, which are held at the Kadoorie Synagogue, at the Holocaust Museum and at the Jewish Museum of Oporto. The courses cover many themes relating to Jewish religion and culture as well as the Holocaust. Holocaust survivors and family members of survivors have attended these courses and each teacher has been given a copy of the book: "Os Dez Mitos Contra os Judeus" (Ten Myths against the Jews)

Inter-faith actions with the Catholic Diocese

The Jewish Community of Oporto has devised a global project involving close cooperation with Oporto Roman Catholic Diocese, with the following activities: social causes, helping children, the elderly and the sick; promotion of the Jewish Museum and the Episcopal Palace Museum; and the production of four films - "The Nun's Kaddish", "Sefarad", "1618" and "The Light of Judah" - covering events that have occurred over the centuries in Portuguese society.

Inter-faith actions with the Muslim Community

The Jewish Community of Oporto is one of the founding members of a global project that aims to rebuild bridges between Jews and Muslims. Named after a rabbi who gave his life defending the Prophet Muhammad, the Mukhayriq Initiative celebrates the great moments of historical brotherhood between Muslims and Jews. The story of Rabbi Mukhayriq shows that Muslims and Jews are not destined to be enemies. The need to discuss this history and source inspiration from it in today's political context becomes all the more evident.

Department to Combat Antisemitism

The department to combat antisemitism aims to observe and follow in real time the antisemitic phenomenon on Portuguese territory, choose ways to mitigate or eliminate biases against Jews and Jewish communities, prepare scientific opinions and reports for dissemination and for action by the formal and competent control instances, raising the political forces' awareness to the need to improve the existing legislation and promote school programmes to combat the "material image" of the Jew (synonymous with foreign, money, business and interest) which has been disseminated in Portugal for centuries, the collective guilt of "the Jews" as a social and religious group and the traditional myths against this people of forced migration.

<https://portuguesejewishnews.com/news/the-jewish-community-of-oporto-shared-the-meaning-of-jewish-holidays-with-the-portuguese-population/>

18/09/2022

Board Member of the Jewish Community of Porto participates in a meeting of Keren Hayesod leaders



BOD member Prof. Debora Elijah represented the Jewish Community of Oporto at Keren Hayesod Annual Leadership Conference

Board member **Prof. Debora Elijah** represented the **Jewish Community of Oporto** at the **Keren Hayesod Annual Leadership Conference**, which took place between the 5th and 8th of July, in Israel.

The event was attended by **around 80 people from 35 countries**, who make up Keren Hayesod's global leadership team. During the conference, participants were able to interact with their colleagues and visit some of the projects supported by Keren Hayesod, such as the **Ra'anana Absorption Center**, where they heard accounts of Ukrainian and Russian immigrants who went a long way to flee the war and reach Israel.



Arriving of Ethiopian Olim

V

The leaders were also at Ben Gurion Airport, accompanied by Israel's Minister of Immigration and Absorption, MK Prina Tamano-Shata, to receive a plane with the Ethiopian olim who arrived in Israel in Operation Rock of Israel. The action was supported by Pastor Larry and Pastor Tiz Huch, and New Beginnings Church and Larry Huch Ministries, the Jewish Agency for Israel and the Aliyah and Absorption Ministry.

"As a member of the board in the Jewish community of Porto, participating in such a unique project is really special to me. This makes me honored that we are continuing with our story in collaboration to make a difference in people's lives. This is a new historical moment, we will continue to support the activities Keren Hayesod", declares Prof. Deborah Elijah.



Friends of Israel from several religious backgrounds and nationalities

<https://portuguesejewishnews.com/news/board-member-of-the-jewish-community-of-porto-participates-in-a-meeting-of-keren-hayesod-leaders/>

03/10/2022

Bishop of Oporto is received at the Jewish Museum to watch the film "1618"



The Bishop of Oporto, D. Manuel Linda, with the president of the Jewish Community of Oporto, Gabriel Senderowicz

Last Friday, the president of the Jewish Community of Oporto, Gabriel Senderowicz, received Bishop D. Manuel Linda at the Jewish Museum of Oporto to watch the film "1618". The third feature film produced by the Jewish Community, with the support of the Diocese of Oporto, has been on display in cinemas in Portugal since the 29th of September.

Based on the Inquisition's visit to the city of Porto in 1618, the film has already been shown at major film festivals around the world and has won more than 70 awards, which are displayed in a room at the Jewish Museum.

As part of an effort to combat anti-semitism, "1618" is also shown by airlines in more than 10 Arab countries. The film lasts 90 minutes and is directed by Luís Ismael and distributed by Cinemundo. Revenues obtained in Portugal will be used for social solidarity purposes.

<https://portuguesejewishnews.com/news/bishop-of-oporto-is-received-at-the-jewish-museum-to-watch-the-film-1618/>

22/09/2022

Jewish Museum of Oporto received an important distinction in the presence of the Mayor of the city



The Mayor of Oporto, Rui Moreira, at the Jewish Museum

In front of an audience of about one hundred and fifty people, the Jewish Museum of Oporto received the **Commendation of the Chain of Merit of the king Peter I of Brazil and IV of Portugal**.

The award was made by the Minerva Council of the Federal University of Rio de Janeiro (previously the University of Brazil). The President of the organization, **Sebastião Amoêdo de Barros** explained that "the choice of the Jewish Museum of Oporto for the Commendation is due to its educational role for freedom and the support of the Jewish community for liberal causes".

The commendation now received by the Jewish Museum of Oporto has as a reference the work of Dom Pedro in favor of the independence of Brazil and in favor of the liberal struggles in Portugal, where he is revered as "Soldier King" and "Liberator".

The Mayor of Oporto, **Rui Moreira**, himself a descendant of Jews, spoke during the event, saying that "The Kadoorie Synagogue, the Jewish Museum and the Holocaust Museum of Oporto are three symbols of freedom that this city has always stood for. This community, with its immense religious and cultural activities, shows the strength of the Jews". Rui Moreira used a kippah while speaking.



The Jewish Museum of Oporto received about one hundred and fifty people



Michael Rothwell, director of the Jewish Museum of Oporto, Sebastião Amoêdo de Barros, president of the Minerva Council, and Rui Moreira, the Mayor of Oporto

The ceremony was toasted with kosher Port wine. The Museum opened the doors of a fantastic wine room with a wine that is symbolic of the city, as it is produced in accordance with Jewish law from a community that has existed in the city for at least a thousand years.

Michael Rothwell, director of the Jewish Museum strongly recalled that "the city of Oporto - a city of Freedom - was also founded by the Jewish population who lived in the city even before Portugal existed".



The Mayor of Oporto with the oldest member of the community, Mrs. Marilyn Flitterman. Two old friends

With the edict of Dom Manuel I in 1496, the Jewish Community in Oporto disappeared. It was only officially refounded in 1923.

The Vice President of the Jewish community of Oporto, **Isabel Ferreira Lopes**, granddaughter of its founder, Captain Barros Basto, recalls that her grandfather was "a liberal par excellence, having raised the flag of the First Republic in the City Hall of Porto. He had incredible strength and was only shot down by slanderous anonymous denunciations that the Portuguese dictatorship took advantage of to attempt to destroy him and the Community. He was a great scholar of Portuguese and Jewish history."

<https://portuguesejewishnews.com/news/jewish-museum-of-oporto-received-an-important-distinction-in-the-presence-of-the-mayor-of-the-city/>

<i>Crerios de certificação de sefardismo da Comunidade Judaica do Porto durante sete anos</i> , Gabriel Senderowicz, “Observador”	224
<i>Não siga os passos da Grã-Bretanha: uma refutação a Constança Urbano de Sousa</i> , Blaise Baquiche, “O Público”	228
<i>Opositores da “lei dos sefarditas” declararam guerra  comunidade judaica</i> , David Garrett, “Jewish News Syndicate”	230
<i>O Anti-semitismo e os “Especialistas em temas judaicos”</i> , Miriam Assor, “The Portuguese Jewish News”	232
<i>Jorge Sampaio e Patrick Drabi: sefarditas portuguesas  luz da tradição judaica</i> , Gabriel Senderowicz, “Observador”	234
<i>Categorizando o Antissemitismo</i> , Gabriela Turkenitch Cantergi, “Jewish News Syndicate”	237



Critérios de certificação de sefardismo da Comunidade Judaica do Porto durante sete anos

As denúncias anónimas, as fontes anónimas e outros jogos de bastidores marcaram o último compasso da legislação que concedia a nacionalidade aos judeus descendentes de sefarditas portugueses. Foi pena

06 abr. 2022, 01:10

O Estado não teria precisado das comunidades judaicas se não fosse o conhecimento privilegiado que estas detêm do mundo judaico. Desde a publicação do Decreto-Lei n.º 30-A/2015, de 27 de fevereiro, que a Comunidade Judaica do Porto entendeu que a legislação hoje tida em mira visava voltar a ligar Portugal com os cerca de 1 milhão de judeus descendentes de sefarditas portugueses. Se o objectivo do legislador fosse o de conceder a nacionalidade a 100 milhões de descendentes de pretensos cristãos-novos, por certo a certificação poderia ser realizada por profissionais ligados às universidades e totalmente externos àquelas comunidades.

O preâmbulo do acima referido Decreto-Lei aprovado pelo Governo PSD/CDS, elemento básico de interpretação do diploma, deu guarida ao entendimento da Comunidade Judaica do Porto. A Conservatória dos Registos Centrais sempre afirmou a legalidade de tal entendimento, tal como a própria Ministra da Justiça, na Assembleia da República, em junho de 2020.

Durante anos pulularam os genealogistas a anunciar a nacionalidade portuguesa por via sefardita, quando na verdade não procuravam os ancestrais dos candidatos nas comunidades judaicas da Turquia, Tunísia ou Marrocos, mas tão-só em Portugal, onde outrora só existiam católicos.

Vejamos um caso hipotético, para melhor percepção do que está em jogo. Manuel da Silva, pertencente a uma família católica no Brasil há 15 gerações, contratou um genealogista que conseguiu identificar um seu ancestral português no século XVIII – Tiago Silva – vítima infeliz do Santo Ofício. O caso é comovente, mas Manuel não é judeu à luz de qualquer corrente do mundo judaico (por mais liberal que este seja), não é sefardita (qualidade dos judeus que abandonaram Sefarad) e invoca um ancestral católico que nunca fez parte de uma “comunidade sefardita de origem portuguesa” no estrangeiro e cuja genealogia matrilinear judia se desconhece (não se podendo afirmar claramente que é judeu), para além de que a sua condenação pelo Santo Ofício foi igual à de muitos cristãos-velhos e tornou-se indistinguível daquelas. Seria ele originariamente de família judia?

A CIP/CJP nunca certificou casos semelhantes. Manuel da Silva tem direito à nacionalidade portuguesa? Sim. Mas tal direito não advém do n.º 7 do artigo 6.º da Lei da Nacionalidade, específico para descendentes de judeus sefarditas, mas sim do n.º 6 do mesmo artigo, que existe para simples descendentes de portugueses.

O mundo judaico sefardita ou ashkenazita só depende do critério seguro da tradição e não de genealogias de comunidades perseguidas durante séculos. Como poderiam existir tais genealogias? A própria migração para Israel está condicionada por um parecer do Rabinato-Chefe local (que por sua vez está conectado com os rabinatos ortodoxos de todo o mundo), nunca por longas genealogias que, do ponto de vista judaico, são apenas desenhos.

Descontando os raros casos de conversões ao judaísmo, ser judeu não é praticar a religião judaica. É uma genealogia: ser filho de mãe judia, que é filha de outra mãe judia e assim sucessivamente. O Rabinato do Porto, reconhecido pelo Grão Rabinato de Israel, procurou sempre, como primeiro passo, decidir de acordo com a halachá, único critério consensual no mundo judaico sobre quem é judeu. Este critério, à primeira vista pouco seguro, faz com que nenhum não-judeu consiga ser membro de uma comunidade judaica, casar no seio do judaísmo, ser sepultado num cemitério judaico ou ser cidadão de Israel, o chamado “crivo da halachá”.

A respeito dos critérios de certificação da CIP/CJP, é importante tecer algumas considerações jurídicas sobre o tema, tal como elas foram sendo apresentadas aos sucessivos Governos de Portugal entre 2015 e 2021.

O artigo 6.º n.º 7 da Lei da Nacionalidade prescreve: “O Governo pode conceder a nacionalidade por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, através da demonstração da tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral.”

Por sua vez, reza o artigo 24.º-A n.º 3 alínea c) do Regulamento da Nacionalidade: “O requerimento é instruído com (um) Certificado de comunidade judaica com estatuto de pessoa coletiva religiosa, radicada em Portugal, nos termos da lei, à data de entrada em vigor do presente artigo, que ateste a tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, materializada, designadamente [vocábulo exemplificativo], no apelido do requerente, no idioma familiar, na genealogia e na memória familiar.”

Os requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal devem ser encontrados na “comunidade sefardita de origem portuguesa” (expressão que se repete múltiplas vezes no artigo 6.º n.º 7 da Lei da Nacionalidade e no Decreto-Lei n.º 30-A/2015, de 27 de fevereiro), por natureza refugiada, não em território português, mas sim, como bem enuncia o preâmbulo do supra referido Decreto-Lei, “em algumas regiões do Mediterrâneo (Gibraltar, Marrocos, Sul de França, Itália, Croácia, Grécia, Turquia, Síria, Líbano, Israel, Jordânia, Egito, Líbia, Tunísia e Argélia), norte da Europa (Londres, Nantes, Paris, Antuérpia, Bruxelas, Roterdão e Amesterdão), Brasil, Antilhas e EUA, entre outras”.

De acordo com os artigos 6.º n.º 7 da Lei da Nacionalidade e 24.º-A n.ºs 2, 3 c), 4 e 5 b) do Regulamento da Lei da Nacionalidade, as menções à “tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa” e “a partir da comunidade sefardita de origem portuguesa” estão sempre umbilicalmente ligadas aos “requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal” que – sob tutela do vocábulo exemplificativo designadamente, que se repete – promanam de elementos como “os apelidos de família”, “o idioma familiar”, “a memória familiar”, “a genealogia”, “os registos de sinagogas”, “os registos de cemitérios judaicos”, “os títulos de residência”, “os títulos de propriedade”, “os testamentos” e outros.

Num livro bilingue (hebraico e inglês) publicado em março de 2017 – *The Jewish Sephardic Diaspora, Through the Archives of the Jewish Community of Oporto* –, distribuído pelas bibliotecas das capitais do mundo inteiro, já então para defesa antecipada da CIP/CJP, constam diversas listas de apelidos de (alguns) judeus de comunidades sefarditas de origem portuguesa, bem como uma lista de (alguns) apelidos de judeus que viviam em Portugal antes do Édito de D. Manuel. Esta última lista revela que os apelidos eram, em regra, hebraicos, ou melhor, portugueses daquela época. Não é simples a questão dos apelidos, como não é simples a questão do idioma familiar.

De nada vale um vídeo de alguém que aprendeu um pouco de ladino na actualidade mas que não é descendente de judeus sefarditas de Sefarad, da mesma forma que um Benveniste originário da Turquia pode não dizer uma palavra de ladino, mas é inelutável (e não uma questão de opinião) que, quanto à sua família, esse foi, durante séculos, o “idioma familiar”. O ladino nas suas diversas variantes, incluindo o haketia do Norte de África, é um idioma quase morto, em desuso, já só falado pelas gerações dos avós.

Outro importante critério que a legislação consagra é o da memória familiar. À partida, todos os requerentes invocam uma memória familiar de pertença a uma comunidade judaica de origem portuguesa. Tal memória, por si só, de nada vale. Tem de ser comprovada por testemunhos credíveis, em regra o Grão Rabinato local que tenha credibilidade haláchica no seio do mundo judaico e perante o Grão Rabinato de Israel.

À luz de toda esta materialidade, nos certificados de sefardismo da CIP/CJP pode ler-se que os mesmos são concedidos “com base nos elementos de prova oferecidos pelo requerente – respeitantes, para além do mais, à sua genealogia conhecida, aos territórios onde estiveram radicados os seus ascendentes e aos nomes, memórias e tradições de família –, articulados criticamente com o nosso conhecimento e compreensão da realidade, da cultura, da lei religiosa e das comunidades judaicas em geral e com a restante materialidade apurada ao longo do processo de avaliação, uma vez utilizadas as ferramentas de trabalho à nossa disposição”.

Tendo trabalhado durante sete anos no processo de certificação de judeus descendentes de sefarditas de origem portuguesa, a totalidade dos certificados de sefardismo emitidos pela CIP/CJP, com raríssimas excepções, foi concedida a famílias tradicionais sefarditas que durante séculos viveram em países dos Balcãs – Macedónia, Grécia, Bulgária e ex-Iugoslávia – e em países árabes ou muçulmanos – Turquia, Líbano, Síria, Marrocos, Argélia, Egito, Tunísia e Líbia – onde eram comuns os casamentos entre judeus de origem portuguesa e judeus de origem espanhola.

Supondo que a Conservatória dos Registos Centrais afirmava que o antigo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, é um mero descendente de beduínos marroquinos, sem origem portuguesa, a Comunidade Judaica nada poderia fazer para além de invocar a tradição judaica. A Conservatória poderia rejeitar tal argumentação. O Governo poderia recusar a nacionalidade. A Comunidade manteria a sua opinião, sem que isso pudesse ser rotulado de fraude.

Durante três meses falou-se em termos depreciativos da certificação das origens sefarditas de Roman Abramovich, como se o respectivo certificado tivesse sido emitido com desonestidade intelectual por parte do Rabino-Chefe da Comunidade Judaica do Porto. O facto é que o certificado assenta na memória familiar do requerente, nos apelidos de família, nas opiniões de entidades informadas do mundo judaico, no apoio financeiro de décadas ao movimento Chabad de origem portuguesa e na desnecessidade material do requerente, que tem direito à nacionalidade lituana.

Onde está a falsidade neste processo de certificação pelo qual foi cobrado o emolumento de €250,00 e que foi levado ao conhecimento do Governo e da Conservatória dos Registos Centrais muito antes de o requerente obter a nacionalidade portuguesa?

A lei é clara. O Governo tem o poder de conceder ou não a nacionalidade a um candidato. A Conservatória tem o dever de verificar os documentos de sefardismo daquele. A Comunidade Judaica tem a missão de emitir um certificado com base nos critérios legais e no seu conhecimento do mundo e da tradição judaicos. Trata-se quase de uma opinião pericial, como explicou o Professor Rui Pereira, sem que corresponda à atribuição da nacionalidade, que é um poder discricionário do Governo.

A Comunidade Judaica do Porto crê que fez um bom trabalho durante os sete anos em que operou no processo de certificação. Foi um trabalho esmagador realizado de boa-fé. O Chefe-Rabino aplacou um universo imenso de candidatos, prejudicando grandemente a sua família, os seus estudos, o seu descanso. Foi remunerado por isso. A Comunidade Judaica do

Porto pagou os seus honorários transparentemente, ano após ano, por via de transferências bancárias, para uma conta em Portugal, contra recibos emitidos a partir de Israel, país de residência, onde ele é tributado fiscalmente. É inaceitável a afirmação de que há uma conta bancária choruda com dinheiro que se suspeita advir de ilicitudes, donde se parte para uma catadupa de indiciações infundáveis.

Em linha de conta com a dimensão da comunidade judaica existente no tempo de D. Manuel (cerca de 10% do total da população), se a legislação de 2013/2015 continuasse indefinidamente poderiam ter sido certificados 1 milhão de judeus de origem sefardita. A opção legislativa foi outra. Desde abril de 2020 que se apontou o término da lei para o início de 2022. Chamou-se-lhe um prazo transitório. Assim foi. Nunca se desistiu desse intento.

Em 6 de dezembro de 2021, dirigindo-se ao Ministério da Justiça, que lavrara um projecto de regulamento muito restritivo, a Comunidade explicou que se justificava absolutamente a existência de uma plataforma electrónica com acompanhamento do processo de certificação em tempo real por parte da Conservatória. Foram apontadas as seguintes três razões:

1. Em Portugal são frequentes as denúncias anónimas falsas para suscitar processos criminais inúteis que logo são noticiados nos jornais para destruir o nome das pessoas e das instituições. O próprio Presidente do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República queixou-se de “um Caso Dreyfus” originado numa denúncia anónima, logo reproduzida na imprensa, que afirmava que os membros daquele Conselho eram violadores do segredo de Estado, corruptos e traficantes de influências, desta forma lançando uma suspeição intolerável sobre a idoneidade dos membros de um órgão que necessitava de estar acima de toda a suspeita para poder atuar na plenitude das suas funções. (jornal Expresso, 6.11.2020).
2. O Ex-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça declarou que um enorme processo – conhecido como “processo dos vistos gold” – foi um exemplo de “manipulação da investigação criminal, usada como arma dissimulada de arremesso para influenciar, condicionar ou inflectir as tendências políticas da sociedade, do modo que melhor aprouver a quem a usa ou a quem dela se aproveita.” (jornal Público, 22.10.2020).
3. Em Lvov, Jarkov, Tshernovitz, Bobruisk, Smolensk e centenas de outras cidades da União Soviética, as sinagogas-comunidades não foram fechadas todas ao mesmo, mas uma a uma, sempre da mesma forma: (i) uso da imprensa e de caluniadores para associarem as sinagogas a negócios, (ii) descrição de tais negócios com um cunho de amoralidade ou não-legalidade, (iii) reações negativas de alguma opinião pública e de judeus de palha, e (iv) destruição total da respeitabilidade das sinagogas e organizações judaicas correspondentes enquanto promotoras da vida judaica.

As denúncias anónimas, as fontes anónimas e outros jogos de bastidores marcaram o último compasso da legislação que concedia a nacionalidade aos judeus descendentes de sefarditas portugueses. Foi pena que tudo terminasse deste modo. Entretanto, os efeitos positivos daquela, em termos culturais, religiosos e de crescimento numérico da comunidade judaica nacional, são indesmentíveis, por muito que sejam remetidos ao silêncio. Não serão descritos aqui. Quem tiver interesse no tema certamente conseguirá encontrá-los.

<https://observador.pt/opiniaao/criterios-de-certificacao-de-sefardismo-da-comunidade-judaica-do-porto-durante-sete-anos/>

Não siga os passos da Grã-Bretanha: uma refutação a Constança Urbano de Sousa

Peço a Constança Urbano de Sousa que não siga o exemplo da Grã-Bretanha para remover as oportunidades e os direitos dos cidadãos. Portugal deve orgulhar-se de oferecer nacionalidade, como oferece desde 2015, aos descendentes das vítimas do período mais sombrio de sua história.

Blaise Baquiche

22 de Maio de 2020, 0:50



Em 16 de abril, publiquei um artigo no The New European, discutindo como consegui a cidadania portuguesa e o que isso significa para mim enquanto cidadão britânico. Urbano de Sousa não apenas trancou o que eu escrevi, mas usou o artigo para brincar com os preconceitos das pessoas em relação aos migrantes no momento em que uma pandemia multiplicou a xenofobia na Europa.

Para impor a tese de que pedi a nacionalidade portuguesa unicamente para obter um passaporte da União Europeia, após o Brexit, a autora diz que antes deste momento eu nunca me havia identificado como judeu sefardita. Claramente ignorou o contexto do artigo. Antes do Brexit, eu sentia-me inglês, britânico e europeu e não acreditava que as minhas origens pudessem ter algo a ver com isso. Era um assunto esquecido. Os abusos antisemitas que recebi na escola anglicana fizeram o meu judaísmo parecer real demais.

Independentemente da minha vontade, sou considerado judeu pelo Estado de Israel e por todas as tendências do judaísmo que não a mais ortodoxa. É uma questão de genealogia, não de religião. A minha tradição de pertença a uma comunidade sefardita portuguesa foi objetivada por entidades oficiais e pela comunidade portuguesa e espanhola de Londres, onde foi filiado o meu pai, judeu sefardita de família búlgara e egípcia radicada em Londres desde meados do século XX.

Aquando da expulsão do Egipto, alguns dos nossos primos preferiram estabelecer-se no Porto, em Portugal, onde já existia a sinagoga Kadoorie. Todos buscavam uma vida melhor. Felizmente prosperaram e deram, e dão, emprego a muita gente. Henry Tillo, já falecido, tornou-se um dos maiores empreendedores de sempre do norte do país. Foi Presidente da Exponor, da Associação Industrial Portuense, da Assembleia Geral da Comunidade Judaica do Porto e de muitas outras organizações. Privou de perto com Rui Moreira, Rui Rio e Fernando Gomes e foi nomeado Comendador, contra a sua vontade de homem humilde, pelo Presidente da República Mário Soares.

Eu nunca pediria a nacionalidade em Espanha, um pesadelo de obstáculos burocráticos que fez daquela lei um gesto sem sentido, como demonstrou Leon Amiras, do Colégio de Advogados de Israel. Quando há três anos resolvi pedir a nacionalidade em Portugal, os meus familiares do Porto solicitaram o meu certificado ao rabinato local. Eles fazem parte da Comunidade Judaica daquela cidade desde 1960.

Em 7 de abril, Boris Johnson foi levado para os cuidados intensivos por ter contraído o vírus Covid-19. Mais tarde prestou homenagem ao enfermeiro português Luís Pitarma, do Porto, que salvou a sua vida e que foi saudado pelo Presidente da república portuguesa Marcelo Rebelo de Sousa, ele próprio de herança judaica. Pitarma vive na Grã-Bretanha por ser cidadão da União Europeia, da mesma forma que agora eu tenho a oportunidade de fazer o mesmo em Portugal. Ao perseguir o Brexit, o meu primeiro-ministro tornou a vida de Luís mais difícil, colocando barreiras para ele viver e trabalhar no Reino Unido.

Peço a Constança Urbano de Sousa que não se incline ao nível da Grã-Bretanha para remover as oportunidades e os direitos dos cidadãos. Portugal deve orgulhar-se de oferecer refúgio, como oferece desde 2015, aos descendentes das vítimas do período mais sombrio de sua história, que têm os mesmos direitos que todos os outros, sem perguntas. Isto inclui as liberdades de trabalhar, estudar, viver e amar nas 27 nações da União Europeia, que eu pessoalmente havia perdido com o Brexit e que Urbano de Sousa quer voltar a remover.

<https://www.publico.pt/2020/05/22/opiniao/noticia/nao-siga-passos-grabretanha-refutacao-constanca-urbano-sousa-1917549>

DAVID GARRETT

Opositores da “lei dos sefarditas” declararam guerra à comunidade judaica



Uma campanha de calúnias, aldrabices e insinuações teve um efeito devastador

28 de junho de 2022

Nos últimos anos, um grupo de influentes cidadãos portugueses que se opõe à lei que concede a nacionalidade a descendentes de judeus sefarditas tem dirigido inúmeras acusações de corrupção contra a comunidade judaica.

Em 24 de junho, essa campanha miserável regressou tendo como alvos a Comunidade Judaica do Porto e o *influencer* norte-americano Nathaniel Drew que, alegadamente, teria recebido a nacionalidade portuguesa sem possuir quaisquer raízes sefarditas e após ter oferecido um “donativo” àquela entidade portuense.

A acusação foi imediatamente divulgada através da televisão, de jornais e redes sociais. O destaque foi colocado numa suposta “venda” da nacionalidade ao abrigo de uma lei que havia sido transformada numa “loja de passaportes” devido à atuação de uma Comunidade que tudo “negociava” por grandes somas de dinheiro, como o comprovava aquele “donativo” cujo valor deliberadamente não se especificava.

A análise dos factos reais importa conclusão bem diferente. Nathaniel Drew recebeu o certificado por parte do Rabino-Chefe do Porto com base em registos de cemitérios judaicos, genealogia, apelidos e memória familiar. A sua avó, Liliana De Pas, nasceu em 10 de agosto de 1942, no seio de uma família sefardita tradicional (de origem portuguesa e castelhana) que vivia no Egito. O pai de Liliana, Yakov de Paz, também ele nascido naquela país, em 5 de setembro de 1917, era filho de David De Paz, que por sua vez nasceu na Turquia em pleno século XIX.

Os sobrenomes De Pas, Pas e Paz eram comuns no Norte de África entre os descendentes de judeus sefarditas expulsos de Portugal e Espanha, particularmente no Egito, na Líbia e na Tunísia. O apelido De Pas está consignado na lista de *ketubot* (contratos de casamento) da famosa comunidade judaica portuguesa de Tunis e na lista de condenados da Inquisição portuguesa. Tudo isto foi objectivado e documentado pela Comunidade Judaica do Porto aquando da certificação do requerente, que beneficiou também de um certificado de sefardismo emitido pelo Rabino Baruch Garzon, ex-Rabino-Chefe de Madrid.

Nethanel Drew pagou à CIP/CJP o emolumento de €250,00 [o “donativo” de que se falava matreiramente, como se fosse uma fortuna], deu início ao processo de obtenção da nacionalidade portuguesa junto da Conservatória e é hoje um cidadão português de pleno direito ao qual a lei não exige que resida em Portugal, que fale o idioma ou que pratique rituais sefarditas.

A história escabrosa que deu lugar ao episódio narrado começou em 2020, quando um pequeno grupo de políticos, jornalistas e *influencers* lançou uma campanha caluniosa contra a “lei dos sefarditas”, assente em ideias negativas tais como “passaportes de conveniência”, “dezenas de milhões de requerentes”, “os sefarditas têm filhos e cônjuges”, “os candidatos só precisam de pagar milhares de euros a genealogistas, advogados e às comunidades judaicas portuguesas” e assim por diante.

Os efeitos positivos da legislação em debate foram deliberadamente ocultados por agentes do Estado e atoleimados parceiros. O crescimento de 1000% da comunidade judaica portuguesa, os centros de *achdut* (união) para jovens judeus, os restaurantes e as lojas *kosher*, o novo cemitério, o Museu do Holocausto do Porto, o Museu Judaico, o Cinema Judaico, o maior Centro Chabad europeu e os demais sinais de vitalidade judaica não foram vistos como positivos pelos opositores da lei.

A partir de dezembro de 2021 e ao longo de 2022, a violência das acusações redobrou-se. Instalou-se no país uma atmosfera de terror presidida pela hostilidade de meia-dúzia de jornalistas com os quais agentes de Estado permanentemente traficavam “informações”. Semana após semana, famílias inteiras da Comunidade Judaica do Porto foram expostas nos jornais e nas televisões com base em denúncias anónimas da escória da sociedade, produzidas a pedido. Ninguém escapou a essa campanha de “purificação”, que se desenvolveu ao estilo da Inquisição e que tomou por alvos não apenas os rabinos da CIP/CJP, mas também presidentes, ex-presidentes, vice-presidentes, tesoureiros, vogais, secretários, simples membros, até mesmo o curador dos Museus e o porteiro.

Neste ambiente, a polícia foi trazida para o palco, invadiu a Sinagoga do Porto, o Museu Judaico e as casas dos principais líderes da organização, ao mesmo tempo que, com grande aparato, deteve o Chefe-Rabino no aeroporto, humilhando-o em todo o mundo, por pretensamente ter desviado dinheiro da Comunidade, ter corrompido Conservatórias e ter sido corrompido por bilionários. Estas indiciações insanas, produzidas pela “equipa” atrás referida, podem levar uma década a ser debatidas no sistema judicial português, pelo que importa desde já perguntar onde está a prova de que (1) o Rabino furtou dinheiro da Comunidade, algo tecnicamente impossível, (2) corrompeu Conservatórias que não conhecia, algo tecnicamente impossível, (3) foi corrompido por Patrick Drahi, algo tecnicamente impossível, pois este caso coube à Comunidade Judaica de Lisboa, e (4) foi corrompido por Roman Abramovich, algo tecnicamente impossível, pois não conhece o requerente, que foi previamente certificado na origem, que preenche os requisitos para a certificação e que pagou à Comunidade Judaica do Porto o emolumento de €250,00.

O objetivo da atmosfera de terror foi pôr fim à legislação que concedia a nacionalidade aos judeus de origem sefardita e silenciar qualquer oposição a essa decisão. O governo aproveitou a campanha persecutória em curso para aprovar um regulamento que destruiu aquela legislação em termos práticos. Nenhum judeu fez centenas de viagens a Portugal desde a infância e muito menos possui bens herdados de antepassados que viveram no país na época inquisitorial.

À semelhança do que aconteceu repetidamente na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em Portugal a comunidade judaica mais forte e uma lei favorável aos judeus foram avacalhadas por denúncias caluniosas, imprensa e polícia. Nunca é demais repetir que em Lviv, Kharkiv, Chernivtsi, Babruysk, Smolensk e centenas de outras cidades da União Soviética, as mais pujantes sinagogas e comunidades não foram fechadas todas ao mesmo tempo, mas sim uma a uma, sempre com utilização da imprensa para as associar a negócios, descrição dos mesmos como imorais ou ilegais, reações negativas da opinião pública e de judeus “convenientes” e devastação da reputação dos templos alvos da campanha.

Em 22 de junho, o Parlamento português pediu um parecer à Comunidade Judaica do Porto sobre possíveis alterações à “lei dos sefarditas”. A organização respondeu que não mais cooperaria com um Estado que encetou uma cruel acção antisemita com base em denúncias anónimas, insinuações e difamação.

A Comunidade Judaica do Porto está disposta a entregar ao governo português os valores de €250,00 dos emolumentos pagos por Roman Abramovich e Nathaniel Drew, o que não pode fazer relativamente a Patrick Drahi, que foi certificado, e bem, pela Comunidade Judaica de Lisboa.

David Garrett é membro do Conselho de Administração da Comunidade Judaica do Porto, Portugal.

<https://www.jns.org/opinion/opponents-of-portugals-sephardic-citizenship-law-have-declared-war-on-the-jewish-community/>



Miriam Assor 30/06/2022

O Anti-semitismo e os “Especialistas em temas judaicos”



Não sou especialista em temas judaicos, nem especialista em assunto nenhum sobre judaísmo, e confesso, apenas tiro o chapéu aos que dominam com elevado saber e conhecimento essa matéria.

Um cartão-de-visita desse género - “Especialista em temas judaicos” -, sem a pessoa estar minimamente preparada para tal fim é uma fraude imerecida para o leitor. Não basta ser judeu para nos apresentarmos em peritos dessa matéria.

Sou jornalista. A minha actividade principal e o pão que levo à boca chega-me da escrita. Tive bons mestres em redacção. Gente que conhece palavras e pessoas por dentro. Sabem de liberdade e de valores sem os quais nenhuma notícia poderia sair da gráfica.

O anti-semitismo é um campo de batalha. Purim e Chanucá, que o digam; Haman queria matar judeus. Antiochus queria matar o judaísmo.

O anti-semitismo, que é uma realidade infeliz e mais antiga que o tempo, não pode, por motivo algum, ser tratado com pinças de interesses. Portugal não escapa a esse terror. Essa é que é. Basta ver os comentários a propósito de artigos onde judeus, judaísmo ou Israel são o centro do artigo. Basta também ler colunistas que espelham lente anti-semita ou jornalistas que enxergam de um só lado. Basta, e desculpem, a franqueza, a ideia do dinheiro sempre colada ao judeu.

Os punhos do rabino da Comunidade Judaica do Porto, Daniel Litvak, foram algemados no aeroporto Francisco Sá Carneiro. Quinta-feira, 11 de Março. Pressupunha-se que iria fugir. Com malas, que continham tudo, menos roupa. Milhões. Uma fortuna. O rabino iria fugir para Israel, via Alemanha, com milhões dentro das malas. A casa da vice-presidente da Comunidade Judaica do Porto foi vasculhada pente fino com a finalidade de encontrar malotes de oligarcas russos. Dinheiro. A Sinagoga também não escapou das buscas. Procura-se o mesmo: vil metal. Notas. Muitas. Muitas.

Pelo que sei, denúncias anónimas reuniram o suficiente para que esta operação pudesse ter acontecido. Depois, é o que sabemos e o que anti-semitas se babam:

exposição intensa de pessoas ligadas à comunidade; rabino, presidente, vice, museólogo e amigos da comunidade. Como eu.

Denúncias anónimas, sem nome e sem cara e sem carácter, nos anos trinta mataram a honra do capitão Barros Basto, fundador Comunidade Judaica do Porto, avô da vice-presidente. A história repete-se. É nossa obrigação termos acções para responder ao anti-semitismo. Esse é substantivo. Anti-semitismo.

O ódio aos judeus vive enraizado na Europa. A imagem do judeu como o assassino de Jesus conduz ao ódio e à suspeita. Da Inquisição à Alemanha nazi o caminho dos abutres fez-se fácil. Não devemos tremer, tão pouco suavizar ou atribuir discursos metafóricos pautados por simbolismos, que para o caso tem a mesma importância que um casaco de peles ao meio-dia no deserto.

Os milhões de euros ou de dólares não apareceram. O rabino Litvak continua sem passaporte. A lei da nacionalidade, outrora histórica, a partir do momento que se certificou milionários como Patrick Drahi e Roman Abramovich, passou a estar em cheque. E morre. Mal. Morreu mal.

Há colunas que não caem. A sinagoga Mekor Haim mantém-se em plena atividade. Cheia. *Minian* às dúzias há oito anos consecutivos. Juventude. Restaurante *Kosher*. Turistas. Museu Judaico. Filmes. Cinema. Tzedaká para o mundo inteiro. O Museu do Holocausto com filas indetermináveis.

A história e a verdade, não obstante não estarem sempre de mãos dadas, há um momento que a página vira para contar como é que realmente foi. É esse momento que conta, não o que é contado por cretinos e falsos “especialistas em temas judaicos”.

Miriam Assor

Membro da Comunidade Judaica de Lisboa

Directora do The Portuguese Jewish News

<https://portuguesejewishnews.com/news/o-anti-semitismo-e-os-especialistas-em-temas-judaicos/>



Jorge Sampaio e Patrick Drahi: sefarditas portuguesas à luz da tradição judaica

O Estado de Israel não teria judeus se a migração dependesse a meios de prova similares aos previstos pelo Governo, que está desfasado do mundo judaico e prescinde da sua genealogia-cultura-religião.

17 abr. 2022, 01:09

Os ancestrais do ex-Presidente da República Dr. Jorge Sampaio, chegados aos Açores no século XIX, não possuíam qualquer genealogia que remontasse a Portugal, não ostentavam apelidos portugueses (nem mesmo os portugueses-hebraicos que se colhem dos parques registos do século XV) e igualmente não diziam uma palavra em ladino. Ninguém pôs em dúvida que esta família era de origem portuguesa. A tradição judaica e a memória familiar tinham valor.

Marrache, Ehiah, Bensliman, Amie e Bensaude (do inglês gibraltino “afortunado”), oriundos de Rabat, Casablanca e Gibraltar, eram apelidos que pouco tinham a ver com o novo país em que assentavam as suas vidas e no qual haveriam de prosperar com muito trabalho. Os citados apelidos eram os únicos que a parca genealogia da avó materna do Dr. Sampaio, de nome Sara Bensliman Bensaude, filha e neta dos então “requerentes” da nacionalidade portuguesa, permitia alcançar, quando todos chegaram ao bonito arquipélago português. Reduzida a duas gerações, aquela genealogia era tão pobre que nem sequer identificava os anos de nascimento dos familiares imediatos de Sara: Jacob Bensliman e Aron Bensaude.

Memória familiar e tradição judaica eram as provas da origem portuguesa dos recém-chegados que, atrás de si, deixavam as comunidades sefarditas tradicionais marroquina e gibraltina. Em cinco séculos, estas haviam beneficiado de milhares de casamentos entre judeus locais e judeus de origem portuguesa e castelhana, assim misturados pelo sangue, com preponderância dos megurashim (“expulsados”) de Sefarad, pela sua grande cultura e pelo seu peso numérico. Ali nascia, como noutros países do Norte de África e do antigo Império Otomano, uma enorme “Spanish and Portuguese community”.

Andou muito bem o Decreto-Lei n.º 30-A/2015, de 27 de fevereiro, da ceifa do PSD e do CDS, cujo preâmbulo considerou os familiares do ex-Presidente da República e os demais fundadores da moderna comunidade judaica portuguesa (marroquinos e gibraltinos sem genealogia até Portugal, sem apelidos portugueses, sem prática do ladino) como megurashim.

Foi muito bem certificado pela Comunidade Israelita de Lisboa o caso de Patrick Drahi, que é seguramente semelhante ao dos familiares do Dr. Jorge Sampaio. Apesar de não beneficiar de apelidos portugueses, de não falar ladino e de não possuir qualquer genealogia até Portugal (mas uma pobre genealogia de três ou quatro gerações), Drahi é sem dúvida um judeu sefardita de origem portuguesa.

Os seus apelidos de família – Adrehi (Drahi), Sicsu e Amou – não constam da (muito incompleta) lista de apelidos de judeus que residiam em Portugal no século XV, mas

claramente são apelidos de famílias sefarditas tradicionais de Marrocos e, mais do que isso, de famílias que regressaram a Portugal após a Inquisição e que são referidas no preâmbulo do predito Decreto-Lei como os “expulsados” de outrora.

A CIP/CJP tem registos dos Adrehi nos cemitérios da comunidade judaica dos Açores: Ponta Delgada, Terceira, Angra do Heroísmo, Horta e Faial. Membros da família Sicsu viveram e foram sepultados no cemitério de Faro. Os Amou igualmente regressaram a Portugal, e viveram em muitos lugares, até no Porto, quando a sombra do Santo Ofício desapareceu. Acresce que Patrick Drahi, com nacionalidade francesa, é um Cohen de altos méritos no mundo judaico, que deve ser estimado e protegido.

Marrache, Ehiah, Bensliman, Amie, Bensaude, Drahi, Sicsu, Amou e Cohen constam entre os apelidos de famílias sefarditas tradicionais outrora expulsas de Sefarad. Estes são exemplos dos casos – 99% dos casos – que a CIP/CJP certificou durante sete anos e que jamais poderiam validamente submeter-se ao critério de genealogistas, muito menos ao de não-judeus sem conhecimento da tradição judaica.

No 1% de casos sobranes encontram-se certamente alguns judeus da Europa Central e do Leste, cujas certificações levaram em conta a memória familiar, as latitudes percorridas, o historial de apelidos, a tradição judaica testemunhada por instâncias judaicas internacionais reconhecidas pelo Grão-Rabinato de Israel e, muitas vezes, a desnecessidade material da nacionalidade portuguesa por parte dos concretos requerentes.

Há dias falou-se com escândalo na certificação do Rabino Alexander Boroda. A Direcção da CIP/CJP teve conhecimento do caso nesse mesmo dia porque não intervém no funcionamento do departamento de certificação, no qual confia. Trata-se de um cidadão americano, com passaporte dos Estados Unidos, cuja memória familiar foi certificada por Berel Lazar – Chefe-Rabino da Rússia, igualmente americano, um dos mais reputados rabinos do mundo, e cujos apelidos constam de publicações como o Dicionário Sefaradi de Sobrenomes, de Paulo Valadares, Rio de Janeiro, 2004.

Aquele processo pode ou não merecer aceitação por parte do Governo. O artigo 24.º-A do Regulamento da Nacionalidade é claro. O Governo tem o poder discricionário de dar ou não a nacionalidade a qualquer cidadão, seja sefardita ou de origens sefarditas. A Conservatória tem o dever de verificar as provas de sefardismo do requerente, pese embora o seu total desconhecimento do mundo judaico. Porém, nem por isso o rabinato do Porto tem de mudar a sua opinião quanto ao sentido da sua decisão, do seu parecer, que seria idêntico num caso de migração para Israel.

Voltando aos sefarditas puros, em 6 de dezembro de 2021, muito antes de se afastar do processo de certificação (ou seja, muito antes de saber que se fazem buscas e indicações gravíssimas, logo noticiadas nos jornais e nas televisões, para destruir a reputação das instituições e das pessoas, com base em denúncias anónimas), a CIP/CJP deu as seguintes sugestões ao Governo:

“O mundo judaico sefardita ou ashkenazita só depende do critério seguro da tradição e por isso a migração para Israel está condicionada por um parecer do Rabinato-Chefe local (que por sua vez está conectado com os rabinatos ortodoxos de todo o mundo), nunca por documentos impossíveis ou inúteis ou por genealogias que, do ponto de vista judaico, são apenas desenhos falsificáveis. O Estado de Israel não teria judeus se a migração fosse condicionada a meios de prova similares aos previstos no Projecto do Governo, que está totalmente desfasado do mundo judaico, prescinde do judaísmo enquanto genealogia-cultura-religião, dos rabinatos, das latitudes, dos apelidos, das ketubot, das teudat nuisin, dos costumes, do antigo idioma familiar e da tradição de comunidades que estiveram sempre em perigo, sem estabilidade e sem governos centrais.

É fulcral que elementos da Conservatória comecem a trabalhar com as comunidades na avaliação dos processos, para aprenderem, por exemplo, que ser judeu é uma genealogia matrilinear e que uma família sefardita não Sefarad da Tunísia (como os Cohen de Djerba, que já ali habitam há 2500 anos) só se torna habilitada à certificação se, por via de casamentos,

for também descendente de judeus Sefarad, como os Abitbol, Amzalaga, Athias, Benitah, Benarus, Bensabat, Lasry, Sebag, Toledano, Zagury e muitas outras.

O certificado digital, que deve constar da plataforma electrónica/digital, tal como a documentação de suporte, deve ser inspirado no caso da família do ex-Presidente da República Dr. Jorge Sampaio e deve conter três passos:

1. Qualidade de judeu à luz da Halachá. Provas.
2. Família sefardita tradicional. Provas.
3. Comunidade judaica de origem portuguesa. Provas.

Estes três passos foram desenhados unicamente em favor da melhor compreensão da Conservatória, para tentar dividir um processo que, na realidade, é sempre analisado no conjunto. Os três pontos acabam por se englobar conjuntamente. O requerente é de uma família judia Sefarad: uma família de megurashim marroquinos.

- Provas de que o requerente é genealogicamente judeu, designadamente, ketubot dos pais e dos avós, teudat nisuin no caso de ter casado em Israel e/ou certificado de rabino com credibilidade haláchica reconhecido pelo Grão Rabinato de Israel;
- Provas do sefardismo de “Sefarad, que é aferido (i) por via dos “apelidos”, (ii) da “memória familiar” afiançada por rabinatos reconhecidos pelo Grão-Rabinato de Israel, (iii) das “latitudes” documentadas por títulos de residência oficiais – de Estados de partida, no caso, Marrocos, ou destino, no caso, Israel – e eventuais certificados de rabinatos, sinagogas ou cemitérios e/ou (iv) da pertença até à actualidade a uma comunidade/sinagoga “Sefarad”.

Caso divirja do juízo contido num certificado emitido por alguma das comunidades, a Conservatória deve solicitar à entidade visada um esclarecimento mais cabal, por escrito, devendo todo o expediente constar, na plataforma, do processo individual do requerente.”

Assim teria sido convenientemente garantido o futuro da lei que concedia a nacionalidade aos judeus de origem sefardita portuguesa. Na presente década, a União Europeia aposta amplamente no reflorescimento da vida judaica no Velho Continente. As contas serão feitas no ano de 2030 em termos de vida e cultura judaicas em cada país.

Entretanto, a sinagoga do Porto está vibrante de vida como há 500 anos se não via, o cemitério judaico outrora destruído pela intolerância religiosa deu lugar a um novo, existem centros judaicos para promover a interação entre os judeus mais jovens, a Portuguese Jewish School está prestes a ser inaugurada, a comunidade judaica possui restaurantes, lojas e um hotel *Kosher*, o Museu Judaico exhibe frequentemente filmes sobre a história dos judeus em Portugal (que alcançarão também a televisão), o Museu do Holocausto recebe cerca de 300 alunos de escolas por dia e as relações com católicos e muçulmanos são melhores do que nunca.

<https://observador.pt/opiniao/jorge-sampaio-e-patrick-drahi-sefarditas-portugueses-a-luz-da-tradicao-judaica/>

GABRIELA TURKENITCH CANTERGI

Categorizando o antissemitismo

O antissemitismo hoje é politicamente correto no Ocidente porque ataca o poder dos “exploradores” que têm o chamado “poder injusto”. Essa teoria coloca no mesmo barco milhões de ateus, agnósticos, fanáticos religiosos, progressistas, democratas, comunistas e neonazistas.



23 de dezembro de 2021

Como pode ser visto na definição da International Holocaust Remembrance Alliance (IHRA), o antissemitismo é “uma certa percepção dos judeus” que pode ser ativa ou passivamente expressa contra eles ou suas instituições, propriedades e interesses. O racismo considera aqueles que são diferentes como inferiores. Mas o antissemitismo ataca ou censura os judeus, ou permite ataques ou censura aos judeus, não porque sejam inferiores, mas porque são supostamente perigosos, egoístas e gananciosos – o banqueiro, o rabino, o comunista, o plutocrata que aflige a humanidade.

De certa forma, o antissemitismo hoje é politicamente correto no Ocidente porque ataca o poder dos exploradores que têm o chamado poder injusto. Essa teoria tem quase dois milênios e coloca no mesmo barco milhões de ateus, agnósticos, fanáticos religiosos, progressistas, democratas, comunistas e neonazistas.

Considere a seguinte categorização de antissemitismo:

1. O antissemitismo baseado na imagem material que atormenta os judeus há séculos, sobretudo em Portugal, onde nunca estão ligados a acções positivas, mas sim ao dinheiro, à feiúra e ao pecado. Em algumas cidades da Europa, estão sendo retomadas as medidas tomadas pela URSS para fechar as sinagogas de Lvov, Jarkov, Tshernovitz, Bobruisk, Smolensk e centenas de outras em todo aquele grande império. Essas comunidades-sinagogas não foram fechadas ao mesmo tempo, mas uma a uma, empregando o mesmo método: usando a imprensa e caluniadores para ligar as sinagogas aos negócios, descrevendo tais negócios como sendo imorais ou ilegais, reações negativas de certos cantos da opinião pública e por judeus de palha, e destruindo totalmente a respeitabilidade das sinagogas e organizações judaicas correspondentes, tornando-os incapazes de defender a vida judaica.
2. Antissemitismo baseado em mitos sobre a culpa coletiva dos judeus. Sempre foi assim ao longo da história. As alegações típicas incluem que os judeus são uma raça, são estrangeiros, conspiram para governar o mundo, são ricos e mataram Jesus. Esses mitos ainda estão sendo repetidos hoje, com algumas adições modernas. As teorias da conspiração mais recentes são de que os judeus criaram o coronavírus, monopolizaram as vacinas, ganharam dinheiro com as vacinas, querem alterar o DNA humano e assim por diante.
3. Antissemitismo que identifica o Estado de Israel como um estado nazista e genocida. Esse tipo de antissemitismo é causado pela cegueira ideológica e ignorância sobre o Holocausto e a realidade israelo-palestina. Somente o ensino combaterá a falsa lógica de Davi (supostamente “Palestina”) contra Golias (supostamente Israel), apesar de 400 milhões de árabes e 6 milhões de judeus viverem no Oriente Médio. Além disso, em

1948, 1967 e 1973, uma coalizão de cerca de 10 países árabes tentou assassinar judeus israelenses, que são pessoas que até hoje não destroem igrejas e mesquitas, não matam infiéis, não sequestram aviões, não se explodem em restaurantes, não esfaqueiam idosos solitários e não promovem lavagem cerebral em crianças.

4. Antissemitismo que nega o Holocausto e incita o ódio contra a população judaica, acusada de criar um mito para extorquir dinheiro da Alemanha. Negar a ligação entre os campos de concentração nazistas com a perseguição aos judeus (uma negação baseada em questões formais ou detalhes sobre os números precisos e as formas de execução) é o mesmo que não abordar seriamente fatos históricos amplamente comprovados (por testemunhas diretas, documentação abrangente, pesquisa histórica durante um período de 70 anos e muitos julgamentos). É provável que isso leve o público em geral a agir contra os supostos falsificadores da história.
5. Antissemitismo baseado na ideia de que os judeus querem ser as “vítimas privilegiadas” do Holocausto e desejam um tratamento especial em relação às outras vítimas, às outras minorias. Em muitos países, como a Suécia, isso levou as escolas a parar de convidar os sobreviventes do Holocausto se forem judeus. Este tipo de antissemitismo está ligado à falsificação do Holocausto, que encobre o fato de que a Solução Final foi dirigida exclusivamente à “raça judaica”, que nove décimos das vítimas de Auschwitz eram judeus e que os nazistas queriam exterminar judeus mesmo fora dos territórios ocupados — aliás, em todo o mundo — incluindo a “gangue de 4 milhões de judeus na URSS”, invasão que os levou a perder a Segunda Guerra Mundial.
6. Antissemitismo ideológico que, por omissão, recai sobre as classes profissionais que têm a obrigação moral e política de denunciá-lo e persegui-lo, o que fazem com obras genéricas ou quando ações antissemitas são realizadas pela extrema direita ou fanáticos religiosos, mas não fazem nada quando os judeus estão sujeitos à humilhação de outras fontes. O antissemitismo não é colocado no mesmo nível de outros tipos de discriminação: contra negros, ciganos, mulheres, migrantes, indivíduos LGBTQ, prisioneiros e outros. Se os judeus são plutocratas ligados à cultura obscurantista e com seu próprio estado criminoso em Israel, eles só são considerados vítimas se forem atacados por alguém ainda pior do que eles: skinheads e jihadistas.
7. Antissemitismo que se recusa a individualizar os judeus de forma positiva, em particular elogiando suas contribuições para o mundo. Embora seja verdade que todos os povos têm um valor extraordinário e se complementam em feitos, filosofias, culturas, artes e ciências, nunca foi politicamente incorreto exortar a singularidade de cada povo. Há uma exceção: os judeus. É politicamente incorreto dizer que 0,2% da humanidade conquistou quase 200 prêmios Nobel em física, economia, medicina, literatura e construção da paz, exceto quando tais comentários estão ligados à crença de que os judeus também controlam a concessão de tais prêmios.

No final da Segunda Guerra Mundial, quando o Exército Vermelho entrou no Ocidente, milhares de judeus na linha de frente se encontraram com outros judeus. Alguns sobreviveram ao Holocausto, outros eram soldados americanos, ingleses e franceses. Muitos eram parentes. Essas reuniões eram tão dramáticas e sentimentais – muitas vezes ocorrendo ao lado dos restos mortais de parentes assassinados – que Stalin proibiu qualquer menção ao papel dos judeus. Isso foi considerado “muito cosmopolita” no Exército Vermelho, criado por Leon Trotsky. Russos, ucranianos, letões, lituanos, bielorrussos e outros ainda são elogiados até hoje. Os judeus foram esquecidos. Ainda hoje, na Rússia e na Ucrânia, pessoas simples dizem que os judeus não lutaram, mas fugiram da linha de frente. Os primeiros judeus que exibiram suas medalhas após a guerra responderam à famosa pergunta: “Onde você comprou essas medalhas?”

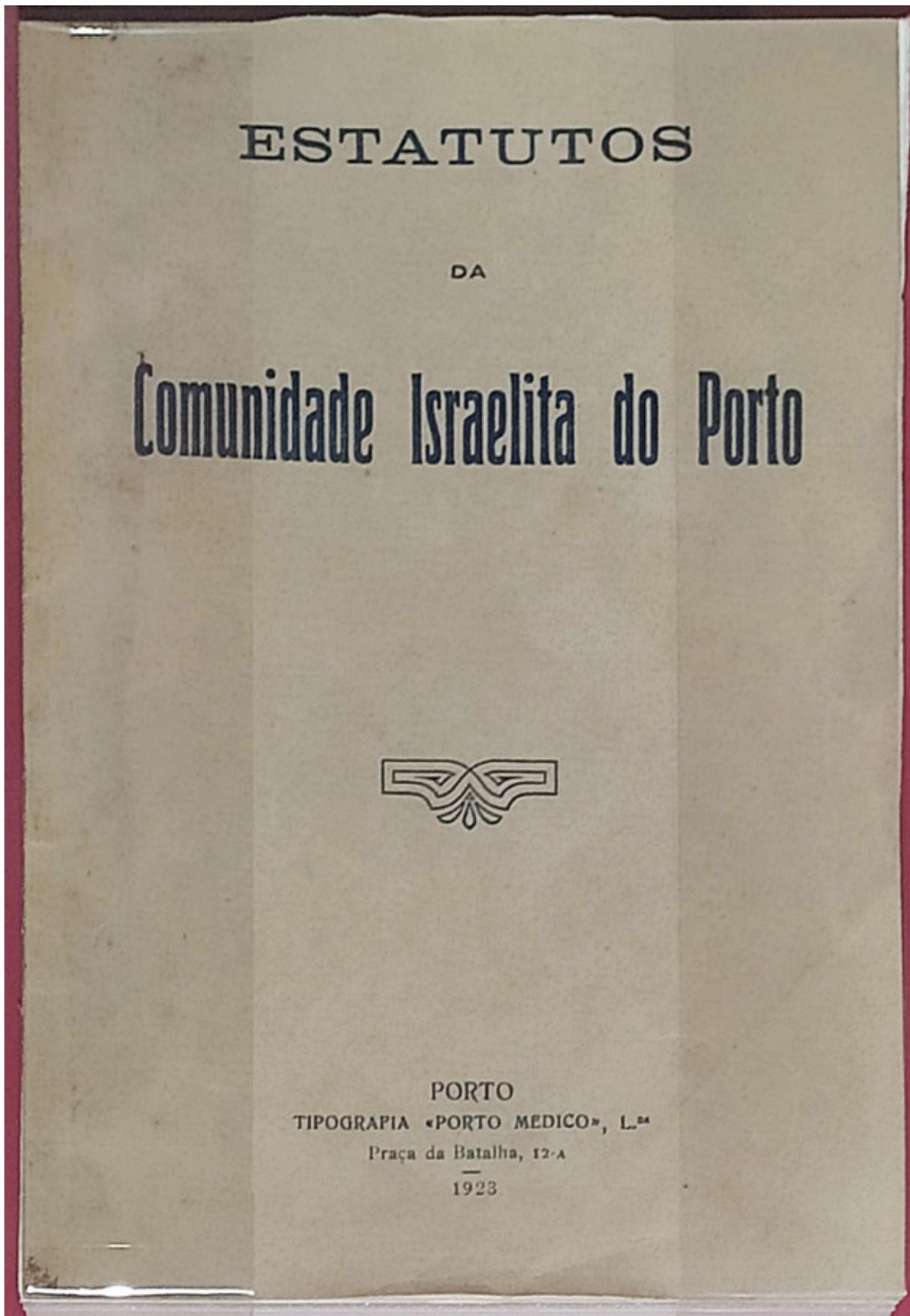
Gabriela Turkenitch Cantergi é presidente da B'nai B'rith International Portugal.

<https://www.jns.org/opinion/categorizing-anti-semitism/>

Capa dos Estatutos da Comunidade (1923).....	241
Capa do jornal da Comunidade (1927).....	242
Carta de Barros Basto ao Exército (1936).....	243
Secção de Amparo aos Refugiados (1940).....	244
Comunidade lamenta a morte de Srul Finkelstein (1970).....	245
New York Times noticia a morte de Lawrence Kadoorie (1993).....	246
Parlamento reabilita moralmente Barros Basto (2012).....	247
Parlamento recomenda reintegração no Exército (2012).....	247
Exército reconhece que Barros Basto é Coronel (2013).....	248
Celebração dos 75 anos da Sinagoga do Porto (2013).....	249
Comissão de Avaliação de pretensos Marranos no século XXI.....	250
Parecer ao Governo sobre regulamento da "lei dos sefarditas" (2013).....	253
O Primeiro Hotel Kosher de Portugal (2014).....	261
A Sinagoga exposta nos mapas turísticos (2015).....	263
Flyer para os visitantes judeus (2016).....	263
Comunidade sugere ao Governo que invista na educação (2016).....	264
Comunidade publica livro sobre certificação de sefardismo (2017).....	265
Protocolo de Amizade com a Diocese do Porto (2018).....	266
Deliberação sobre processar ou não uma anónima medíocre (2018).....	267
Mensagem da Comunidade à Conservadora Chefe (2019).....	273
Mensagem do Presidente da República (2019).....	275
B'nai B'rith International escreve ao Primeiro Ministro e honra a Comunidade (2019)..	276
Carta do Primeiro Ministro à Comunidade (2020).....	277
Mensagem da Anti Defamation League ao Primeiro Ministro (2020).....	279
Carta da B'nai B'rith International ao Presidente da República (2020).....	280
Acta da Comunidade sobre vaga de antissemitismo (2020).....	282
Anti Defamation League destaca importância dos Museus da Comunidade (2021).....	297
Carta da European Jewish Association ao Presidente da República (2022).....	298

VII

Carta da Agência Judaica Mundial (2022).....	300
Carta da B'tsalmo (2022).....	301
Mensagem da associada mais idosa da Comunidade (2022).....	302
Mensagem da Comunidade ao Parlamento (2022).....	303
Carta do Presidente de Israel (2022).....	306
Capa do livro-queixa que Comunidade dirigiu à Procuradoria Europeia (2022).....	307
Carta de estudantes franceses ao Parlamento (2022).....	308
Organograma da Comunidade (2023).....	310



N.º 1

PORTO — NISSAN DE 5687 (ABRIL DE 1927)

Tudo se ilumina para aquele que busca a luz.

BEM-ROSH

HA-LAPÍD

...alumia-vos e e aponta-vos o caminho.

BEN-ROSH

(O FACHO)

Orgão da Comunidade Israelita do Porto

Modelonº42

Director — A. C. DE BARROS BASTO (BEN-ROSH)

Avenida da Boavista, 854—Porto

RESPONDENCIA DEVE SER DIRIGIDA AO DIRECTOR)

PORTO CENTRAL

R N.º 28291

PORTUGAL



O NOSSO FACHO



A Comunidade Israelita do Porto numa das suas primeiras reuniões, apoz a sua legalisação no Governo Civil deste distrito em 1923, escolheu para seu braço de armas o seguinte emblema: sobre campo de sangue emerge dumas chamas uma torre de prata tendo no seu eirado um candieiro de ouro com 7 lumes.

Na escolha do seu escudo se concretisa o seu desejo de que esta comunidade seja uma fortaleza de Israel, de onde emane perenemente a luz espiritual da Fé de Abraham, servindo de farol bemdito para aqueles que, reconditamente, pelos vales e pelos montes do norte de Portugal, ainda elevam, em espirito e verdade, os seus louvores e as suas preces a Adonai, Deus Bemdito de Israel.

Acaba esta Comunidade de acender este pequeno facho, que, com o favor de Deus, há-de iluminar o caminho a muitos transviados da Unica Verdade.

A nossa divisa é Adonai li ve-lo irá (O Senhor comigo e nada receio) e por isso se Deus Bendito concordar com a nossa Obra, nós com o nosso esforço faremos, dentro em breve, o resgate redentor de milhares de portugueses que, ao norte do Tejo, vivem espiritualmente com umas vagas remniscencias da religião dos seus antepassados.

Uma das encomendaças israelitas era o resgate dos cativos e hoje tambem ha, na nossa terra, cativos a resgatar. Contamos pois comvosco, filhos de Israel, para que a luz deste pequeno facho chegue até ao mais humilde lar cripto-judeu das terras portuguesas, e desta forma cooperareis na grande Obra do Resgate.

Pensei um dia em realizar
o seguinte plano: ligar nova-
mente com Portugal essas
comunidades do resto portu-
guês do mundo inteiro (o que
seria útil para Portugal) e para
isso restabelecer o antigo Rabbinato
novo de Portugal.

A Comunidade do Porto também
era pobre, mas um segundo
plano me daria meios financeiros
e ajudaria ao grande fim em vista
Revelando ao mundo judaico de
origem portuguesa a existência
de indivíduos, descendentes
dos martires da Inquisição,
fidelis às tradições religiosas
dos seus antepassados, havia
forçosamente de causar emoções
nesses meus judeus ligados
por laços de sangue e de fé
a estes cripto-judeus.

Porto. 15. Julho. 1936
a) Artur Carlos de Barros Basto
Cap

Acta n.º 129

Nos vinte e sete dias do mês de Nisan da Era Hebraica e a cinco de Maio de mil novecentos e quarenta da Era Vulgar nesta cidade do Porto e no Edifício da Sinagoga Kadorie Mehor Haim, Sede da Comunidade Israhelita (Sagrada Congregação Fonte Vital), à Rua Guerra Junqueiro numero trezentos e quarenta se reuniram os membros do Mahamad e tomaram as seguintes deliberações:

1 Contas mensais — Resolvido aprovar as contas do mês de Abril findo.

2 Amparo dos Desterrados — Devido á grave situação internacional muitos dos nossos correligionarios são obrigados a abandonarem a sua terra natal e procurarem uma nova existencia em outras terras, e como muitos se têm dirigido á nossa Comunidade pedindo assistencia, e a soluçãõ parcial ou total não estar de acordo com a finalidade de nenhuma das nossas secções, por proposta do Senhor Presidente é creada uma nova secção denominada Somekh Ha-Golim (Amparo dos Desterrados) destinada a dar assistencia moral e tanto quanto possível, material a esses desterrados judeus, devendo crear-se um arquivo privativo desta secção onde serão colleccionados os documentos referentes a este assunto, mesmo o de casos já resolvidos antes da creação desta secção.

E não havendo nada mais a tratar se encerrou a sessão e se lavrou a presente acta que vai ser assinada.

Arthur Carlos Ferraz Barros
 Mendel K. Benoit
 Samuel José Rodrigues
 Roberto Augusto

Acta nº 42

Aos 2 de Fevereiro de 1970, nesta cidade do Porto e na Sinagoga Mekor Haim, reuniu-se a Direcção desta Comunidade para tratar dos seguintes assuntos:

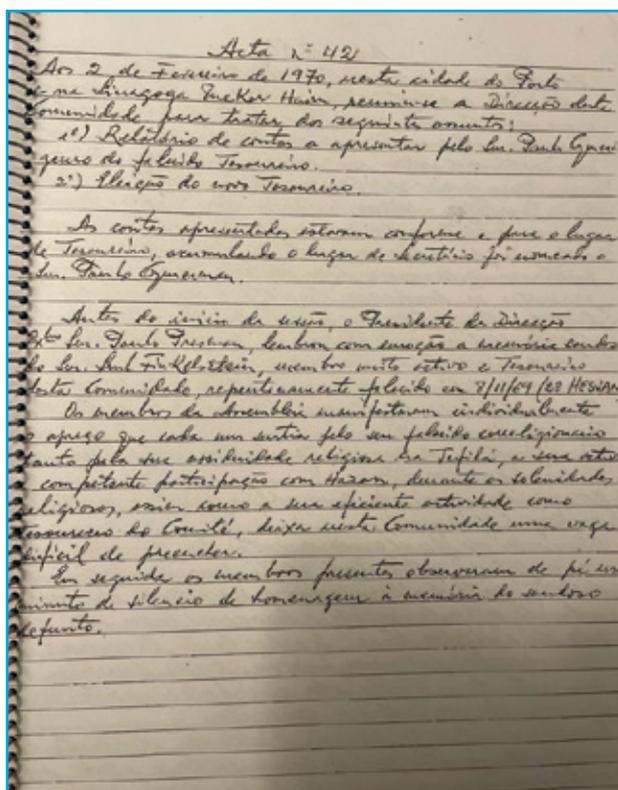
- 1º) Relatório de contas a apresentar pelo Sr. Paulo Cymerman do falecido Tesoureiro.
- 2º) Eleição do novo Tesoureiro.

As contas apresentadas estavam conforme. E para o lugar de Tesoureiro, acumulando o lugar de secretário, foi comunicado o Sr. Paulo Cymerman.

Antes do início da sessão, o Presidente da Direcção Exmo. Sr. Paulo Pressman, lembrou com emoção a memória do Sr. Srul Finkelstein, membro muito activo e Tesoureiro desta Comunidade, repentinamente falecido em 8/11/69 (28 Cheshvan).

Os membros da Assembléia manifestaram individualmente o apreço que cada um sentia pelo seu falecido correligionário, tanto pela sua assiduidade religiosa na Tefilá, a sua ativa e competente participação como Chazan, durante as festividades religiosas, assim como a sua eficiente atividade como Tesoureiro do Comitê, deixa nesta Comunidade uma vaga difícil de preencher.

Em seguida os membros presentes observaram de pé um minuto de silêncio de homenagem à memória do saudoso defunto.



Lawrence Kadoorie, 94, está morto; Um líder no crescimento industrial de Hong Kong

• 26 de agosto de 1993

Lawrence Kadoorie, um dos industriais que transformou a colônia britânica de Hong Kong de uma ilha estéril em uma joia econômica, morreu hoje. Ele tinha 94 anos.

A empresa de Lord Kadoorie, China Light and Power, possibilitou o boom industrial de Hong Kong pós-Segunda Guerra Mundial, e ele ficou conhecido como "taipan", um dos dínamos imigrantes que construíram Hong Kong.

A fortuna da família Kadoorie é estimada em US\$ 3 bilhões. Suas participações incluem uma participação de 35 por cento na China Light e uma participação semelhante nos hotéis de Hong Kong e Xangai, que é chefiada pelo filho de Lord Kadoorie, Michael.

Filho de um imigrante judeu do Iraque, Lawrence Kadoorie nasceu no auge do poder do Império Britânico. Ele foi o primeiro homem nascido em Hong Kong a ser nomeado para a Câmara dos Lordes britânica.

O governador interino de Hong Kong, Sir David Ford, descreveu-o como "um homem de negócios de visão extraordinária" e "a força motriz por trás de grandes projetos de investimento que servirão aos interesses de Hong Kong no próximo século".

A família Kadoorie teve que lutar para manter sua fortuna, construída pela primeira vez pelo pai de Lord Kadoorie, Elly.

Depois que o Japão conquistou Hong Kong em 1942, a família foi mantida em um campo de prisioneiros, onde o pai morreu. O suntuoso Peninsula Hotel da família em Kowloon tornou-se a sede japonesa.

Quatro anos após a guerra, os comunistas chineses de Mao Zedong tomaram as propriedades da família em Xangai.

Mas o jovem Kadoorie colocou a fortuna restante da família para trabalhar, investindo na reconstrução do pós-guerra.

Lord Kadoorie serviu na legislatura da colônia e no Conselho Executivo de formulação de políticas de 1951 a 1954. Ele era um conservador descarado que certa vez disse que via "muitas coisas boas no colonialismo".

No ano passado, ele disse ao The International Herald Tribune que "ainda era vitoriano, um dos poucos por aí".

Ele teria laços estreitos com líderes chineses, incluindo Deng Xiaoping, e estaria envolvido nos preparativos para a transferência de poder de Hong Kong para a China em 1997.

Antes de se aposentar como presidente em dezembro de 1992, Lord Kadoorie dirigiu a China Light and Power em uma joint venture com a China para construir uma usina nuclear em Daya Bay, cerca de 30 milhas ao norte da fronteira com Hong Kong.

Ele deixa sua esposa, Muriel; seu filho, Michael; uma filha, Rita, e um irmão mais novo, Horace.

Assembleia da República reabilita capitão judeu

BARROS BASTO

O PARLAMENTO reabilitou ontem, por unanimidade, o nome do capitão Barros Basto, um oficial judeu separado do Exército em 1937 por alegada "imoralidade". O "crime" foi a participação nas cerimónias de circuncisão dos alunos do instituto israelita do Porto. No parecer da Comissão, a que o JN teve acesso, a decisão de 1937 foi tomada em "manifesta violação da liberdade de religião e de culto" e terá tido origem na "intolerância religiosa e

um preconceito antissemita" que reinava na época. A tal ponto que o Exército considerou a circuncisão, tradição religiosa dos judeus, como atentatória à "moralidade" do oficial Barros Basto mas, pior ainda, do "prestígio e decoro da sua farda".

Descendente de judeus convertidos coercivamente ao Cristianismo, Barros Basto retornou à fé dos seus antepassados e criou um instituto teológico israelita na cidade Porto. A partir daí lançou-se numa campanha para persuadir outros, como ele, a regressarem, sem medo, ao



Barros Basto foi separado do Exército em 1937

judáismo. Esta conduta foi muito mal encarada pelas autoridades da época pelo que, sem grande surpresa, Barros Basto foi afastado do exército. Sem direito a nada.

Setenta e cinco anos depois o Parlamento reconhece que "Barros Basto foi separado do exército devido a um clima genérico de animosidade contra si motivado pelo facto de ser judeu, de não o encobrir e, pelo contrário, de ostentar um proselitismo enérgico convertendo judeus portugueses marranos e seus descendentes". E reabilita-o, embora postumamente. Feliz com "esta boa nova", "há muito esperada", mostra-se a neta de Barros Basto, Isabel Ferreira Lopes, dirigente da comunidade israelita do Porto, que o avô fundou.

ÓSCAR QUEIRÓS

Parlamento recomenda reintegração no Exército (2012)

Resolução da Assembleia da República n.º 119/2012, de 10 de Agosto

Diário da República n.º 155/2012, Série I de 2012-08-10, página 4313

Reabilitação e reintegração no Exército do capitão de infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

- 1 - Proceda à reabilitação e reintegração no Exército do capitão de infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937.
- 2 - A referida reintegração seja feita em categoria nunca inferior àquela a que o militar em causa teria direito se sobre o mesmo não tivesse sido instaurado o processo que levou ao seu afastamento do Exército.
- 3 - Tome as medidas adequadas para que fique salvaguardado que esta reintegração não envolve, para o Estado, qualquer responsabilidade indemnizatória ou compensatória.

Aprovada em 25 de julho de 2012.

A Presidente da Assembleia da República,
Maria da Assunção A. Esteves.

Resolução da Assembleia da República n.º 119/2012

Reabilitação e reintegração no Exército do capitão de infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — Proceda à reabilitação e reintegração no Exército do capitão de infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937.

2 — A referida reintegração seja feita em categoria nunca inferior àquela a que o militar em causa teria direito se sobre o mesmo não tivesse sido instaurado o processo que levou ao seu afastamento do Exército.

3 — Tome as medidas adequadas para que fique salvaguardado que esta reintegração não envolve, para o Estado, qualquer responsabilidade indemnizatória ou compensatória.

Aprovada em 25 de julho de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves.*

10/8

S. R.

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
 EXÉRCITO
 GABINETE DO CEME

Exm.º Senhor
 Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
 Ministro da Defesa Nacional

V/Ref.º: N/Ref.º: 07281 26-07-13

N.º P.º 80-4000 Data:
 (03.09.100/10/8)

Assunto: RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 119/2012, DE 10 DE AGOSTO
 – CAPITÃO INF ARTUR CARLOS BARROS BASTO

Ref.º: V/Ofício n.º 883/CG, de 04-03-2013.

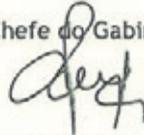
Meu General,

Relativamente ao assunto indicado em epígrafe, e em resposta ao solicitado no V/Ofício em referência, encarrega-me Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército de informar V. Exa. do seguinte:

11. Assim, e considerando as carreiras destes Oficiais, a eventual reconstituição da carreira do Capitão Barros Basto poderá concretizar-se nos seguintes termos:

POSTO	DATA
Alferes	15Nov1912
Tenente	01Dez1916
Capitão	17Ago1918
Major	05Set1938
Tenente-Coronel	28Jan1943
Coronel	22Nov1945
Sit. de Reserva	26Mar1947

Com os melhores cumprimentos, *eleve-se considero e estimo pessoal,*

O Chefe do Gabinete

 Rui Davide Guerra Pereira
 Major-General
 (26.07.2013)

Na sua resposta refira o número deste documento e o do processo.

☎ 218 842 497 / 423197 (mil.) ☎ 218 842 500 / 423196 (mil.)
 ✉ e-mail gabceme.ajuridica@mail.exercito.pt
 Rua do Museu de Artilharia
 1149-065 Lisboa

18 //

JORNAL DE NOTÍCIAS
SEGUNDA-FEIRA 26/1/13

//Porto

PORTO //13-22
NORTE/SUL //23-26

"Sente-se uma grande força na comunidade israelita do Porto, o que me provoca uma grande emoção"
Ehud Gol
Embaixador de Israel em Lisboa

"Atividades fortalecem a vida da nossa comunidade, que tem membros de 10 países diferentes"
Daniel Litvak
Rabino no Porto



Celebração dos 75 anos da construção da Sinagoga do Porto, que tem 39 elementos, contou com 280 convidados, entre os quais Marinho e Pinto, da Ordem dos Advogados

Porto Cerimónia teve 280 convidados de vários cantos do Mundo • **Ocasão** serviu para reforçar reabilitação de fundador

SEGURANÇA MARCOU FESTA DOS 75 ANOS DA SINAGOGA

Oscar Queirós
locais@jn.pt

A cerimónia dos 75 anos da Sinagoga do Porto foi marcada pela presença do embaixador de Israel em Portugal e de altos dignatários judeus vindos expressamente de Londres, Israel, Argentina e Estados Unidos da América.

Discretos, porque à civil, elementos de forças de segurança portuguesa e israelita não despegavam os olhos perante qualquer movimento. Um carro da PSP acentuou, também, o clima de segurança que rodeou, ontem, a celebração dos 75 anos da fundação da Sinagoga Kadourie-Mekor Haím.

As razões eram muitas: foram 280 os convidados de vários cantos do Mundo para a cerimónia, aberta pelo presidente da Comunidade Israelita do Porto, o norte-americano Dale Jeffries. No templo, estavam o embaixador de Israel, Ehud Gol, Marinho e Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados e o deputado

Carlos Abreu Amorim, estes dois elogiados pelo "destacado envolvimento" no processo que culminou com a recente reabilitação do fundador da sinagoga, capitão Barros Basto, pelo Parlamento português. Dale Jeffries, após dissertar sobre a vida e obra de Barros Basto, salientou a presença de "rabinos de Londres, da Argentina, de Israel e dos Estados Unidos, que vieram porque acham a sinagoga um símbolo para os judeus do mundo inteiro".

Orações em hebraico
As comemorações, dirigidas pelo rabino da Comunidade Israelita do Porto (com 39 elementos), Daniel Litvak, foram seguidas de orações,

em hebraico, proferidas pelos rabinos convidados, bendizendo Portugal e as suas gentes, a comunidade israelita no país, o capitão Barros Basto e os 75 anos sobre a construção da sinagoga.

No final das intervenções religiosas, foi dada a palavra aos convidados, altura aproveitada por Marinho Pinto para, salientando o seu ateísmo, abordar as perseguições aos judeus em Portugal e concluindo que nem tudo é passado: "As fogueiras da inquisição ainda não se apagaram totalmente e nem todas as religiões são tratadas da mesma maneira".

De salientar que a comemoração das bodas de diamante do templo judeu ocorre cerca de um ano depois de a Assembleia da República ter reabilitado formalmente o nome do seu fundador. A decisão foi tomada por uma comissão parlamentar que declarou, por unanimidade, que "Barros Basto foi separado do Exército devido a um clima genérico de animosidade contra si motivado pelo facto de ser judeu", em 1937, recomendando ao Governo a sua reintegração no Exército, a título póstumo. ●

HOMENS E MULHERES SEPARADOS
Surpreendente foi a separação de homens e mulheres durante a cerimónia religiosa. Isto acontece sempre que o culto é dirigido por um rabino.

<https://www.jn.pt/sociedade/seguranca-marcou-festa-dos-75-anos-da-sinagoga-do-porto-3019191.html>

1. Já não existem Bnei Anussim em Portugal.

A existência dos Bnei Anussim ou Marranos em Portugal é desde há muito desconhecida e pouco credível, devendo os interessados provar o contrário. É opinião da Comissão Religiosa da Comunidade Judaica do Porto, bem como de reputados estudiosos, que já não existem Bnei Anussim em Portugal, tal como já não existem guerreiros samurais no Japão. É enganoso sugerir que existem.

2. Os últimos Bnei Anussim portugueses viveram em Belmonte e agora são judeus.

Na década de 1990, 85 homens e mulheres de Belmonte se converteram ao judaísmo antes de um Beit Din e foram oficialmente inscritos no “Livro das Conversões”. O livro de registos inclui de facto a palavra “conversão”. (Judaísmo no Feminino, Maria Antonieta Garcia, UNL, 2000, p. 286)

3. Os Bnei Anussim tiveram que se converter formalmente ao judaísmo.

Os Bnei Anussim tiveram que se converter formalmente ao judaísmo para dissipar as terríveis dúvidas sobre suas genealogias individuais e, ao mesmo tempo, retificar sua ligação com o catolicismo. (“Shulchan Arush”, Anotações de Rama, Yore Dea, Ch. 268, 12).

4. Em Portugal, termos abstratos como “raízes judaicas” e “retorno à religião dos antepassados” são enganosos.

As organizações de proselitismo adoram falar sobre “raízes judaicas” e “retorno à religião de seus ancestrais”. Todos os cidadãos portugueses têm “raízes judaicas” assim como “raízes cristãs ou islâmicas”, por esta lógica se todos se convertessem ao cristianismo ou ao islamismo também “voltariam” à religião dos seus antepassados. A maior parte dos cerca de 200 mil judeus que viviam em Portugal no final do século XV (a população judaica nascida em Portugal, estimada em 75.000 pessoas, segundo o historiador Lúcio D’Azevedo, foi aumentada pelo enorme contingente vindo de além-fronteiras: 120.000 pessoas, segundo Abraham Zacuto) não saíram do país após o Édito de Expulsão, nem seus descendentes ao longo dos séculos da Inquisição e geralmente se juntaram à população cristã por casamento (Lúcio d’Azevedo, “História dos Cristãos-Novos portugueses”, 1921, e Abraham Zacuto, “Sefer Yohassin”, Zacuto Foundation, 2006).

5. A Inquisição Portuguesa (1536-1821).

Há muita fantasia em torno da Inquisição, que durou três séculos e perseguiu milhares de pessoas que não eram judias. Desde o início, muitos cristãos devotos que, ao responderem ao interrogatório inquisitorial, alegaram não ser judeus e não ter pecados a confessar, foram condenados à morte por não se arrependem. Para salvar suas vidas, muitos decidiram fazer falsas confissões de que eram judeus que professavam todo tipo de práticas judaicas. Como resultado, eles e seus parentes, próximos e distantes, foram então considerados judeus para sempre, embora não o fossem. Um dos mais conceituados historiadores portugueses escreveu que a Inquisição era uma “fábrica de judeus”, não

de judeus verdadeiros mas de judeus imaginários. (Antonio José Saraiva, “Inquisição e Cristãos-Novos”, 1969)

6. O discurso das organizações proselitistas sobre o Capitão Barros Basto e o Resgate dos Marranos são enganosos e ilusórios.

Basto não era marrano (Prins Salomon, “The Captain, the Abade and 20th Century ‘Marranism’ in Portugal”, 1976), a Comunidade oficial que fundou era 100% ashkenazi e não era composta por nenhum marrano (Arquivos CIP/CJP), houve pouca receptividade para o “Trabalho de Resgate” por parte dos Marranos (Arnold Diesendruck, “Os Marranos, 2000), Basto foi vítima de duas cartas de Marranos com falsa acusação de crimes sexuais, e o Estado aproveitou para expulsá-lo do exército (Inácio Steinhardt, Elvira Mea, “Ben-Rosh”, 1998), em 1940, o próprio Capitão considerou que “A Obra de Resgate falhou!” (Processo da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado - nº 458-SR, informação de 3 de Agosto de 1940), e assim terminou a utopia romântica de Basto (Augusto Canelo, “Belmonte - Judaísmo e Criptojudaísmo”).

7. “Bnei Anussim” ou “Marranos” é atualmente um estatuto falso.

Marranos é atualmente um falso estatuto que os requerentes assumem para sua própria conveniência, como uma forma eficaz de simplificar muito seus processos de conversão. Pessoas comuns que só querem se converter ao judaísmo se tornam “Bnei Anussim” assim que começam a interagir com organizações de proselitismo. Embora não sejam de Belmonte ou de outras pequenas aldeias onde viviam os Bnei Anussim, de repente essas pessoas juram que suas falecidas avós praticavam rituais judaicos.

Por força do presente documento é criada a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO da Comunidade Judaica do Porto, que funcionará e reger-se-á de acordo com as seguintes regras:

Artigo 1

(Composição da Comissão)

A Comissão é composta pelo Rabino, um membro da Comissão Religiosa, um judeu português e um judeu estrangeiro membro da Comunidade Judaica do Porto.

Artigo 2

(Objetivo da Comissão)

No caso de qualquer pessoa ou pessoas se declararem “marranos” e desejarem fazer parte da congregação do Porto, o caso será encaminhado à Comissão de Revisão que dará início aos procedimentos de investigação pertinentes para concluir sobre a veracidade do as alegações feitas pela(s) pessoa(s) em questão.

Artigo 3

(Tarefas da Comissão)

1. A Comissão de Revisão deve realizar as seguintes tarefas:

- a) Avaliar as práticas judaicas ancestrais da família do suposto marrano, para o que deverão ser ouvidos quaisquer parentes vivos e examinados seus lares e costumes, bem como quaisquer outras investigações que se façam necessárias;
- b) Investigar, tão exaustivamente quanto possível, os casamentos conhecidos naquela família;
- c) Examinar a situação pessoal e profissional do alegado Marrano, verificando a sua verdadeira intenção e desejo de integrar a congregação da Comunidade Judaica do Porto.

2. As funções da Comissão previstas no número anterior são exercidas independentemente do procedimento de verificação do cumprimento dos pressupostos morais da Comunidade Judaica do Porto para a entrada de qualquer pessoa na Sinagoga e do procedimento de eventual conversão ao judaísmo, que deve ser conduzido por um poskim reconhecido.

Artigo 4

(Precauções especiais)

Cuidados redobrados e precauções especiais devem ser tomados quando houver motivos para crer que o suposto marrano esteja agindo a mando, instigação ou em representação de organizações de proselitismo judaico ou, em geral, de indivíduos que agitam o espírito de cidadãos portugueses comuns que apenas precisam espiritualidade ou buscam uma identidade, sugerindo que eles são marranos.

Artigo 5

(Custos da investigação)

Os custos das investigações referidas no Artigo 3 devem ser arcados pelo suposto marrano e/ou por qualquer organização internacional credível que preste assistência aos marranos.

Artigo 6

(Conversão)

No caso de a Comissão constatar que a pessoa em questão é um verdadeiro marrano, o procedimento para sua conversão ao judaísmo será acompanhado por poskim reconhecido e organizações internacionais credíveis que prestam assistência aos marranos.

Artigo 7

(Falsas conversões ao judaísmo)

A Direção consultou rabinos de renome mundial - Shoftim - de um Beit Din ortodoxo para responder à seguinte pergunta: “Deve uma conversão feita em um cenário falso (falso cripto-judaísmo parental) e falsas testemunhas (de uma organização de proselitismo) ser considerada uma conversão ‘de acordo com a halachá?’” A resposta escrita dos rabinos foi a seguinte: “Não”.



874

V. Ref.

Proc. 2610/2013

N.º 6520

Exma. Sra. Ministra da Justiça,

O Governo português lavrou e remeteu a esta Comunidade Israelita do Porto, para **CONSULTA**, um Projecto de Decreto-Lei de alteração do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, que, no segmento com relevância alterosa, tem a seguinte redacção:

«Artigo 24.º-A

**Naturalização de estrangeiros que sejam
descendentes de judeus sefarditas portugueses**

1 - O Governo pode conceder a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, quando satisfaçam os seguintes requisitos:

- a) Sejam maiores ou emancipados à face da lei portuguesa;
- b) Não tenham sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a três anos, segundo a lei portuguesa;

1

2 - O requerimento é instruído com os seguintes documentos, sem prejuízo da dispensa da sua apresentação pelo interessado nos termos do artigo 37.º:

a) Certidão do registo de nascimento;

b) Certificados do registo criminal emitidos pelos serviços competentes portugueses, do país da naturalidade e da nacionalidade, bem como dos países onde tenha tido e tenha residência;

c) Certificado da Comunidade Judaica reconhecida em Portugal que ateste a pertença do interessado à comunidade judaica sefardita.

3 - No requerimento são indicadas e demonstradas as circunstâncias que determinam a tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência directa ou colateral.

4 - A prova da descendência directa ou colateral da referida comunidade é feita mediante certidões dos correspondentes registos de nascimento e, na sua falta, pode ser feita por outros meios que o Ministro da Justiça considere adequados.»

1. Prolegómenos

A Lei Orgânica n.º 1/2013, de 29 de julho, introduziu alterações à Lei n.º 37/81, de 03 de outubro (Lei da Nacionalidade), tendo consagrado a faculdade do Governo conceder a nacionalidade, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses. Fê-lo nos termos seguintes:

«O Governo pode conceder a nacionalidade, por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, aos descendentes

de judeus sefarditas portuguesas, através da demonstração da tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objectivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência directa ou colateral.» (Artigo 6.º, n.º 7)

Aquela Lei Orgânica também prevê a necessidade de introdução das necessárias alterações ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2013, de 01 de Abril. O Projecto agora remetido, pelo Governo, a esta Comunidade Israelita do Porto visa colmatar a sobredita necessidade.

2. Comunidade Judaica reconhecida em Portugal

Não existe a «Comunidade Judaica reconhecida em Portugal», referida no Projecto de Decreto-Lei, tal como não existe qualquer tipo de federação que conglomere as comunidades judaicas com estatuto de pessoas colectivas religiosas radicadas em Portugal, aliás geograficamente distantes e com idiosincrasias dissemelhantes.

Constitui dado apodíctico, no entanto, que cada comunidade terá capacidade autónoma de constituir a sua própria comissão interna, articulada com as individualidades e as instâncias competentes no estrangeiro, de modo a honrar uma Lei assente em princípios morais cuja precocidade se impõe a todos os códigos.

Tendo por espeque norteador o que ficou dito, e sem prejuízo do que se explanará infra a respeito da eventual constituição de uma comissão internacional, a alínea c) do n.º 2 do Artigo 24.º-A referido no Projecto de Decreto-Lei deve passar a merecer a seguinte redacção: «Certificado de

Comunidade Judaica com estatuto de pessoa colectiva religiosa radicada em Portugal que ateste a pertença do interessado à comunidade sefardita de origem portuguesa.»

É bem sabido que a expressão «comunidade judaica sefardita» engloba quer as comunidades de origem espanhola, quer as comunidades de origem portuguesa. O inciso legal vertido no Projecto deve mencionar diafanamente a «comunidade sefardita de origem portuguesa».

3. Comissão internacional

A situação dos candidatos a obter a nacionalidade portuguesa por naturalização levantará inumeráveis e, em muitos casos, insuperáveis dificuldades, na esteira do que aconteceu, e acontece, não apenas em Espanha, mas também, diríamos sobretudo, com a «Lei do Retorno a Israel», na cláusula de comprovação de pertença ao povo judeu.

Para se ter uma noção aproximada, em abstracto embora, do leque de candidatos à obtenção da nacionalidade portuguesa, importa ter presente que, segundo as regras da hermenêutica jurídica, e atendendo a que a Lei admite a descendência directa, em qualquer grau, ou colateral, até ao sexto grau, é forçoso considerar que os «descendentes de judeus sefarditas portugueses» com laços de pertença a uma «comunidade sefardita de origem portuguesa» podem ser, não apenas indivíduos considerados judeus pela *halachá*, mas também simples descendentes de judeus. É o caso de filho de mãe não judia e de pai judeu descendente de judeus sefarditas portugueses.

Dúvidas não subsistem também que o legislador pretendeu conceder a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a todos os descendentes de

judeus sefarditas portugueses que outrora foram forçados a abandonar Portugal (rumo a muitas latitudes, de forma organizada ou não, comunitária ou não, com sinagoga ou não, etc.) e não apenas àqueles que, após abandonarem o país, tiveram laços com "comunidades organizadas" tipicamente portuguesas.

São muito raras as comunidades sefarditas, ainda hoje existentes, que se possam genuinamente considerar "de origem portuguesa". Com efeito, as "Spanish&PortugueseSynagogue" (Londres, Amesterdão, Nova Iorque, Curaçau, Suriname), como o próprio nome indica, incluem judeus de origem espanhola. As comunidades tipicamente portuguesas, que existiram em Salónica e em Esmirna (KK Portugal, KK Portugal Velho, KK Lisboa, KK Évora, etc.) desapareceram com o Holocausto. A comunidade sefardita de Esmirna era em grande parte de origem portuguesa, mas a maioria dos seus membros vivos vivem hoje em outros países, sobretudo em Israel, e os seus descendentes aliaram-se, por força das circunstâncias, a outras comunidades, de naturezas por vezes diversas, sefarditas ou mesmo ashkenazim.

Dada a complexidade da matéria, a Comunidade Israelita do Porto consultou Mordechai Arbell, talvez o maior especialista mundial em comunidades sefarditas portuguesas, tema sobre o qual já publicou mais de uma dezena de livros, e membro da direcção do Congresso Judaico Mundial e do *World Sephardic Congress*. A sua opinião, resultante de uma visão amplexiva da realidade, é a seguinte: *«I have been researching the Portuguese Jewish Diaspora for the last 40 years. I think the decision of Portugal and its law are very positive. I propose that a special committee of specialists on the subject can serve as an advisor to the Portuguese authorities on the proofs to be received.»*

Tal comissão *ad-hoc* deveria ser constituída por historiadores, investigadores e genealogistas especializados na Diáspora Judaica Portuguesa - que existem! -, acompanhados por membros das comunidades judaicas com estatuto de pessoas colectivas religiosas radicadas em Portugal.

4. Elementos de prova

O Projecto de Regulamento ora em apreciação impõe a demonstração das circunstâncias que determinam a tradição de pertença dos candidatos a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência directa ou colateral, devendo a prova ser feita mediante certidões dos correspondentes registos de nascimento e, na sua falta, por outros meios que o Ministro da Justiça considere adequados.

Mordechay Arbell observa a propósito dos meios probatórios: *«The process of proving the Portuguese descentence may be difficult and lengthy but not impossible. The proof can be obtained by several sources: 1) Community archives-births, marriages and deaths. I know of Amsterdam, Bordeaux, Curacao, St Thomas, Sofia and more. 2) Cemeteries and lists of tombs in Surinam, Thesaloniki, Amsterdam, Hamburg, Curacao, Bayonne, Paris, Viennaand more. 3) Circumcizer notebooks. 4) Family trees. I have at least three: Maduro, Fidanque and Robles families that have details from Portugal till today. 5) General Government archives that show arivals from Portugal. 6) Lists of ships and passengers arriving from Portugal. It could be more difficult to have details from Izmir and Tunis.»*

Em conseqüência, existem arquivos e registos em algumas comunidades da Diáspora portuguesa, que remontam até à data da chegada das primeiras

famílias. Em contraponto, para outras comunidades, e para todos quantos fugiram rumo a destinos só por eles conhecidos, os elementos documentais de prova são muito difíceis, ou mesmo praticamente impossíveis, de obter.

Para o fito que acolita a concessão de nacionalidade portuguesa a descendentes de judeus sefarditas outrora forçados a abandonar Portugal, deve também ser ponderada a elaboração de uma lista de apelidos que não ofereçam dúvidas, à imagem do que se procurou fazer em Espanha. Teoricamente, não se pode negar, por exemplo, a um Abarbanel a origem portuguesa, mas alguns Abarbanel são descendentes de judeus que viveram muitas gerações na Bulgária e até na Polónia. Nas listas telefónicas de Israel campeiam apelidos como Portugali (da Ucrânia), Portugues (nome de uma soldada morta num ataque terrorista), Lisbona, Albaz (que se presume ter sido Elvas), Bejarano (nome que poderá advir de Beja, no Alentejo, ou de Bejar, em Espanha). Há ainda casos mais complicados, como Rappaport, judeus alemães, cujo nome tradicionalmente deriva da família Rappa (Rofé, médico), da antiga comunidade judaica do Porto.

5 - Resposta à consulta

A análise realizada, embora com limitações de tempo que não permitiram uma melhor disquisição, permite-nos formular as seguintes conclusões:

I) Deve ser ponderada a constituição de uma comissão internacional integrada por historiadores, investigadores e genealogistas especializados na Diáspora judaica portuguesa, acompanhados de membros das comunidades judaicas com estatuto de pessoas colectivas religiosas radicadas em Portugal,

7

tonsurando-se, na justa medida, o disposto na alínea c) do n.º 2 do Artigo 24.º-A referido no Projecto de Decreto-Lei.

II) Na impossibilidade de se optar pela sobredita comissão internacional, e na confluência do exposto no ponto seguinte, a alínea c) do n.º 2 do Artigo 24.º-A deve passar a merecer a seguinte redacção: «Certificado de Comunidade Judaica com estatuto de pessoa colectiva religiosa radicada em Portugal que ateste a pertença do interessado à comunidade sefardita de origem portuguesa.»

III) Não existe a «Comunidade Judaica reconhecida em Portugal», espreiada no Projecto de Decreto-Lei, tal como não existe qualquer tipo de federação que conglomere as comunidades judaicas portuguesas com estatuto de pessoas colectivas religiosas radicadas em Portugal, aliás geograficamente distantes e com idiossincrasias dissemelhantes, donde se segue que, se as certificações tiverem que ser realizadas por estas comunidades, cada qual deverá, e terá capacidade de, constituir a sua própria comissão interna.

Este é o resultado da nossa análise, encontrando-se o apoio argumentativo das conclusões parcelares no texto lavrado supra, para o qual se remete.

05 de Novembro de 2013

(02 de Kislev de 5774)

Pela Direcção da Comunidade Israelita do Porto

Isabel Ferreira Lopes, Vice-presidente



HOTEL DA MÚSICA

מלון דה מוסיקה, סימפוניה לחושים / UMA SINFONIA PARA OS SENTIDOS

Muito mais que um hotel de design, o Hotel da Música é um mergulho numa sinfonia de experiências. Integrado no emblemático edifício do Mercado do Bom Sucesso, o Hotel da Música alia modernidade e conforto a toda uma orquestra de cultura, gastronomia e história.

SERVIÇOS - Restaurante • Bar • Estacionamento Privativo • Sala de Eventos Polivalente • Business Center.

הרבה יותר ממלון בוטיק, מלון דה מוסיקה הוא כמו צלילה לתוך סימפוניה של חוויות המלון מנודה חלק מבניין השוק הבום סוססי האייקוני, מחבר מודרניות ונחות עם סימפוניה של תרבות, גסטרונומיה והיסטוריה. שירות: מסעדה, בר, חניה פרטית, אולם אירועים רב תכליתי ומרכז עסקים.



PORTO

פורטו, סמפוניה לחושים / UMA SINFONIA PARA OS SENTIDOS

Assim como o Hotel da Música, também a cidade do Porto se revela uma sinfonia para os sentidos. Deixe-se absorver pela riqueza do seu Património histórico, cultural e gastronómico. Suba aos Clérigos, entre no Museu de Serralves, ouça a Casa da Música, prove a Francesinha, passeie no Parque da Cidade, visite o Café Majestic, leia na Livraria Lello e sinta tudo isto e muito mais, num magnífico cálice de Vinho do Porto.

בדיוק כמו המלון דה מוסיקה, כך גם העיר פורטו מציעה סימפוניה לחושים, תן לעצמך להיטחף לתוך מורשת היסטורית, תרבותית, גסטרונומית עשירה אתה יכול ללכת מסביב לנהר להתפלל בבית הכנסת כדורי ולקבל טיור מודרך במוזיאון של הקפיטן ברוס בסטו, להסתובב במוזיאון "סרלבה", לשמוע מוסיקה ב"קסה דה מוסיקה", לשעם את האוכל המפורסם המפורסם, ללכת בספאק העיר, לבקר בקפה "מג'סטיק", לגלוש בין הספרים של חנות הספרים "ליברריה ללו", ולהתענג על כל זה ועוד הרבה יותר על ידי כוס יין פורטו מפואר.



LOCATION

Set amongst the urban flow and array of stalls at the new Mercado do Bom Sucesso market, the Hotel da Música welcomes you to stay here during your leisure or business trip. Use it as a base from which you are free to lose yourself at Casa da Música, at the Museu de Serralves, at the Rio Douro wine cellars, in the city centre, on the beach, at the sea...



ROOMS

85 rooms, 01 of which has disabled access, 01 suite, and 12 twin rooms. Every room has a mini-bar, hairdryer, free wifi access, a safe, a telephone providing direct access out, air conditioning, and a plasma TV with cable channels.

RESTAURANT & BAR

Whether at Breakfast, Lunch or Dinner or during some tapas in the afternoon, you will always have a unique opportunity to enjoy imaginative and selective cuisine at our Bom Sucesso Gourmet Restaurant. Don't miss the chance, either before or after your meal, to enjoy a drink at the bar: a glass of wine, a vintage port or a cocktail.



SYNAGOGUE

The Kadoorie Mekor Haim Synagogue is the largest Synagogue in the Iberian Peninsula. Only kosher activities are permitted. The building has a Mikveh in operation and the Community offers solutions in terms of Kashrut.

Mercado do Bom Sucesso
Largo Ferreira Lapa,
21 a 183 4150-323 Porto - PORTUGAL
T. +351 707 292 707
E. info@hoteldamusica.com
www.hoteldamusica.com



The only operator of the three with 16 languages available
 O único operador com 16 línguas disponíveis

Departures / Partidas	First / Primeira	Last / Última
Infante	09:30	17:30
White / Branco	10:30	17:30
Infante	09:30	17:30

Tour Prices | Tarifas

1 day tour, hop-on hop-off	10€	5€
2 days tour, hop-on hop-off	15€	8€
2 days, bus + 1 Beer cruise	22€	11€

Tours Stops

- ☉ Ribeira de Gaia
- ☉ Sé Catedral
- ☉ Sinagoga Kadoorie
- ☉ Café Majestic
- ☉ Estação de S. Bento
- ☉ Câmara Municipal do Porto
- ☉ Igreja do Carmo
- ☉ Casa da Música
- ☉ Palácio da Bolsa
- ☉ Igreja de S. Francisco

Flyer para os visitantes judeus (2016)

The Jewish Community of Oporto is...

Kadoorie Mekor Haim Synagogue
Oporto, Portugal

The Jewish Community of Oporto includes 200 members from 21 countries and the Oporto Rabbinate is recognized by the Rabbanut Harashtit of Israel. Religious and secular Jews work together. The Community has a regular minyan, Torah classes and kiddush every week. It gives tzedakah via a vast network of Jewish organisations. There are a kosher hotel, restaurant, bar and two kosher stores. Burials at the cemetery, the nursery, the community meals and the use of mikveh are free of charge for members.

The Kadoorie Mekor Haim is the largest Synagogue in Sepharad. It includes not only a prayer room, but also spaces reserved for studying, a mikveh, a nursery, a kosher store, a community dining room, an apartment for the Rabbi and a Jewish museum where non-Jewish visitors always receive a pamphlet containing the Sheva Mitzvot. A Synagogue shall always be an expression of Judaism, even in terms of visits, contributing to the spiritual and cultural enrichment of peoples, to combat anti-Semitism and for the construction of a better world.

Jewish Community of Oporto
Kadoorie Mekor Haim Synagogue
Phone: +351 911768596
Official Website: info@comunidade.judaica-porto.org
Official Blog: jewishcommunityofporto.blogspot.pt

Porto, 13 de maio de 2016

Exmo Sr. Primeiro Ministro,

Solicitamos se digne agilizar os competentes mecanismos no sentido de os manuais de História do ensino secundário passarem a contemplar, com restrições de espaço embora, a presença dos judeus na Península Ibérica em geral e em Portugal em particular. Tal não acontece na actualidade.

Compulsando, por exemplo, o Manual do 5.º ano “História e Geografia de Portugal”, de Fátima Costa e António Marques, uma obra de grande tiragem, produzida de acordo com as metas curriculares em vigor, verifica-se que os judeus são completamente expurgados da história do território que hoje é Portugal.

São referidas as primitivas comunidades recoletoras, as comunidades agropastoris, os Celtas, os Iberos, os povos comerciantes (Fenícios, Gregos, Cartagineses), os romanos, os visigodos, os muçulmanos, enfim... todos menos os judeus.

Explica-se o que é o Cristianismo (pág. 60), o que é o Islamismo (pág. 69) e até se fala nos cultos pagãos (pág. 45). Quanto ao Judaísmo, nenhuma referência.

No contexto dos benefícios da presença islâmica na Península Ibérica, procede-se a uma citação de Maimónides (pág. 74), como se o mesmo fosse muçulmano, quando na realidade foi um dos mais reputados vultos do judaísmo medieval.

Fala-se, sem qualquer referência aos judeus, o que é espantoso, sobre os burgueses de Portugal (mercadores e artesãos) nos séculos XIII e XIV – (pág. 112) –, alvitando-se que “frequentavam escolas existentes junto das sés e mosteiros ou tinham mestres individuais (padres e monges)”. Nenhuma referência às escolas judaicas... frequentadas por grandes burgueses do reino: os judeus.

Pode ler-se que, no século XIV, na Europa, “houve quem achasse que os judeus eram culpados de todos os males, acusando-os de terem envenenado fontes e poços” (pág. 121), sem qualquer referência aos terríveis genocídios a que tais proclamações deram lugar, por exemplo em Espanha no ano de 1391. Tudo se encerra num simples “houve quem achasse”.

Sobre o reinado de D. Manuel, é posta em relevo toda a sua vida e sublinhada a sua decisão de “continuar a empresa dos descobrimentos” (pág. 144), sem qualquer referência ao Édito de Expulsão de 1496, uma das decisões mais importantes da História de Portugal e do mundo.

Sobre o povoamento de S. Tomé e Príncipe, narra-se que foi realizado “com portugueses e escravos negros da Guiné e do Congo” (pág. 153), o que é verdade, mas ficaram esquecidos os jovens povoadores do final do século XV: centenas de crianças judias (raptadas aos pais) que foram povoar a ilha, no ano de 1493, por ordem de D. João II.

Sobre o reinado de D. João III, consomem-se linhas com pormenores, releva-se que “os portugueses começaram a levar para o Brasil escravos africanos” (pág. 159) e esquece-se completamente a instauração da Inquisição em Portugal (1536), que teve grandes consequências não apenas na história de Portugal mas também na história do mundo.

Parece-nos que não seria de mau tom assinalar, pelo menos, a presença dos judeus e do judaísmo em Portugal, anterior à fundação da nacionalidade e relevante na construção do país.

Cumprimentos,

A Direcção da Comunidade Israelita do Porto,



PROTOCOLO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

Considerando que as Comunidades Católica e Judaica do Porto coabitaram pacificamente, mesmo desde antes da fundação de Portugal, e que têm, na atualidade, ótimas relações de amizade,

entre a Diocese do Porto, representada pelo seu Bispo, Manuel Linda, e a Comunidade Judaica do Porto, representada pelo seu Presidente, Dias Zion, e pelo Rabino, Daniel Litvak, estabelece-se este Protocolo que se rege pelos seguintes artigos.

Artº 1

As Comunidades Judaica e Católica do Porto intentarão, a partir desta data, uma colaboração na área social e filantrópica, tentando organizar ou cooperar em obras assistenciais conjuntas, de modo a resgatar para a Vida digna muitos daqueles que estão presos nas amarras da pobreza, do vício letal ou da miséria moral.

Artº 2º

Os dirigentes das Comunidades Católica e Judaica empreenderão encontros habituais como forma de cimentar as boas relações, o respeito mútuo e a amizade e comprometem-se a conduzir os seus membros no respeito pelas suas diferenças, na cooperação e na amizade recíproca.

Porto, 17 de Setembro de 2018

O Bispo do Porto

H. Fevada, Bispo do Porto



O Presidente da Comunidade Judaica

Dias Ben Zion
(Dias Zion)

O Rabino do Porto

Daniel Litvak

(Daniel Litvak)



Comunidade Israelita do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 340
4150-386 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

ATAS

Folha 48

ACTA n.º 57

Aos 25 dias de Outubro de 2018 (dois mil e dezoito) da Era comum, pelas 18h30, reuniu a CIP/CJP, Pessoa Colectiva Religiosa com o NIF 592000982, com sede na Rua de Guerra Junqueiro, n.º 340, Porto.

Foi a seguinte a Ordem de trabalhos:

Ponto único – Acção judicial contra autor(a) de afirmações caluniosas durante a Assembleia Geral da Comunidade Israelita de Lisboa em 6 de outubro do corrente.

Participaram na reunião os seguintes membros da Direcção: Dias Ben Zion (Presidente), Isabel Ferreira Lopes (Vice Presidente), Michael Rothwell (Tesoureiro), Francisco Garrett (Vogal) e Eliran Graedge (Secretário) e, a convite do Presidente, o Rabino-Chefe do Porto, Daniel Litvak.

Iniciados os trabalhos, foram conversados e mandados consignar em acta os seguintes pontos:

1. Pode ler-se sinopticamente na acta n.º 56 desta Direcção que *"na última Assembleia Geral da CIL, em pleno calor das discussões entre facções apostas, uma pessoa terá afirmado em alta voz que a comunidade do Porto comete ilegalidades no processo de certificação", que "por ordem da Direcção, o advogado Pedro Alinho enviou uma carta ao Presidente da Assembleia Geral de Lisboa, pedindo a identificação do caluniador e dos membros da CIL presentes na Assembleia, para servirem de testemunhas" e que "a estes bosquejos convém pôr pronto remédio, sendo de lembrar que, na véspera de uma anterior Assembleia Geral da mesma comunidade, a CIP/CJP foi igualmente insultada, por um indivíduo que dizia que a sinagoga Mekor Haim era apenas um museu aberto para turistas, o que levou a que fosse processado judicialmente, com um pedido de indemnização severo"*.

2. Atendendo a que chegaram à CIP/CJP, por via informal, pedidos vários no sentido de ser cancelada a Acção judicial que constitui ponto único da presente ordem de trabalhos, ainda que venha a ser obtida a identidade da pessoa que tão incorrectamente procedeu, importa dar uma resposta aplexiva a tais pedidos, tendo em conta os diferentes ângulos da sabatina.

Vejamos.

3. Não é possível olvidar que o conteúdo da ofensa tida em mira não é novo. Nasceu em 2015 e atravessou os mandatos do Dr. José Carp e do Dr. Gabriel Steinhardt, os quais, registe-se, sempre procuraram, pessoalmente, criar laços de amizade e pontes com a CIP/CJP, viajando mesmo amiudadas vezes até ao norte. Apesar dos esforços referidos, os dois Presidentes viram invariavelmente os seus esforços prejudicados por acções desastradas de terceiros (porventura até as mesmas pessoas num mandato e outro) que nunca desejaram que existisse um pacífico e salutar entendimento entre as instituições, apostando sim em arruiná-lo, de forma baixa, subterrânea, atirando as pedras e escondendo as mãos, para não serem sombreados pela antanagoge e pela punição das leis, como se deixará consignado mais adiante.

ATAS

Folha 49

4. As comunidades judaicas do Porto e de Lisboa estiveram adamantinamente envolvidas no processo legislativo de que resultou a possibilidade de concessão da nacionalidade portuguesa aos descendentes de judeus sefarditas outrora radicados no país. Existe prova abundante nos arquivos da sinagoga do Porto de que a CIP/CJP foi ouvida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em (Abril de) 2012, a respeito da alteração à Lei da Nacionalidade, altura em que sugeriu a inserção de um n.º 7 no artigo 6.º daquela Lei, da mesma forma que foi auscultada pelo Governo do Partido Social Democrata, em 2013 e 2014, a respeito do Regulamento da Lei da Nacionalidade, tendo defendido inicialmente a existência de uma Comissão internacional a operar no estrangeiro e, depois, face à recusa dessa solução pelo Governo, de comissões no Porto e em Lisboa. Pelo meio, a CIP/CJP propôs à CIL, também participante em todo o predito processo legislativo, a composição de uma Comissão conjunta das duas comunidades, proposta essa que mereceu franca receptividade por parte do Dr. José Carp, mas que foi rejeitada pela maioria dos seus pares, que unidos do seu báculo pretenderam manter a CIP/CJP à distância. Conseguiram.

5. Veio então, em dezembro de 2014, uma notícia falsa, de duas páginas inteiras, publicada no jornal "Expresso", na qual pessoas ligadas à CIL juravam ao público que esta comunidade seria a única entidade certificadora. Por esta via debruada concretizava-se uma acção desleal, injusta e, convém dizê-lo, ruinosa para a própria CIL, porquanto, como era de esperar, volvidos dois dias a CIP/CJP anunciou ao mundo a entrada em funcionamento da sua própria Comissão, começando imediatamente a trabalhar no coração das comunidades sefarditas, ficando a CIL de mãos atadas, sem moral para manifestar o seu inconformismo, à espera da entrada em vigor do regulamento da Lei em Diário da República, o que só viria a acontecer em 1 de março de 2015.

6. No Porto optou-se por fazer um enorme investimento financeiro numa Comissão capaz de responder a solicitações do mundo inteiro em tempo real, 24 horas por dia; uma Comissão liderada pelo rabinato do Porto, constituída unicamente por judeus, de recorte técnico e moral, do Porto e doutras latitudes ao redor do mundo, comprando a sua disponibilidade integral; uma Comissão familiarizada com o idioma hebraico e com provas de judaísmo e de sefardismo; uma extensa equipa, a trabalhar dia e noite (exceptuando shabat e Yom tov), que tinha ordens para investir nos sefarditas puros, dos quatro costados, os casos mais simples, para resolução ou rejeição imediata, empurrando, em regra, descaradamente, os meros "descendentes" de judeus, os ashkenazim e outros casos complicados para Lisboa ou para Espanha. O mundo dedáleo da incerteza não se ajustava ao sentido prático da Comissão.

7. Em Lisboa, diferentemente, optou-se por começar a trabalhar em Março de 2015, pelas razões já explicadas, numa altura em que o grosso dos candidatos de então já tinha tomado, ou estava a tomar, o rumo do Porto, e a aconselhar o mesmo rumo aos seus familiares e amigos. Face ao escasso volume de trabalho que chegava a Lisboa, a Comissão da CIL não necessitava de ser tão numerosa como aquela que funcionava no norte do país, nem precisava de ter tantos e tão caros servidores. Ajustou-se às necessidades, política de gestão que se compreende.

8. O resultado que transpira de tais linhas explica por que razão a CIL acabou por ficar com uma Comissão frágil, a trabalhar tão-só nas horas do expediente, composta por duas pessoas não-judias (apoiadas por "voluntários" não remunerados da CIL, o que, apesar de romântico, é impróprio de uma grande organização), que não actuavam sob a tutela de um rabino ortodoxo, não dominavam o hebraico, não recebiam processos em hebraico, não pediam provas de judaísmo (que, aliás, não conseguiriam avaliar), requerendo tão-somente provas de ascendência sefardita, assim se enredando em casos complicadíssimos de não-judeus ou de ashkenazim e em árvores genealógicas de

ATAS

Folha 50

falsificação extremamente fácil, com todos os riscos associados, de tudo isto resultando um atraso imenso nos trabalhos, a fama negativa daí resultante e a consequente corrida dos requerentes para o Porto, onde obtinham uma resposta no próprio dia. Ainda hoje assim é.

9. Os argumentos elephantinos que se espalharam supra são suficientes para qualquer pessoa de boa-fé entender por que razão é (sempre foi) “mais fácil” obter a certificação (ou a rejeição) por parte da comunidade do Porto, cuja Comissão é melhor, mais numerosa, e certamente de estrutura humana mais cara, do que a Comissão da CIL. Os factos são muito evidentes e não há necessidade de rouxinolizar elogios dritâmbicos à CIP/CJP. Quem conhece hoje a comunidade do Porto – <http://jewishcommunityofporto.blogspot.com> – sabe que o seu departamento de certificação tem o mesmo nível de qualidade de todos os outros departamentos da organização, baseados na sinagoga do Porto, que alberga hoje a comunidade mais forte em Portugal, a níveis muitos, desde logo em sede religiosa, estando a caminho de 4.º ano consecutivo com minian ininterrupto (em Shabbat e Yom tov) sem nunca ter tido necessidade de contar turistas ou de se auto-mutilar com problemas de lashon hará.

10. Atestando a sua *bona fides*, a Comissão da CIP/CJP avalia os processos dos candidatos com base em todos os elementos que garantam uma tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa - por exemplo, os sobrenomes familiares (e não apenas o sobrenome do requerente), as listas de sobrenomes das famílias sefarditas tradicionais dos países onde seus ancestrais se estabeleceram nos últimos cinco séculos, as comunidades e sinagogas a que pertenciam, registros de cemitérios, os tipos de ketubot e outros objetos que as famílias possam ter mantido até o presente, os ritos e costumes religiosos ou alimentares, episódios narrados em livros de história sobre a diáspora judaica portuguesa, a conexão do candidato ao mundo judaico no presente e o seu estatuto à luz da lei judaica (a halachá), os templos religiosos que ainda hoje frequentam e o conhecimento, ainda que limitado, da história de tais famílias por acadêmicos famosos ou rabinos reconhecidos por organizações com credibilidade haláchica - criticamente articulados com o seu conhecimento e compreensão da realidade, cultura, lei religiosa e religião judaicas e com outros materiais reunidos ao longo do processo de avaliação, utilizando as ferramentas de trabalho à sua disposição. Os apotegmas são rápidos, não havendo tempo a perder com lânguidos argumentos.

11. Não existindo uma prova segura de judaísmo, nos termos expressos supra, a CIP/CJP não se julga competente para realizar a certificação de requerentes, nem julga preenchida a “tradição de pertença” exigida pela lei. A exposição de motivos da proposta de Lei, o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 30-A/2015, de 27 de fevereiro de 2015, e o próprio n.º 5 do artigo 24.ºA do Regulamento da Lei da Nacionalidade – que não podem deixar de funcionar como elementos de interpretação, de acordo com o artigo 9.º do Código Civil – atestam irrefragavelmente a quem a lei se destina, não tendo sido intenção do legislador dar guarida a dezenas de milhões de não-judeus de origem judaica espalhados por esse fundo afora, incluindo, a título meramente exemplificativo, os milhões de supostos *bnei anousim* do Brasil e os milhões de muçulmanos turcos com origem sefardita de há seis, sete ou mesmo dez gerações.

12. De acordo com as regras básicas da hermenêutica jurídica, a letra da lei não pode estar desacompanhada do seu espírito. No entanto, nunca da parte da CIP/CJP alguém andou a proclamar em Portugal e no estrangeiro que a CIL comete “ilegalidades” ao conceder certificados a pessoas que não couberam nas cogitações do legislador. A respaldar com donaire este entendimento, a CIP/CJP está certa de que a CIL fará sempre o melhor possível para servir os judeus sefarditas e o Estado português. O inverso, porém, não sucede.

ATAS

Folha 51

13. Elementos vários que andam à volta da Comissão da CIL, e outros mais, maldizem desde há 4 anos a Comissão da CIP/CJP. É axiomático que as “ilegalidades” são cometidas, não pela Comissão da comunidade do Porto, mas pelos desditosos caluniadores, por via das duas piores variantes da fofoca: a lashon hará e a hamotzi shem chá. Já foi longe demais a acção destrutiva de tais pessoas, para mais versando sobre uma Comissão que sempre funcionou sob a mira de elementos fiscalizadores que, por sua vez, operam em conexão com advogados de Portugal e de países outros, como Israel e a Turquia.

14. Nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, a CIP/CJP manteve um franco crescimento, fortalecendo-se passo a passo em todas as áreas, abrindo espaço ao aproveitamento das vocações de todos, criando uma comunidade. A CIL era então presidida pelo Dr. José Carp, que tinha uma relação excepcional com a comunidade do Porto, mas que via repetidamente o seu trabalho comprometido por indivíduos que, com pravidade, vertiam para o exterior mensagem tais como “a sinagoga do Porto é um museu” e “a comunidade do Porto não existe”, que os turistas incautos absorviam e traziam para a sinagoga Kadoorie Mekor Haim, onde colhiam invariavelmente o mais flagrante desmentido. A paz jurídica só foi reposta quando a CIP/CJP levou à Justiça, para servir de exemplo a terceiros, um caluniador que repetiu a gracinha, em novembro de 2015, no contexto de uma Assembleia Geral da CIL.

15. Desde 2015 e, sobretudo, nos anos de 2016, 2017 e 2018, deixou de ser possível, mesmo para os desbolados, sustentar a inexistência da comunidade judaica do Porto e a vida da sua sinagoga, pelo que o discurso flectiu giroscopicamente para as “ilegalidades na certificação de judeus sefarditas”. Não possuindo informações sobre a identidade dos meliantes, a CIP/CJP tentou travar a calúnia, em 2016, propondo à Direcção da CIL, presidida já pelo Dr. Gabriel Steinhardt, um protocolo de cooperação que visava regulamentar, entre outras matérias, a lashon hará em torno do processo de certificação. A proposta de protocolo, recebida com agrado por parte do Presidente e do próprio Vice Presidente da CIL, Dr. Jaime Ayash, que por duas vezes esteve no Porto, não logrou obter o apoio do conjunto dos dirigentes daquela comunidade. Infelizmente o vulpino discurso das “ilegalidades” continuou imparável, subterraneamente.

16. A dicidade havia começado, no ano anterior, com advogados israelitas que trabalha(va)m com a CIL, continuou com requerentes aprovados pela CIL (um dos quais viria a ser investigado e a confessar, alvamento, o motivo do crime), estendeu-se a trabalhadores e a membros da CIL e ecoou, finalmente, com diletantismo, em 6 de Outubro de 2018, numa nova Assembleia Geral daquela organização.

17. A justificativa das prepósteras e nunca concretizadas “ilegalidades” nunca em tempo algum foi aventada. Não havendo notícia de descerebramento geral dos dirigentes da comunidade do Porto, pressupõe-se que o motivo só poderia ser económico. Este, porém, falece inelutavelmente pela base, bastando uma simples dimidiação nesta ourela. Conforme está documentado nos próprios arquivos da CIL, a comunidade do Porto por duas vezes afirmou ao Governo do Partido Social Democrata que o processo de certificação deveria ser realizado, não pela comunidade judaica portuguesa, mas sim por uma comissão internacional. Face à recusa dessa solução pelo Governo, a CIP/CJP sugeriu à CIL uma comissão conjunta e o pagamento, pelos requerentes, de uma contribuição para as comunidades no valor unitário de €200,00. A não aceitação da proposta por parte da CIL e a famosa notícia do “Expresso” (dezembro de 2014) levaram a CIP/CJP a avançar com a própria Comissão e a solicitar aos requerentes uma pequena contribuição de €150,00, cedendo posteriormente a um pedido da CIL (Março de 2015) para aquela contribuição ser fixada em €500,00, o que, todavia, nunca impediu a CIP/CJP de distribuir certificados pelos menos favorecidos e de dar somas avultadas de dinheiro para todos os continentes, desde 2015, como os mais atentos hão-de ler e

ATAS

Folha 52

saber. É apodíctico que os comentários apenas lograriam prejudicar as conclusões que desde logo se alcançam.

18. Em duas palavras, a acção da CIP/CJP de pretender processar judicialmente o autor da ofensa cometida em 6 de outubro de 2018 é, como bem se compreende, o resultado de um longo processo de tolerância que nunca foi entendido nem respeitado por pessoas várias ligadas à CIL. A calúnia chegou tão longe em termos de resultados e de impunidade que um dos maiores vultos da sociedade portuguesa manifestou-se chocado, perante o Presidente da CIP/CJP, Dr. Yigal Dias Zion (ele próprio um descendente de sefarditas de Esmirna), com o volume e a amplitude das críticas à Comissão da comunidade do Porto que lhe chegaram por via das mais altas individualidades da cultura judaica ligadas à comunidade de Lisboa. Aquemeneres.

19. Sabe-se hoje que a tentativa, por parte da CIP/CJP, de identificação do autor das declarações caluniosas proferidas na Assembleia Geral da CIL de 6 de outubro, já alcançou uma publicidade que se não desejava, mas que certamente teve o condão de, por si só, exortar o caluniador, e outros iguais, à correcção e ao sentido de responsabilidade. Ficou uma séria advertência para quem vier a seguir. Servirá de exemplo. Nesta confluência, decide-se suspender o procedimento judicial que se tinha em vista, ainda que deste locomover não resulte a eliminação das maleitas causadas.

20. Como forma de prevenir ou profligar *ab initio* novos ataques à CIP/CJP, nesta e noutras matérias, a Direcção entende renovar a proposta de protocolo de cooperação rejeitada pela CIL em 2016, podendo e devendo esta entidade sugerir ou acrescentar o que lhe aprouver. A proposta é reformulada nos termos seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Certificação de Judeus Sefarditas)

Considerando que a Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto e a Comunidade Israelita de Lisboa são entidades certificadoras de descendentes de judeus sefarditas de origem portuguesa e que a possível existência de maledicência sobre qualquer delas pode pôr em causa a imagem de rigor, profissionalismo e honestidade do processo de certificação que o Estado português confiou às comunidades judaicas portuguesas, estipula-se que entre as comunidades signatárias deve existir uma partilha de informações, em tempo real, sobre tudo quanto possa fazer perigar a referida imagem, de modo a permitir uma repressão legal dos prevaricadores.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Corrupção jornalística)

Considerando que, em países vários, há indícios chocantes do aviltamento da verdade informativa em troca de vantagens ilícitas para jornalistas, e sendo certo que, no passado, notícias várias, particularmente da Jewish Telegraphic Agency (JTA), desvirtuaram totalmente o panorama judaico português, tendo sempre como protagonistas o fundador de uma organização proselitista israelita e um jornalista corrupto a ele associado, estipula-se que entre os dirigentes das comunidades signatárias deve existir o maior cuidado no sentido de não permitirem a utilização dos nomes das suas instituições para a prática de ilícitudes, cientes de que os jornalistas corruptos devem ser perseguidos como o são outros corruptos.

Comunidade Israelita do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 340
4150-386 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

ATAS

Folha 53

CLÁUSULA TERCEIRA

(Eventos em Portugal)

Considerando que, no passado, contra a vontade e o interesse da Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto, foi confirmada publicamente a presença das direcções secular e religiosa da Comunidade Israelita de Lisboa numa cerimónia oficial de apresentação, na cidade do Porto, de um suposto "Centro de Interpretação Judaico" capitaneado por uma organização proselitista israelita e um padre católico animado do desejo de obter proventos materiais com a história dos judeus portugueses, o que obrigou a entidade prejudicada, a CIP/CJP, com grande escândalo, a destruir a conjura através do emprego dos meios necessários, estabelece-se que não deve qualquer das organizações signatárias participar em eventos na área geográfica da outra quando, de qualquer forma, puder prejudicá-la ou forçá-la a atitudes enérgicas, enquadradas no direito de necessidade, susceptíveis de prejudicar a imagem dos judeus em geral e dos judeus portugueses em particular.

CLÁUSULA QUARTA

(Representação da comunidade nacional)

Considerando que, no passado, a Comunidade Israelita de Lisboa participou em eventos como fóruns e conferências, em Portugal e no estrangeiro, em representação da comunidade judaica portuguesa; tendo em atenção que a Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto não deseja ser representada senão por si própria, mas que, por outro lado, não tem interesse em participar na esmagadora maioria desses eventos, que julga inúteis e uma perda de tempo e energia (como explica na sua página oficial a propósito do World Jewish Congress), deve a Comunidade Israelita de Lisboa informar os organizadores dos eventos quem é que representa e quem não representa, nem está autorizada a representar.

CLÁUSULA QUINTA

(Gestão do Protocolo)

Considerando que se impõe a aplicação prática do presente Protocolo de cooperação, estabelece-se que as direcções das comunidades signatárias devem nomear interlocutores privilegiados para o contacto permanente entre as instituições no concernente às matérias supra referidas.

|||

Para os efeitos tidos por convenientes, notifique-se o Presidente da CIL, Dr. Gabriel Steinhardt, o ex-Presidente da CIL, Dr. José Carp (referido nesta acta) e o Sr. Embaixador de Israel em Portugal.

Como nada mais havia a tratar, deram-se por concluídos os trabalhos desta reunião pelas 19h30, de que, para constar, se lavrou a presente acta, que, após redigida, lida e aprovada, irá ser assinada por todos os participantes da reunião.

Carta da Comunidade Judaica do Porto para a Conservadora Chefe, Maria de Lurdes Barata Pires Mendes Serrano, sobre a impossibilidade de certificação do sefardismo de não-judeus descendentes de vitimados da Inquisição que ninguém pode garantir que eram judeus.

Porto, 6 de outubro de 2019.

Obviamente, no Porto, este caso dessa natureza não pode ser aprovado, dado que o requerente (i) não é judeu (ii) pertencente a uma família sefardita tradicional de origem portuguesa (iii) que haja vivido por séculos no Império Otomano, no Norte de África e Mediterrâneo ou nas modernas comunidades sefarditas criadas por cristãos-novos portugueses.

Com critérios diferentes, a Sra. Dra. Maria de Lurdes Barata Pires Mendes Serrano também seria uma judia sefardita dos quatro costados, porquanto, de acordo com dados oficiais compilados na Torre do Tombo:

-- Da família BARATA, os punidos pela Inquisição: 100% eram mães/viúvas; 100% foram condenadas ao cárcere e hábito; 100% foram punidas sob o reinado da Casa de Bragança, entre 1641 e 1750; e entre 1500 e 1750, somente as viúvas da família Barata tiveram maior tendência a serem punidos pela Inquisição;

-- Da família PIRES, os punidos pela Inquisição: 40% eram pais/profissionais; 13% eram mães/viúvas; 47% eram filhos(as); 72% foram condenados ao cárcere e hábito; 16% foram mortos, queimados vivos nas fogueiras; 3% foram mortos durante as torturas; 9% tiveram outras condenações; 31% foram punidos durante o domínio espanhol, entre 1580 e 1640; e 69% foram punidos sob o reinado da Casa de Bragança, entre 1641 e 1750. Mais: 21% eram mercadores; 16% eram lavradores/fazendeiros/donos de engenho; 5% eram médicos; 5% eram advogados; 5% eram alfaiates; 5% eram religiosos; 5% eram trabalhadores; 38% tinham outras profissões. Pelo que a família Pires, entre 1500 e 1750, tinha maior tendência a ter: mercadores e lavradores/fazendeiros/donos de engenho;

-- Da família MENDES, os punidos pela Inquisição: 46% eram pais/profissionais; 29% eram mães/viúvas; 25% eram filhos(as); 54% foram condenados ao cárcere e hábito; 9% foram mortos, queimados vivos nas fogueiras; 5% foram mortos durante as torturas; 32% tiveram outras condenações; 1% foi punido sob o reinado da Casa de Avis, entre 1500 e 1579; 8% foram punidos durante o domínio espanhol, entre 1580 e 1640; 91% foram punidos sob o reinado da Casa de Bragança, entre 1641 e 1750. Mais: 23% eram mercadores; 6% eram lavradores/fazendeiros/donos de engenho; 9% eram negociantes; 9% eram tratantes; 11% eram sapateiros; 1% eram médicos; 6% eram advogados; 2% eram militares; 3% eram contratadores; 1% eram alfaiates; 2% eram ourives; 3% eram barbeiros; 1% eram religiosos; 1% eram trabalhadores; 22% tinham outras profissões. A família Mendes, entre 1500 a

VII

1750, tinha maior tendência a ter: mercadores; lavradores/fazendeiros/donos de engenho; negociantes; tratantes ; sapateiros; e advogados; e

-- Da família SERRANO, os punidos pela Inquisição: 34% eram pais/profissionais; 33% eram mães/viúvas; 33% eram filhos(as); 100% foram condenados ao cárcere e hábito; 100% foram punidos sob o reinado da Casa de Bragança, entre 1641 e 1750. A família Serrano, entre 1500 e 1750, tinha maior tendência a ser de pequenos negociantes.

Enfim, só faltaria dizer que milhares de “Marias” foram condenadas pela inquisição!

A Direcção,

Eu sou de Portugal
e dos Portugueses,
e vos agradeço
toda a vossa história
de dedicação à nossa
Pátria comum!
Ben-hayim!
António Manuel de Sousa
Presidente da República
Portuguesa
Porto, 11 de Janeiro de
2019

B'nai B'rith International escreve ao Primeiro Ministro e honra a Comunidade (2019)

27 de janeiro de 2019

Caro Primeiro Ministro Costa,

Tive o privilégio de regressar a Portugal no último fim de semana para celebrar o Shabbat com líderes judeus religiosos de todo o mundo. Vieram de lugares tão próximos quanto Paris e tão distantes quanto a Tailândia. O que é uma extraordinária experiência de autêntica expressão religiosa.

A sua mensagem calorosa e inspiradora de diversidade religiosa foi compartilhada com cerca de 400 pessoas presentes.

Encontra-se exibida, com muito orgulho e destaque, no Museu Judaico do Porto localizado em frente à magnífica Sinagoga Kadoorie.

Enquanto a Inquisição deixou a terra arrasada, eu e a B'nai B'rith, a maior e mais antiga organização judaica do mundo, fundada em 1843, vimos no seu glorioso país como o Todo-Poderoso reabastece tanto os campos ricos e abertos quanto seu povo escolhido.

Estes continuam a ser tempos urgentes para os judeus em todo o mundo. No entanto, Portugal é um país abençoado e o seu coração brilha hoje com grande calor para as pessoas de todos os credos. Que o seu país cresça de força em força em prosperidade e que se una para sempre ao povo judeu e ao Estado de Israel.

Sinceramente,

Charles O. Kaufman
 Presidente, B'nai B'rith International
 1120 20th Street NW
 Suite 300 N
 Washington, D.C. 20036





Mensagem do Primeiro-Ministro para a cerimónia da Comunidade Israelita do Porto

Porto, 24 de janeiro de 2020

A herança judaica integra e enriquece a identidade portuguesa. Os judeus estiveram sempre presentes na nossa História, em especial no momento alto da sustentação científica e financeira da época dos Descobrimentos.

Com a instauração da Inquisição, as diásporas judaicas oriundas de Portugal, espalhadas pelo mundo, beneficiaram de sobremaneira as comunidades em que se estabeleceram, do ponto de vista cultural, artístico, científico ou económico, na Europa do Norte, no Norte de África, no Médio Oriente, nos Estados Unidos e em outras regiões do globo.

O Portugal contemporâneo, tolerante e aberto ao mundo, reencontrou-se com o seu legado histórico judaico. Acolhe um número crescente de judeus sefarditas, das antigas e tradicionais comunidades judaicas da Península Ibérica, a que a lei portuguesa reconhece o direito de aquisição da nacionalidade. Tem, aliás, havido uma política ativa, no sentido de valorizar a herança judaica no nosso país, que atrai cada vez mais interessados em visitar o património de origem judaica: judiarias, cemitérios, museus e sinagogas.

Portugal passou também recentemente a ser membro pleno da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto e tem um grande orgulho em ter visto reconhecido Aristides de Sousa Mendes como um dos Justos entre as Nações, pela coragem para, ao desafiar

a injustiça e o poder instituído, salvar da morte um grande número de judeus, durante a Segunda Guerra Mundial.

A Comunidade Israelita do Porto tem sido um parceiro inestimável neste percurso, tem aumentado de dimensão e vivido um período de intenso dinamismo e ressurgimento cultural e religioso.

No seu conjunto, a comunidade judaica no nosso país é muito diversa e dá um contributo de relevo para a sociedade portuguesa.

Portugal, no presente, tem sabido conjugar com equilíbrio e inteligência a laicidade do Estado com um amplo grau de liberdade religiosa.

Portugal possui hoje uma cultura de tolerância, consolidada em conjunto com o próprio regime democrático e que garante que a liberdade religiosa seja um elemento estruturante do Estado de direito, protegendo todos os cidadãos, independentemente da religião que praticam ou mesmo de serem ou não crentes.

É esse empenho na promoção de uma cultura de tolerância, de abertura e de acolhimento que desejo reafirmar aos membros da Comunidade Islâmica do Porto e às organizações judaicas internacionais que se associaram à cerimónia.

Mensagem da Anti Defamation League ao Primeiro Ministro (2020)

VII

29 de janeiro de 2020

Honorável Excelência Sr. António Costa

Primeiro ministro

Palácio de São Bento

Lisboa

Prezado Senhor Primeiro Ministro,

Ouvi com grande prazer a sua calorosa recepção, lida em voz alta para as 400 pessoas na celebração internacional do Shabat na bela sinagoga Kadoorie Mekor Haim no Porto.

A própria Comunidade judaica do Porto não é menos bonita do que a sua sinagoga. Composto por judeus de todo o mundo, é diversa na origem, mas unificado no propósito. Falando muitas línguas, mas canta alegremente em uma só voz. É pequena, mas talvez seja a comunidade judaica que mais cresce na Europa. É bem merecida a atenção que lhe dedicou com a sua carta de felicitações.

Tive a honra de me dirigir à Comunidade e constatei que os judeus estão a ser atraídos para Portugal de outras partes da Europa, em parte devido à ausência de antissemitismo, um fenómeno adequado para inverter a expulsão antisemita há mais de cinco séculos. Na mesma linha, destaquei a actual parceria da Comunidade Judaica com o Governo português e com a Igreja Católica. O apoio e a proteção oferecidos hoje representam o oposto da perseguição que expulsou a Comunidade judaica há tanto tempo.

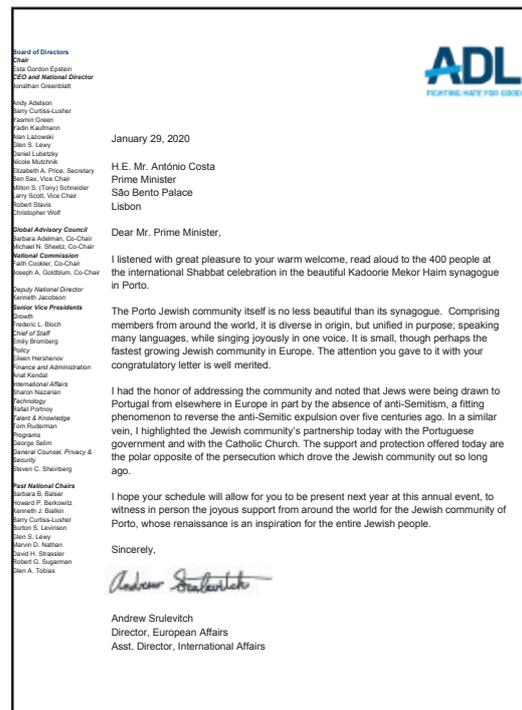
Espero que a sua agenda permita que esteja presente no próximo ano neste evento anual, para testemunhar pessoalmente o alegre apoio de todo o mundo à Comunidade judaica do Porto, cujo renascimento é uma inspiração para todo o povo judeu.

Sinceramente,

André Srulevitch

Diretor, Assuntos Europeus

Asst. Diretor, Assuntos Internacionais



12 de maio de 2020

Excelentíssimo Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República Portuguesa

Prezado Sr. Presidente,

Em 2015, Portugal deu um salto gigantesco ao conceder aos judeus de comunidades sefarditas tradicionais o direito à nacionalidade portuguesa sem a necessidade de falar a língua nativa ou de viver em Portugal. Uma proposta de mudança na lei exigiria agora que as pessoas vivessem fisicamente em Portugal. Esta proposta ameaça não apenas o espírito da lei, mas infelizmente deporta-nos para um tempo que preferimos esquecer.

A mudança não acontece da noite para o dia. Nesta época de sociedades móveis, as pessoas em todo o mundo mantêm dupla cidadania, refletindo o grande orgulho e lealdade que experimentaram nas suas pátrias passadas. Lembre-se, no momento da expulsão, as pessoas fugiram rapidamente, converteram-se ou foram mortas. As pessoas não retornam 500 anos depois tão rapidamente quanto partiram ou praticamente desapareceram. Eles se dispersaram por todos os cantos da terra. Se os autores da mudança da lei original fossem sinceros e bem-intencionados, eles se apegariam ao espírito daquela.

Por duas vezes nos últimos 12 meses, tive a grande alegria de visitar as comunidades judaicas de Lisboa e do Porto. Durante a primeira visita, líderes judeus de pelo menos 15 países, representando o Conselho Internacional da B'nai B'rith, ouviu um vasto leque de excelentes oradores, entre os quais Catarina Vaz Pinto, o presidente da comunidade judaica local e a Embaixadora de Israel em Portugal. Todos discutiram o grande contributo dos judeus para a história, cultura e desenvolvimento económico do seu belo país. Participamos também de uma conferência global na Universidade, um simpósio anual sobre os judeus de Portugal, um exercício de grande intelecto e erudição.

Tive o privilégio de inaugurar o notável Museu Judaico do Porto, que se tornará um íman para visitantes globais.

Antes de embarcar para a conferência da B'nai B'rith, uma delegação reuniu-se com o Secretário-Geral da ONU, Antonio Guterres, sobre o nosso planejado encontro. Ele não poderia ter ficado mais satisfeito e, quando voltamos e nos reencontramos nas Nações Unidas, ele ficou encantado ao ouvir sobre o positivo e produtivo evento da B'nai B'rith em Portugal.

Regressei há alguns meses para me dirigir a mais de 400 pessoas na magnífica Sinagoga Kadoorie no Porto durante um fim-de-semana inspirador e cheio de observâncias religiosas e ensinamentos. O Shabat contou com a presença de membros da crescente comunidade judaica local, incluindo estudantes, líderes empresariais de grande importância e outros profissionais; e rabinos de toda a Europa, Extremo Oriente, Rússia, Austrália, América do Sul e América do Norte.

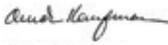
O despertar e o crescimento judaico em Portugal continua a manifestar-se de muitas formas importantes, com restaurantes e hotéis kosher, produção e ampla distribuição de

filmes premiados, incluindo um elogiado pelo Papa Francisco. Por fim, entre inúmeras outras atividades nos últimos anos, uma família sefardita doou 50 milhões de euros à Fundação Campalimaud e outra pagou a digitalização dos arquivos da Inquisição que se deterioravam por falta de fundos.

Em nome da B'nai B'rith International, fundada em 1843, a voz global do povo judeu, pedimos que interrompa as tentativas de alterar o regulamento produzido pelo Decreto-Lei nº 30-A/2015 para que não seja enfraquecida o lei que promove o direito à nacionalidade portuguesa.

Obrigado pela sua consideração.
Sinceramente,

Charles O. Kaufman
Presidente

 <p>B'NAI B'RITH INTERNATIONAL CHARLES O. KAUFMAN, PRESIDENT</p>	 <p>B'NAI B'RITH INTERNATIONAL CHARLES O. KAUFMAN, PRESIDENT</p>
<p>May 12, 2020</p> <p>The Honorable Marcelo Rebelo de Sousa President of the Portuguese Republic</p> <p>Dear Mr. President,</p> <p>In 2015, Portugal took a giant leap forward in granting Jews from traditional Sephardic communities the right of Portuguese nationality without the need to speak the native language or live in Portugal. A proposed change in the law would require people to physically live in Portugal. This proposal threatens not only the spirit of the law but sadly reverts to a time that we'd just as soon forget.</p> <p>Change does not happen overnight. In a time of mobile societies, people throughout the world maintain dual citizenships, reflecting the great pride and loyalty they experienced in past homelands. Remember, at the time of the expulsion, people fled quickly, converted or were killed. People do not return 500 years later as quickly as they left or virtually disappeared. They dispersed to all corners of the earth. If the authors of the original law in 2015 were earnest and well-intended, they will hold to the spirit of the law.</p> <p>Twice in the past 12 months, I had the great joy of visiting the Jewish communities of Lisbon and Oporto. During the first visit, Jewish leaders from at least 15 countries, representing the International Council of B'nai B'rith, heard a wide array of excellent speakers, including Catarina Vaz Pinto, the president of the Jewish community and the Israeli Ambassador to Portugal. They discussed the great contributions of Jews to the history, culture and economic development of your beautiful country. We attended a global conference at the University, an annual symposium about the Jews of Portugal in an exercise of great intellect and outstanding scholarship. I was privileged to inaugurate Oporto's remarkable Jewish Museum, which will become a magnet for global visitors.</p> <p>Before embarking on B'nai B'rith's 2019 conference to Lisbon, a delegation met with UN Secretary-General Antonio Guterres about our planned meeting. He could not have been more pleased, and when we returned and met with him at the United Nations after, he was delighted to hear about B'nai B'rith's most positive and productive meeting.</p> <p>I returned a few months ago to address more than 400 people at the magnificent Kadoorie Synagogue in Oporto during a weekend of inspiring religious observances and learning. The weekend was attended by the members of the growing local Jewish community, including students, business leaders of great import and other professionals, and rabbis from throughout Europe, the Far East, Russia, Australia, South America and North America.</p>	<p>The Jewish reawakening and growth in Portugal continues to manifest itself in many important ways, with kosher restaurants and hotels, the production and wide distribution of award-winning films, including one praised by Pope Francis. Finally, among numerous other activities in recent years, one Sephardic family donated 50 million euros to the Campalimaud Foundation and another paid for the digitization of the Inquisition files that were decaying for a lack of funding.</p> <p>On behalf of B'nai B'rith International, founded in 1843, the global voice of the Jewish people, we implore you to halt attempts to modify Decree-Law No. 30-A/2015 in any way that would lessen or weaken the law promoting the right of Portuguese nationality.</p> <p>Thank you for your consideration.</p> <p>Sincerely,</p>  <p>Charles O. Kaufman</p>
<p>THE GLOBAL VOICE OF THE JEWISH COMMUNITY www.bnaibrith.org</p>	<p>THE GLOBAL VOICE OF THE JEWISH COMMUNITY www.bnaibrith.org</p>
<p>1120 26TH STREET NW, SUITE 300 NORTH, WASHINGTON, DC 20004 202-857-6550 FAX 202-857-6480 president@bnaibrith.org</p>	<p>1120 26TH STREET NW, SUITE 300 NORTH, WASHINGTON, DC 20004 202-857-6550 FAX 202-857-6480 president@bnaibrith.org</p>

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 325
4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982


000322

ATAS

Folha 17

ACTA n.º 86

Aos 22 dias de Setembro de 2020 (dois mil e vinte) da Era comum, pelas 21h00, reuniu a Direcção da CIP/CJP, Pessoa Colectiva Religiosa com o NIF 592000982, com sede na Rua de Guerra Junqueiro, n.º 325, Porto.

Foi a seguinte a ordem de trabalhos:

A vaga de antissemitismo que varreu Portugal entre Maio e Julho de 2020.

Participaram na reunião os seguintes membros da Direcção: Dias Ben Zion (Presidente), Isabel Lopes (Vice Presidente), Michael Rothwell (Tesoureiro), Francisco Garrett (Vogal) e Eliran Graedge (Secretário).

Foi dado início aos trabalhos, tendo sido debatido e feito consignar o seguinte:

A última acta desta Direcção data de 14 de abril. Foram necessários cinco meses para que houvesse tempo, discernimento e disponibilidade para a produção da presente acta. Uma vaga pandémica e uma vaga de antissemitismo grassaram na sociedade portuguesa. O país que se conhecia (em termos de saúde pública, economia e paz para os judeus) mudou para sempre, embora seja muito cedo para conhecer e enunciar os efeitos mais nefastos de tudo isto.

Em 28 de Abril, pela pena de uma deputada, Constança Urbano de Sousa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração da Lei da Nacionalidade, no que tange à naturalização de judeus sefarditas, que impunha que os mesmos, antes do pedido, vivessem há pelo menos dois anos em território nacional. Esta proposta (que em rigor matava uma lei aprovada por unanimidade no Parlamento, em 2013, que dispensa os sefarditas de residirem em Portugal) estava encabeçada por uma exposição de motivos que punha a tónica em alegados "passaportes de conveniência", na publicidade ilícita que se praticava em Israel e na palavra "negócio". A deputada dizia no jornal Público, com a maior das naturalidades, que "há interesses em jogo na naturalização em massa por conveniência". → Doc. 199
A proposta não aflorava sequer qualquer resultado positivo da "lei dos sefarditas" e dizia textualmente que a Comunidade Israelita de Lisboa acreditava que o processo era um negócio, assim tentando imputar, como se depreende, ilicitudes à Comunidade Judaica do Porto. Imediatamente a Direcção da Comunidade Israelita de Lisboa contactou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, exigindo um pedido de

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto

Rua Guerra Junqueiro, 325

4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000323

→ Ac. 200

desculpas formal, por escrito, o que aconteceu, tendo vindo posteriormente a ser notícia nos jornais. → Ac. 201

ATAS

Folha 18

Desde o início, ficaram patentes as razões pelas quais se pretendeu alterar a Lei da Nacionalidade: por um lado, o antissemitismo religioso e político de um grupo de pessoas no aparelho do Estado e mesmo no Governo (cujo rosto é a referida deputada), que não desejam judeus, nem conservadorismo judaico, nem israelitas; por outro lado, a publicidade predatória que se pratica em Israel, onde infelizmente se vende a nacionalidade de forma indigna; e finalmente a vergonhosa *lashon harah* na Comunidade Israelita de Lisboa contra a Comunidade Judaica do Porto, que certamente chegou ao Parlamento e ao Governo e que outrora motivou a famosa Acta n.º 57 desta Direcção.

Voltando à proposta do Partido Socialista de alteração da lei, as comunidades judaicas de Porto e Lisboa cedo começaram a resistir à mudança, por não entenderem tanta precipitação e anseio, dado que a lei jamais tinha dado qualquer problema. Mas os antissemitas estavam decididos a não recuar!

Começou uma guerra sem tréguas por parte dos antissemitas capitaneados pela deputada Constança Urbano de Sousa, com apoio expresso do Partido Comunista Português, com a bandeira da União Soviética e com um jornal oficial online estão plasmados artigos de opinião sobre os "Protocolos dos Sábios de Sião". Outros vergonhosos antissemitas se juntaram à epifania, designadamente o director do jornal Público (que escreveu um editorial a falar em suspeitas de passaportes de conveniência e outro a dizer que bastavam uns milhares de euros para ser nacional português), um estatístico que ganha a vida a falar dos outros (que disse que as comunidades eram alçapões a aceitar pedidos) e um empregado do partido socialista (que disse que tudo justificava acabar com a lei), entre outros. No meio dos seus ataques, houve um tema a que os antissemitas sempre se furtaram: os efeitos positivos da lei da nacionalidade, ou seja, o grande crescimento da população judaica em Portugal, o desenvolvimento da vida religiosa e cultural judaica e os investimentos de biliões de euros feitos pelos sefarditas na economia nacional.

Do lado da lei e dos judeus sefarditas, a defesa fez-se por via de reuniões com personalidades, de exposições das comunidades para o Parlamento e para o Primeiro-Ministro, de artigos de opinião de judeus portugueses (Michael Rothweel e Leon Amiras por parte da CIP/CJP; Esther Mucznik e José Ruah por parte da CIL), de cartas abertas da Bnei Brith Internacional, da Anti-Defamation League e do European Jewish Congress, e com a intervenção pública de políticos seniores e outras relevantes personalidades da sociedade portuguesa, desde logo alguns históricos do Partido Socialista (Jorge Sampaio, Maria de Belém Roseira, Manuel Alegre, Vera Jardim, Alberto Martins, António Barreto, Padre Victor Melícias), mas também políticos

→ Ac. 202

→ Ac. 203

→ Ac. 204

→ Ac. 205

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 325
4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000324

→ Ac. 206

de outros quadrantes, como Carlos Amorim do PSD, Rui Távares do Livre, e José Ribeiro e Castro do CDS, com meia dúzia de artigos que merecem bem entrar para a História, pela sua justeza, tecnicidade e acerto. Recorde-se que, em 2013, quando foi apresentada e votada por unanimidade a lei do Partido Socialista que fazia justiça histórica aos judeus sefarditas, o CDS, pela mão de Ribeiro e Castro, fez entrar uma proposta muito similar àquela, pois desde sempre fora um defensor da devolução da nacionalidade aos sefarditas. → Ac. 207

ATAS

Folha

19

Sobre os efeitos positivos da lei da nacionalidade, Michael Rothwell escreveu no Expresso que não é preciso esperar 500 anos para ver os efeitos da lei. "O crescimento da comunidade judaica nacional desde 2015 inclui o povoamento do interior do país, a abertura de museus judaicos, do Chabad Center de Cascais, de salas de oração, cemitérios, hotéis, restaurantes e supermercados kosher, investimentos na economia nacional e donativos de dezenas de milhões de euros para instituições várias, incluindo fundações que desenvolvem actividades de pesquisa científica no campo da medicina e a Torre do Tombo, que poderá agora providenciar o tratamento e digitalização de milhares de processos da Inquisição que estavam a deteriorar-se perigosamente por falta de verba. Acresce a tudo isto o crescimento exponencial do turismo judaico em Portugal, para o qual muito contribuiu uma parceria entre o Turismo de Portugal e a comunidade israelita de Lisboa, que juntos visitaram Israel, a Argentina e os Estados Unidos da América.

Em janeiro de 2019, Sua Excelência o Presidente da República tomou parte de um serviço religioso da comunidade judaica do Porto, na sinagoga Kadoorie Mekor Haim, num ambiente de portugalidade, que desenvolveu a seguir, abordando os presentes, quase um a um, em idiomas diversos, da Turquia, de Marrocos, de França, da Argentina, do Brasil, de Israel e de tantos outros lugares. Mais tarde, por alturas da sua visita à China, o Presidente da República foi informado por parte de duas das mais reputadas famílias sefarditas do mundo que Portugal iria beneficiar, no futuro, de investimentos muitos, inclusive ao nível da cultura e da solidariedade. Neste contexto, em dezembro, a comunidade judaica do Porto e a diocese da cidade apresentaram um projecto de cooperação, solidariedade e inter-religiosidade único no mundo, do qual fazem parte a promoção dos museus de ambas as instituições e quatro filmes de história, baseados em factos reais, desde logo "A Luz de Judá", lançado há poucos dias, animado por séculos de diálogo entre as duas comunidades, antes mesmo de existir o Reino de Portugal. A arte e a história ao serviço do bem."

No meio da confusão, Constança Urbano de Sousa conseguiu encontrar um exemplo – um único, em 16750 pessoas – de um passaporte de conveniência. Blaise Baquiche, um cidadão britânico especialista em políticas europeias, viu-se acusado de ter afirmado numa revista internacional que só tinha pedido a nacionalidade portuguesa por causa do Brexit, pois nada o ligava a Portugal. Veio a resposta, num

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 325
4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982



000325

artigo de opinião no jornal Público: Blaise Baquiche, familiar de Henry Tillo e Alain Piccioto, dois distintos membros da CIP/CJP desde 1960, refuta Constança de Sousa e pede-lhe para não seguir o exemplo da Grã Bretanha! → Ac. 208

ATAS

Folha 20

Entretanto, com a presença do Presidente da CIL, José Carp, a CIP/CJP lançou publicamente o filme "A Luz de Judá", cujas receitas reverteriam, como reverteram, para o Banco Alimentar do Porto e três instituições católicas ligadas à Diocese. Uma má notícia para os antissemitas de Estado. → Ac. 209

Por intervenção do Primeiro-Ministro (que diga-se, sempre foi a favor dos judeus sefarditas, pese embora as muitas resistências no seio do Governo), o Partido Socialista mudou a sua proposta inicial, fazendo cair a exigência de residência prévia obrigatória por dois anos e passando a exigir somente uma ligação efectiva actual a Portugal, que o Regulamento poderia vir posteriormente a definir.

Importa dizer que, desde o início, as Comunidades aceitavam a necessidade de uma ligação efectiva mais actual dos sefarditas a Portugal, mas não viam qualquer necessidade de uma alteração no artigo 6.º n.º 7 da Lei, dado que o Governo poderia fazer os ajustes devidos no artigo 24.º-A do Regulamento. Em duas palavras: a Lei aprovada outrora por unanimidade na Assembleia da República deveria manter-se intocada!

Em 15 Junho, a pedido da CIP/CJP, realizou-se uma reunião com o Governo, concretamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com a Ministra da Justiça. Da parte da CIP/CJP estiveram presentes o Rabino-Chefe Daniel Litvak e os membros da Direcção Dias Ben Zion (Presidente), Michael Rothwell (tesoureiro) e Francisco Garrett (vogal).

O Ministro Santos Silva logo nos perguntou se nos oporíamos a um prazo final na lei, ao que respondemos o seguinte:

– Como representantes de 20% da população judaica mundial, nunca poderemos concordar com a alteração da lei de 2013, mormente a fixação de um prazo ou a obrigatoriedade de residência e de idioma portugueses.

→ Ac. 210

– O Governo deveria chamar a si o processo legislativo e aperfeiçoar o Regulamento no domínio da "ligação a Portugal" antes de mais danos para todos. As redes sociais estão cheias de calúnias contra os judeus, acusados de venderem passaportes portugueses, devido a um processo legislativo mal conduzido, sem visão de estado, sem bom senso, sem sensibilidade, sem respeito pelo trabalho das comunidades judaicas do Porto e de Lisboa, associadas apenas ao estereótipo do dinheiro e veladamente à própria corrupção.

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 325
4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000326

- ATAS
- Folha 21
- A "curva" dos judeus sefarditas já achatou (je, está a diminuir o número mensal de pedidos) e em duas ou três décadas poderá haver talvez 500 mil interessados, altura em que Portugal terá recuperado parcialmente a sua comunidade judaica.
 - Os efeitos da lei foram formidáveis: a Comunidade judaica do Porto é a comunidade judaica mundial do Porto, com membros de 40 países, e há biliões de euros investidos na sociedade portuguesa por judeus sefarditas.
 - A reunião com o Governo encerrou com uma aparente concordância de que todos estávamos interessados em trabalhar para a prosperidade de Portugal.

Abriu-se um debate na Assembleia da República sobre a "lei dos sefarditas".

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, que dias antes estivera em reunião com a CIP/CJP, conseguiu fazer o inimaginável: reduzir os efeitos positivos da lei da nacionalidade a "umas visitas de turistas a Portugal" e a uma maior reputação para Portugal no concerto das nações.

Por sua vez, a Ministra da Justiça, também presente, reduziu a lei a um acto de reparação simbólica (não a um direito de retorno de uma diáspora portuguesa, virado para o futuro) que deveria ter um prazo final. Acrescentou que todo o processo estava nas mãos das comunidades, o que não é verdade.

A Conservadora dos Registos Centrais (que sempre disse que os sefarditas são os estrangeiros mais felizes quando recebem a nacionalidade) foi chamada à Assembleia unicamente para sublinhar o grande número de pedidos de sefarditas e gerar alarme. Um genealogista foi arrolado com a missão de pôr em causa as longas genealogias, como se o processo não buscasse somente os judeus de famílias tradicionais de Sefarad (o que dispensa literalmente as referidas longas genealogias).

Outras audições decorreram com o único propósito de destruição da lei, tendo ao leme a deputada Constança Urbano de Sousa.

A CIL compareceu para audição na Assembleia da República.

A CIP/CJP foi igualmente convocada para uma audição na Assembleia da República, mas a Direcção entendeu que não deveria fazer parte daquele circo encabeçado por alguns deputados que desconhecem o que é um judeu, mas não o desejam. Pedimos as audições dos 16.750 novos portugueses caluniados e dissemos que responderíamos por escrito ao Parlamento, se fosse essa a sua vontade. Não foi. → *Acc. 2411*

No final do debate, que basicamente visou atirar a população portuguesa contra os judeus e contra as comunidades, uma nova surpresa: o Partido Social Democrata, pela mão da deputada Catarina Ferreira (jovem deputada a fazer o primeiro ano de Parlamento, cujo papel de submissão a Constança nunca se entendeu), apresentou uma nova proposta: os requerentes tinham que cumprir pelo menos uma circunstância efectiva de ligação actual, fixada na lei em regime de *números clausus*. → *Acc. 212*
Protestaram publicamente as comunidades. A CIP/CJP considerou que a proposta do PSD era um "erro constitucional e um erro político" e disse não aceitar "discriminações

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 325
4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000327

em pleno século XXI", ao passo que a CIL manifestou estar "profundamente incomodada pela forma como todo o processo está a decorrer" e pediu a "suspensão do processo". → **Doc. 213**

ATAS

Folha 22

Desde Israel, a organização de direitos humanos Btsalmo escreveu uma carta ao Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, exigindo o cumprimento, por Portugal, de tratados internacionais assinados, e condenando veementemente as deputadas Constança Urbano de Sousa e Catarina Ferreira, contra as quais lançou uma petição pública na internet. → **Doc. 214**

Por intervenção do Primeiro-Ministro, o Partido Socialista acabou por anunciar uma nova proposta (a quarta) de alteração. o Governo seria autorizado a alterar o artigo 24.º-A do Regulamento no sentido de "garantir o cumprimento de requisitos objectivos comprovados de ligação a Portugal". → **Doc. 215**

A nova proposta tem, também ela, certamente, a intenção de destruir a lei, mas uma nova etapa se abre, agora com o Governo. A CIP/CJP já preparou um documento para dirigir à Ministra da Justiça, assim que o Presidente da República mandar seguir a alteração legal para publicação, o que deve acontecer em Outubro ou Novembro próximos.

Conclusões:

Não havia antissemitismo em Portugal, porque não havia judeus.

Valeu a pena lutar. Caíram três propostas assassinas da lei e as comunidades judaicas portuguesas revelaram muito mais força do que tinham há cinco anos.

A alteração do Regulamento, a ser realizada pelo Governo, não irá impedir que os sefarditas continuem a obter a nacionalidade portuguesa e a reforçar a comunidade judaica local.

O número de candidatos vai diminuir bastante, mas em contraponto os candidatos terão uma melhor qualidade social, o que também interessa à CIP/CJP.

Efeitos da campanha antissemita:

I - O primeiro efeito consubstancia-se numa parceria entre a Bnei Brith Internacional e a CIP/CJP. Há já um grupo da Bnei Brith em Portugal e a sua principal missão é a defesa da comunidade judaica. Nenhuma associação foi criada em território português, não há presidentes, nem vice-presidentes da Bnei Brith Portugal. O Presidente está em Washington e neste momento já dirigiu duas missivas, uma para a Eurojust, outra para o Grupo Sonae (proprietário do jornal Público), pedindo uma explicação para a vaga antissemita que tomou conta de Portugal.

II – O segundo efeito tem a ver com um distanciamento cada vez maior da CIP/CJP em relação à CIL. Como se previu há cerca de dois anos, na referida acta n.º 57 desta Direcção, a maledicência de elementos daquela comunidade poderia causar um

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
 Rua Guerra Junqueiro, 325
 4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000328

problema enorme em relação à lei. Toda a campanha de difamação contra a lei partiu da deputada Constança Urbano de Sousa, casada com um anónimo judeu alemão de Lisboa, que dizia que a lei era um negócio para a comunidade do Porto. Esta podridão na CIL vem de muito longe e nenhuma Direcção da CIL fez alguma coisa para a reprimir. Um dia, a lei acabará. Os culpados ficam em Lisboa. A comunidade do Porto terá crescido enormemente a todos os níveis (como continua a crescer) sem que qualquer dos seus membros haja jamais falado mal de ninguém.

III – O terceiro efeito respeita à inacção do Estado Israel na defesa dos judeus portugueses, que foram atacados de todas as formas possíveis por um grupo de antissemitas de Estado. Para Israel, o que se passou foi "um debate democrático em volta de leis de imigração", o que é uma ofensa para os judeus portugueses. Foi notório o antissemitismo religioso... e também o antissemitismo político. O próprio Presidente da República portuguesa confessou a pessoas próximas da CIP/CJP que tudo isto "foi uma 'questão Palestina' do Ministro dos Negócios Estrangeiros". A Comunidade Judaica do Porto (que, em proporção, é a comunidade judaica da Diáspora que mais ajuda o Estado de Israel!) escreveu ao Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu dizendo que Israel deveria defender os judeus onde quer que eles fossem atacados. Veio uma resposta redondinha e lamentável de uma assessora, demonstrando total ignorância. A CIP/CJP respondeu que as posições de ambos são irreconciliáveis. → Doc. 216

O Perigo de um Caso Dreyfus:

Em Portugal e no estrangeiro há muito quem esteja à espera de um "caso suspeito", que logo será, como com Dreyfus, vestido com as cores de um grande crime, alvo de notícias escandalosas, prisões e destruição da nossa comunidade. O famoso caso dos "Vistos Gold", já com mais de sete anos e longe do fim, é um elucidativo exemplo de como funciona a Justiça em Portugal. O Director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, homem probo que serviu Portugal por décadas, viu a sua vida destruída, ele e o Ministro da Administração Interna, por causa de duas garrafas de vinho e da forma como ambos falavam ao telefone sobre expedientes legais (repetimos: legais) que poderiam ser apressados. Tudo foi julgado como sendo "corrupção" num processo penal que levou à apreensão de bens das pessoas e ao holocausto delas em praça pública, tanto que aquele honestíssimo homem, com netos, esteve preso e sem salário por mais de dois anos.

A campanha dos antissemitas tornou patente que, no futuro, quando houver um caso, um simples caso, suspeito, de um certificado de sefardismo emitido erradamente, por qualquer das comunidades, haverá um escândalo nacional, que moverá agências de comunicação, jornalistas corruptos, polícias e toda uma vasta equipa de miseráveis destruidores. As leis da guerra dizem que um Caso Dreyfus conveniente deve visar um requerente conveniente de um país conveniente. Um caso politicamente correcto

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
 Rua Guerra Junqueiro, 325
 4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000329

para os antissemitas, para os jornais, para o sistema judicial português. E eis que uma palavra emerge claramente: Rússia.

ATAS

Folha 24

Decorridos quase seis anos desde que a "lei dos sefarditas" foi aprovada, cerca de 40 judeus russos obtiveram aprovação por parte da CIP/CJP. É um número escasso, mas existem questões várias que devem inspirar preocupações e temor: o clima de verdadeira "Guerra Fria" entre a Rússia e a OTAN, as preocupações de Shenguen em relação ao gigante territorial asiático, a relação do Grão Rabinato local (chefiado por Berel Lazar) com o Kremlin (chefiado por Vladimir Putin) e o antissemitismo brutal que tomou conta de um sector político português com grande acesso à Imprensa e à Polícia. Tudo isto representa um perigo. Que esta acta sirva para o departamento de certificação reforçar os cuidados com os judeus de Leste, especialmente os russos, de origem sefardita!

Há na Rússia muitos judeus originários de Sefarad. O Decreto-Lei de 2015, visando restituir a nacionalidade aos descendentes de judeus sefarditas de origem portuguesa cita os seus principais destinos, como a Bacia Mediterrânica, o Médio Oriente e o Norte da Europa, e a sua dispersão, a partir daí. Houve, porém, outros judeus sefarditas que chegaram mais longe, procurando lugares onde beneficiavam de apoio de grandes comunidades judaicas, onde tinham parentes afastados e onde pensavam ser mais fácil exercerem as suas profissões. Viveram em terras onde as comunidades predominantes eram asquenazim. Em alguns casos, quando o seu número o justificava, eles formavam as suas próprias sinagogas, que não subsistiam muitos anos, dependendo das deslocações frequentes dos seus membros; quase sempre acabavam por se integrar nas comunidades predominantes, forçados a adaptar-se aos seus usos e costumes, e aos seus dialetos.

De acordo com os critérios da CIP/CJP, fixados em 2015, para além dos judeus de comunidades sefarditas de origem portuguesa, *"Portuguese nationality may be granted to descendants of Portuguese Sephardic Jews (...) to all those descendants of Portuguese Sephardic Jews who after leaving Portugal, due to religious persecution, travelled far and wide, and who maintain an emotional connection to Portugal, even if, by virtue of circumstances, they have become part of other Jewish Communities, whether Sephardic or Ashkenazi, whether in an organized manner or not, and whether or not actively belonging to a community or a Synagogue"*.

A respeito dos judeus ashkenazitas em geral, diz Inácio Steinhardt no seu trabalho "Judeus Portugueses Esquecidos – Sefarditas em comunidades asquenazim", publicado online em março de 2017: *"Não podemos ignorar e esquecer essa parte importante da Diáspora Judaica Portuguesa, muito difícil de documentar, e cercear os seus direitos à nacionalidade ancestral. Para esses, os pareceres têm que atribuir maior peso às tradições familiares, quase sempre fidedignas, de uma origem ancestral ibérica, e aos pequenos detalhes dos rituais religiosos e da gastronomia, que se desvendam nos questionários, e que só os especialistas conseguem detetar."* Que critérios legais e de facto permitem essa certificação?

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
 Rua Guerra Junqueiro, 325
 4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000330

De acordo com os artigos 6.º n.º 7 da Lei da Nacionalidade e 24.º-A n.ºs 2, 3 c), 4 e 5 b) do Regulamento da Lei da Nacionalidade, são elementos objectivos comprovados de ligação a Portugal, entre outros, "os apelidos de família", "o idioma familiar" e "a memória familiar".

Relativamente à "memória familiar", não basta ao requerente invocar as memórias da família quanto a uma pertença a Sefarad. Isso todos alegam. Tem de existir um testemunho fortíssimo dessa pertença por parte do Grão Rabinato local, contanto que este tenha credibilidade haláchica no seio do mundo judaico e, o que é o mesmo, perante o Grão Rabinato de Israel e o Beit Din de Londres. É o que acontece com o Grão Rabinato da Rússia, que para além da sua probidade tem uma obra gigantesca já realizada, quer em termos de vida judaica (sinagogas, kolelin, restaurantes kosher, escolas, etc.) quer em termos de cultura judaica (cinemas, museus, editoras, etc.).

Para além de ter de exibir à CIP/CJP a sua cabal identificação, morada e árvore genealógica, o requerente deve fazer-se acompanhar de um certificado do Chefe Rabino da Rússia, Berel Lazar, ou do rabino Alexander Boroda, n.º 2 do Rabinato Russo e Presidente da Federação das comunidades judaicas da Rússia, homem da religião e da cultura, que trabalha com aquele Chefe-Rabino.

Trata-se, num caso ou noutro, de uma certificação tão confiável como a do Chefe Rabino Isak Haleva, da Turquia, devendo o certificado conter a afirmação de que o certificando é judeu, de que é descendente das comunidades sefarditas de Portugal e Espanha que foram expulsas no século XV e de que no seu estilo de vida estão enraizados costumes e usos típicos da cultura sefardita, bem como uma referência a testemunhos de confiança, a assinatura, a data e o local.

Dos pouquíssimos judeus russos que, até hoje, obtiveram um certificado de sefardismo por parte da CIP/CJP, o mais famoso é o empresário Roman Abramovitch que, em 16 de julho de 2020, pessoalmente, solicitou um certificado de sefardismo à CIP/CJP, juntando os legais documentos de suporte, entre os quais um documento válido, emitido pelo Rabino Alexander Boroda, afirmando que ele é judeu descendente da comunidade sefardita portuguesa.

O rabinato do Porto aprovou o caso com base no conjunto da documentação e do estudo do caso particular. Existiu uma verificação prévia, por parte do Estado de Israel (que atestou o facto de o candidato ser judeu e dele fez cidadão israelita). Existiu outra verificação por parte do Rabino e Presidente da Federação das Comunidades Judaicas da Rússia (que atestou o judaísmo e o sefardismo português do candidato, inclusivamente aos nível dos rituais, do estilo de vida, das tradições e dos costumes alimentares). E sempre seria de levar em conta que o certificando é um dos bilionários mais relevantes na Europa e no mundo, com fortuna pessoal para comprar muitos "vistos gold", pelo que não é realmente suposto, a título algum, ter qualquer interesse material em se tornar nacional de um país pequeno à beira da bancarrota.

[Os 10 pontos que a CIP/CJP plasmou na página oficial, para o mundo ver:](#)

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 325
4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982



000331

ATAS

Folha 26

Preliminary notes:

- In 2013/2015 legislation was enacted restoring Sephardim's right to Portuguese nationality without them having to live in Portugal or to speak Portuguese, and applicants need a certificate of Sephardism, which can be obtained through the Portuguese Jewish communities (Article 24 number 3 c) or the communities of origin of the applicants abroad (Article 24 number 5);
- In its contacts with the Portuguese Government (in September 2019 and June 2020) and Parliament (in March and May 2020) the Jewish Community of Oporto has always been in favour of the requirement that Sephardic applicants have a connection in the present to Portugal that is in the spirit of the 2013/2015 law and can combat the abusive advertising that is practised in Israel;
- The sovereignty of the Portuguese State which can end or change this law and any other law at any time is not in question, but a group of agents of the State and some puppets promoting antisemitism in all its forms is unacceptable;
- There is no intention to accuse specific people for the climate of antisemitism that was experienced in Portugal and that will certainly have harmful effects in the future, but the procedure to improve the law could and should have been implemented without jeopardizing the image and security of Sephardic Jews and the Portuguese Jewish communities;

In light of the above, the Board of Directors and Rabbinate of the Jewish Community of Oporto, after consulting B'nai B'rith International, summarize in the following points the situation that occurred in Portugal between April and July 2020.

1. The outbreak of the pandemic and mandatory isolation in Portugal were seized on by a group of antisemites in an attempt to destroy the 2013/2015 legislation restoring Sephardim's right to Portuguese nationality. The attempt to impose a two-year residence period in Portugal before the nationality application (later replaced by a current connection to Portugal) did not come from the far-right or the far-left, but from the political centre.

The draft alteration to the law contained a transition period until January 2022; proof that the law was not a source of any problems. There had not been a single suspicious case.

Then the small group of antisemites started a significant smear campaign. Sephardic Jews in general and Portuguese Jewish communities were humiliated by the antisemites who joined forces and used all possible means.

A short summary:

- antisemitic stereotypes (such as "material interests", "business" and "money"),

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
 Rua Guerra Junqueiro, 325
 4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982



000332

Folha 27

- ATAS*
- antisemitic sentences (like "the applicants only want passports of convenience", that is, they are second-rate Portuguese),
 - antisemitic exaggerations (like "there are tens of millions of candidates"),
 - antisemitic comments (such as "Sephardic applicants have children and spouses" and "Sephardic Jews are born every minute"),
 - antisemitic feeling against Israel (manufacturing a scandal with the number of applicants from the largest Sephardic community in the world, and condemning abusive advertising only in Israel, not other countries),
 - antisemitic slanders without any evidence ("to obtain citizenship the applicants only need to pay thousands of euros to genealogists, lawyers and Portuguese Jewish communities"),
 - antisemitic falsifications (clipping phrases from official websites of the communities out of context in order to distort their meaning),
 - antisemitic lies (falsely saying that the law necessarily requires applicants to have a Portuguese name or to speak Ladino),
 - antisemitic omissions (not presenting one simple example of a convenience passport and omitting any positive effect of the law, which include the investments in Portugal by Sephardic Jews and the growth of Portuguese Jewish communities), and
 - other antisemitic behaviour during a pandemic, such as historical revisionism, spreading hate in the sewers of social media and attempts to use journalist friends, media agents, columnists, professional slanderers and mediocre men who do nothing to dignify others to manufacture scandals against the Portuguese Jewish communities.

All of these facts are objective, there are written or recorded records of them.

Dr. Joshua Ruah, of the Jewish community of Lisbon, said this was a case of "pure religious antisemitism", a "reliving of the 'Invasion of the Jews'" (a 1924 anti-Semitic book). In turn, Chief Rabbi Daniel Litvak of the Jewish Community of Oporto said that "Israel is the main target". The fact that the majority of the applications came from Israel (made by Jewish families expelled from Arab and Muslim countries in the twentieth century) sounded the alarm. These people were unwanted. Thousands of Jews, of Israelis and, worse still, of Israeli Jews.

2. In an attempt to mobilise the Portuguese people against Sephardic Jews, the antisemites brandished arguments like "convenience passports" (with no specific example given), "deals for genealogists and lawyers" (who are freelance professionals independent of the Jewish communities), "abusive advertising in Israel" (also carried out in Goa, Brazil and other countries) and "tens of millions of candidates" (fully aware that the Iberian Sephardic diaspora comprises less than 2 million people, possibly one-fifth of whom may come to apply for Portuguese nationality).

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
 Rua Guerra Junqueiro, 325
 4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000333

3. *To demonstrate their complete indifference to the positive effects of the law, those intending to destroy it never devoted a single word to the billions of Euros invested in the Portuguese economy by Sephardic Jews, to the huge surge in the Portuguese Jewish community and to the new solidarity networks, prayer rooms, restaurants, as well as Jewish centres and museums in Portugal, in addition to ecumenical projects, historical films and an extraordinary rise in Israeli tourism.*

The Jewish Community of Oporto asked Parliament to hear, in writing, the 16750 new Portuguese who have benefited from the so-called Sephardic Law in the last five years.

4. *In an attempt to create a conflict or an atmosphere of tension between Jews and Muslims, the people behind this endeavour to destroy the law began to wave the banner of Muslim discrimination. This is doubly antisemitic for, like the Sephardim, Muslims of Portuguese origin can apply for Portuguese nationality. This level of distortion of the truth plainly shows the antisemitic state of mind behind it all.*

As a leader of the Portuguese Jewish community wrote, "all possible means were used!"

5. *In an attempt to discredit the commissions of the Jewish communities of Lisbon and Oporto (invited by the State to certify candidates' Sephardic heritage, given their knowledge of the Jewish world) the people who never devoted a word to the billions of Euros invested in Portugal by Sephardic Jews began to use the "money" stereotype against the community fees charged to analyse the applications which are intended to promote Jewish religion, Jewish life, Jewish culture and to help brothers and sisters of faith, in partnership with the largest Jewish organizations in the world. Fees from the Jewish world to the Jewish world, this was the "business" that antisemites were talking about for months!*

A highly regarded representative of Lisbon community's committee was accused on a television programme of not being impartial as she was Jewish; in turn, the commission of the Oporto community, headed by the Oporto Rabbinate, was accused of using Halacha (the Jewish law) to verify if candidates were Jewish. It was as if the Jews could not be certified by a law dedicated to Sephardic Jews, but only Christians, Muslims, Buddhists, etc. The applicant for Portuguese nationality must be Jewish in accordance with Halacha or have at least one Jewish parent, without which it is not possible to claim a traditional connection with the Portuguese Sephardic Community ("tradio de pertença").

The antisemites also said that applicants were obliged to have a Portuguese name or speak Ladino, a falsehood consistent with antisemites, trying to corrupt journalists to repeat the falsehood, disdaining the commissions, showing no interest in visiting their archives, and not citing even one example of a wrongly-issued Certificate of Sephardic Heritage.

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
 Rua Guerra Junqueiro, 325
 4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982


 000334

No one wanted to know how almost 200 thousand people were certified in Spain in under four years, they were more interested in knowing how the two Portuguese communities were able to certify one-third of that number over a much longer period of time.

6. In an attempt to set the Lisbon and Oporto communities against each other, the people behind this endeavour to destroy the law started saying that the former accused the latter of not being "lay", that is, it only certified Jews so as not to lose its operability and not to be slowed down by complex cases of non-Jews. The Lisbon community never said any such thing. In March 2015 it was agreed between the Justice Ministry and the communities (there are written documents and correspondence on this matter) that the Jewish Community of Oporto would focus its activity on the cases of Jews descended from traditional families of the Sephardic communities (for instance, the Turkish Jews of the Abibe, Haleva, Alcalay and Benveniste families and the Moroccan Jews of the Abitbol, Athias, Sebag and Zagury families) while the commission of the Lisbon community – on which sit several historians – would also accept for analysis the cases of non-Jews, a task that in addition to everything else involves time-consuming perusals of palaeographic transcriptions of Inquisition processes, lengthy genealogies and the verification of the status of being a "New Christian" (and not an "Old Christian") from the forebears of the candidates.

7. In an attempt to create a scandal about the different criteria and numbers presented by the two communities, the people behind this endeavour to destroy the law sent journalist friends to enter the synagogues in Oporto and Lisbon. They were not successful because in the meantime the Justice Minister explained in Parliament that the different criteria used by the two communities explained the different numbers presented by both, with full integrity. To provide just one small example: in 2018, the Civil Registry Office of Portugal had to reject a nationality application by a minister from one of the largest countries in the world. He was the son of a Jewish father (but not a Sephardi from Sepharad) and a Jewish mother (who had converted to Judaism and claimed to have Portuguese ancestry), but this reputable citizen was unable to obtain a certificate from either of the communities who both alleged its legal inadmissibility.

There was an attempt to use journalistic corruption to create fake news, but journalists in general behaved with dignity. They found such strong explanations from the communities that once, in order not to disappoint their antisemitic sources, they went so far as to decide not to publish or show the interview with the Chief Rabbi of Oporto, a Jewish religious authority who is familiar with the Jewish world and the Hebrew language. It was very disrespectful to the Chief Rabbi who was wasting time being interviewed just a few moments before a Sephardic wedding and on a Shabbat eve for an interview that would not even be broadcast. Antisemites hate Jewish culture.

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
 Rua Guerra Junqueiro, 325
 4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982

000335

ATAS

Folha 30

8. To take advantage of the illegal advertising practised in Israel, the people behind this endeavour to destroy the law tried to link said advertising to the Portuguese Jewish communities. Again, the methods used were appalling.

Three years ago, the Jewish Community of Oporto hired Leon Amiras, an Israeli lawyer, to try to set advertising guidelines for operators and lawyers, forbidding anything that might discredit Portugal's name and its flag, and reducing permissible advertising to an explanation of the steps in the law and the rights of Portuguese citizens.

The fact is that Portuguese diplomacy never did a thing to stop the abusive advertising. Was the move of the Oporto community praised? On the contrary. The antisemites used the name and the image of the lawyer as if he himself were an agent of illegal advertising in Israel, in the pay of the Oporto community. Total bad faith.

The antisemites were always condemning abusive advertising for Jews in Israel, not for non-Jews in other countries such as India and Brazil.

9. To create a favourable environment for the imposition of a final deadline in the law, those wishing its destruction attempted to reduce it to a symbolic act of the past, a historic reparation. However, the preamble to Executive Act 30-A/2015, has a vision of the future and foresees "the exercise of the right of return of the descendants of Sephardic Jews of Portuguese origin who wish to do so", explaining that the communities expelled from Sepharad settled "in some regions of the Mediterranean (Gibraltar, Morocco, Southern France, Italy, Croatia, Greece, Turkey, Syria, Lebanon, Israel, Jordan, Egypt, Libya, Tunisia and Algeria), northern Europe (London, Nantes, Paris, Antwerp, Brussels, Rotterdam and Amsterdam), Brazil, Antilles and the US, among others", with particular emphasis on the Megorashim who founded the modern Jewish Community of Lisbon: "Descendants of Sephardic Jews who had taken refuge in Morocco and Gibraltar returned to Portugal in the early nineteenth century".

In 2019, President Marcelo Rebelo de Sousa visited the Oporto synagogue before two hundred members of the Jewish Community, commemorating, he said "historic relations, the past, but also the present and the future."

10. The actions of the small group of antisemites will go down in history and have nothing to do with the Portuguese people, as not even the skinheads were seduced by such broad antisemitism. Antisemites tried to mobilize Portuguese society against Jews, reduced the effects of the law to passports of convenience, made Sephardic Jews into second-class citizens, linked Portuguese Jewish communities to alleged business with Portuguese nationality, etc. The one thing the antisemites forgot to do was to get some friendly police to start an investigation based on anonymous reports from themselves, or another similar action, a Dreyfus case.

An international human rights organization is creating a base in Portugal so that what happened in recent months will never happen again without consequences for

Comunidade Israelita do Porto/Comunidade Judaica do Porto
Rua Guerra Junqueiro, 325
4150-389 Porto C.A.E.: 94910 N.I.F.: 592000982


000336

antisemites. For being antisemitic, the antisemites will pay a price (professional and international), regardless of whether they are deputies, editorialists, corrupt journalists or simple mediocre men and gossipers.

ATAS

Folha 31

What happened in Portugal would never have happened in France, the United States or Canada. The latter, falsely accused in Parliament of being "concerned" with the passports of the Portuguese Sephardim, has established cooperation protocols with local Jewish communities to collaborate on Jewish immigration and reception.

Andrew Srulevitch, head of the Anti-Defamation League in European territories, visited Oporto a year ago and wrote that Portugal was possibly the best refuge for Jews in Europe. Many things have happened since then. The indiscreet return of many Jews, particularly from Israel, gave rise to the emergence of State antisemites who, 500 years later, have recreated a Jewish question in Portuguese society. The targets were Sephardic Jews of Portuguese genetic and cultural heritage, as well as the Portuguese Jewish communities.

Despite the attacks, the Portuguese Jewish communities never raised the alarm in international Jewish institutions that have a unique understanding of the European battleground and are connected with the UN, EU, UNESCO, UNHCR. They wished always to protect Portugal's good name and were defended by renowned personalities of Portuguese society, the hierarchy of the Catholic Church and less visibly, by the Prime Minister and the President of the Republic, both of whom consider that the Sephardim are not only Portuguese but Portuguese of national interest.

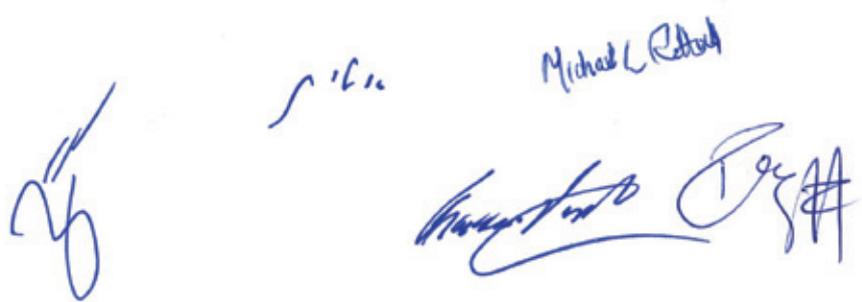
Supported by philanthropic Jewish families and having its own financial resources, the Oporto Jewish Community and Oporto Rabbinate are not there to please everyone but to support the development of Jewish life, disseminate Jewish culture and history, and promote a better, fairer and more equitable world.

Antisemitism and antisemitic groups will from now on be dealt with by B'nai B'rith International.

*Board of Directors and Oporto Rabbinate,
Elul, 5780*

III

Como nada mais havia a tratar, deram-se por concluídos os trabalhos desta reunião pelas 22h30, de que, para constar, se lavrou a presente acta, que, após redigida, lida e aprovada, irá ser assinada por todos os participantes.



Anti Defamation League destaca importância dos Museus da Comunidade (2021)

VII

Jonathan Greenblatt
CEO e Diretor Nacional

3 de março de 2021

Sr. Dias Ben Zion

Presidente

Comunidade Judaica do Porto

R. de Guerra Junqueiro 340 Porto

Caro Sr. Ben Zion,

Queira aceitar os nossos parabéns pela inauguração do novo Museu Judaico e do novo Museu do Holocausto no Porto. Desejamos-lhe muito sucesso nas missões de ambos os museus.

Ter um museu judaico proporcionará aos visitantes mais conhecimento sobre a nossa religião, costumes, cultura e história. O nosso povo tem muito do que se orgulhar. Estou confiante de que vosso novo museu aumentará o respeito e a admiração de muitos pelo povo judeu.

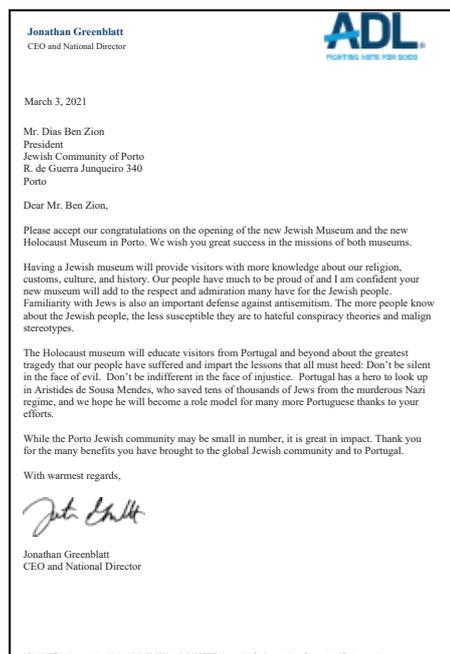
A familiaridade com os judeus também é uma defesa importante contra o antissemitismo. Quanto mais as pessoas souberem sobre o povo judeu, menos suscetíveis serão de ser capturadas por odiosas teorias da conspiração e estereótipos malignos.

O Museu do Holocausto vai educar os visitantes de Portugal e de outros países sobre a maior tragédia que o nosso povo sofreu e transmitir as lições que todos devem ter em conta: "Não se cale perante o mal. Não seja indiferente diante da injustiça." Portugal tem um herói para admirar, Aristides de Sousa Mendes, que salvou dezenas de milhares de judeus do regime nazista assassino e esperamos que ele se torne um modelo para muitos outros portugueses graças ao seu esforços.

Embora a comunidade judaica do Porto seja pequena em número, é grande em impacto. Obrigado pelos muitos benefícios que trouxe à comunidade judaica global e a Portugal.

Com calorosas saudações,

Jonathan Greenblatt
CEO e Diretor Nacional



Carta da European Jewish Association ao Presidente da República (2022)

(Tradução do inglês)



Prof. Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República Portuguesa
Lisboa, Portugal.

Bruxelas, 3 de fevereiro de 2022

Prezado Senhor Presidente,

Como organização judaica líder na Europa na luta contra o antissemitismo, a nossa tarefa é monitorar, avaliar e relatar incidentes antissemitas em todo o continente.

Também é nosso dever e função alertar os Chefes de Estado e os principais tomadores de decisão quando o discurso e o debate nos seus países começam a desviar-se fortemente numa direção antissemita.

É neste contexto que lhe escrevo. Estamos cada vez mais atentos às reportagens da mídia em Portugal em relação à concessão da cidadania portuguesa ao povo judeu sob a Lei do Retorno. Alguns dos comentários e ações tomadas são de preocupação crescente.

Antes de mais, permita-me que diga que louvamos e aplaudimos o Estado e o Povo portugueses por terem assumido uma postura tão progressista no enfrentamento de factos históricos passados e na reparação da perseguição histórica aos judeus.

Num tempo em que o anti-semitismo e a negação do Holocausto estão a aumentar em todo o mundo, com a referida lei, Portugal demonstrou uma tão confiável liderança que deve mesmo servir de inspiração na forma como os países devem enfrentar o passado e contribuir activamente para um futuro mais tolerante.

É, pois, com pesar, e à luz do papel positivo que Portugal desenvolveu nesta área, que sigo alguns debates e comentários sobre a lei da nacionalidade nas últimas semanas, em particular no que diz respeito a Roman Abramovich, uma figura de destaque e, portanto, um ponto focal nesta comunicação.

É patente que **um pequeno número de formadores de opinião tem usado a cidadania de Abramovich para lançar uma sombra sobre a comunidade judaica, tanto questionando a sua integridade quanto explorando graves tropos antissemitas. Observamos comentários referindo-se à comunidade judaica como uma “máfia do passaporte” e afirmando que a mesma está vendendo passaportes “para quem estiver disposto a pagar por isso”.**

Esses comentários são inaceitáveis e não deveriam ter lugar na nossa sociedade hoje. **Eles jogam com os instintos mais básicos dos antissemitas e simplesmente**



reaquecem para um público moderno o velho tropo do judeu sem princípios e apenas “faminto por dinheiro”.

Considerando que essas declarações foram amplamente divulgadas em vários meios de comunicação, alertamos você que **a mídia portuguesa está a permitir que as suas plataformas sejam usadas para a distribuição e repetição de insultos antissemitas.**

Notamos também que têm contribuído para este debate líderes de opinião portugueses que já estiveram envolvidos em incidentes antissemitas de alto nível. Escusado será dizer que indivíduos com um viés conhecido de antissemitismo, que fizeram comentários antissemitas no passado, não deveriam ter nenhum papel no debate e muito menos em actuar como especialistas em assuntos relacionados com a comunidade judaica.

Não temos conhecimento dos detalhes do inquérito iniciado pelas autoridades portuguesas; no entanto, instamos as autoridades a tomar decisões com base em factos e apenas em factos. **A decisão das autoridades portuguesas deve ser avessa à calúnia e resistir àqueles cujo objetivo é minar e talvez mesmo derrubar a Lei do Retorno.** Exortamos você a permanecer firme diante desse crescente coro daqueles que procuram promover a desconfiança generalizada em relação à comunidade judaica e aos seus líderes religiosos.

Esperamos que, daqui para frente, este debate seja baseado em fatos e não deixe espaço para insultos antissemitas, nem para a amplificação de vozes antissemitas, cujos perigos não preciso sublinhar.

Com os melhores cumprimentos,


Rabbi Menachem Margolin
Fundador e Presidente

Carta da Agência Judaica Mundial (2022)

Jerusalém,
26, Adar II, 5782
29 de março de 2022

Prezado Sr. Rosenberg,

Fomos informados de que sua comunidade nomeou a Agência Judaica como o beneficiário dos bens da sua comunidade caso ela deixe de existir.

Estamos honrados que a comunidade tenha escolhido a Agência Judaica para Israel para este propósito. Agradecemos imensamente o seu reconhecimento à posição especial da Agência Judaica para Israel como a maior organização judaica sem fins lucrativos, além de ser a organização que representa a mais ampla gama das diferentes partes do povo judeu, no entanto, mesmo assim, estamos tocados pelo passo concreto que você deu, que traduz isso em realidade.

Desejamos a você e sua comunidade muito sucesso no futuro e esperamos sinceramente que o procedimento que você formalizou só será concretizado caso toda a comunidade faça Aliyah, por opção.

Atentamente,

Yaakov Hagoel, Presidente interino da Agência Judaica para Israel

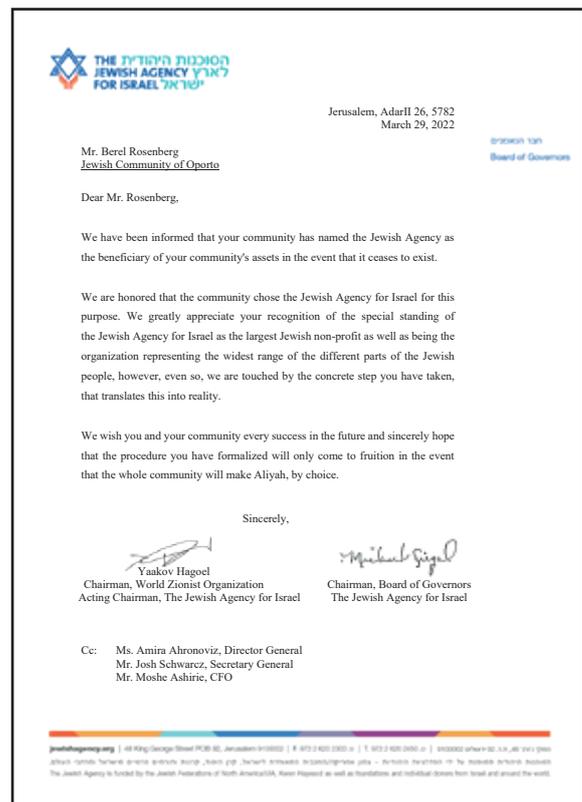
Michael Siegal, Presidente do Conselho de Governadores da Agência Judaica para Israel

Cc.:

Ms. Amira Ahronoviz, Diretora Geral

Mr. Josh Schwarcz, Secretária Geral

Mr. Moshe Ashirie, CFO





Em homenagem ao líder da comunidade judaica em Portugal

Sr. David Ariel

Saudações,

Fortalecendo e expressando apoio devido aos dias difíceis que estão acontecendo na comunidade e oferecendo ajuda, venho nestas linhas fortalecer suas mãos diante da onda de antissemitismo e do ataque contra você por elementos da administração de Portugal.

Por conhecê-lo pessoalmente, sei que todas as suas ações foram conduzidas da maneira mais legal e honesta, em benefício do Estado de Portugal.

Devo mencionar que entrei em contato com o Embaixador de Israel na ONU, Sr. Gilad Ardan, que intervirá imediatamente e se dirigirá ao Secretário-Geral, ex-primeiro-ministro de Portugal.

Além disso, pedi à Ministra do Interior israelense, Sra. Ayelet Shaked, que pare de conceder a cidadania de Israel a jogadores portugueses até que o princípio da reciprocidade volte e deixem de assediar a comunidade judaica e deem aos cidadãos de Israel uma oportunidade pela cidadania.

Isso foi publicado em Israel.



De Brooklyn ao Porto

Por Marilyn Flitterman, associada mais velha da CIP/CJP

Nasci em Brooklyn, mas os meus pais, na sua sabedoria, decidiram, pouco depois, mudar-se para Borough of Queens e compraram uma casa na pequena cidade de Laurelton, na costa sul de Long Island. Queens, um dos cinco bairros da cidade de Nova York, tomou esse nome em 1683, em homenagem à então rainha da Inglaterra, Catarina de Bragança, consorte do rei Carlos II. Quem diria que, anos mais tarde, esta ligação ténue que eu tinha a Portugal se transformaria numa vida a tempo inteiro?

Crescer em Laurelton nas décadas de 1930 e 1940 foi idílico. Havia famílias de muitas nacionalidades morando na minha rua. Os meus amiguinhos eram irlandeses, italianos, noruegueses e também judeus. Havia uma Sinagoga do movimento da Reforma a uma curta distância de nossa casa, tal como a minha escola primária, chamada de Laurelton Jewish Center. A minha mãe levava-me a mim e ao meu irmão a assistir aos cultos nos Grandes Dias Sagrados. O meu irmão fez o seu Bar Mitzvah naquela Sinagoga.

As amigas da minha mãe em Laurelton eram todas judias. Reuniam-se uma vez por semana para jogar bridge ou Mah Jong. A minha mãe também era muito ativa nos assuntos judaicos. Viajou para Israel muitas vezes e serviu por muitos anos como presidente local da Hadassah.

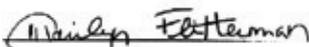
A minha mãe morou naquela cidade pelo resto de seus dias. Eu permaneci lá até me formar na Universidade – Barnard College, parte da Universidade de Colúmbia. Eu amava tanto Nova York que queria ficar lá o máximo de tempo que pudesse.

O meu falecido marido, Harry Flitterman, nos anos 70, tinha interesses comerciais em Portugal e também na Índia. Perguntou-me em qual dos dois lugares eu preferiria morar. A resposta, claro, foi Portugal. Ele então viajou para território português para encontrar uma casa para nós. Esperei o seu regresso com as crianças, em Nova York. Em Junho de 1970, todos chegamos ao Porto. Fixamo-nos na Praia da Granja.

Em Portugal ficamos encantados por ter encontrado não só uma casa grande e bonita, mas também uma enorme e bela Sinagoga no Porto. Era uma sinagoga triste, sempre quase vazia, descontando a presença da nossa família e poucas outras.

Nada mudou muito para a Sinagoga nos trinta a quarenta anos seguintes – até que um dia alguém apareceu para dar nova vida à velha e vazia Sinagoga. A congregação cresceu e cresceu. O seu nome: David Ariel. Hoje sinto-me feliz por ver que a Sinagoga, finalmente, mais do que cumpriu o seu destino.

Porto, 3 de janeiro de 2022


**From Brooklyn to Porto**

By Marilyn Flitterman, the oldest member of the Oporto Jewish Community

I was born in Brooklyn, but my parents, in their wisdom, decided, shortly thereafter, to move to the new frontier, the Borough of Queens, and bought a house in a little town called Laurelton on the South Shore of Long Island. Queens, one of the five Boroughs of New York City, was named Queens in 1683, in honor of the then Queen of England, Catherine of Braganza, consort of King Charles II.

Who would have thought that years later, this slim Portuguese connection would turn into a full-time life?

Growing up in Laurelton in the 1930s and 1940s was idyllic. There were families of many nationalities living on my street and my little friends were Irish, Italian, Norwegian as well as Jewish. There was a Reform Synagogue, walking distance from our house, (as was my Elementary School) called the

Laurelton Jewish Center, and my mother would take my brother and me there to attend services on the High Holy Days and my brother had his Bar Mitzvah there. My mother lived in that house for the rest of her days, and I did, too, until I graduated from University – Barnard College, part of Columbia University. I loved New York so much that I wanted to stay there for as long as I could.

My mother's friends in Laurelton were all Jewish ladies and they would get together once a week to play Bridge or Mah Jong. My mother was also very active in Jewish affairs, traveled to Israel many times and

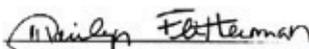
served for many years as the President of the local Hadassah chapter.

Fast forward to 1970. My late husband, Harry Flitterman, at that time, had business interests in Portugal, and also in India. He asked me in which of the two places I would prefer to live. The answer, of course, was Portugal. He then went to Portugal to find a house for us. The children and I stayed in New York until he did. In June 1970, the children and I arrived in Porto and we all took up residence in Praia da Granja.

There we were delighted to have found not only a big beautiful house but also a big, beautiful Synagogue in Porto, but sad to see that it was always almost empty, with only a few families ever being there with us.

Nothing changed very much for the Synagogue for the next thirty to forty years – until one day someone came along to breathe new life into the old, empty Synagogue. His name: David Ariel. The congregation grew, and grew, and now it makes me happy to see that the Synagogue has finally more than fulfilled its destiny.

Oporto, January 2, 2022




Resposta da Comunidade ao Parlamento, em 22 de junho de 2022, após um pedido de parecer sobre uma proposta do Partido Comunista que desejava abater, em teoria, a lei que o regulamento do Partido Socialista já eliminara na prática.

“1. São do domínio público o entendimento e os critérios seguidos pela Comunidade Judaica do Porto durante sete anos.

<https://observador.pt/opiniao/criterios-de-certificacao-de-sefardismo-da-comunidade-judaica-do-porto-durante-sete-anos/>

2. A chamada legislação dos sefarditas, publicada em 2013 e 2015, destinava-se, conforme a vontade dos legisladores de então, a religar Portugal com a diáspora sefardita originária de Sefarad. Mais de 1 milhão de pessoas poderiam beneficiar desse direito, contando apenas as famílias tradicionais das comunidades sefarditas do norte da África e do antigo Império Otomano. Passaram sete anos. Cerca de 10% daquele número solicitou a nacionalidade e cerca de 5% obteve-a.

3. Em 2020, foi desencadeada uma campanha de difamação contra aquela legislação por parte de agentes do Estado. “Os candidatos só querem passaportes de conveniência”, “são dezenas de milhões de candidatos”, “Os requerentes sefarditas têm filhos e cônjuges”, “para obter a cidadania os requerentes só precisam de pagar milhares de Euros a genealogistas, advogados e às comunidades judaicas portuguesas” e outras acusações similares. Ao mesmo tempo, foi deliberadamente silenciado o crescimento numérico de 1000% da comunidade judaica portuguesa e a obra que a Comunidade Judaica do Porto produziu ao longo dos anos: a construção de centros para jovens judeus, de restaurantes, lojas e estabelecimentos *kosher*, do cemitério judaico, do maior Chabad Center da Europa, do Museu do Holocausto, do Museu Judaico do Porto, do Cinema Judaico do Porto, a produção de três longas metragens premiadas internacionalmente (“Sefarad”, “1618” e “A Luz de Judá”), o tratamento dos processos inquisitoriais em perigo de apodrecimento na Torre do Tombo, a elaboração da maior biblioteca judaica de Portugal e Espanha, o combate ao antissemitismo e as muitas doações para pobres, doentes, idosos, hospitais, bem como para kolelin e sinagogas de todo o mundo, para refeições de *Shabbat* em comunidades judaicas de 14 países, para mikvaot centers, escolas e cemitérios em Jerusalém, Ashdod, Moscovo e Bangkok, para Bancos Alimentares de países vários, para acudir a catástrofes em África e na Ásia, para todos os projectos da Keren Hayesod em Israel, para as acções sociais da Diocese do Porto e para a iniciativa mundial Mukhayriq, que visa juntar novamente judeus e muçulmanos hoje tão distantes devido a incompreensões mútuas.

4. Em dezembro de 2021 aquele grupo de agentes do Estado voltou à carga, recolheu denúncias anónimas da ralé da sociedade, reduziu a chamada lei dos sefarditas aos emolumentos cobrados pela Comunidade Judaica do Porto, difundiu que os dirigentes desta desviavam dinheiro da organização, . envolveu-os em “suspeitas” de corrupção e criou um clima de terror e de notícias desfavoráveis através de meia dúzia de jornalistas previamente escolhidos e de influencers com lastro antisemita. Semana após semana, assistiu-se ao sacrifício de famílias inteiras expostas nos jornais e arrastadas pelos cabelos para as televisões, com base em denúncias anónimas. Ninguém escapou a esse tipo de “purificação” ao estilo da Inquisição, desde os líderes religiosos e seculares – rabinos, presidentes, ex-presidentes, vice-presidentes, tesoureiros, vogais, secretários – ao museólogo e ao porteiro.

4. Em dezembro de 2021 aquele grupo de agentes do Estado voltou à carga, recolheu denúncias anónimas da ralé da sociedade, reduziu a chamada lei dos sefarditas aos emolumentos cobrados pela Comunidade Judaica do Porto, difundiu que os dirigentes desta desviavam dinheiro da organização, envolveu-os em “suspeitas” de corrupção e criou um clima de terror e de notícias desfavoráveis através de meia dúzia de jornalistas previamente escolhidos e de influencers com lastro antissemita. Semana após semana, assistiu-se ao sacrifício de famílias inteiras expostas nos jornais e arrastadas pelos cabelos para as televisões, com base em denúncias anónimas. Ninguém escapou a esse tipo de “purificação” ao estilo da Inquisição, desde os líderes religiosos e seculares – rabinos, presidentes, ex-presidentes, vice-presidentes, tesoureiros, vogais, secretários – ao museólogo e ao porteiro.

5. De facto, com vista à tentativa de destruição da Comunidade Judaica do Porto, os agentes de Estado que tudo organizaram com aqueles jornalistas, influencers, caluniadores e, finalmente, magistrados e polícias, utilizaram em seu proveito denúncias que sabiam ser caluniosas e que sabiam ter sido perpetradas por “anónimos” cuja identidade eles conheciam, desde logo um condenado em tribunal por defender que os não-judeus são “merda”, que os não-judeus são pessoas “sem qualidade humana”, que os não-judeus são pessoas “sem valor”, que os não-judeus “causam repulsa”, que os não-judeus são “desprezíveis”, que os não-judeus são “nojentos”, que os não-judeus são “pessoas porcas”, que os não-judeus são “pessoas sujas” e outras. (O Tribunal Criminal do Porto, no Processo 10444/16.0T9PRT, considerou que o caluniador ali julgado, por força da sua conduta, actuou de modo altamente difamatório e insultuoso!)

6. A polícia invadiu a sinagoga Kadoorie como se fosse um prostíbulo e foi a correr para a casa da Vice-Presidente, neta do Capitão Barros Basto, fundador da Comunidade Judaica do Porto, à procura de malas cheias de dinheiro. A Vice-Presidente, cuja vida tem sido dedicada a reabilitar o seu avô (Capitão Barros Basto, outrora alvo do Estado Novo, que tirou proveito de denúncias anónimas, em 1934 e 1936, para o destruir, a ele e à Comunidade), foi também ela vítima de denúncias anónimas idênticas, ao ponto de ver a sua vida brutalizada como jamais pensou ser possível. Às 8h30 do dia 11 de março de 2022, aquela distinta economista, septuagenária, doente por força de um grave acidente, teve de fugir para a casa de banho quando viu a sua casa invadida por mais de dez pessoas, que veio depois a apurar serem polícias, que procuravam malas de dinheiro, bem como facturas falsas do seu marido. Uma vergonha.

7. As teorias da conspiração também fizeram a sua aparição, o que é normal quanto o tema é judeus. Nas cartas anónimas que agentes do Estado português disseminaram pelas redacções dos jornais, o membro da direcção responsável pelos assuntos jurídicos foi acusado de ter feito a legislação da nacionalidade dos sefarditas (que o parlamento e o governo unanimemente aprovaram em 2013 e 2015) para traficar passaportes e roubar os emolumentos pagos pelos requerentes. Foi o alvo mais odiado, o nome mais repetido nas denúncias, porque durante mais de uma década comandou os processos de reabilitação do capitão Barros Basto, da sinagoga Kadoorie e da própria Comunidade, sem nunca desempenhar um lugar de representação institucional, sem nunca receber um visitante ilustre, sem nunca dar uma entrevista, sem nunca fazer um discurso à congregação. Como escreveu a senhora mais idosa da CIP/CJP, aos 94 anos, “Nothing changed very much for the Synagogue for the next thirty to forty years — until one day someone came along to breathe new life into the old, empty Synagogue. The congregation grew, and grew, and now it makes me happy to see that the Synagogue has finally more than fulfilled its destiny.”

8. O Rabino-Chefe da Comunidade Judaica do Porto, a pessoa mais preparada em Portugal para emitir certificados de sefardismo, rigoroso ao ponto de ter recusado certificar um candidato a Rabino-Chefe de Israel e um ministro do Brasil, entre muitas outras relevantes personalidades do mundo actual, foi detido, obrigado a permanecer em Portugal e humilhado em todo o

mundo, com base em graves falsidades, designadamente as seguintes: por ter certificado Patrick Drahi (que afinal fora certificado pela Comunidade Judaica de Lisboa, e bem), por ter certificado Roman Abramovich (que afinal fora certificado pelo Rabinato Russo, e bem), por exigir a “crença religiosa” dos requerentes (o que afinal ele nunca fez, pois ser judeu é uma genealogia matrilinear), por corromper conservatórias (quando afinal, que se saiba, ele nenhuma conhece), por desviar o dinheiro dos emolumentos pagos pelos sefarditas (o que é tecnicamente impossível na CIP/CJP), por branquear o dinheiro dos desvios que nunca aconteceram, e por suposta deslealdade intelectual por parte de Rabinos Chefes de países com comunidades judaicas muito fortes.

9. O Tribunal restituiu o Chefe Rabino à liberdade e não o impediu de continuar a emitir certificados de sefardismo. Porém, o Conselho de Administração da Comunidade judaica do Porto decidiu suspender completamente esta actividade, pois recusa-se a cooperar com um Estado que enceta uma acção antissemita e terrorista contra uma comunidade judaica organizada com base em denúncias anónimas inverosímeis perpetradas pela ralé da sociedade.

10. Por força destes factos e razões, a Comunidade perdeu qualquer interesse em cooperar com o Estado e, por ordem da Assembleia Geral, inaugurou uma nova sala no Museu Judaico do Porto. Centenas de alunos de escolas e turistas foram os primeiros a visitar a nova sala, que apresenta a cronologia do antissemitismo em Portugal entre 2015-2022 e uma explicação da génese do presente processo penal. Em breve haverá também uma vitrine bem iluminada contendo todas as denúncias que levaram a este processo e fotografias de todas as personagens que fizeram, divulgaram e aproveitaram tais denúncias com propósitos malignos.”

Carta do Presidente de Israel (2022)

O Presidente

Jerusalém, 29 de Novembro de 2022

COMUNIDADE ISRAELITA DO PORTO

Cara comunidade,

Fiquei agradecido por receber "A primeira grande conspiração antissemita no século XXI", um livro que narra um capítulo de considerável significado para a comunidade judaica do Porto.

A autoria e a partilha deste livro ilustram quão significativo é o apego à herança judaica para os membros da comunidade, bem como quão doloroso pode ser o sentimento de isolamento, diferença e vulnerabilidade para as comunidades judaicas em todo o mundo. Espero que dar voz às experiências detalhadas neste livro tenha ajudado a comunidade a passar por um processo de resolução e encerramento.

Não há dúvida de que o antissemitismo, de qualquer forma, é um fenómeno com o qual nenhuma sociedade justa pode aceitar e nós, no Estado de Israel, estamos totalmente comprometidos com a segurança e o bem-estar de nossos irmãos judeus em todo o mundo, bem como para uma realidade global em que o ódio e o preconceito não têm lugar.

Obrigado, uma vez mais, por compartilharem o vosso trabalho. Encorajo e espero um diálogo contínuo entre a comunidade judaica do Porto e o meu gabinete, como reflexo dos laços profundos que ligam o povo judeu de todo o mundo a Israel.

Com amáveis votos pessoais desde Jerusalém.

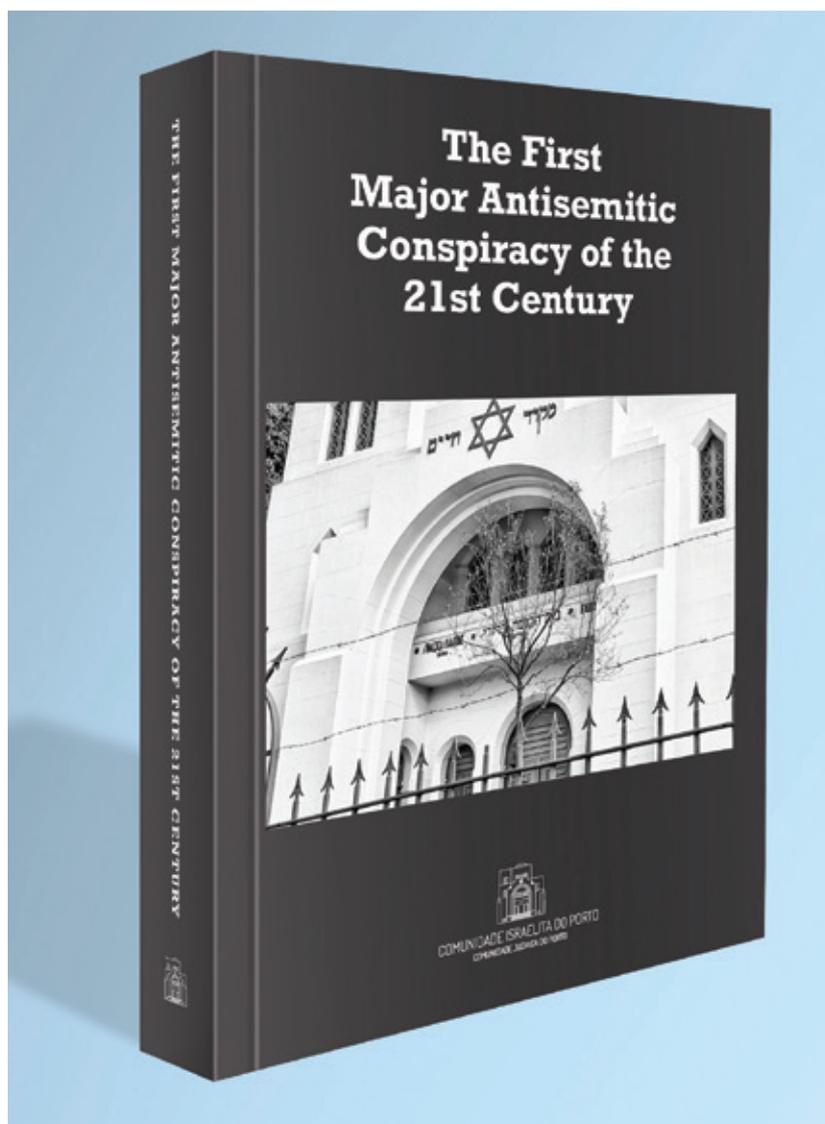
Com os melhores cumprimentos e Shalom,

Isaac Herzog

Presidente do Estado de Israel



Capa do livro-queixa que Comunidade dirigiu à Procuradoria Europeia (2022)



CONSULTA PÚBLICA

(Contribuição dos jovens estudantes judeus de Universidades do Porto)

Porto, 28 de Novembro de 2022.

Considerando que a Assembleia da República de Portugal lançou uma consulta pública sobre as Comemorações dos 50 anos do 25 Abril, da Democracia e da Constituição, e que todos podem dar ideias para o programa cujo tema geral é a Liberdade, nós, jovens estudantes judeus de Universidades do Porto, gostaríamos que fosse realizada, no edifício da Assembleia, uma exposição sobre a “Operação Porta Aberta”, devendo ser utilizados os seguintes textos:

1. O Estado de Direito promete que nunca mais vai proceder à detenção ilegal de um Rabino-Chefe e à invasão ilegal de uma Sinagoga, de um Museu Judaico e de residências de dirigentes comunitários num processo “sem fundamento factual” e “assente em nada”, nas palavras do Tribunal da Relação de Lisboa.
2. O Estado de Direito promete que nunca mais vai prender um Chefe-Rabino, fotografá-lo como se fosse um violador, tirar-lhe o Sidur, o talit e os tefilin necessários para o culto, metê-lo numa cela na companhia de um assassino, não permitir a entrada de comida *kosher*, mantê-lo sem comer durante 36 horas, obrigá-lo a violar o Shabat e forçá-lo a permanecer em Portugal e a caminhar vários quilómetros três vezes por semana para humilhantemente se apresentar num posto policial para provar que não fugiu, até que um dia, meio ano depois, o Tribunal da Relação de Lisboa veio afirmar que o processo estava “assente em nada”.
3. O Estado de Direito promete que nunca mais irá atacar a comunidade judaica mais forte de Portugal, como atacou, com grave corrupção de Estado, misturando os poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como jornalistas de confiança, personagens ridículas cujo único currículum é a calúnia, assaltantes nocturnos, pessoas com problemas de saúde mental e condenados por múltiplos crimes e actos de discriminação. (<https://firstmajorconspiracy.com/>)
4. O Estado de Direito promete que nunca mais vai cooperar com assaltantes nocturnos (que arrombaram portas de escritórios de advogados e de casas particulares para furtarem um servidor e computadores) cujo objectivo foi o de tentar incriminar pessoas e construir um processo criminal que está “assente em nada”, nas palavras do Tribunal da Relação de Lisboa.
5. O Estado de Direito promete que nunca mais vai cooperar com denunciante anónimo com passagens por hospitais psiquiátricos e condenados em tribunal criminal (pela prática de crimes de difamação, injúria, corrupção, ofensa à integridade física e comportamentos discriminatórios) para tentar incriminar pessoas e construir um processo criminal que está “assente em nada”, nas palavras do Tribunal da Relação de Lisboa.
6. O Estado de Direito promete que nunca mais vai apreender, para dar a ler a elites decadentes, os livros de actas de uma comunidade judaica organizada, com a escrita de uma década de vida religiosa, cultural, social e de relações internacionais, devolvendo-os findos sete meses com todas as folhas marcadas com os seis números outrora cravados nos braços dos judeus na Polónia (incluindo os pais e avós de actuais dirigentes da comunidade e de muitos dos seus históricos membros), tudo isto, repete-se, num processo que está “assente em nada”, nas palavras do Tribunal da Relação de Lisboa.

7. O Estado de Direito promete que nunca mais fará um comunicado exibicionista para o mundo, garantindo que estava a investigar uma pretensa “associação criminosa dedicada à falsificação e à corrupção, com envolvimento de funcionários das Conservatórias e com desvios de dinheiro que não era declarado às Finanças e que era branqueado”, tudo isto uma falsidade total, tudo isto “assente em nada”, nas palavras do Tribunal da Relação de Lisboa.

8. O Estado de Direito (que não sabe o que é um judeu, muito menos um judeu de origem sefardita ibérica) promete que nunca mais irá negar crédito a Rabinatos reconhecidos pelo Grão Rabinato de Israel e, ao mesmo tempo, aceitar alegremente os critérios da Inquisição (uma fábrica de judeus fictícios, que pela tortura obrigava cristãos-velhos e novos às mesmas confissões) e de não-judeus sem conhecimentos do mundo judaico, da cultura judaica, da religião judaica, do idioma hebraico, rigorosamente nada.

9. O Estado de Direito promete que nunca mais vai silenciar o extraordinário desenvolvimento da religião e da cultura judaicas que se operou na última década em Portugal, tanto mais que a Comissão Europeia tem um ambicioso plano para promover a vida judaica em todas as suas dimensões até 2030.

10. O Estado de Direito promete que irá reintegrar postumamente o “Dreyfus português” no exército, de onde foi separado em 1937 num processo sórdido de denúncias anónimas da escória da sociedade – outro! – que o Estado, também naquela altura, como agora, aproveitou para tentar destruir uma comunidade judaica organizada.

Os Proponentes:

CONSULTATION PUBLIQUE
(Contribution des jeunes étudiants juifs des universités de Porto)

Porto, le 28 novembre 2022.

Considérant que l'Assemblée de la République du Portugal a lancé une consultation publique sur les commémorations du 50e anniversaire du 25 avril, la Démocratie et la Constitution, et que chacun peut donner des idées pour le programme dont le thème général est la liberté, nous, jeunes étudiants juifs des universités de Porto, voudrions qu'elle se tienne dans le bâtiment de l'Assemblée, une exposition sur « Operation Open Door », et les textes suivants devraient être utilisés:

1. L'État de droit promet qu'il ne procédera plus jamais à la détention illégale d'un grand rabbin et à la fouille illégale d'une synagogue, d'un musée juif et des résidences de dirigeants communautaires dans le cadre d'un processus « sans fondement factuel » et « sans fondement », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.
2. L'État de droit promet qu'il n'arrêtera plus jamais un grand rabbin, ne le photographiera plus comme s'il était un voleur, ne l'éloignera plus du sidet, du talet et du teffin nécessaires au culte, ne le mettra jamais dans une cellule en compagnie d'un meurtrier, ne permettra pas à la nourriture cachée d'entrer, ne le gardera sans manger pendant 24 heures, ne le forcera pas à violer Shabbat et ne le forcera pas à rester au Portugal et à marcher plusieurs kilomètres par jour pour se présenter dans un commissariat de police pour prouver qu'il n'avait pas fui, jusqu'à ce qu'un juif, six mois plus tard, la Cour d'appel de Lisbonne soit venue déclarer que l'affaire était « fondée sur rien ».
3. L'État de droit promet qu'il n'attaquera plus jamais la communauté juive la plus forte du Portugal, comme il l'a attaqué avec une grave complicité de l'État, négligeant les pouvoirs exécutif, législatif et judiciaire, ainsi que des journalistes de confiance, des personnages ridicules dont le seul fléau est la calomnie, des cambrioleurs nocturnes, des personnes souffrant de problèmes de santé mentale et condamnées pour de multiples crimes et actes de discrimination. (https://firststageconspiracy.com)
4. L'État de droit promet qu'il ne coopérera plus jamais avec les voleurs (qui ont au cours de la nuit défoncé les portes des cabinets d'avocats et des domiciles privés pour voler un serveur et des ordinateurs) dont le but était d'essayer de incriminer les gens et de monter une affaire pénale qui est « basée sur rien », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.
5. L'État de droit promet qu'il ne coopérera plus jamais avec des lanceurs d'alerte anonymes sortis d'hôpitaux psychiatriques et condamnés par un tribunal pénal (pour la commission de crimes de diffamation, d'incompétence, de corruption, d'omission à l'intégrité physique et de comportement discriminatoire) pour tenter d'incriminer des personnes et de construire un dossier pénal « fondé sur rien », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.
6. L'État de droit promet qu'il ne saisira plus jamais, pour donner à lire aux filles en décomposition, les livres de procès-verbaux d'une communauté juive organisée, avec l'écriture d'une décennie de relations religieuses, culturelles, sociales et internationales, en les rendant après sept mois avec toutes les feuilles marquées des six chiffres asterisks gravés dans les bras des Juifs en Pologne (y compris les parents et les grands-parents des dirigeants communautaires actuels et beaucoup de ses membres historiques), tout cela, est répertorié, dans un processus qui est « basé sur rien », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.
7. L'État de droit promet qu'il ne fera plus jamais de déclaration exhibicioniste au monde, assurant qu'il enquêtait sur une soi-disant « association criminelle dédiée à la falsification et à la corruption, impliquant des fonctionnaires et détournés de l'argent qui n'a pas été déclaré à Fintax et qui a été blanchi », tout cela est un message total, tout cela « basé sur rien », selon les termes de la Cour d'appel de Lisbonne.
8. L'État de droit (qui ne sait pas ce qu'est un Juif, et encore moins un Juif d'origine séfardite ibérique) promet qu'il ne refusera plus jamais le crédit aux Rabbins reconnus par le Grand Rabinat d'Israël et, en même temps, acceptera les critères de l'Inquisition (qui par la torture, forçait quiconque - juif ou catholique - à avouer de prétendues hérésies judaïques) et de les non-Juifs sans connaissance du monde juif, de la culture juive, de la religion juive, de la langue hébraïque, strictement rien.
9. L'État de droit promet de ne plus jamais réduire au silence le développement extraordinaire de la religion et de la culture juives qui s'est opérée au cours de la dernière décennie au Portugal, d'autant plus que la Commission européenne a un plan ambitieux pour promouvoir la vie juive dans toutes ses dimensions d'ici 2030.
10. L'État de droit promet de réintégrer à titre posthume le "Dreyfus Portugais" dans l'armée, dont il a été exclu en 1937 dans un autre cas sordide de dénonciations anonymes des criminels de la société ! - que l'État, aussi à cette époque, comme aujourd'hui, a saisi l'occasion pour tenter de détruire une communauté juive organisée.

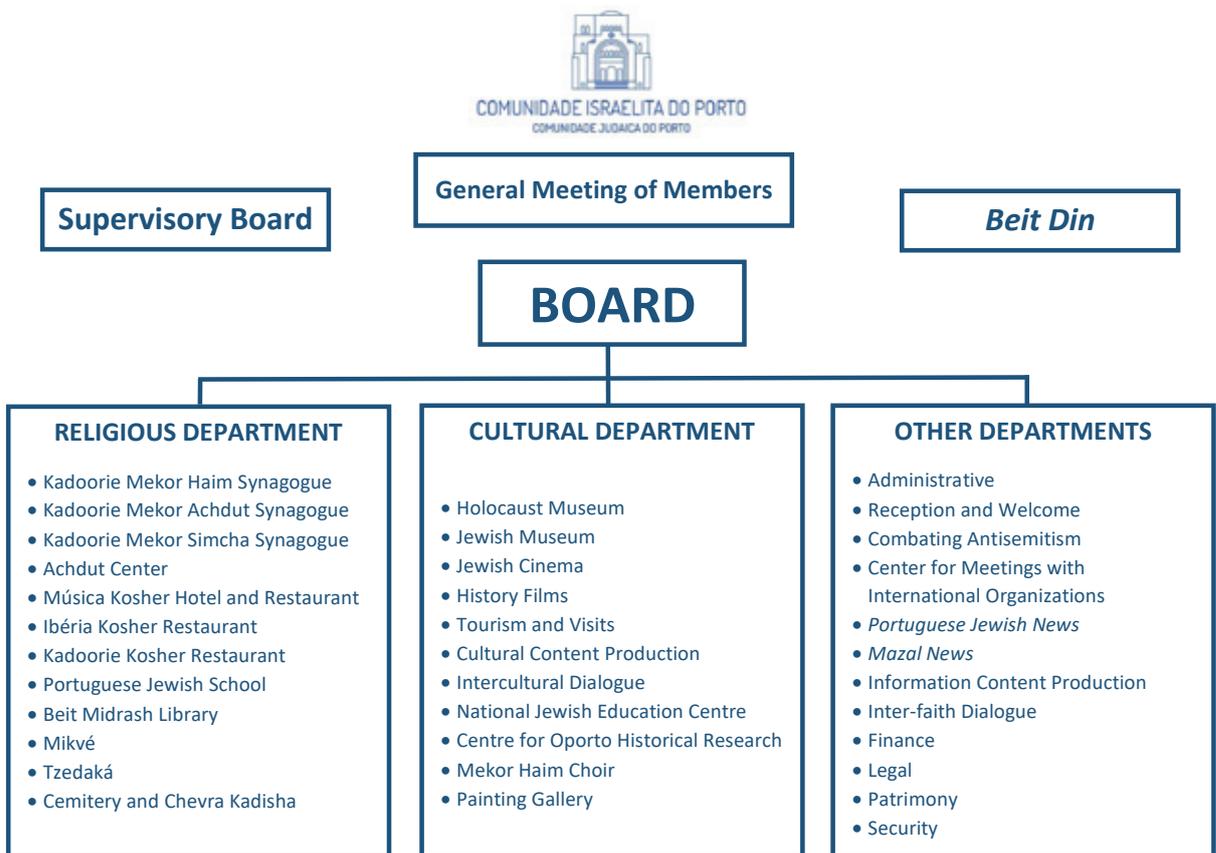
Les Enchétrés:

Ab'bot Slava

IZAN COHEN
ELICA PATTAYA
TAICIS DAN
Zorn Puhem
ETAU BERESH
AMAL AMELIK
Abou Silhan
Abou Anyoum
Silhan You
Rafael SOUTER
Hahon Labouy
Sacha Bandman
EGIE WINGS

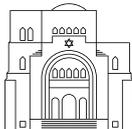
Selame F'hima
HARU Habbal
Théo Fina
ANSELET Angael
Cohen Benjamin
Lary Ferraya
Victoria Jau
Noa Silhan
Maith Lohua
Aya Bouda
TES sebban
Shayal Telave
AMBRE NARETH
LAURA SERTATY

Organograma da Comunidade (2023)



1ª edição (Janeiro de 2023)
Parte Portuguesa (2/2)
ISBN: 978-989-33-4267-1

Edição da:



COMUNIDADE ISRAELITA DO PORTO
COMUNIDADE JUDAICA DO PORTO

COMUNIDADE JUDAICA DO PORTO | JEWISH COMMUNITY OF OPORTO
Sinagoga Kadoorie Mekor Haim, Rua de Guerra Junqueiro, 340 | 4150-386 Porto – Portugal
direccao@comunidade-israelita-porto.org
www.comunidade-israelita-porto.org
jewishcommunityofporto.blogspot.com

Copyright © 2023

É permitida a reprodução desta obra, total ou parcial, sob qualquer suporte ou meio.



COMUNIDADE ISRAELITA DO PORTO
COMUNIDADE JUDAICA DO PORTO